



ANAIS

III Seminário Internacional de Turismo e Patrimônio

12 a 14 de agosto de 2025

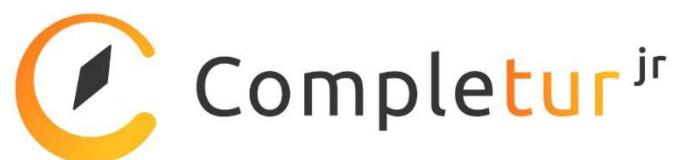
**Centro de Artes e Convenções da UFOP
Ouro Preto - Minas Gerais - Brasil**

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17014568>

Organizadores



Universidade Federal
de Ouro Preto



Patrocinadores



Apoio



Creative Economy
& Public Policies

UFV UFOP

Comissão Científica

Alissandra Nazareth de Carvalho (UFOP)
Bruno Martins Augusto Gomes (UFOP)
Anna Paula da Silva (UFBA)
Beatriz Godim Matos (UFCA)
Carlos Augusto Ribeiro Jotta (UFG)
Diomira Maria Cicci Pinto Faria (UFMG)
Elias Jose Mediotte (Unimontes)
Everaldo Batista Costa (UnB)
Fernanda Alves de Brito Bueno (UFOP)
Luana Melo e Silva (UFOP)
Magnus Emmendoerfer (UFV)
Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp (UFOP)
Maria do Carmo Pires (UFOP)
Marina Furtado Gonçalves (UFBA)
Mary Ashton (FEEVALE)
Pablo Peron de Paula (Unimontes)
Thiago Allis (EACH - USP)
Thiago Chagas de Almeida (UFV)

Comissão Organizadora

Alissandra Nazareth de Carvalho (UFOP)
Bruno Martins Augusto Gomes (UFOP)
Carolina Lescura Carvalho Castro (UFOP)
Kerley dos Santos Alves (UFOP)
Luana Melo e Silva (UFOP)
Solano Braga (UFOP)
Andreyna Jasmin Fernandes Vieira (UFOP)
Caroline Emanuelle Marques Scheeren (UFOP)
Mariana Fontanezi Machado Galvão (UFOP)
Rayan Pereira de Lima (UFOP)
Renato Matos Mendes Gabriel (UFOP)
Beatriz Marci Fagundes (UFOP)
Clara do Vale Teixeira (UFOP)
Letícia Ribeiro Brito Lima (UFOP)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (UFOP)
Maria Eduarda Viegas Souza Medeiros (UFOP)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
RESUMOS EXPANDIDOS	9
A CONSTRUÇÃO E A PERCEPÇÃO DA MARCA “OURO PRETO: ONDE TODO DIA É HISTÓRICO” DO MUNICÍPIO OURO PRETO - MG	10
A CULTURA DOS ANFITRIÕES CRIATIVOS NO DESTINO TURÍSTICO COMUNITÁRIO DE SAGARANA, ARINOS, MG – BRASIL.....	15
A MINA DU VELOSO COMO ESPAÇO DE MEDIAÇÃO SENSÍVEL: ANÁLISE DA <i>HOT INTERPRETATION</i> NA EXPERIÊNCIA TURÍSTICA EM OURO PRETO/MG	20
A PAISAGEM COMO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO NA PAMPULHA: INTERPRETAÇÕES CULTURAIS, TERRITÓRIOS E POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO	24
APRESENTAÇÃO PÚBLICA <i>IN SITU</i> DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PRÉ-COLONIAIS: O CASO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO DO HOMEM DO PLANALTO DAS ARAUCÁRIAS.....	31
CARTOGRAFIAS JUVENIS E PATRIMÔNIO CULTURAL: EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS EM LAVRAS (MG)	37
CIDADES CRIATIVAS DA GASTRONOMIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES ONLINE DE PROMOÇÃO TURÍSTICA A PARTIR DA CHANCELA DA UNESCO	41
COMPREENDENDO A EXPERIÊNCIA DOS TURISTAS EM PATRIMÔNIOS PROTEGIDOS: DIRETRIZES PARA GESTÃO DE ATRAÇÕES E DESTINOS A PARTIR DE AVALIAÇÕES ON-LINE ..	46
DE ESTEREÓTIPOS A RECONHECIMENTO: A MUDANÇA DECOLONIAL NA VISÃO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS.....	52
E QUANDO O FAMILIAR E O ORGANIZACIONAL SE MISTURAM? UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DO SETOR HOTELEIRO DE OURO PRETO - MINAS GERAIS.....	58
ENTRE A PRESERVAÇÃO E O TURISMO: ANÁLISE CRÍTICA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE FERNANDO DE NORONHA NA CONTEMPORANEIDADE	66
ENTRE O OFÍCIO E A MEMÓRIA: TÉCNICAS TRADICIONAIS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	73
ENTRE O TURISMO, O PATRIMÔNIO E AS NARRATIVAS DISCURSIVAS: O PCI ARTESANAL COMO RECURSO COMPARTILHADO EM UQUÍA, JUJUY, ARGENTINA.....	78
FESTAS POPULARES E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL: O CASO DA FESTA DO AIPIM DE TINGUÁ	82
GESTÃO CRIATIVA, TURISMO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO E MAPA TURÍSTICO COM FOCO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LAVRAS/MG... ..	87
O GEOPARQUE INCONFIDENTES COMO TERRITÓRIO DE PROMOÇÃO DO TURISMO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO	91
GOVERNANÇA E A DISCURSIVIDADE NA GESTÃO TERRITORIAL DO TÍTULO UNESCO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CASO DE BELO HORIZONTE COMO CIDADE CRIATIVA DA GASTRONOMIA	97

IMAGEM, SUBJETIVIDADE E PODER: FOUCAULT E PALLASMAA NA ANÁLISE CRÍTICA E FENOMENOLÓGICA DE CENTROS HISTÓRICOS.....	102
MEMÓRIA, TRADIÇÃO E TURISMO: DEPOIMENTOS DOS ANCIÕES DA PUXADA DE MASTRO DE OLIVENÇA (ILHÉUS/BA).....	107
METODOLOGIAS PARA LEITURA DA PAISAGEM EM TERRITÓRIOS ISOLADOS: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTUDO DA COLÔNIA IATA, RONDÔNIA.....	112
NOVOS OLHARES PARA O INDIZÍVEL A PARTIR DE FOTOGRAFIAS REALIZADAS POR ALUNOS DO 6º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL DE BENTO RODRIGUES	117
NOVOS USOS PARA ANTIGAS ESTAÇÕES: O TURISMO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL.....	122
O MUSEÓLOGO ENQUANTO AGENTE CULTURAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA GESTÃO CRIATIVA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	127
OURO PRETO CRIATIVA: POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS CONFLUÊNCIAS ENTRE CULTURA, PATRIMÔNIO, TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA	132
OURO PRETO E A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE CRIATIVA: INTERFACES ENTRE PATRIMÔNIO, TURISMO E INOVAÇÃO PÚBLICA	138
OURO PRETO PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO: AMPLIANDO A IMAGEM DO DESTINO TURÍSTICO	144
O PATRIMÔNIO E O TURISMO EM OURO PRETO/MG: POR UMA PERSPECTIVA AFROPINDORÂMICA.....	149
PAISAGEM NO AFROTURISMO DO CIRCUITO PALMA PRETA: <i>UTOPISMOS PATRIMONIAIS</i> EM OURO PRETO - MG	156
PATRIMÔNIO DA RESISTÊNCIA E O LUGAR BEBEDOURO: UMA RELEITURA DO PATRIMÔNIO EDIFICADO.....	160
PROTEGER A TERRA: PATRIMÔNIO-TERRITORIAL NO QUILOMBO DO CARMO (SÃO PAULO) E NO TERRITÓRIO KALUNGA (GOIÁS)	165
REASSENTAMENTOS COLETIVOS E VIOLAÇÃO DE TERRITORIALIDADES: O CASO DE MARIANA/MG	170
REFUGIADOS AMBIENTAIS COMO NOVOS SUJEITOS DE PATRIMÔNIO: RECONHECIMENTO, MEMÓRIA E DIREITOS CULTURAIS	177
ROTA DOS MURAIS DA UFSM: O TURISMO CIDADÃO COMO MEDIADOR DA EXPERIÊNCIA TURÍSTICA.....	182
TRILHAS PARA MOUNTAIN BIKING NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE IMPACTOS E PERSPECTIVAS	187
TURISMO, PATRIMÔNIO E COMUNIDADE EM OURO PRETO: POR UMA GESTÃO DECOLONIAL E SUSTENTÁVEL COM FOCO NO PERTENCIMENTO, PARTICIPAÇÃO E DIREITO À CIDADE....	193
VIVÊNCIA NA RESERVA TÉCNICA DE MARIANA: FOTOGRAFIA TÉCNICA DAS OBRAS RESGATADAS NA TRAGÉDIA DE BENTO RODRIGUES.....	198

TRABALHOS COMPLETOS.....	204
A TURISTIFICAÇÃO DOS MERCADOS MUNICIPAIS BRASILEIROS: IMPACTOS NA ÚLTIMA DÉCADA E NOVAS PERSPECTIVAS A PARTIR DA LEI Nº 14.978.....	205
PAISAGEM, PATRIMÔNIO E A CIDADE-MERCADORIA: ANÁLISE DA PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA SETE DE SETEMBRO EM BELO HORIZONTE.....	221
CULTURA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS: TERRITORIALIDADES, COSTUMES E TURISMO ...	249
DISPOSITIVO, RACIONALIDADE TÉCNICA E TURISMO UMA CRÍTICA FILOSÓFICA AO PARADIGMA DOS DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES	266
A IMPLEMENTAÇÃO DE UM MUSEU DE TERRITÓRIO NO BAIRRO DOM BOSCO, JUIZ DE FORA/MG: REFLEXÕES EM TORNO DAS PRIMEIRAS AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU	283
PAISAGEM, MEMÓRIA E SUSTENTABILIDADE: A SERRA DO PERIPERI COMO PATRIMÔNIO CULTURAL-NATURAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	304
AS COMPETÊNCIAS DE REDE EM CIDADES CRIATIVAS: INTERAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	318

APRESENTAÇÃO

O presente evento busca discutir as temáticas do patrimônio e do turismo, da cultura, da criatividade e da sustentabilidade diante dos desafios impostos pela contemporaneidade. Tem como norte as teorias decoloniais para pensar a preservação patrimonial e ambiental, tendo em vista o fomento da atividade turística. Quando pensado pelo viés da decolonialidade, o turismo e o patrimônio se apresentam como alternativas capazes de promover o intercâmbio cultural, o fomento de narrativas múltiplas e inclusivas, ações sustentáveis, a emergência de comunidades e identidades sob perspectiva da autogestão, a valorização da criatividade e ainda, alternativas econômicas para localidades cujos territórios foram apropriados pelos interesses do grande capital.

O seminário promove a articulação entre todas as temáticas trabalhadas no Programa de Pós-graduação em Turismo e Patrimônio, incluindo suas disciplinas e grupos de pesquisa, intercambiando professores de outros programas de pós-graduação de universidades brasileiras e estrangeiras. A relação entre patrimônio e turismo tornou-se cada vez mais estreita, uma vez que a cultura e a memória se tornaram um dos elementos-chave da experiência turística e o turismo representa uma atividade importante para a sociedade, não só em termos de fluxo turístico capaz de promover ganho econômico como também enquanto alternativas de diversificação econômica. Dentro desse contexto, quais teorias e metodologias de pesquisa emergem na atualidade diante dos desafios globais impostos aos pesquisadores dos campos do turismo e do patrimônio?

A programação foi composta por mesas redondas e atividades científicas, contendo debates e provocações com sessões de apresentação de trabalhos divididos em Grupos de Trabalho devidamente coordenados, além de atividades socioculturais de integração entre os participantes. A seguir são expostos os trabalhos apresentados no evento.

RESUMOS EXPANDIDOS

A CONSTRUÇÃO E A PERCEPÇÃO DA MARCA “OURO PRETO: ONDE TODO DIA É HISTÓRICO” DO MUNICÍPIO OURO PRETO - MG

Alice Vitória Carneiro Santos

Universidade Federal de Ouro Preto

alice.carneiro@aluno.ufop.edu.br

Carolina Lescura de Carvalho Castro Volta

Universidade Federal de Ouro Preto

carolina.volta@ufop.edu.br

Elielton dos Santos Oliveira

Universidade Federal do Paraná

elieltttonsantos@gmail.com

Stéphanie dos Santos Teixeira

Universidade Federal de Ouro Preto

stephani.teixeira@aluno.ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

Ouro Preto, cidade mineira reconhecida como Patrimônio Nacional pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1938, e como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 1980, recebe anualmente milhares de turistas interessados em seu rico patrimônio histórico-cultural. Com o frequente fluxo turístico, muitos gestores passaram a entender o mercado turístico da cidade como em estado de demanda plena (Ferreira *et al.*, 2021), caracterizado pela procura contínua pelos serviços oferecidos (Kotler; Keller, 2012). Tal percepção entre os gestores desencadeou um cenário de acomodação no que se refere à implementação de projetos de marketing para a promoção dos atrativos da cidade.

Entretanto, a inserção de um destino num mercado turístico cada vez mais competitivo requer a implementação de estratégias que garantam sua diferenciação em relação aos concorrentes (Costa, 2013). Nesse contexto, o *branding* de destinos se destaca como um processo estratégico para potencializar a identidade e a imagem do destino, por meio da criação de uma marca capaz de estabelecer e reforçar uma conexão emocional entre destino e turista (Blain; Levy; Ritchie, 2005; Branisso, 2005; Cândido, 2012; Correia; Brito,

2011), impactando em sua decisão de visita e em seu nível de satisfação (Manente, 2008; Pereira, 2024).

Nesse sentido, a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, o Sebrae e o CVBx (Convention & Visitors Bureau), foi criada a marca “Ouro Preto: Onde todo dia é histórico”, numa tentativa de estabelecer uma estratégia de longo prazo para a promoção da cidade enquanto produto turístico (Oliveira *et al.*, 2021). Os autores ressaltam, no entanto, que a utilização dessa marca ocorre de maneira inconsistente, principalmente em decorrência das trocas na administração da cidade a cada quatro anos.

Essa pesquisa tem como foco entender a criação e a implementação da marca “Ouro Preto: Onde todo dia é histórico”, e parte dos seguintes questionamentos: Como se deu a construção da marca de Ouro Preto? Os stakeholders se envolveram nessa construção? A iniciativa privada e o poder público auxiliaram no fortalecimento desta marca? Qual é a percepção dos turistas a respeito dela?

Considerando a importância do *branding* de destinos e posicionamento destes num mercado altamente competitivo, esse estudo se justifica pela lacuna acadêmica no que se refere ao fortalecimento da imagem do destino Ouro Preto perante cenários dinâmicos.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo investigar o processo de construção da marca turística “Ouro Preto: Onde todo dia é histórico”, bem como compreender as percepções de moradores e visitantes sobre ela.

Procedimentos Metodológicos

Para entender a construção e percepção da marca de Ouro Preto, a pesquisa iniciou com um levantamento bibliográfico sobre marketing e *branding* de destinos. Posteriormente, adotou-se o método qualitativo, de natureza exploratória e descritiva. Para entender o processo e uso da marca, a coleta de dados incluiu análise documental e entrevistas semiestruturadas utilizando amostragem “bola de neve” com atores-chave do setor público e privado (GODOY & MATTOS, 2006).

Além disso, para apreender como a marca é percebida pelos moradores e visitantes, um formulário produzido pelo *Google Forms* foi aplicado por meio das redes sociais, e-mails e grupos de Whatsapp durante o período de um mês.

As entrevistas foram analisadas por meio técnica da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), que se estrutura em três procedimentos: pré-análise, exploração do material, e tratamento/inferência/interpretação dos resultados. A adoção dessa análise buscou superar o viés pessoal, buscando o rigor científico de modo flexível e contemporâneo. (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). A pré-análise envolveu uma leitura flutuante do material para apreender ideias gerais e a constituição do corpus para análise. A exploração do material consistiu na seleção de unidades de análise, ou seja, trechos textuais relevantes para a estrutura teórica e consoante aos objetivos da pesquisa.

As informações obtidas por meio do *Google Forms* foram organizadas em formas de gráficos e analisadas à luz da teoria explorada neste trabalho.

Resultados preliminares ou esperados

Nos resultados preliminares, foi possível identificar a ausência de fatores fundamentais para a construção de uma marca-destino sólida: consistência e um trabalho de gestão continuado. Com a mudança recorrente na gestão municipal, a pouca utilização da marca pelo setor público acaba se tornando uma realidade que enfraquece o potencial que a marca teria para diferenciar a cidade de outros destinos e influenciar positivamente na decisão do turista. A ausência de um plano de marketing turístico, que teria como ferramenta a marca “Ouro Preto: onde todo dia é histórico”, acaba sendo um reflexo dessa falta de continuidade política, o que pode fazer com que as ações de promoção aplicadas pelo município não representem, de fato, a imagem que os gestores desejam projetar.

Ademais, este enfraquecimento também se reflete nas respostas dos formulários aplicados, pois muitos participantes da pesquisa revelaram que desconhecem a marca, ou quando a conhecem, não a interpretam da maneira como foi idealizada pelos seus criadores.

Implicações teóricas/práticas

Esta pesquisa traz importantes contribuições teóricas e práticas. Primeiramente, destacamos por meio de um caso a importância de um trabalho de *branding* para um destino turístico, especialmente de grande projeção nacional e internacional como é Ouro Preto. Discutimos como a construção de uma marca pode impulsionar uma localidade, bem como a ausência deste trabalho pode enfraquecer a identidade e o marketing da cidade.

Como comentado no início deste estudo, apesar de Ouro Preto ter um alto fluxo de visitantes em muitos meses do ano, o que configura uma demanda plena na opinião dos entrevistados, isso gerou e ainda gera uma certa acomodação por parte do poder público e da iniciativa privada, que não buscam fazer um trabalho de marketing sério e contínuo. Entretanto, desafios como a alta competitividade devem levar o município a rever esta postura e talvez traçar estratégias que garantam um melhor posicionamento do destino.

Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. **Lisboa**: Edições 70, 2011.

BLAIN, C; LEVY, S E.; RITCHIE, J. R. B. Destination branding: Insights and practices from destination management organizations. **Journal of travel research**, v. 43, n. 4, p. 328-338, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0047287505274646>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRANISSO, D. P. **Destination Branding: análise do destino Bahia**. 2005. 256 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/2353>. Acesso em: 22 nov. 2024.

CÂNDIDO, T. S. G. **Papel do branding no marketing dos destinos turísticos: o caso da Região do Oeste em Portugal**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Turismo, especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos) – Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/4449>. Acesso em: 22 nov. 2024.

CORREIA, R; BRITO, C. A importância do marketing para o desenvolvimento turístico: o caso de Montalegre. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 16, p. 127-143, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10198/7142>. Acesso em: 22 nov. 2024.

COSTA, A. R. da. **Destination Branding: o papel dos stakeholders na gestão de uma marca-destino: o caso da marca Douro**. 2013. 292 f. Dissertação (Mestrado em Marketing e Gestão Estratégica) – Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Coimbra, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/24942>. Acesso em: 22 nov. 2024.

FERREIRA, A. da G; DOMICIANO, L. G. de O.; LESCURA, C.; KNUPP, M. E. C. G. O impacto da pandemia do novo coronavírus no setor de eventos de Ouro Preto (MG). **RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 42–68, 2021. DOI: 10.28998/10.28998/RITURritur.V11.N2.A12559pp.42-6812559. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/12559>. Acesso em: 27 fev. 2025.

GODOY, C. K; MATTOS, P. L. C. L de. **Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e**

evento diálogo. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A.B. da (Org.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing.** 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

MANENTE, M. Destination management and economic background: defining and monitoring local tourist destinations. In: International conference on measuring tourism economic contribution at sub-national levels, 2008, Málaga. **Anais [...].** Málaga: World Tourism Organization, 2008. p. 1-21. Disponível em: https://webunwto.s3-eu-west-1.amazonaws.com/imported_images/39110/manente_eng_0.pdf. Acesso em: 13 fev. 2025.

MOZZATO, A. R., GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: Potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n.4, 2001.

OLIVEIRA, E. dos S.; PINTO, G. M. de L.; KNUPP, M. E. C. G.; LESCURA, C. Estratégias de marketing para enfrentamento da Covid-19: o município de Ouro Preto - MG. **Revista Turismo Estudos e Práticas**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/959>. Acesso em: 17 fev. 2025.

A CULTURA DOS ANFITRIÕES CRIATIVOS NO DESTINO TURÍSTICO COMUNITÁRIO DE SAGARANA, ARINOS, MG – BRASIL

Werter Valentim de Moraes

Universidade Federal de Ouro Preto

wvmoraes@hotmail.com

Kerley dos Santos Alves

Universidade Federal de Ouro Preto

kerley@ufop.edu.br

Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp

Universidade Federal de Ouro Preto

marcosknupp@ufop.edu.br

Renato Jose Degli Esposti da Silva

Universidade Federal de Ouro Preto

renato.esposti@aluno.ufop.edu.br

Introdução

A comunidade rural de Sagarana, situada no município de Arinos, Minas Gerais, desonta como um território emblemático do TC no Brasil, integrando práticas culturais tradicionais com ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Inserida no bioma Cerrado, a localidade oferece um contexto propício para investigar como comunidades rurais podem impulsionar seu próprio desenvolvimento a partir de seus recursos naturais e simbólicos.

O TC em Sagarana transcende a simples recepção de turistas, promovendo o fortalecimento da identidade local e a valorização do patrimônio imaterial. A imersão no Festival Sagarana possibilitou observar como os anfitriões assumem o papel de mediadores culturais, articulando saberes ancestrais e expectativas contemporâneas. Esses sujeitos tornam-se agentes criativos e educativos, capazes de gerar experiências significativas e transformadoras. A pesquisa problematiza como essa atuação contribui para a dinamização sociocultural e econômica do território, reforçando a autonomia comunitária.

Este estudo integra projeto coordenado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com apoio da FAPEMIG, e articula-se em rede com UFJF, UFMG, UFVJM, Cátedra UNESCO em Economia Criativa (UFV), Alba Sud (Espanha) e Creatur (Portugal). A abrangência da iniciativa evidencia o reconhecimento internacional da importância do TC como estratégia

para o fortalecimento territorial e a promoção de modelos sustentáveis e inclusivos de desenvolvimento.

Objetivo Geral e Específicos

O artigo tem como objetivo analisar como os anfitriões de Sagarana, atuam como agentes criativos no contexto do TC, contribuindo para a valorização do patrimônio imaterial, o fortalecimento da identidade local e o desenvolvimento territorial sustentável.

Como objetivos específicos buscou-se investigar práticas culturais tradicionais mobilizadas pelos anfitriões no Festival Sagarana, com ênfase nas experiências turísticas. Também procurou-se compreender estratégias que articulam EC, TC e sustentabilidade local no contexto comunitário. Por fim, o estudo visa apresentar contributos que fortaleçam a governança colaborativa promovendo autonomia territorial.

Turismo Comunitário, Anfitriões e Economia Criativa

Como alternativa crítica ao modelo convencional do turismo, surge o TC, ao priorizar participação ativa das comunidades na gestão, com distribuição dos benefícios gerados. O TC, fundamentado em princípios de sustentabilidade ambiental, cultural e econômica, oferece hospitalidade baseada em vínculos afetivos, saberes locais e criatividade (Irving & Sansolo, 2009; Almeida & Castro, 2017).

Richards (2011) e Howkins (2001) destacam que os anfitriões se tornam co-criadores de experiências autênticas para a EC. Alves (2019), confirma que, o trabalho no turismo envolve afetos como potências de ação e limites sociais, sendo uma prática pedagógica emancipatória.

Em Sagarana, anfitriões criativos integram saberes tradicionais e inovação social à economia criativa (UNCTAD, 2010; UNESCO, 2013; Rocha, 2020).

Já Almeida, Emmendoerfer e Knupp (2024) e Coletti et al. (2023) evidenciam a importância da governança participativa na articulação entre cultura, políticas públicas e sustentabilidade, fortalecendo a autonomia comunitária.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa com métodos que valorizam a escuta ativa, a participação comunitária e a compreensão dos sentidos atribuídos às práticas

socioculturais locais. Foram empregados procedimentos de observação participante, análise documental e revisão bibliográfica, com foco no Festival Sagarana, realizado na comunidade homônima.

Utilizou-se a observação participante para acompanhar as atividades da programação do evento. Conforme destaca Minayo (2001), a observação participante possibilita o contato direto e prolongado com o universo dos significados, essencial para captar dinâmicas locais invisíveis em análises superficiais.

A pesquisa utilizou a etnografia, proposto por Facina e Nogueira (2020), que a consideram como um “modo de estar no campo que reconhece os limites e potências da relação entre pesquisador e comunidade” (p. 23).

Documentos institucionais do CRESERTÃO e das Instâncias de Governança Regionais, além de registros do festival, tiveram análise de conteúdo, inspirada em Bardin (2011), permitiu a categorização dos dados empíricos em eixos interpretativos.

Resultados e Discussão

Repensar o turismo além do mercado implica reconhecê-lo como campo político, simbólico e territorial, voltado à justiça social e ao reconhecimento cultural. No TC e na EC, essa visão destaca a cultura como ativo estratégico. Em Sagarana, experiências demonstram a relevância da sustentabilidade e da autonomia local. Coletti et al. (2023) apontam que o sucesso dessas práticas depende do enraizamento territorial e de impactos éticos.

Contudo, persistem desafios como a formação contínua de anfitriões e o equilíbrio entre demanda e preservação. A EC contribui com alternativas que integram arte, tradição, identidade e geração de renda (Richards, 2011; Rocha, 2020).

Contributos ao Território Sagarana

Recomenda-se fortalecer a formação dos anfitriões em práticas de gestão cultural e turística, fomentando parcerias entre comunidade, poder público e instituições de pesquisa para apoiar o planejamento e a inovação turística.

Sugere-se pesquisas futuras nos temas:

- A relação entre EC e desenvolvimento territorial rural;
- O papel dos jovens e das mulheres como protagonistas na gestão do TC;
- Modelos de governança colaborativa para a sustentabilidade e resiliência comunitária.

Assim, o TC em Sagarana pode inspirar outras comunidades rurais do Brasil a desenvolverem experiências turísticas autênticas, criativas e sustentáveis, fundamentadas na cultura local e no protagonismo dos anfitriões.

Agradecimentos

O apoio de facilitação interinstitucional da Cátedra da UNESCO em Economia Criativa e Políticas Públicas, como também, o apoio financeiro concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L.; KNUPP, M. E. C. G. Public Territorial Governance and Community-Based Tourism for Sustainable Local Development: a case-study of Paraty, Brazil. In: Thiago Allis; Sandro Carnicelli (Org.). **Tourism Case Studies Latin America Region**. Boston: CABI, 2024.

ALMEIDA, F. A. B.; CASTRO, J. F. de. Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 17, n. 3, p. 163–179, 2017. DOI: 10.18472/cvt.17n3.2017.1161.

ALVES, K. S. (2017). Trabalhar no turismo: entre afetos e (im)potências de agir. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 11(1).

<https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/7478>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 2011.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Letra e Imagem, 2009.

BELL, S.; MORSE, S. **Developments in Development: Measuring Sustainability**. Routledge, 2005.

COLETTI, G. F. et al. Turismo de Base Comunitária e a Economia Social e Solidária: organização da gestão do turismo em comunidades caiçaras. **Turismo e Sociedade**, 15(3), 2023.

FACINA, A. F.; NOGUEIRA, A. P. A. **Etnografias possíveis: política e metodologia na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

HOWKINS, J. **The Creative Economy: How People Make Money from Ideas**. Penguin, 2001.

IRVING, M. A.; SANSOLO, D. G. Turismo de base comunitária: contribuições para o desenvolvimento local. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Letra e Imagem, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MORAES, W.; KNUPP, M. E. C. G.; SILVA, R. J. D. E. Análise da Lei de Turismo de Base Comunitária no Estado de Minas Gerais - Brasil: Impactos para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 13, p. 617-645, 2025.

RICHARDS, G. Creativity and tourism: The state of the art. **Annals of Tourism Research**, 38(4), 1225–1253, 2011.

ROCHA, A. M. Economia criativa e territórios de identidade: experiências no Espinhaço Meridional. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, 14(1), 84-98, 2020.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Garamond, 1999.

SILVA, L. C. P.; EMMENDOERFER, M. L.; ALMEIDA, T. C.; LOCATELLI, D. R. S. Conexões entre o Turismo de Base Comunitária e Solidária e a Economia Criativa: uma revisão da literatura a partir do contexto brasileiro. **Periplo Sustentable**, v. S.I., p. 39-54, 2024.

UNCTAD. **Creative Economy Report 2010.** United Nations Conference on Trade and Development, 2010.

UNESCO. **Creative Economy Report 2013: Widening Local Development Pathways.** UNESCO/UNDP, 2013.

WALOTEK, J. B.; KNUPP, M. E.; MORAES, W. O Turismo de Base Comunitária como prática de extensão universitária: uma experiência no Instituto Federal de Santa Catarina. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 24, n. 1, p. 111–125, 2024.

A MINA DU VELOSO COMO ESPAÇO DE MEDIAÇÃO SENSÍVEL: ANÁLISE DA *HOT INTERPRETATION* NA EXPERIÊNCIA TURÍSTICA EM OURO PRETO/MG

Eduardo Evangelista Ferreira
Universidade Federal de Ouro Preto
duevangelista@ufop.edu.br

Úrsula A. Ruchkys
Universidade Federal de Minas Gerais
tularuchkys@yahoo.com.br

Contextualização Teórica e Empírica

A natureza híbrida do patrimônio minerário permite que ele seja qualificado de maneiras distintas, conforme o enfoque adotado. Como patrimônio industrial, destaca os vestígios físicos da atividade extractiva e das paisagens técnicas associadas ao trabalho. No campo do patrimônio cultural, ganha relevo pelas memórias, saberes e identidades locais vinculadas à mineração. Já na perspectiva do geopatrimônio insere-se como expressão da interação entre geodiversidade e ação humana, revelando os modos como os recursos do subsolo foram historicamente apropriados e transformados. Essas diferentes abordagens ampliam o escopo de interpretação e abrem possibilidades diversas de valorização, uso público e reconversão territorial.

A patrimonialização de territórios mineradores marcados pelo trabalho de povos escravizados impõe desafios éticos e interpretativos e ao turismo cultural. Tais contextos exigem metodologias que articulem memória, afeto e justiça simbólica, a fim de lidar com silenciamentos históricos e legados traumáticos. Neste cenário, destaca-se a abordagem da *hot interpretation*, proposta por David Uzzell nos anos 1980, que defende uma mediação centrada na empatia, na indignação e no envolvimento emocional como catalisadores de experiências significativas e transformadoras.

A interpretação, como prática de mediação entre pessoas, territórios e memórias, pode ser compreendida, segundo a UNESCO WHIPIC (2023), como um processo comunicacional e experencial de construção de sentidos. Essa compreensão estrutura-se em três abordagens principais: educacional, que prioriza o conhecimento; comunicacional, que foca nos meios de mediação; e discursiva, que entende o patrimônio como arena de disputas simbólicas — esta última baseada nas contribuições de Silberman (2013), que defende a

interpretação como uma prática social de negociação de significados. A articulação dessas três dimensões dá origem a uma abordagem integrativa, que amplia o alcance e a potência da mediação patrimonial em contextos sensíveis.

É nesse marco teórico que se insere a análise da Mina Du Veloso, em Ouro Preto/MG — escavada por africanos escravizados no século XVIII, abandonada por décadas e, mais recentemente, ressignificada por lideranças locais como espaço de memória afrocentrada e resistência simbólica.

Objetivo

Investigar como a *hot interpretation* opera como estratégia metodológica e narrativa na patrimonialização da Mina Du Veloso, contribuindo para a ativação da memória da escravidão, a construção de vínculos afetivos com os visitantes e a revalorização simbólica de territórios mineradores racializados.

Investigar como a *hot interpretation* opera como estratégia metodológica e narrativa na patrimonialização da Mina Du Veloso, contribuindo para: a ativação da memória dos povos escravizados; a construção de vínculos afetivos com os visitantes; ressignificação simbólica de territórios mineradores racializados.

Busca-se também analisar os efeitos emocionais e pedagógicos da experiência interpretativa, documentados nas percepções dos visitantes.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa articula dois eixos metodológicos: o estudo da experiência interpretativa segundo os princípios da *hot interpretation*, e a avaliação exploratória da percepção dos visitantes com base em avaliações e comentários feitos pelos visitantes da Mina Du Veloso nas plataformas TripAdvisor e GoogleMaps

Para a análise afetiva da experiência, foram examinados roteiros de visita, materiais interpretativos, depoimentos dos guias e avaliações públicas da Mina Du Veloso na plataforma TripAdvisor (2017–2024) e GoogleMaps (2015–2024). A análise qualitativa considerou a frequência temática, o uso de adjetivação emocional e as comparações espontâneas com minas concorrentes.

Resultados preliminares ou esperados

Os dados analisados indicam que a narrativa afrocentrada e sensível da Mina Du Veloso é amplamente valorizada pelos visitantes, sendo frequentemente descrita como “emocionante”, “chocante”, “necessária” e “transformadora”. A atuação dos guias locais, moradores do bairro e descendentes de pessoas escravizadas, reforça o vínculo entre território, memória e pertencimento.

Mesmo com limitações estruturais (como sinalização e acessibilidade), a Mina Du Veloso é percebida como referência para outras minas da região devido à potência simbólica da visita. A combinação entre narrativa crítica, ambientação subterrânea e mediação afetiva demonstra a eficácia da *hot interpretation* como ferramenta educativa e ética, capaz de engajar os visitantes em reflexões profundas sobre o legado da escravidão.

Implicações teóricas/práticas

Teoricamente, o estudo reafirma a importância de incorporar dimensões emocionais, éticas e discursivas à mediação patrimonial, especialmente em contextos racializados e historicamente silenciados. A abordagem integrativa — fundamentada nas diretrizes da UNESCO WHIPIC (2023) e nas contribuições de Silberman (2013) e nos princípios da *hot interpretation* (Uzzell, 1989) — revela-se eficaz para promover uma interpretação crítica, plural e politicamente engajada, rompendo com modelos meramente instrutivos e despersonalizados.

Na prática, a experiência da Mina Du Veloso evidencia o potencial transformador da *hot interpretation* como modelo de mediação patrimonial sensível. Ao mobilizar afetos, promover a escuta de vozes historicamente marginalizadas e provocar reflexão crítica, a abordagem contribui para a construção de uma educação patrimonial ética, que não apenas informa, mas também forma.

Além disso, o caso evidencia a capacidade de agência comunitária na criação de narrativas patrimoniais autônomas, sem tutela institucional. Nesse sentido, aponta para a urgência de apoio técnico e financeiro à consolidação de atrativos patrimoniais sensíveis, cujo valor simbólico e social excede critérios tradicionais de monumentalidade.

Referências

- FERREIRA, E. E. **Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG: registro, análise e proposição de circuitos geoturísticos interpretativos.** 2017, 151f. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Departamento de Geologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.
- FREW, E. A. Interpretation of a sensitive heritage site: the Port Arthur Memorial Garden, Tasmania. *International Journal of Heritage Studies*, v. 18, n. 1, p. 33–48, 2012.
- RYLAND, P. Hot interpretation: AHI article. Spring 2017.
- SILBERMAN, Neil A. Heritage interpretation as public discourse: towards a new paradigm. In:
- ALBERT, Marie-Theres; BERNECKER, Roland; RUDOLFF, Britta (org.). *Understanding heritage: perspectives in heritage studies*. Berlin; Boston: De Gruyter, 2013. p. 21–34. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110308389.21>. Acesso em: 21 maio 2025.
- UNESCO WHIPIC. *Definitions and concepts of heritage interpretation and presentation 2023: theoretical research report*. Sejong: UNESCO WHIPIC, 2023. 116 p. Disponível em: <https://www.unesco-whipic.org>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- UZZELL, D., & BALLANTYNE, R. (Eds.). (1998). *Heritage that hurts: Interpretation in a postmodern world*. In *Contemporary issues in heritage & environmental interpretation* (Chap. 10). The Stationery Office.
- UZZELL, D. L. (1989). The hot interpretation of war and conflict. In D. L. Uzzell (Ed.), *Heritage interpretation: Volume I: The natural and built environment*. London: Belhaven Press.
- VIANA, L. C. A. **O turismo étnico afro na Mina Du Veloso: um estudo do equipamento interpretativo do patrimônio de Ouro Preto/MG.** 2022, 175f. Dissertação (Mestrado Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

A PAISAGEM COMO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO NA PAMPULHA: INTERPRETAÇÕES CULTURAIS, TERRITÓRIOS E POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO

Aretha Mariane Bittencourt Gallego

Universidade Federal de Ouro Preto

arethagallego@gmail.com

Fernanda Alves de Brito Bueno

Universidade Federal de Ouro Preto

fernanda.bueno@ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

A paisagem, enquanto construção cultural, passou a ser reconhecida nas últimas décadas como uma categoria fundamental para compreender as relações entre espaço, memória e identidades sociais. Nesse sentido, comprehende-se que o estudo da paisagem seja o caminho para se pensar a forma como as pessoas interagem e moldam o meio físico, na medida que estabelecem vínculos e, nessa experiência, imprimem o caráter do lugar e exprimem sentidos e significados ao território. Desde sua incorporação ao vocabulário institucional da UNESCO e do IPHAN como categoria patrimonial, a paisagem cultural tornou-se um campo privilegiado para pensar políticas de preservação, mediação e desenvolvimento local. No contexto brasileiro, a Portaria nº 127/2009 do IPHAN formalizou o reconhecimento das paisagens culturais como bens do patrimônio nacional, reforçando sua dimensão simbólica e relacional. Esta Portaria está temporariamente suspensa, mas não cancelada, devido a um período de revisão e a necessidade de aprofundar a regulamentação e gestão para esta categoria.

A Pampulha, reconhecida como Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno em 2016, representa uma síntese exemplar dessa perspectiva. Trata-se de uma paisagem cultural, onde arquitetura, urbanismo, arte e natureza foram articuladas a partir de um projeto modernista liderado por Oscar Niemeyer e Roberto Burle Marx, e que, ao longo do tempo, foi incorporando camadas de memórias, usos e significados diversos. Seu reconhecimento internacional implicou em novas exigências de gestão, planejamento urbano e valorização do território, não apenas como conjunto edificado, mas como espaço vivido e experienciado por múltiplos públicos.

A compreensão da paisagem como mecanismo de desenvolvimento pressupõe seu deslocamento de um objeto de contemplação para um campo de ações e relações. Nessa perspectiva, a gestão da paisagem pressupõe-se interpretação, vivência e apropriação social, como forma de despertar potencialidades simbólicas territoriais que possam ser mobilizadas em prol de modelos de desenvolvimento sustentáveis e inclusivos. Nesse sentido, práticas de mediação cultural, como caminhadas urbanas, ações educativas patrimoniais e projetos curatoriais, têm se revelado fundamentais para construir uma relação mais afetiva, crítica e participativa com os espaços patrimonializados.

A pesquisa se estrutura em aportes teóricos oriundos da filosofia da paisagem e da geografia cultural. Muitas são as abordagens possíveis, sendo a paisagem aqui compreendida como espaço, objeto de experiência estética (ASSUNTO, 2013). Ainda conforme definido por Assunto (2013), paisagem é a forma do território modelado pelo ambiente, biológico e histórico-cultural.

Autores como Denis Cosgrove (1998) e Augustin Berque (2018) oferecem abordagens complementares, porém distintas, para compreender a paisagem em sua dimensão simbólica. Cosgrove entende a paisagem como um “modo de ver”, ou seja, uma construção cultural e ideológica que expressa relações de poder e de representação sobre o espaço. Já Berque vai além da noção de paisagem como imagem ou perspectiva. Seu pensamento propõe o resgate do que denomina *pensamento-paisagem (penser-paysage)*, não como reflexão externa sobre a paisagem, mas como um modo de existência relacional, vivido e constituído na interdependência entre o humano e o meio.

Diante das dicotomias contemporâneas, que tendem a objetivar a paisagem e apartar o sujeito, Berque (2023) propõe o resgate do “Pensamento-Paisagem” por meio do fenômeno da mediância, que se estabelece nas interrelações entre a sociedade e o meio, na relação de sobrevivência e na extensão da materialidade da natureza e dos objetos, sendo que na paisagem ocorrem as relações de ordem simbólica. Pensar a paisagem na incorporação dos sujeitos é, não apenas pensar a preservação do bem patrimonializado, mas sobretudo, reconhecer a importância da gestão participativa nos processos atuais e relevantes que a humanidade vivencia em desequilíbrios ambientais e climáticos.

No campo da geofilosofia, Luisa Bonesio (2013) define o território como um “sistema vivo” e composto por elementos estruturantes, cuja conservação deve se fazer pela manutenção desses “caracteres identitários”, na valorização e tutela dos recursos pela

comunidade, por meio de uma “consciência do lugar”. Nesse sentido, a identidade se estabelece como veículo promotor de desenvolvimento em bases socioculturais.

A Pampulha, com sua pluralidade urbana e histórica, constitui-se como uma paisagem densa em camadas simbólicas, sociais e territoriais, revelando-se como um território permanentemente em disputa. Sua conformação atual resulta da sobreposição de distintos projetos de cidade — do ideário modernista fundacional à apropriação popular contemporânea —, atravessada por dinâmicas de segregação socioespacial, especulação imobiliária, precarização ambiental e desigualdades no acesso à infraestrutura e aos direitos urbanos.

Neste cenário, a interpretação da paisagem adquire uma função não apenas informativa ou educativa, mas fundamentalmente política e pedagógica. Ao tornar visíveis os conflitos, as ausências e as memórias silenciadas, a interpretação pode funcionar como instrumento de mediação e negociação simbólica entre os diferentes grupos que ocupam, vivenciam e atribuem sentidos à Pampulha. Quando realizada de forma crítica e sensível, ela pode fomentar o desenvolvimento cultural no território, estimulando pertencimentos múltiplos e a emergência de novas narrativas que desafiam a hegemonia de uma única memória oficial.

Assim, a paisagem da Pampulha deixa de ser apenas um cenário a ser preservado e passa a ser compreendida como um campo de disputas simbólicas, práticas e políticas — um espaço em que se inscrevem e se reinventam os sentidos de cidade, de memória e de desenvolvimento. Promover sua interpretação, nesse contexto, é também propor um modelo de gestão do patrimônio comprometido com a justiça espacial, a democracia cultural e a sustentabilidade urbana.

Objetivo

Investigar os mecanismos de interpretação da paisagem da Pampulha como instrumentos de identificação e fortalecimento de identidades culturais e territoriais, compreendendo a paisagem não apenas como cenário, mas como espaço vivido, narrado epropriado coletivamente. Pretende-se discutir como as experiências práticas e sensoriais promovidas por ações interpretativas podem contribuir para a revalorização simbólica do território, estimulando a construção de vínculos afetivos e pedagógicos entre os sujeitos e o espaço urbano.

Procedimentos Metodológicos

A reflexão parte de uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental sobre os conceitos de paisagem cultural, interpretação do patrimônio e desenvolvimento territorial. Consideram-se ainda diretrizes internacionais como a Carta de Québec (ICOMOS, 2008) e a Recomendação sobre Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2011), bem como o percurso institucional de reconhecimento da Pampulha como Patrimônio Mundial.

Como procedimento analítico, propõe-se a análise de práticas interpretativas promovidas pela Casa do Baile – Centro de Referência em Arquitetura, Urbanismo e Design. Essas práticas são examinadas quanto mediações simbólicas que operam na revalorização da paisagem, na ativação da memória coletiva e na construção de vínculos com o território, possibilitando refletir sobre seus efeitos no fortalecimento de políticas públicas intersetoriais voltadas à sustentabilidade cultural.

Resultados preliminares ou esperados

A análise preliminar aponta que a Paisagem Cultural da Pampulha, embora reconhecida internacionalmente, ainda enfrenta desafios para se consolidar como vetor de desenvolvimento territorial. Persistem fragilidades na gestão ambiental, urbanística e social do território. Nesse contexto, a interpretação da paisagem se destaca como ferramenta de mediação entre as políticas institucionais de conservação e os modos diversos de vivência e atribuição de sentido ao espaço por parte da comunidade.

Práticas como caminhadas educativas e mediações sensoriais têm revelado narrativas e memórias frequentemente invisibilizadas, reforçando o reconhecimento da paisagem como bem coletivo e dinâmico. Ao promover vínculos simbólicos e afetivos com o território, essas ações contribuem para sua apropriação cidadã e sua integração a modelos de desenvolvimento ancorados na cultura, na memória e na articulação entre políticas públicas e comunidades.

Implicações teóricas/práticas

A discussão proposta aponta para a necessidade de ressignificar o conceito de desenvolvimento no campo patrimonial, superando dicotomias entre conservação e uso,

centro e periferia, objeto e sujeito. Ao reconhecer a paisagem como locus de identidade e espaço de vida, comprehende-se a importância de se desenvolver mecanismos de interpretação que possam gerar estratégias integradas de valorização dos saberes locais, por meio da efetiva participação social. Acredita-se que o caminho para conciliar preservação e desenvolvimento seja o reconhecimento da alteridade e o fortalecimento das identidades, de maneira a fomentar o desenvolvimento e, consequentemente, promover o engajamento das comunidades nos processos de gestão e valorização do patrimônio cultural.

A Pampulha, enquanto paisagem moderna e multifacetada, oferece um contexto privilegiado para a aplicação de políticas que considerem o patrimônio como um direito cultural, e não apenas como bem a ser preservado. As práticas de interpretação patrimonial ganham centralidade nesse processo, funcionando como dispositivos de transformação territorial e de produção de sentidos coletivos.

Ao promover o cruzamento entre educação, patrimônio e território, este trabalho reafirma o papel das práticas interpretativas na construção de um desenvolvimento mais sensível, inclusivo e sustentável — sobretudo em contextos urbanos marcados por desigualdades, como é o caso da Pampulha.

Referências

- ASSUNTO, Rosário. Paisagem – Ambiente – Território. Uma tentativa de clarificação conceptual. Tradução de Maria Cristina Leal. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem**. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a, p. 125-129.
- ASSUNTO, Rosário. A paisagem e a estética. Tradução de Pedro Sargent. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem**. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013b, p. 339-376.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDALH, Zeny (orgs). **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, v. 1 2012
- BERQUE, Augustin. O Pensamento-paisagem. Tradução de Vladimir Bartalini e Camila Gomes Sant’Anna. São Paulo: Edusp, 2023.
- BONESIO, Luisa. Interpretar os lugares. Tradução de Pedro Sargent. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem**. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 465-474.

CAMPOS, Cássio. Caminhos Arquitetônicos - práticas educativas na paisagem. In: GALLEGU, Aretha et al (org.). **Museus, Educação e Território**: práticas educativas na Pampulha. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, 2024.

CAMPOS, Cássio. TAMEIRÃO, Daniela. **Plano Estratégico Casa do Baile** - Centro de Referência de Arquitetura, Urbanismo e Design. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura. Belo Horizonte, 2019.

CHAGAS, M. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ibram, 2009.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Geografia cultural**: uma antologia [online]. Rio de Janeiro: EduERJ, v. 1, 2012.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural**: interpretação e qualificação. 2. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2014.

FERREIRA, Luana Maia. As várias Pampulhas, no tempo e no espaço (1900-1950). In: PIMENTEL, Thais Velloso Cougo (org.); GARCIA, Luiz Henrique Assis (coord.). **Pampulha múltipla**: uma região da cidade na leitura do Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto/Rona, 2007. p. 45-72.

ICOMOS - INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. Carta sobre a Interpretação e a Apresentação de Sítios Culturais. Quebec, Canadá. 2008

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Processo de Tombamento nº 373-T-47. Rio de Janeiro: IPHAN, 1947.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Processo de Tombamento nº 1341-T-94. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

LANARI, Raul (org.). **Pampulha**: tempo, história e museus - Casa do Baile, Centro de Referência em Arquitetura, Urbanismo e Design. Belo Horizonte: Peixe Vivo, 2021.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

MURTA, Stela M.; ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício de olhar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

REIS, Gabrielle Alves. Os museus de território enquanto estratégia de mobilização do patrimônio ambiental e cultural. **Revista CPC**, v. 16, n. 31, p. 69–94, 6 jun. 2021.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. *In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDALH, Zeny, (orgs). Geografia cultural: uma antologia [online]*. Rio de Janeiro: EDUERJ, v. 1. p. 180-218, 2012. Disponível em: <http://booksscielo.org>. Acesso em: 13 dez 2023.

APRESENTAÇÃO PÚBLICA *IN SITU* DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PRÉ-COLONIAIS: O CASO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO DO HOMEM DO PLANALTO DAS ARAUCÁRIAS

Lia Cristina Moraes

Universidade Federal de Santa Catarina

arq.liacmoraes@gmail.com

Danielle Rocha Benício

Universidade do Estado de Santa Catarina

danielle.benicio@udesc.br

Contextualização

O patrimônio arqueológico consiste nos locais onde foram exercidas atividades humanas e nos objetos ali encontrados, segundo o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos, 1990). Esses locais, chamados sítios arqueológicos, testemunham o passado das sociedades e devem ser protegidos, pois constituem bens culturais não renováveis. Para sua preservação, é fundamental que sejam reconhecidos socialmente: um dos principais meios para isso é a apresentação pública prevista desde a *Carta de Lausanne* (Icomos, 1990), da qual o Brasil é signatário.

Outros documentos internacionais referenciam a apresentação de sítios arqueológicos. A *Carta para a Interpretação e Apresentação de Sítios Culturais* (Icomos, 2008), por exemplo, define a apresentação como um ato comunicativo por meio do acesso físico ao bem que deve, portanto, acontecer no seu contexto original (*in situ*), sendo sensível ao ambiente cultural e natural e garantindo sua sustentabilidade.

Embora anterior, a Carta Internacional do Turismo Cultural (Icomos, 1999) define conceitos complementares ao tema aqui problematizado, defendendo que o patrimônio natural e cultural deve ser acessível fisicamente, intelectualmente e emocionalmente, a favor da divulgação de uma narrativa histórica. Nesse sentido, a Carta de Lausanne (Icomos, 1990) reconhece a relevância de estudar os vestígios das populações indígenas. Porém, esses documentos de bases ocidentais não apontam diretrizes específicas de apresentação dos sítios arqueológicos de povos originários externos à Europa, revelando uma lacuna que demanda reflexão contextualizada em outros territórios.

No Brasil, a proteção do patrimônio histórico e artístico é oficializada em 1937, com a promulgação do Decreto-lei n. 25 (Brasil, 1937), que institui o Serviço do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional (Sphan), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988) também dispõe sobre o patrimônio cultural brasileiro, porém ampliando a salvaguarda do legado patrimonial, incluindo as heranças das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. A esses povos, relacionam-se os monumentos arqueológicos tutelados pela Lei n. 3.924 (Brasil, 1961), que proíbe sua exploração econômica, destruição ou mutilação.

Apesar disso, a legislação brasileira carece de ordenamentos legais específicos sobre a apresentação pública *in situ* de sítios arqueológicos. Essa lacuna reforça a urgência de analisar experiências efetivadas em prol das melhores soluções de apresentação de sítios arqueológicos pré-coloniais no Brasil. Destarte, esta investigação consiste em uma análise contextualizada das potencialidades e limitações dessa prática, a partir do estudo de caso do Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias em Pinhal da Serra no Rio Grande do Sul.

Pinhal da Serra é um município com cerca de três mil habitantes, a maioria residente em áreas rurais. Sua economia baseia-se nas atividades do setor agropecuário e da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Esta é atravessada pela rodovia SC-452, que a conecta à Anita Garibaldi, em Santa Catarina. A RS-456, que liga Pinhal da Serra ao restante do território gaúcho, não tem pavimentação. Nesse contexto se insere o Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias, primeiro projeto nacional financiado por uma empresa privada como medida compensatória pelos impactos causados ao patrimônio arqueológico, conforme a Instrução Normativa n. 001/2015 (Iphan, 2015). Esse Parque Arqueológico, de domínio público, possui dez hectares e inclui o Sítio Arqueológico Ary Duarte I, composto por casas subterrâneas e montículos funerários dos grupos Jê. A reflexão sobre esse caso pode contribuir para outras iniciativas no Brasil Meridional, onde há uma concentração expressiva desses locais. Instrui-se que esse estudo parte de uma perspectiva externa à comunidade indígena e não substitui seu protagonismo na mediação de seu próprio patrimônio.

Objetivo

Analizar as potencialidades e as limitações da apresentação pública *in situ* de sítios arqueológicos pré-coloniais do Brasil Meridional, adotando o Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias como estudo de caso.

Procedimentos Metodológicos

Para consecução do objetivo, realiza-se a pesquisa qualitativa e exploratória, empregando os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica sobre os sítios arqueológicos pré-coloniais do Brasil Meridional; exame de cartas, recomendações e legislações relativas ao patrimônio arqueológico e às definições de apresentação pública *in situ*; estudo de caso do Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias, com levantamento de dados *in loco*, registro fotográfico e produção de desenhos diagnosticando a situação presente; análise e síntese crítica dos resultados à luz dos documentos averiguados, identificando as potencialidades e limitações da apresentação pública *in situ* dos sítios arqueológicos pré-coloniais do sul do país.

Resultados

A partir da análise do Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias, destacam-se aspectos positivos que evidenciam o respeito ao significado cultural e natural do sítio arqueológico, alinhando-se às recomendações internacionais para a apresentação do patrimônio. Isso se expressa nos usos de baixo impacto, como as atividades de recreação ao ar livre, contemplação da fauna e da flora e a visita ao sítio arqueológico. Além disso, as intervenções antrópicas na paisagem são pontuais e reversíveis, como o muro, o portal de acesso, o *container* com banheiros, o observatório, o *playground*, a passarela elevada, a sinalização e a caixa d'água.

Exceto esta última, todas decorrem de escolha coerente de implantação, escala, cor, textura e materiais, valorizando recursos locais como pedra e madeira e mantendo a relação visual harmoniosa com a paisagem natural. Isso sugere a potencialidade de superar a dicotomia ocidental entre humanidade e natureza, reforçando o papel do patrimônio arqueológico na valorização dos biomas (Campos e Krenak, 2021).

Outra característica positiva é a acessibilidade física ao bosque onde está o sítio arqueológico. A passarela elevada e a rampa de acesso possibilitam a circulação segura de um público diverso sem comprometer a vegetação, enquanto a sinalização ao longo do percurso contribui para a acessibilidade intelectual, valorizando a ancestralidade indígena como narrativa central. Entretanto, a passarela percorre apenas uma parte da área arqueológica e não permite a aproximação efetiva com todas as casas subterrâneas e montículos funerários. A ausência de indicações legíveis da localização dessas estruturas no bosque dificulta sua

contemplação e compreensão, limitando a acessibilidade emocional e a valorização do patrimônio arqueológico indígena pelos visitantes.

Considerando os problemas, percebe-se uma fruição restrita do Parque Arqueológico. A comunidade local parece não frequentá-lo, possivelmente em razão da distância desde o núcleo urbano e da própria realidade semi-rural do município. Uma hipótese a ponderar refere-se à urbe pouco adensada, composta por casas com quintais amplos e jardins, na qual as atividades ao ar livre já integram o cotidiano citadino, reduzindo a motivação para deslocamentos até o parque. A comunidade científica também parece não frequentar o local, talvez pela falta de incentivo às pesquisas e de infraestrutura de apoio. Quanto ao turismo, dois fatores podem se destacar como limitantes: a ausência de integração com outros atrativos do turismo rural sustentável na região e o isolamento rodoviário do município.

Conclui-se que a apresentação pública *in situ* de sítios arqueológicos pré-coloniais é possível e imprescindível, pois ela favorece o acesso à informação, a valorização da memória indígena e a preservação ambiental. No entanto, para produzir resultados efetivos, essa prática deve ser sensível à paisagem e integrada às dinâmicas socioterritoriais, dialogando com as comunidades locais, as redes de conhecimento e outros elementos do patrimônio material e imaterial - a favor do desenvolvimento sustentável regional. Quando concebida apenas como uma medida compensatória da iniciativa privada, pode resultar em espaços isolados e de uso restrito, com impacto limitado na construção coletiva do pertencimento e da memória.

Implicações

Esta análise contribui para uma compreensão mais contextualizada da apresentação pública *in situ*, um tema amplamente discutido em recomendações internacionais, mas ainda pouco debatido, legislado e realizado no Brasil, especialmente quando se trata do patrimônio invisibilizado nos discursos oficiais. Remete-se, portanto, à urgência de investigações sobre a adequação das recomendações internacionais ao contexto brasileiro.

Ademais, os referenciais do Ocidente não apreendem a conexão espiritual dos povos indígenas com a cultura e a natureza, tratando os sítios arqueológicos apenas como vestígios do passado. Isso ratifica a urgência de estudos e trabalhos com e pelas comunidades indígenas, considerando esses sítios um patrimônio vivo vinculado a epistemologias e ontologias próprias. Afinal, como afirma Ailton Krenak "reclamar outros mundos é se

insubordinar contra a lógica monolítica de um mundo só" (Campos e Krenak, 2021, p. 69). Assume-se que a ausência do protagonismo dos povos originários é uma limitação desta análise.

Por fim, salienta-se que esta investigação não propõe um modelo universalizante e definitivo para a apresentação pública *in situ* de sítios arqueológicos, pois qualquer solução preservacionista deve ser construída coletivamente com as comunidades locais e os povos indígenas. Logo, aponta para o entendimento de potencialidades, condicionantes e limitações envolvendo a salvaguarda desse legado patrimonial.

Ademais, esta análise fornece uma base crítico-reflexiva para profissionais, gestores e pesquisadores envolvidos com a preservação do patrimônio arqueológico aliada ao turismo sustentável. Deveras, destas conclusões provocam-se novos trabalhos articulando as finalidades impreveríveis de informar práticas de mediação patrimonial, incentivar revisões legislativas e inspirar a criação de novos parques e roteiros turísticos em sítios arqueológicos com a participação ativa dos detentores do patrimônio.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 maio 2025.
- BRASIL. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 23 maio 2025.
- BRASIL. Lei federal n. 3.924, de 26 de julho 1961.** Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília: Diário Oficial da União, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm. Acesso em: 23 maio 2025.
- CAMPOS, Y.; KRENAK, A. *Lugares de origem*.** São Paulo: Jandaíra, 2021.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).** **Instrução normativa n. 001, de 25 de março de 2015.** Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos e a atuação do Iphan. Brasília: Iphan, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS).** **Charter for the interpretation and presentation of cultural heritage sites.** Canada: Icomos, 2008. Disponível

em: https://admin.icomos.org/wp-content/uploads/2025/03/interpretation_FREN.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **International cultural tourism charter:** managing tourism at places of heritage significance. Mexico: Icomos, 1999. Disponível em: <https://www.icomosictc.org/p/international-cultural-tourism-charter.html>. Acesso em: 23 maio 2025.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **The Lausanne charter.** Lausanne: Icomos, 1990. Disponível em: <https://icahm.icomos.org/wp-content/uploads/2017/01/1990-Lausanne-Charter-for-Protection-and-Management-of-Archaeological-Heritage.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

CARTOGRAFIAS JUVENIS E PATRIMÔNIO CULTURAL: EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS EM LAVRAS (MG)

Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras. Bolsista CAPES
beatrizflexar@hotmail.com

Bruno Rezende de Abreu

Graduando em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras
bruno.abreu2@estudante.ufla.br

Julia Moretto Amâncio

Professora Adjunta no Departamento de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras
julia.moretto@ufla.br

Contextualização Teórica e Empírica

O patrimônio cultural é uma construção social e histórica que expressa identidades coletivas e modos de vida. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no artigo 216, constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial que remetem à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Esse conceito ampliado rompe com uma visão restrita de cultura como algo exclusivo das elites e insere manifestações populares, cotidianas e juvenis no campo das políticas públicas culturais.

Autores como Pierre Nora (1984) e Stuart Hall (1997) enfatizam que o patrimônio e a memória são arenas de disputa simbólica e política, onde o reconhecimento de determinadas heranças culturais implica em visibilidade e legitimidade social. Já Raymond Williams (1979) propôs uma leitura da cultura como "um todo vivido", o que contribui para a inclusão das juventudes e de seus modos de expressão nos debates sobre patrimônio e política cultural. Essa perspectiva se alinha ao conceito de "comuns culturais" (Dardot e Laval, 2017), em que o patrimônio é entendido como uma construção coletiva, cujo acesso e gestão devem ser democráticos e participativos.

Nos últimos anos, crescem as abordagens críticas que questionam os modelos hierarquizados de cultura (MARQUE, 2015) e que propõem a valorização das culturas juvenis. Nesse sentido, o presente trabalho insere-se nas discussões que articulam juventude, cultura e território, reconhecendo os jovens como sujeitos políticos e produtores de cultura, com direito à memória e à cidade. No contexto de Lavras (MG), essa articulação vem sendo

promovida pelo Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal de Lavras (UFLA), que realiza ações extensionistas com base na economia solidária e criativa, dialogando com os princípios da cidadania cultural (GUSMÃO, 2024). Neste contexto, o presente trabalho investiga como metodologias participativas podem favorecer a valorização do patrimônio cultural sob a perspectiva juvenil, a partir de vivências desenvolvidas em Lavras (MG) no âmbito do PJ Minas 2025.

Objetivo

O objetivo principal deste estudo é compreender de que maneira metodologias participativas, com base no mapeamento afetivo e na cartografia cultural, podem promover o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural local entre jovens, articulando processos formativos, experiências culturais e construção cidadã. Pretende-se ainda estimular práticas de educação patrimonial crítica e emancipadora, contribuindo para políticas públicas que reconheçam as juventudes como agentes culturais ativos.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa-ação foi realizada com estudantes do ensino médio participantes do Parlamento Jovem de Minas 2025, com apoio técnico-pedagógico do Observatório de Políticas Públicas da UFLA. A metodologia foi qualitativa, colaborativa e inspirada em referenciais da pesquisa-ação (Thiollent, 2000) e da cartografia social (Passos, Kastrup e Escóssia, 2009). Foram realizadas oficinas de educação patrimonial, rodas de conversa, mapeamentos afetivos e visitas a espaços culturais, como a Casa da Cultura, o Museu Bi Moreira e a Estação Ferroviária Costa Pinto.

O trabalho contou com o envolvimento interdisciplinar de extensionistas de cursos de graduação de diferentes cursos, que auxiliaram na discussão sobre direitos culturais, legislação patrimonial e cidadania. A criação visual do mapa turístico foi realizada por uma artista local, estratégia que ampliou o senso de pertencimento e promoveu uma leitura afetiva e simbólica do território. Além disso, foram utilizados instrumentos como oficinas de fotografia, jogos de memória cultural e produção de conteúdo para redes sociais, a fim de conectar o projeto às linguagens e meios utilizados pelas juventudes.

A escolha metodológica dialoga com experiências de inventário participativo promovidas pelo IPHAN (2020) e com a proposta de “mapas afetivos” do IEPHA-MG, que

valorizam as narrativas e percepções das comunidades sobre seus bens culturais, superando o viés técnico e institucional dominante nos processos de patrimonialização.

Resultados preliminares ou esperados

Os resultados apontam para o fortalecimento da identidade cultural dos jovens e para a ampliação do repertório sobre patrimônio local. Muitos participantes relataram, por exemplo, que nunca haviam visitado a Casa da Cultura de Lavras ou que desconheciam o tombamento de bens como os postes do bonde ou a Banda Euterpe Operária. A partir das oficinas, os estudantes passaram a reconhecer esses espaços como parte de sua história e memória, ressignificando suas relações com o território.

Destacam-se também contribuições para a valorização de manifestações culturais periféricas, como o grafite, o rap e a capoeira, frequentemente marginalizadas nos discursos tradicionais sobre patrimônio. Os jovens também como objetivo final do Parlamento Jovem devem produzir três propostas de lei relacionando juventude e direitos culturais até o dia 19/06, onde essas propostas serão filtradas em conferências municipais, regionais e, por fim, estaduais, tendo a possibilidade de serem efetivadas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) ou Prefeituras dos Municípios participantes do projeto organizado pela ALMG e pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

Implicações teóricas/práticas

Teoricamente, este trabalho contribui para os estudos sobre patrimônio cultural ao propor uma abordagem situada, crítica e interseccional, que leva em conta juventude, território, classe social e processos históricos de invisibilização. O estudo dialoga com autores como Paulo Freire (1996), ao reconhecer a juventude como sujeito do processo educativo e cultural, e com Boaventura de Sousa Santos (2002), ao propor uma ecologia de saberes entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular.

Do ponto de vista metodológico, reafirma-se o potencial das práticas participativas e da educação patrimonial crítica como instrumentos de formação cidadã e de fortalecimento da democracia cultural. A presença de extensionistas do Direito promoveu reflexões sobre cidadania e garantias legais associadas à cultura, enquanto a inserção de artistas locais promoveu a valorização dos saberes e das estéticas populares.

Em termos práticos, o projeto evidencia a potência da articulação entre universidade, escola e sociedade civil na construção de políticas culturais mais inclusivas e democráticas. Os produtos gerados (mapas, oficinas, propostas legislativas) constituem materiais pedagógicos replicáveis e contribuem para a valorização das culturas locais e para o turismo cultural com base comunitária. A expectativa é de que os resultados subsidiem políticas públicas locais de educação patrimonial e incentivem o protagonismo juvenil nas agendas culturais e urbanas.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUSMÃO, R. A Política de Cultura Viva e a Triangulação ainda por vir. In: ENECULT, 20., 2024, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2024.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

IPHAN. **Inventário participativo**: juventude, identidade e patrimônio. Brasília: IPHAN, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/lnPD>. Acesso em: 18 maio 2025.

MARQUE, M. S. Críticas ao modelo hierarquizado de cultura: por um projeto de democracia cultural. **Revista de Estudios Sociales**, n. 51, p. 45–58, 2015.

NORA, P. Entre memória e história: o problema dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

PARLAMENTO JOVEM DE MINAS. **Texto base**: Juventude e Direitos Culturais. Belo Horizonte: ALMG, 2025.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. P. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris, 2005.

WILLIAMS, R. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

CIDADES CRIATIVAS DA GASTRONOMIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES ONLINE DE PROMOÇÃO TURÍSTICA A PARTIR DA CHANCEL DA UNESCO

Thalita Stephanie Teixeira

Universidade Federal de Viçosa

thalita.teixeira@ufv.br

Franciele de Carvalho Briedis

Universidade Federal de Viçosa

franciele.cbriedis@ufv.br

Magnus Luiz Emmendoerfer

Universidade Federal de Viçosa

magnus@ufv.br

Contextualização Teórica e Empírica

A gastronomia tem se consolidado como um vetor relevante no campo do turismo cultural, desempenhando papel central na diferenciação e valorização de destinos. No contexto internacional, a Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UNESCO Creative Cities Network - UCCN), representa uma iniciativa para fomentar o desenvolvimento urbano sustentável por meio de práticas criativas e inovadoras em áreas como artesanato, design, cinema, música, literatura, mídia digital e, especialmente, gastronomia (Creative Cities Network, 2007).

Ao obter a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia, um município passa a integrar um seletivo grupo reconhecido por sua excelência, diversidade e vitalidade culinária. Tal designação pode ser mobilizada como ferramenta de marketing territorial, contribuindo para o fortalecimento da identidade local e o aumento da competitividade turística. A imagem de um destino turístico funciona como um atalho mental que orienta a decisão de viagem, sendo decisiva no momento da escolha, já que o turista precisa decidir antes de vivenciar o local (Oliveira, 2021).

A criatividade surge como um fator relevante para fortalecer as vantagens competitivas dos destinos turísticos, uma vez que a interação entre a capacidade criativa de anfitriões e visitantes, aliada ao contexto social onde a atividade ocorre, favorece o desenvolvimento de novos produtos, processos e significados culturais voltados à expansão comercial do turismo (Muzzio; Paiva Júnior, 2018). O turismo criativo, por sua vez, constitui

um campo emergente que articula criatividade, cultura e experiência turística, proporcionando novas formas de envolvimento para os turistas e abrindo possibilidades econômicas para os destinos (Richards & Wilson, 2006). Nesse cenário, o perfil do turista criativo ultrapassa o mero interesse por atrações tradicionais, buscando experiências culturais mais autênticas e o contato direto com os protagonistas locais (Delabrida; Carvalho, 2018).

Apesar de tal valorização, observa-se que, no contexto brasileiro, muitas cidades não exploram de forma sistemática o potencial do título concedido pela UNESCO em seus canais de promoção. Isso suscita questionamentos acerca do grau de apropriação simbólica e operacional da designação e da efetividade das estratégias utilizadas nos meios digitais para sua divulgação.

A formalização de um título de Cidade Criativa, neste caso, dentro da gastronomia, atua diretamente na transformação de um sistema de produção, tornando-o em um bem simbólico da indústria cultural. Indústria que está subordinada aos detentores dos instrumentos de produção, bem como, condicionada às demandas externas e imperativos da concorrência (Bourdieu, 1974). É atingido aí, um capital simbólico, que tira a gastronomia dessas cidades da insignificância, para consagrá-las ao reconhecimento (Bourdieu, 1989).

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar como as cidades brasileiras reconhecidas como Cidades Criativas da Gastronomia pela UNESCO utilizam a chancela em suas estratégias digitais de promoção turística. Especificamente, espera-se (1) investigar a presença e o uso do título de Cidade Criativa da Gastronomia nos portais institucionais de turismo dos municípios analisado; (2) analisar as estratégias de comunicação adotadas nas redes sociais institucionais para promover a identidade gastronômica vinculada ao título da UNESCO; e (3) identificar elementos visuais e discursivos que evidenciam a apropriação simbólica do selo da UNESCO nas plataformas digitais dos destinos.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e descritiva por meio de observação sistêmica do fenômeno (Gil, 2002), com foco na análise das estratégias digitais de promoção turística utilizadas por cidades brasileiras reconhecidas como Cidades Criativas da Gastronomia pela UNESCO. A abordagem qualitativa é adequada para a compreensão de

fenômenos em sua complexidade e contexto, Denzin e Lincoln (2006) destacam que os pesquisadores qualitativos buscam investigar questões que revelam como a experiência social é construída e dotada de significado. O objetivo será compreender de que forma essas cidades utilizam a chancela em seus canais institucionais digitais como diferencial competitivo e como elemento de construção simbólica de sua identidade territorial.

A amostra será composta por quatro municípios brasileiros que atualmente detêm o título de Cidade Criativa da Gastronomia: Belém (PA), Paraty (RJ), Florianópolis (SC) e Belo Horizonte (MG). A análise se concentrará em dois tipos principais de plataformas digitais institucionais: os portais oficiais de turismo de cada município e seus perfis institucionais nas redes sociais Instagram e Facebook.

A coleta de dados será realizada diretamente nos sites e redes sociais dos municípios analisados. O recorte temporal para as publicações em redes sociais abrangerá o período de maio de 2024 a maio de 2025. Para os portais institucionais, será considerado todo o conteúdo disponível até a data de encerramento da etapa de coleta (a ser definida). Todos os links de acesso às fontes utilizadas serão registrados e incluídos ao final do trabalho.

A análise dos dados será conduzida por meio da análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2016), considerando elementos textuais, visuais e simbólicos presentes nas plataformas digitais. A sistematização seguirá os critérios que combinem registros quantitativos simples e interpretações qualitativas que permitam evidenciar padrões de comunicação, uso simbólico do título e estratégias institucionais de posicionamento turístico.

Resultados preliminares ou esperados

Espera-se que a pesquisa evidencie como as cidades brasileiras reconhecidas como Cidades Criativas da Gastronomia pela UNESCO utilizam, de maneira diferenciada, a chancela em suas estratégias digitais de promoção turística, revelando distintos níveis de apropriação simbólica e de institucionalização do título. A partir da análise dos portais institucionais de turismo e das redes sociais oficiais, a pesquisa deverá identificar a presença — ou ausência — de estratégias comunicacionais sistematizadas que destaquem o título como diferencial competitivo e elemento constitutivo da identidade territorial.

É esperado que a investigação revele que, embora todas as cidades analisadas compartilhem a mesma certificação, há variações quanto à forma e à intensidade com que o título é incorporado nas narrativas digitais. Isso pode incluir desde menções pontuais na

homepage até a existência de páginas exclusivas, conteúdo multimídia, roteiros temáticos, uso frequente de hashtags específicas e presença do selo visual da UNESCO. Também se espera mapear a frequência com que essas cidades acionam simbolicamente a chancela em suas redes sociais, observando se há consistência no uso do título nas legendas, imagens e peças de divulgação.

Além disso, a pesquisa poderá identificar se há menções a ações colaborativas com outras cidades da UCCN, indicando uma possível ativação da dimensão relacional e global da certificação, um dos principais objetivos da organização. Essas evidências permitirão avaliar em que medida o título é mobilizado apenas como um selo honorífico ou como um ativo estratégico de inserção simbólica em redes internacionais, com repercussões para a imagem turística local.

Implicações teóricas/práticas

Ao focar especificamente na dimensão digital das estratégias de promoção das Cidades Criativas da Gastronomia, o estudo contribui para a literatura sobre turismo criativo, marketing territorial e comunicação pública digital. Assim, a pesquisa contribui para o debate acadêmico sobre a apropriação de certificações internacionais por cidades do Sul Global, em especial no contexto brasileiro, oferecendo subsídios para gestores públicos, profissionais do turismo e pesquisadores interessados nessas áreas.

Do ponto de vista prático, a sistematização dos dados poderá indicar boas práticas, lacunas e oportunidades para o fortalecimento da presença digital das cidades na promoção de sua identidade, além de oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de marketing mais eficazes.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOURDIEU, Pierre et al. O mercado de bens simbólicos. **A economia das trocas simbólicas**, v. 6, p. 99-116, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. **Rio de Janeiro: Difel/BertrandBrasil**, 1989
- Creative Cities Network. Programme and meeting document, 2007. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000156026>> Acesso em maio 2025.

- DELABRIDA, Narayhane; DE CARVALHO, Alissandra Nazareth. A fabricação de doces artesanais enquanto atrativo para o turismo criativo: o caso de São Bartolomeu, Ouro Preto, Minas Gerais. **RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 8, p. 250–269, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/5638>. Acesso em: 30 maio. 2025.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2011.
- GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, n. 1, p. 44–45, 2002.
- MUZZIO, Henrique; PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes. Organizational Creativity Management: Discussion Elements. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, p. 922-939, 2018.
- OLIVEIRA, Erielton Dos Santos; et al. Estratégias de Marketing para Enfrentamento da Covid-19: O município de Ouro Preto – MG. **Revista Turismo Estudos e Práticas - RTEP/GEPLAT/UERN**, v. 10, n. 2, 2021.
- RICHARDS, Greg; WILSON, Julie. Developing creativity in tourist experiences: A solution to the serial reproduction of culture?. **Tourism management**, v. 27, n. 6, p. 1209-1223, 2006.

COMPREENDENDO A EXPERIÊNCIA DOS TURISTAS EM PATRIMÔNIOS PROTEGIDOS: DIRETRIZES PARA GESTÃO DE ATRAÇÕES E DESTINOS A PARTIR DE AVALIAÇÕES ON-LINE

Juliano das Neves Santos

Universidade Federal do Paraná

julianoneves@ufpr.br

Leda Dos Santos Carreiro

Universidade Federal do Paraná

ledacarreiro@outlook.com

Ana Paula Alves Gomes

Universidade Federal do Paraná

anagomes2@ufpr.br

Marcelo Chemin

Universidade Federal do Paraná

marcelochemin@ufpr.br

Contextualização Teórica e Empírica

No Brasil, a preocupação com o patrimônio iniciou-se no século XX, quando o país passou por um processo de crise de identidade, ao se ver marcado pelo intenso processo de urbanização e industrialização (Zanon, Magalhães e Branco, 2009). No Estado do Paraná, a trajetória no campo da preservação inicia-se conjuntamente ao período que dá início ao processo de tombamento de bens culturais no Brasil.

Instituições como o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN), Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN - PR) que se tornaram o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 1976, e o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA), são os principais atores na formulação de diretrizes para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico no âmbito Federal e Estadual respectivamente, sendo os responsáveis por garantir a proteção legal dos bens tombados.

A preservação efetiva do acervo cultural no Paraná iniciou na década de 1930. Os primeiros tombamentos oficiais ocorreram apenas em 1938, abrangendo bens como a Fortaleza da Ilha do Mel, o colégio dos Jesuítas, a Igreja Matriz de Guaratuba e a Casa Coronel

Lacerda, localizada na cidade da Lapa (Tomaz, 2011). Os três primeiros estão situados em Paranaguá, município litorâneo considerado o local de nascimento do Paraná.

O litoral paranaense abriga dezenas de bens materiais tombados sob legislação estadual e federal, incluindo centros históricos, paisagens, edificações, parques, objetos, documentos, esculturas, pinturas e pontes (Paraná, 2025). Trata-se de uma concentração de bens patrimoniais e unidades de conservação que constitui um dos maiores acervos protegidos do Brasil (Chemin e Abrahão, 2014).

Nesta região, investigamos o desempenho do conjunto de bens tombados presentes no TripAdvisor, para compreender a experiência dos turistas com estes patrimônios, considerando que além de seu valor histórico e arquitetônico, também se tornaram importantes atrativos turísticos, portanto, frequentemente divulgados e avaliados em plataformas digitais e redes sociais. O TripAdvisor, maior plataforma de viagens do mundo, que auxilia mais de 463 milhões de viajantes mensais, desempenha um papel fundamental nesse contexto, pois o aplicativo revolucionou o planejamento de viagens através de seu extenso banco de dados com milhões de avaliações, fotos e recomendações (Tripadvisor, 2019).

A plataforma é um exemplo claro de Conteúdo Gerado por Usuário (CGU), que inclui comentários, avaliações, fotos e vídeos compartilhados por consumidores. O CGU abrange diversas formas de mídia, como redes sociais, blogs e podcasts, permitindo que os usuários expressem suas opiniões e influenciem outros consumidores. Esse tipo de conteúdo não pode ser criado por empresas, apenas pelo público em geral. No turismo, o CGU ajuda viajantes a se informarem melhor sobre destinos, analisando experiências reais antes de tomar decisões (Muniz; Santos, 2019).

As avaliações e classificações dos usuários impactam diretamente a imagem de estabelecimentos e locais turísticos, funcionando como uma forma de "boca a boca online", que divulga destinos mesmo sem intenção comercial. O CGU também serve como uma fonte valiosa de informação para potenciais visitantes, revelando o grau de satisfação e as experiências reais dos turistas (Muniz; Santos, 2019; Chemin *et al*, 2025)).

O CGU está diretamente relacionado ao processo de decisão do turista, influenciando desde o reconhecimento da necessidade até a avaliação de alternativas e a decisão final (Muniz; Santos, 2019). Além disso, reflete o comportamento pós-compra, já que muitos usuários compartilham suas experiências após a viagem.

Objetivos

Geral: Compreender a experiência dos turistas em bens tombados no Litoral do Paraná.

Específicos: (1) Identificar o acervo de bens tombados; (2) Conhecer a presença e reputação online dos bens tombados no TripAdvisor; (3) Analisar a valência (aspectos positivos/negativos) da experiência segundo avaliações dos visitantes (4) Formular recomendações de gestão para do acervo patrimonial analisado.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa e caráter exploratório (Creswell e Creswell, 2017).

Fonte de dados: Para identificação dos bens tombados, serão utilizados os portais oficiais em nível federal e estadual dos órgãos de patrimônio, respectivamente IPHAN (<http://portal.iphan.gov.br/>) e da Secretaria de Cultura do Paraná (<https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>). A listagem dos bens tombados será confrontada com o ambiente digital da plataforma TripAdvisor. Para isso, cada um dos municípios da região será consultado na plataforma na opção “O que Fazer”, que informa as atrações em cada destino. Delimitaremos a análise a bens tombados, histórico-culturais e imóveis, portanto de natureza material, isolados ou em conjunto.

Coleta e tratamento de dados: todos os comentários dos bens tombados presentes no TripAdvisor serão extraídos manualmente. Na sequência, inseridos e operados em uma planilha do software Microsoft Excel.

Análise de dados: os comentários serão analisados e interpretados a partir de fundamentos e princípios da análise temática de Bardin (2016), análise temática reflexiva de Braun e Clarke (2006) e estratégias de Byrne (2022). Após a fase de familiarização, os comentários serão desmembrados segundo a valência (positiva e negativa). Cada excerto será posteriormente categorizado.

Resultados preliminares

Foram identificados 30 bens tombados em 5 dos 7 municípios que conformam a região. Desse conjunto, 22 estão presentes no TripAdvisor (Quadro 1).

Quadro 1 – Bens tombados do litoral do Paraná

Município	Patrimônio/Bem	Nota TripAdvisor	Nº de Avaliações	Proteção (TE, TF, TEF, AEBT)
Antonina	Centro Histórico de Antonina	4	149	TF
	Complexo Matarazzo	2,8	33	TF
	Estação Ferroviária de Antonina	3,7	45	TF
	Fonte da Carioca	2,9	55	TEF
	Igreja da Nossa Senhora do Pilar	4	1	TE
	Igreja do Bom Jesus do Saivá	3,7	6	TEF
Guaratuba	Igreja Matriz de Guaratuba	4,5	108	TEF
	Prédio na Av. Cel. Afonso Botelho	4	29	TE
Morretes	Casa Rocha Pombo	3,8	36	AEBT
	Centro Histórico de Morretes	4,4	5	TE
	Igreja de São Benedito	3,9	38	AEBT
	Igreja de São Sebastião de Porto de Cima	4,2	37	TE
	Residência em Alvenaria - Porto de Cima	-	-	AEBT
Paranaguá	Antiga Alfândega de Paranaguá	5	1	TE
	Casa Brasílio Itiberê	-	-	TE
	Casa Elfrida Lobo	-	-	TE
	Casa Monsenhor Celso	-	-	TE
	Centro Histórico de Paranaguá	-	-	TEF
	Colégio dos Jesuítas/ MAE	4,4	172	TEF
	Estação Ferroviária de Alexandra	4	1	TE
	Estação Ferroviária de Paranaguá	4	1	TE
	Fonte Velha	3,1	48	TE
	Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres	4,5	210	TEF
	Igreja da Irmandade de São Benedito	4,3	48	TE
	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas	4,1	41	TEF
	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	4,3	73	TEF
	Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha	-	-	TEF

	Jazigo da Família Correia	-	-	TEF
	Palácio Visconde de Nácar	2,9	19	TEF
Pontal do Paraná	Sambaqui "A" e "B" do Guaraguaçu	-	-	TE

Fonte: Dados da pesquisa. Organização: Os autores

Nota: Proteção: Tombamento Estadual (TE), Tombamento Federal (TF), Tombamento Estadual e Federal (TEF), Área de entorno de Bem Tombado (AEBT).

Nesta fase parcial da investigação é possível constatar que os bens tombados do litoral do Paraná possuem uma projeção tímida na maior plataforma de viagens do mundo. Apenas 9 bens possuem nota acima de 4. A média das notas alcança 3.9, o que coloca a região em uma posição precária em termos de desempenho de suas atrações. Outro aspecto é o baixo número de avaliações dos bens, sendo que apenas 4 possuem mais de 100 avaliações. Considerando que 21 tombamentos possuem mais de 25 anos, pode-se afirmar que há um descompasso entre a aplicação da proteção legal do bem e a sua disponibilidade para o turismo, e que quando efetiva, os resultados evidenciam desempenho insatisfatório.

Esse quadro reforça a importância da fase seguinte de pesquisa, que buscará analisar a valência (aspectos positivos/negativos) da experiência segundo avaliações dos visitantes e formular recomendações de gestão para do acervo patrimonial analisado.

Implicações teóricas/práticas

Em termos teóricos será demonstrado como o conteúdo gerado pelo usuário (CGU) é recurso para compreensão simbólica da visitação e da prática entre o patrimônio e seus visitantes. Sistematizaremos a percepções dos visitantes com a demonstração da valência entre aspectos positivos e negativos. Em termos práticos a interpretação do conteúdo gerado pelo usuário (CGU) oferecerá subsídios valiosos para compreender percepções, necessidades e fragilidades na experiência turística, permitindo a gestores do patrimônio e do turismo intervenções mais sensíveis e eficazes.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

BYRNE, D. A worked example of Braun and Clarke's approach to reflexive thematic analysis. *Quality and Quantity*, v. 56, n. 3, p. 1391–1412, 2022. Springer Science and Business Media B.V.

CHEMIN, Marcelo; ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. **Integração territorial do litoral do estado do Paraná (Brasil): transportes, balnearização e patrimonialização na formação e dinâmica do espaço turístico.** RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise, [S. I.], v. 32, p. 212–239, 2014. DOI: 10.5380/raega.v32i0.33073. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/33073>. Acesso em: 31 maio. 2025.

CHEMIN, Marcelo; PEREIRA DA SILVA, Carlos; VINCENT DE PAUL VIKOU, Sidney. **Contenido generado por el usuario (CGU) en atractivos y destinos turísticos:** revisión sistemática de la literatura y perspectivas para la gestión. PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, [S. I.], v. 23, n. 2, p. 539–562, 2025. DOI: 10.25145/j.pasos.2025.23.036. Disponível em: <https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/4216>. Acesso em: 31 may. 2025.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research design:** Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Sage publications, 2017.

MUNIZ, Larissa Mirapalheta; SANTOS, Carlos Alberto Frantz dos. TURISMO E CONTEÚDO GERADO PELO USUÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR NA INTERNET POR MEIO DE COMENTÁRIOS DE VIAGENS ONLINE. SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, [S. I.], v. 23, n. 1, p. 65–80, 2019. DOI: 10.17648/sinergia-2236-7608-v23n1-8556. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/8556>. Acesso em: 29 maio. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Patrimônio cultural: bens tombados no Paraná.** Curitiba: SEEC, 2024. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2025.

TRIPADVISOR. **About TripAdvisor.** 2019. Disponível em: <https://tripadvisor.mediaroom.com/br-about-us>. Acesso em: 29 maio. 2024.

TOMAZ, Paulo Cesar. A UNIFICAÇÃO DAS DIFERENÇAS E A “INVENÇÃO” DO PATRIMÔNIO PARANAENSE. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, [S. I.], v. 8, n. 1, p. 1–17, 2011. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/301>. Acesso em: 31 maio. 2025.

VELOSO, Mariza. **O fetiche do patrimônio.** Habitus, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 437–454, jan./jun. 2006.

ZANON, Elisa; MAGALHÃES, Leandro Henrique; BRANCO, Patrícia Martins Castelo. **Educação patrimonial: da teoria à prática.** Londrina: Unifil, 2009.

DE ESTEREÓTIPOS A RECONHECIMENTO: A MUDANÇA DECOLONIAL NA VISÃO SOBRE OS POVOS INDÍGENAS

Amanda dos Reis Silva Ribeiro

Universidade Federal de Ouro Preto

amanda.rsr@aluno.ufop.edu.br

Simone Fernandes Machado

Universidade Federal de Ouro Preto

simone.fernandes@aluno.ufop.edu.br

Solano de Souza Braga

Universidade Federal de Ouro Preto

solano@ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

Ao chegarem ao continente americano, os povos europeus criaram pensamentos e epistemologias que facilitaram a exploração e dominação dos povos indígenas, não apenas materialmente, através do controle de territórios e recursos, mas também no imaginário social e simbólico (Nunes *et al.*, 2021; Rufino *et al.*, 2020). Essa dominação foi consolidada pelo silenciamento linguístico, religioso e cultural, destruindo identidades originárias e desumanizando os sujeitos. A colonização brasileira, marcada por violações aos povos nativos, criou hierarquias etnocêntricas, onde europeus se consideravam civilizados e indígenas, bárbaros ou selvagens (Nunes *et al.*, 2021). Essa dualidade sustentou o discurso desenvolvimentista global.

A colonialidade do poder, segundo Quijano (1998), fundamenta-se na classificação racial/étnica da população mundial, reforçando a hegemonia eurocêntrica. Em contraposição, a decolonialidade surge como ferramenta para superar essa hegemonia, valorizando conhecimentos e modos de vida dos povos originários e suas contribuições na proteção dos ecossistemas. Essa abordagem promove o respeito à diversidade cultural e fortalece a relação com a natureza, reconhecendo o papel fundamental dessas comunidades na preservação ambiental. A resistência indígena nas Américas é um fenômeno amplamente estudado nas relações interétnicas (Athias *et al.*, 2007). Além do âmbito acadêmico, a Constituição de 1988 reconhece direitos indígenas, como sua organização social, línguas e terras tradicionais (Art.

231). Segundo o IBGE (2010), em 2010, havia cerca de 896.917 indígenas no Brasil, representando aproximadamente 0,47% da população.

Objetivo

A presente pesquisa teve por objetivo geral investigar e analisar relatos de formas de tratamento dos povos originários em contextos colonial e decolonial, no intuito de compreender as diferenças nas experiências de tratamento ao longo do tempo e em diferentes espaços, porém, focando na bacia do rio Doce e do rio das Velhas, evidenciando estratégias de resistência e ressignificação desses povos frente às formas de opressão colonial, contribuindo assim para a valorização dos saberes e das histórias dos povos originários, promovendo uma reflexão crítica sobre os processos históricos e atuais.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa possui uma abordagem descritiva com método qualquantitativo, conforme Lakatos e Marconi (2001), combinando revisão bibliográfica e estudo de caso, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), para compreender as diferentes formas de tratamento dos povos originários ao longo do tempo. Inicialmente, foi realizada uma revisão de fontes acadêmicas, livros, artigos e documentos relacionados ao tratamento dos povos indígenas, tanto no contexto colonial quanto no decolonial. Essa etapa foi essencial para fundamentar teoricamente a análise.

Para aprofundar o estudo de caso, selecionaram-se três documentos representativos de diferentes momentos e formas de tratamento: (1) a Exposição Antropológica Brasileira de 1882, que revela as percepções da época sobre os povos indígenas, exemplificada pelo trabalho de Vieira; (2) “Marcas Históricas”, organizado por Baeta e Piló, que discute registros históricos na região de Ouro Preto; e (3) o Coletivo Borun Krem, que apresenta perspectivas contemporâneas e decoloniais sobre a representação dos povos originários, especialmente em Ouro Preto.

A partir dessas fontes, foi realizada uma análise qualitativa, buscando compreender as representações, práticas e discursos presentes nos documentos, relacionando-os às temáticas decoloniais, às dinâmicas de poder e resistência.

Resultados

Caso 1: A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 (Vieira, 2019) relata que essa exposição foi inaugurada no Museu Nacional no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1882, com a presença da família imperial. Para a exposição, foram enviados indígenas do Rio Doce, que foram apresentados ao público de forma a simular um “primeiro contato”, como se fossem criaturas exóticas, quase como uma atração de zoológico humano.

Apesar de ter objetivos científicos, na prática, esses povos eram tratados de maneira desumanizadora, como objetos de curiosidade, reforçando estereótipos de selvageria e inferioridade, especialmente dos Botocudos, considerados os mais primitivos pelos pesquisadores da época (Vieira, 2019). Essa narrativa se relaciona à “colonialidade do poder” de Quijano (1998), que aponta como o discurso colonial busca destruir a alteridade, inferiorizando e invisibilizando os povos indígenas, além de reforçar práticas eurocêntricas e desrespeitosas às suas culturas (Almeida, 2006; Alencar, 2009).

Caso 2: "Miguel Burnier, Marcas Históricas" (Resende, 2003; Venâncio, 1997) destaca que, na região de Vila Rica e do Alto Rio das Velhas, os povos indígenas resistiram à colonização, atacando fazendas e sendo utilizados como mão de obra nas lavras de ouro. Muitos indígenas foram capturados, mortos por doenças ou utilizados de forma coercitiva, com registros de denúncias por abusos e conflitos (Resende, 2007; Venâncio, 1997). A imposição de valores europeus, a etnocentricidade e o etnocídio cultural marcaram esse período, além do apagamento de suas identidades e conhecimentos tradicionais.

A resistência indígena, como a dos Botocudos, foi contínua, com estratégias de mobilidade e adaptação, refletindo a “etnogênese” (Sider, 1976), ou seja, a constante reinvenção cultural dos povos indígenas, reconhecida na Constituição de 1988 (Art. 231). A luta por direitos territoriais e contra o racismo ambiental é fundamental para garantir autonomia e valorização de seus saberes tradicionais (Pacheco; Faustino, 2013).

Caso 3: O Coletivo Borun-Krem (Blum, 2021; Mignolo, 2014; Danilo, s.d.) relata a revitalização do povo Borum-Kren, considerado extinto após campanhas de extermínio no século XVIII. Liderados pelo cacique Danilo, eles vêm resgatando suas tradições, língua e identidade, enfrentando desafios como a desinformação e o medo de se declarar indígenas devido ao passado violento. Recentemente, conquistaram reconhecimento institucional, com a criação de departamentos de cultura indígena em Ouro Preto, possibilitando maior visibilidade e fortalecimento de sua cultura. Essa iniciativa exemplifica a luta contra a

colonialidade do saber e do poder, promovendo uma narrativa de resistência e decolonização, valorizando a diferença e a pluralidade de mundos sociais (Dussel, 2001; Mignolo, 2014).

Implicações teóricas/práticas

Este estudo evidenciou a complexidade das relações entre os povos indígenas e os processos históricos de colonização e decolonização, destacando as estratégias de resistência, ressignificação e luta por reconhecimento. A análise dos diferentes momentos históricos, desde as exposições desumanizadoras do século XIX até as ações contemporâneas de revitalização cultural, revela uma trajetória marcada por opressões, mas também por resiliência e esperança.

A partir da abordagem decolonial, foi possível compreender que o reconhecimento dos povos originários vai além do aspecto formal, envolvendo o resgate de suas identidades, culturas e territórios. A criação de espaços de diálogo, como a atuação do Coletivo Borum Kren e a implementação de políticas públicas, demonstra avanços importantes na valorização e na afirmação dessas comunidades.

Porém, ainda há muitos desafios a serem superados, como a desinformação, o preconceito e a violência histórica que persistem na sociedade. É fundamental que o reconhecimento seja contínuo e que as vozes indígenas sejam ouvidas e respeitadas, promovendo uma sociedade mais justa, plural e consciente de sua diversidade cultural. Por fim, este trabalho reforça a importância de uma perspectiva decolonial na compreensão da história e do presente dos povos indígenas, contribuindo para a construção de uma sociedade que valorize suas diferenças e reconheça seus direitos fundamentais.

Referências

ALENCAR, Jackson de. **A terra sem males**. São Paulo: Paulus, 2009.

ALMEIDA, Ronaldo de. Tradução e Mediação: missões transculturais entre grupos indígenas. In: Paula Montero (Org.). **Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Editora Globo, 2006. p. 277-304.

ATHIAS, Renato. A Luta dos Povos Indígenas – 500 Anos de uma outra história. In: ATHIAS, R. ROMANO, J.; ANTUNES, M. - **Olhar crítico sobre participação e cidadania**: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2007.

BLUM, Marília Cyrillo. “**JEITINHO BRASILEIRO**”: uma análise dos efeitos da colonização na criação de identidade brasileira e na concretização e naturalização de práticas corruptivas. Repositório PUC-SP, dez. 2021. Disponível em:
<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26325>. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 11 de maio de 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Características gerais dos indígenas. Resultados do universo. Rio de Janeiro, p. 202, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 16 DE FEV 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MIGNOLO, W. Retos decoloniales, hoy. IN:BORSANI, M.A; QUINTERO, P. Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo. Neuquén: EDUCO -Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, jun. 2017, p.1-18

NUNES, Pâmela Vieira; GIRALDI, Patrícia; CASSIANI, Suzani. Decolonialidade na Educação em Ciências: o Conceito de Bem Viver como uma Pedagogia Decolonial. **Revista Interdisciplinar Sulear**, n. 9, p. 199-219, 2021. Disponível em:
<https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/5651/3420>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

QUIJANO, Aníbal, “La colonialidad del poder y la experiencia cultural lati-noamericana”, in Roberto Briceño-León; Heinz R. Sonntag (orgs.), Pueblo, época y desarrollo: la sociología de América Latina. Caracas: **Nueva Sociedad**, 1998. p139-155.

PACHECO, T., FAUSTINO, C. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: PORTO, M.F., PACHECO, T., LEROY, J. P., comps. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o Mapa de Conflitos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013

RESENDE, M. L. C. de. Brasis Coloniais: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas. In: **As Minas Setecentistas** (Org. RESENDE, M. E. L. de & VILLALTA, L. C.) vol. 1. Autêntica; Cia do Tempo, Belo Horizonte, 2007.

RESENDE, M. L. C. de Brasis Coloniais: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas. In: **As Minas Setecentistas** (Org. RESENDE, M. E. L. de & VILLALTA, L. C.) vol. 1. Autêntica; Cia do Tempo, Belo Horizonte, 2007.

RUFINO, Luiz; CAMARGO, Daniel Renaud; SÁNCHEZ, Celso. Educação Ambiental desde El Sur: A perspectiva da Terreexistência como Política e Poética Descolonial. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 7, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/14520/11017>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SIDER, G. M. Lumbre Indian Cultural nationalism and ethnogenesis. In: **Dialectical Anthropology**, 1, 1976.

VENÂNCIO, R. P. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais colonial. In: **Revista Brasileira de História**, v. 17, nº 34, São Paulo, 1997.

VIEIRA, Marina Cavalcante. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 25, n. 53, p. 317-357, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://orcid.org/0>. Acesso em abril de 2025.

E QUANDO O FAMILIAR E O ORGANIZACIONAL SE MISTURAM? UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DO SETOR HOTELEIRO DE OURO PRETO - MINAS GERAIS

Regiane Martins Faustino

Universidade Federal de Ouro Preto

regiane.faustino@aluno.ufop.edu.br

Carolina Lescura de Carvalho Castro Volta

Universidade Federal de Ouro Preto

carolina.volta@ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

A hotelaria em Ouro Preto, Minas Gerais, representa um setor essencial para a economia local, atuando em um ambiente de forte apelo histórico, cultural e turístico. Trata-se de um segmento que se destaca pela sua relevância na geração de emprego e renda, e pela preservação das tradições e do patrimônio material e imaterial que caracterizam a cidade. Conforme Castelli (2003), o empreendimento hoteleiro é essencialmente voltado para a prestação de serviços ao hóspede, sendo regulamentado e administrado por profissionais especializados. Essa configuração profissional, no entanto, não anula as complexas interações humanas que permeiam o ambiente de trabalho, especialmente em empresas familiares.

Na literatura, a atuação em empresas familiares apresenta características próprias que impactam profundamente a gestão, as relações interpessoais e a prestação de serviços. Autores como Colbari (2006), Davel (2006) e Grzybowski (2007) destacam a singularidade dessas organizações, marcada pela sobreposição de vínculos afetivos e profissionais. Essa combinação, muitas vezes, leva à confusão de papéis e à construção de alianças que extrapolam o contrato formal de trabalho. Waiandt e Davel (2008) complementam essa discussão ao enfatizar a multiplicidade e o sincretismo das representações organizacionais que emergem nessas empresas, onde valores como confiança, afeto e reciprocidade moldam de forma decisiva a cultura interna e a dinâmica operacional.

A relação entre família e empresa também é atravessada por processos complexos de sucessão, poder e confiança. Lambek (2011) discute como essas relações podem ser vistas como presentes e, ao mesmo tempo, como fontes de conflito e disputa. Essa perspectiva é particularmente relevante no contexto da hotelaria em Ouro Preto, onde a figura do patriarca ou do fundador do empreendimento exerce papel central, não apenas na fundação e

manutenção do negócio, mas também como ponto de referência para a cultura e a identidade organizacional. A ausência desse líder pode desencadear mudanças significativas na gestão, afetando a dinâmica interna, a tomada de decisões e o próprio ambiente de trabalho.

Empiricamente, esta pesquisa se fundamenta em vivências práticas da pesquisadora, que atuou no setor hoteleiro de Ouro Preto entre 2019 e 2022, e na observação do impacto que as relações pessoais exercem sobre a rotina de trabalho e a gestão empresarial. Além disso, dados do Observatório do Turismo de Minas Gerais e do Plano Municipal de Turismo (2017-2027) corroboram a relevância econômica do setor, destacando a alta taxa de ocupação e a centralidade do turismo para a economia local. Contudo, tais indicadores quantitativos não capturam as nuances das interações humanas que se estabelecem nos bastidores desses negócios familiares, como o equilíbrio entre laços afetivos e exigências profissionais.

Dessa forma, a contextualização desta pesquisa dialoga diretamente com as perspectivas teóricas dos autores mencionados, ao mesmo tempo em que se ancora nas particularidades do setor hoteleiro de Ouro Preto e nas vivências da pesquisadora. Essa base permite uma análise ampliada das interações que transcendem o vínculo profissional, abordando o impacto da cultura organizacional familiar na gestão e na experiência de trabalho. Por fim, destaca a necessidade de superar discursos romantizados sobre a hotelaria familiar, que muitas vezes ocultam as tensões e desafios que caracterizam essas organizações.

Objetivo

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a dinâmica entre família e empresa no contexto das organizações hoteleiras em Ouro Preto (MG).

Procedimentos Metodológicos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, visando apreender a complexidade e a subjetividade das relações estabelecidas nos empreendimentos hoteleiros familiares. Os principais instrumentos de coleta de dados foram a observação não participante, a análise documental e entrevistas semiestruturadas em profundidade. As entrevistas foram realizadas com gestores e funcionários de cinco hotéis familiares, denominados ficticiamente como Ouro, Diamante, Topázio, Esmeralda e Rubi, cujos tempos de funcionamento variam de 15 a 42 anos. Os participantes foram selecionados utilizando-se a técnica de amostragem “bola de neve” (Vinuto, 2014), que permitiu o acesso

a pessoas que detêm conhecimento profundo sobre as dinâmicas internas desses estabelecimentos.

A observação não participante possibilitou captar aspectos do cotidiano de trabalho e das interações sociais, enquanto as entrevistas em profundidade buscaram compreender as trajetórias familiares e as dinâmicas específicas de cada empreendimento. A análise dos dados coletados foi realizada utilizando a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que possibilitou a identificação de categorias temáticas e a organização de padrões e recorrências. Carlomagno e Rocha (2016) reforçam que a definição clara e homogênea das categorias é essencial para garantir a objetividade e a confiabilidade do estudo.

Com o intuito de resguardar a privacidade dos entrevistados e promover um ambiente seguro para o compartilhamento das informações, nomes fictícios foram utilizados tanto para os participantes quanto para os empreendimentos. Além disso, o contexto histórico e social de Ouro Preto foi considerado como elemento transversal à pesquisa, dado seu impacto direto nas práticas de gestão e na cultura das empresas familiares.

Resultados preliminares ou esperados

Os resultados preliminares indicam que a trajetória dos funcionários com maior tempo de empresa contribui significativamente para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e confiança dentro dos empreendimentos familiares. Esses vínculos, por sua vez, fomentam uma cultura organizacional que valoriza a proximidade e o acolhimento, elementos fundamentais para a experiência do hóspede e para a identidade desses estabelecimentos. Entretanto, o mesmo vínculo que cria um ambiente de trabalho mais caloroso e humanizado também revela desafios estruturais importantes, como conflitos internos, insegurança na tomada de decisões e dificuldades em separar as esferas familiares e profissionais.

A dualidade presente nas percepções de gestores e funcionários ilustra um equilíbrio delicado entre benefícios emocionais e limitações práticas. De um lado, os laços de confiança e afeto fortalecem o espírito coletivo e a solidariedade interna; de outro, podem gerar resistência a mudanças, falta de clareza nos papéis e conflitos que ameaçam a harmonia no ambiente de trabalho. Essas tensões, quando não reconhecidas e geridas adequadamente, têm o potencial de comprometer não apenas a satisfação dos colaboradores, mas também a competitividade e a sustentabilidade do negócio no mercado turístico cada vez mais dinâmico.

Além disso, a pesquisa evidencia que, apesar das dificuldades em mapear e dialogar com as famílias gestoras, o conhecimento tácito e a experiência acumulada pelos funcionários antigos são ativos valiosos para os empreendimentos. Reconhecer e integrar esse saber à estratégia de gestão não apenas fortalece a cultura organizacional, mas também amplia a capacidade de adaptação às transformações do mercado. A intersecção entre família, trabalho e identidade sociocultural em Ouro Preto demonstra, assim, a relevância de estratégias participativas e dialógicas, capazes de alinhar tradição e inovação.

Por fim, espera-se que a pesquisa contribua para o fortalecimento das empresas familiares como protagonistas do turismo em Ouro Preto, promovendo práticas de gestão mais equilibradas e sensíveis às particularidades dessas organizações. Essa sensibilidade é fundamental para que essas empresas continuem a desempenhar seu papel central na preservação do patrimônio, na promoção do turismo sustentável e na geração de emprego e renda.

Implicações teóricas/práticas

As implicações teóricas e práticas desta pesquisa são significativas. Do ponto de vista teórico, o estudo amplia a compreensão das dinâmicas familiares nas empresas hoteleiras ao demonstrar como os laços de parentesco moldam decisões estratégicas, práticas cotidianas e a própria identidade organizacional. Ele também evidencia a necessidade de integrar dimensões como pertencimento, afetividade e identidade às discussões sobre gestão e competitividade no setor hoteleiro. Dessa forma, contribui para reflexões mais amplas sobre turismo, patrimônio e empresas familiares em destinos históricos, reforçando a importância de abordagens que considerem as singularidades socioculturais desses contextos.

Na prática, os resultados apontam para a necessidade de equilibrar tradição e inovação. Isso implica adotar práticas de gestão profissionalizadas, capazes de garantir maior eficiência e clareza nos papéis e processos, ao mesmo tempo em que se respeitam os valores e a identidade familiar. Reconhecer a importância dos funcionários antigos e investir na valorização de sua experiência são estratégias fundamentais para fortalecer a cultura organizacional e a qualidade dos serviços prestados.

A pesquisa também destaca a urgência de estratégias de comunicação mais objetivas, que permitam lidar com conflitos e inseguranças de forma transparente, prevenindo desgastes e melhorando o clima organizacional. Tais estratégias devem contemplar processos

de escuta e participação, criando um ambiente de trabalho mais justo e inclusivo. Além disso, a dinâmica do setor e as mudanças no perfil dos turistas exigem inovação e adaptação constante, o que reforça a necessidade de formação continuada e abertura para práticas de gestão modernas.

Nesse sentido, o estudo reafirma que a profissionalização não deve ser vista como oposição à identidade familiar, mas como um caminho para potencializá-la, fortalecendo a capacidade de inovação e a sustentabilidade dos negócios. Em suma, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais sensível e abrangente das empresas familiares na hotelaria de Ouro Preto, destacando seus desafios e potencialidades em um contexto marcado pela importância do patrimônio cultural e pelas dinâmicas singulares do turismo local.

Referências

BORGES, Alex Fernando; LESCURA, Carolina; OLIVEIRA, Janete de Lara. O campo de pesquisas sobre empresas familiares no Brasil: análise da produção científica no período 1997-2009. **Salvador**, v. 19, n. 61, p. 315-332, abr./jun. 2012.

CARRÃO, Ana Maria Romano. Empresa familiar: risco e oportunidades. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXI, 1997, Rio das Pedras. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 1997.

CHUA, Jess. CHRISMAN, James. Defining the family business by behavior. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 23, n. 4, p. 19-39, 1999.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SARAIVA, Luiz Alex Silva; GRZYBOVSKI, Denize (orgs.). **Organizações familiares: um mosaico brasileiro**. Passo Fundo: UPF, 2008.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **Revista de Antropologia da UFSCar**, Dossiê Parentesco, v. 6, n. 2, p. 103-118, 2014.

CHRISMAN, James. CHUA, Jess. ZAHRA, Shaker. Creating wealth in family firms through managing resources: comments and extensions. **Entrepreneurship Theory and Practice**, Boca Raton, p. 359-365, June 2003.

COSTA, Armando João Dalla. Gestão dos herdeiros ou de profissionais nas empresas familiares: o caso da Perdigão. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 197-225, maio/ago. 2007.

DANTE, Fábio Santarossa. Os impactos da gestão familiar nos conflitos e cultura organizacional. **ReCaPe – Revista de Carreiras e Pessoas**, São Paulo, v. 6, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: . Acesso em: 13 fev. 2024.

DAVEL, Eduardo Paes Barreto; WAIANDT, Claudiani. Representações sincréticas e familiares nas organizações: a experiência de uma empresa de bebidas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS

ORGANIZACIONAIS, 4., 2006, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ANPAD, 2006.

DONNELLEY, Robert. A empresa familiar. **Revista de Administração de Empresas**, v. 7, n. 23, p. 161-198, 1967.

DUARTE, Sérgio Ricardo; SILVA, Pedro Juan. Gestão familiar versus gestão de rede na hotelaria de Fortaleza. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 626-643, dez. 2015.

DA Silva Barreto, Laís Karla; de Clodoaldo Pinto Guerra Leone, Nilda Maria; da Silva Santiago, Jussele Lourenço; do Nascimento Nóbrega, Annamaria Barbosa Trabalho, prazer e sofrimento na hotelaria. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 4, p. 63-79, 2016. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

EMMENDOERFER, Magnus. L. HELAL, D. H. Organizações familiares: um espaço de geração de ideias e produtos. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; GRZYBOVSKI, Denize. (Org.). **Organizações familiares: um mosaico brasileiro**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2008. p. 358-384.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder. Formação do patrono político brasileiro**. 3º edição. Editora O Globo, 2001.

GRZYBOVSKI, Denize. Plataforma de conhecimento e aprendizagem transgeracional. 2007. 167 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

CASTRO, Carolina Lescura de Carvalho. **A dinâmica entre família e organização: representações sociais acerca das relações de parentesco em uma organização familiar**. 165 páginas, Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

CASTRO, Carolina Lescura de Carvalho. **A Dinâmica entre família e organização: representações sociais acerca das relações de parentesco em uma organização familiar**.

LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison. **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SANT'ANNA, Eduardo Silva.Santana. CARNEIRO, Juliana. LESCURA, Carolina. Quem acolhe os que acolhem? Trabalho decente como ethos da hospitalidade organizacional na hotelaria. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 13, n. 1, p. 50-70, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i1p50>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia. **Mercado de trabalho de Ouro Preto e municípios selecionados**. Ouro Preto, 28 jul. 2022.

HOFFMAN, James. HOELSCHER, Mark SORENSEN, Ritch. Achieving sustained competitive advantage: a family capital theory. **Family Business Review**, Boston, v. 19, n. 2, June 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEONE, Nilda Maria Clodoaldo Pinto Guerra. LEONE, Rodrigo José Guerra. Empresa familiar: identificação das repercussões econômicas, tecnológicas e organizacionais por meio da trajetória dos sucessores. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 88-62, 2006.

MACÊDO, Kátia Barbosa. Cultura, poder e decisão na organização familiar brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 2002.

MACHADO, M. N. M. Cultura e imaginário organizacionais: análise psicossociológica de algumas imagens típicas brasileiras. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, ago. 2008.

MACHADO, Hilka Vier. Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 317-323, maio/ago. 2005.

MORÉ, C. A “entrevista em profundidade” ou “semi estruturada”, no contexto da saúde: dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. **CIAIQ2015**, v. 3, 2015.

MAIA, Tatiana da Silva Tavares. Gestão de pessoas: particularidades de empresas familiares. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 3, n. 2, p. 71-85, 2009.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

NEZ, Evandro de. BEIREN, Ilse Maria. Influência familiar na concepção dos sistemas de recompensa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 16, jan./abr. 2021.

NUMMER, Fernanda Valli; CARDOSO, Yasmin Silva; FRANCO, Lucas Silva Cavalcante. Patriarcado na gestão, sucessão e venda da perfumaria Phebo. Patriarcado na gestão, sucessão e venda da perfumaria Phebo. **História Econômica & História de Empresas**, v. 26, n. 3, p. 751-778, set.-dez. 2023.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Empresa familiar: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório**. São Paulo: Atlas. Acesso em: 16 fev. 2025, 1999.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. International Tourism Highlights, 2019 Edition. UNWTO, Madrid, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284421152>.

MARLENE, Catarina de Oliveira Melo, MICHELLE, Cristina de Sousa Oliveira, PAIVA CÉSAR, Kely. Produção científica brasileira sobre empresa familiar – um meta estudo de artigos publicados em anais de eventos da ANPAD no período de 1997-2007. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 6, p. 148-173, 2008.

PIRES, Maria do Carmo. Das viagens dos cientistas no século XIX aos modernistas: a mineiridade e o despertar do turismo das cidades históricas de Minas Gerais, Brasil. **Rosa dos Ventos**, v. 9, n. 3, 2017. Universidade de Caxias do Sul, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=47355203301>. Acesso em: fev. 2024.

RICHARDSON, Robert Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Noemi Gester de. **Análise da articulação entre famílias e negócios: o caso das empresas familiares do ramo hoteleiro de Ouro Preto - MG**. 2016. 196 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016.

SANTOS, Noemi Gester de. Desafios na sucessão em empresas familiares do setor hoteleiro de Ouro Preto – MG. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 208-227, jan./abr. 2019.

SANTOS, Noemi Gester de. **Identidades organizacionais nas empresas familiares do setor hoteleiro da cidade de Ouro Preto – MG**. 2018. 175 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

SILVA, Jéssica de Oliveira. Sucessão familiar nas micro e pequenas empresas brasileiras. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 14, n. 2, 2016.

SOUSA, Edite Maria de. Conflitos na sucessão familiar: um estudo em micro e pequenas empresas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 2, n. 6, p. 179-201, 2017.

TEIXEIRA, Cristiane Aparecida de Oliveira. Gestão da sucessão em empresas familiares. **Revista de Administração e Inovação**, v. 9, n. 1, p. 63-80, 2012.

VARGAS, Sandra Maria Rocha; PAULA, Vera Lúcia Magalhães de. A gestão da sucessão nas empresas familiares: um estudo de caso na região sul de Minas Gerais. **Revista de Administração IMED**, v. 8, n. 2, p. 174-191, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZAHRA, Shaker. Family business research: a strategic reflection. **Family Business Review**, Boston, v. 13, n. 2, p. 85-92, June 2000.

ENTRE A PRESERVAÇÃO E O TURISMO: ANÁLISE CRÍTICA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE FERNANDO DE NORONHA NA CONTEMPORANEIDADE

Clara Oliveira Mucida

Stratus Arqueologia & Patrimônio Cultural
clara@stratusarqueologia.com.br

Diogo de Cerqueira Pinto

Stratus Arqueologia & Patrimônio Cultural
diogo@stratusarqueologia.com.br

Contextualização Teórica e Empírica

Situado no Atlântico Sul, o arquipélago de Fernando de Noronha apresenta significativa relevância socioambiental e cultural, abrigando um conjunto expressivo de bens arqueológicos e históricos, inseridos em território marcado pela presença do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, Unidade de Conservação de proteção integral que exerce papel central na conservação da biodiversidade e na regulação do uso e ocupação da área, incluindo as atividades turísticas (BRASIL, 2024). Dessa maneira, entende-se que o arquipélago constitui um território singular para a investigação das inter-relações entre patrimônio, território e turismo em contextos insulares.

A ilha possui uma trajetória histórica multifacetada, que remonta à colonização europeia, ocupações militares, uso como ilha-presídio, e construção de destino turístico, experiências que deixaram marcas materiais e imateriais fundamentais para a configuração do patrimônio local (BRASIL, 1938; NASCIMENTO, 2009; SILVA, 2013; BRASIL, 2024). Essas múltiplas camadas históricas se expressam em sítios arqueológicos, caracterizados por ruínas e estruturas militares, como a Aldeia dos Sentenciados, Armazém Agrícola, Reduto de Santana, Fortaleza Nossa Senhora dos Remédios e Forte São Pedro do Boldró, além do Conjunto Histórico do Arquipélago de Fernando de Noronha, núcleo histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (BRASIL, 2025a; BRASIL, 2025b).

A partir da década de 1960 nota-se processo de transformação territorial intensificado pela saída de forças militares norte-americanas da ilha, permitindo abertura para atividades turísticas (NASCIMENTO, 2009; CORDEIRO et al., 2018). Nas décadas subsequentes, intercorreu-se na consolidação do turismo como alternativa econômica viável, marcado especialmente pela criação do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha em 1988,

que institucionalizou o ecoturismo, estabelecendo normas para preservação e uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 1988; BRASIL 2024). Em decorrência das especificidades históricas e políticas do território, evidenciou-se, também, um processo de mercantilização do espaço, direcionando-o para um modelo de turismo de alto padrão (CORDEIRO et al., 2018).

Entretanto, o foco no turismo como vetor de desenvolvimento reproduziu o que alguns autores chamam de 'grande divisor' ocidental (DESCOLA, 2005), estabelecendo uma hierarquia de valores que marginaliza sistematicamente o patrimônio cultural em favor da natureza. Essa dicotomia entre domínios que, em muitas cosmologias, são inseparáveis (VIVEIROS DE CASTRO, 1996) acabou por institucionalizar a conservação ecológica como prioridade, deixando as camadas históricas do território em segundo plano – um processo que lembra a 'apartação patrimonial', onde certas narrativas são sistematicamente privilegiadas (HERZFELD, 2006).

A separação entre cultura e natureza é mais um constructo político do que uma realidade ontológica, conforme alertam Ingold (2000) e Latour (1994). O resultado é uma preservação desigual: o que serve ao turismo é valorizado; o que não se encaixa nessa lógica, desaparece. Para entender esses mecanismos de valoração assimétrica, é preciso uma abordagem crítica que articule diferentes campos (LOWENTHAL, 1998) – da arqueologia (FUNARI, 2003) à história (MENESES, 2012), passando pela antropologia do patrimônio (GONÇALVES, 2005).

Assim, a problemática da gestão patrimonial em Fernando de Noronha apresenta fragilidades de abordagens interdisciplinares que articulem perspectivas arqueológicas, históricas e antropológicas, de modo a compreender as dinâmicas de preservação, exclusão e valorização que se manifestam na ilha, promovendo um olhar crítico sobre os processos de memória, identidade e sustentabilidade cultural no território insular.

Enquanto as Unidades de Conservação enfatizam a tutela ambiental, o patrimônio arqueológico e histórico enfrenta abandono, invisibilização e fragmentação institucional. Destaca-se, o processo de elitização de determinados bens culturais, que, em virtude do status simbólico e turístico, recebe investimentos diferenciados e maior visibilidade, conforme notase pelo restauro da Fortaleza Nossa Senhora dos Remédios, atualmente administrada por empresa privada e rebatizada como Forte Noronha. Em contrapartida, outros sítios

arqueológicos e históricos, bem como elementos culturais associados às memórias locais, permanecem relegados e subvalorizados.

Objetivo

Este estudo objetiva analisar criticamente as dinâmicas de valorização seletiva, abandono e elitização do patrimônio cultural, especialmente bens arqueológicos, em Fernando de Noronha, situando tais processos no contexto das transformações socioeconômicas e culturais advindas da expansão turística. Busca-se compreender as tensões entre conservação ambiental, valorização cultural e usos turísticos que impactam a sustentabilidade do patrimônio insular.

Procedimentos Metodológicos

A investigação fundamenta-se em trabalho de campo realizado no arquipélago de Fernando de Noronha, entre fevereiro e maio de 2025, combinando abordagens etnográficas e técnicas de avaliação patrimonial. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com interlocutores estratégicos — entre os quais moradores, gestores públicos e agentes culturais —, selecionados em função da atuação nos processos de gestão e representação do patrimônio local. Cabe destacar que, em diversos momentos, as entrevistas contaram com a participação de mais de um interlocutor simultaneamente, ampliando a diversidade de perspectivas e a riqueza das informações coletadas.

Como etapa complementar, efetuaram-se caminhadas sistemáticas destinadas à observação da organização espacial e à identificação de paisagens culturais, além de visitas técnicas voltadas à avaliação in loco de bens culturais protegidos. Durante essas atividades, realizou-se também a identificação de indícios, sítios e evidências arqueológicas não acauteladas, sem a adoção de procedimentos metodológicos intervencionistas.

Simultaneamente, foi conduzida análise documental crítica de políticas públicas, planos de gestão e instrumentos normativos referentes ao patrimônio cultural e arqueológico da ilha. Essa etapa permitiu estabelecer contrapontos entre os discursos institucionais e as percepções observadas em campo.

Os procedimentos metodológicos adotam fundamentos da antropologia do patrimônio, da arqueologia e dos estudos históricos, com enfoque em abordagem qualitativa, articulando diferentes procedimentos analíticos: a) práticas sociais, identificadas por meio da

etnografia; b) avaliação técnica, orientada pela análise patrimonial e pela identificação de evidências arqueológicas não acauteladas, realizada sem intervenção direta; e c) dispositivos institucionais, examinados a partir da crítica documental. A articulação dessas dimensões visa produzir uma leitura integrada dos processos patrimoniais em Fernando de Noronha, considerando simultaneamente os aspectos materiais e as disputas simbólicas relacionadas à preservação.

Resultados preliminares ou esperados

A pesquisa evidencia um cenário de governança patrimonial assimétrico em Fernando de Noronha, orientado pela valorização de um modelo de turismo de alto padrão. Observa-se uma dinâmica de monumentalização seletiva (HARVEY, 2001), na qual determinados bens – como a Fortaleza Nossa Senhora dos Remédios – são objeto de ações de conservação e promoção, enquanto outros – como o Armazém Agrícola, a Aldeia dos Sentenciados, o Forte da Conceição e o Forte São Joaquim do Sueste – permanecem em estado de progressiva degradação.

Essa desigualdade manifesta-se materialmente na paisagem, por meio de uma geografia simbólica excludente, sustentada pela fetichização do patrimônio (SELWYN, 1996) e pela produção de zonas turísticas de alta visibilidade, em contraste com espaços patrimoniais marginalizados e silenciados.

A análise antropológica e arqueológica, orientada por uma perspectiva decolonial (MIGNOLO, 2007; QUIJANO, 2000), evidencia a persistência de epistemologias hegemônicas na definição dos bens considerados dignos de preservação, em detrimento de memórias, práticas e territorialidades vinculadas aos moradores da ilha.

Implicações teóricas/práticas

Espera-se que esta pesquisa contribua para uma leitura crítica das inter-relações entre turismo e patrimônio cultural em Fernando de Noronha, estimulando reflexões sobre as práticas institucionais de preservação e os efeitos sobre as percepções e vivências dos moradores locais.

Ao documentar o patrimônio arqueológico e edificado ameaçado, busca-se consolidar uma concepção de patrimônio como processo social, relacional e político (FUNARI,

2003; GONÇALVES, 2005), alinhada às perspectivas de justiça patrimonial e à decolonização dos discursos hegemônicos sobre o passado.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o avanço das discussões em antropologia do patrimônio, arqueologia histórica e gestão cultural, ao problematizar as tensões entre valorização seletiva e invisibilização de elementos que constituem o patrimônio no contexto de Fernando de Noronha.

Referências

BRASIL. Decreto nº 96.693, de 14 de setembro de 1988. Cria o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 set. 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1988/decreto-96693-14-setembro-1988-447461-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 mai. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 640, de 22 de agosto de 1938. Cria, no arquipélago de Fernando de Noronha, uma Colônia Agrícola, destinada à concentração e trabalho de indivíduos reputados perigosos à ordem pública, ou suspeitos de atividades extremistas. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 24 ago. 1938, p. 16975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-640-22-agosto-1938-350872-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 mai. 2025.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha – Revisão Pontual 2024. Brasília, DF: ICMBio, 2024. Documento alterado pela Portaria ICMBio nº 2761, de 10 out. 2024, retificada em 24 out. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/parna-marinho-de-fernando-de-noronha/arquivos/plano_de_manejo_pn_marinho_fernando_de_noronha_revisaoPontual_2024.pdf. Acesso em: 22 mai. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Lista de bens tombados. 2025a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 22 mai. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Cadastro de sítios arqueológicos. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/iphant/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-archeologico/cadastro-de-sitios-archeologicos>. Acesso em: 22 mai. 2025.

CORDEIRO, I. J. D. E.; LEITE, N. K.; GOMES, E. T. A. Análise do Processo de Turistificação de Fernando de Noronha (PE) entre os Anos de 1960 e 2016. Revista Turismo em Análise – RTA, v. 29(1), p. 164-181. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v29i1p164-181>. Acesso em: 22 mai. 2025.

DESCOLA, P. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005. 640 p.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003. 128 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 21-29.

HARVEY, D. **Heritage Pasts and Heritage Presents: Temporality, Meaning and the Scope of Heritage Studies**. International Journal of Heritage Studies, v.7(4), p.319-338, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13581650120105534>. Acesso em: 23 mai. 2025.

HERZELD, M. Spatial Cleansing: Monumental Vacuity and the Idea of the West. *Journal of Material Culture*, v. 11 (1-2), p. 127-149. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1359183506063016>. Acesso em: 22 mai. 2025.

INGOLD, T. **The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill**. London: Routledge, 2000. 602 p.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 150 p. Publicado originalmente como Nous n'avons jamais été modernes, Paris: La Découverte, 1991.

LOWENTHAL, D. **The Heritage Crusade and the Spoils of History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 358 p.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: CHUVA, Márcia (org.). **Patrimônio: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012. p. 53-67.

MIGNOLO, W. Delinking: The Rhetoric of Modernity, the Logic of Coloniality and the Grammar of De-coloniality. *Cultural Studies*, v.21(2-3), p.449-514, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09502380601162647>. Acesso em: 23 mai. 2025.

NASCIMENTO, G. R. D. **Fernando de Noronha e os ventos da Guerra Fria: a relação entre Brasil e Estados Unidos nos anos de JK**. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

QUIJANO, A. **Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. Nepantla: Views from South**, v.1(3), p.533-580, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0268580900015002005>. Acesso em: 23 mai. 2025.

SELWYN, Tom. **The Tourist Image: Myths and Myth Making in Tourism**. Chichester: Wiley, 1996. 280 p.

SILVA, M. B. L. E. **Fernando de Noronha**: cinco de séculos de história. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 2013. 551 p.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, v. 2(2), p. 115-144. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>. Acesso em: 22 mai. 2025.

ENTRE O OFÍCIO E A MEMÓRIA: TÉCNICAS TRADICIONAIS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Beatriz Marci Fagundes

Universidade Federal de Ouro Preto

beatriz.fagundes@aluno.ufop.edu.br

Izabel Luzia Marci Fagundes

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Campus Timóteo

izabelmarci3@gmail.com

Contextualização Teórica e Empírica

A preservação do patrimônio edificado envolve mais do que a conservação física de bens imóveis, ela pressupõe o reconhecimento dos saberes, práticas e valores sociais que lhes conferem significado. Segundo Choay (2001), o conceito moderno de patrimônio articula dimensões materiais e imateriais, sendo necessário compreender os edifícios históricos como expressões culturais enraizadas em modos específicos de construir, habitar e significar o espaço. No contexto brasileiro, a preservação de cidades históricas, como Ouro Preto, exige atenção às técnicas construtivas tradicionais que moldaram seu traçado urbano e sua paisagem arquitetônica.

Ouro Preto, localizada em Minas Gerais, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938 e a primeira cidade brasileira a ser reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1980, constitui um caso emblemático. Suas construções coloniais, erguidas com técnicas como taipa de pilão, adobe, cantaria e telhados em estrutura de madeira, requerem abordagens de conservação que respeitem os métodos e os materiais originais. Como afirma Fonseca (2005), a manutenção da autenticidade do patrimônio depende da continuidade dos sistemas construtivos que o produziram. Todavia, o uso crescente de soluções industrializadas e a escassez de mão de obra especializada têm comprometido a qualidade das intervenções (Fonseca, 2005).

A noção de autenticidade, conforme defendida pela Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) e aprofundada pelo Nara Document on Authenticity (UNESCO, 1994), inclui a integridade das técnicas e materiais originais. Isso exige políticas públicas que incentivem a capacitação de profissionais e a valorização de mestres de ofício detentores de saberes tradicionais. Nesse sentido, a preservação do patrimônio edificado está diretamente ligada à salvaguarda do

patrimônio imaterial, como propõe a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003).

Em Minas Gerais, uma das principais iniciativas nesse campo é a Escola de Ofícios Tradicionais de Mariana, que trata-se de uma realização do Instituto Pedra, através do patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Instituto Cultural Vale, contando com o apoio da Prefeitura de Mariana. Localizada próxima a Ouro Preto, a Escola de Ofícios Tradicionais de Mariana busca viabilizar a preservação do patrimônio, em suas dimensões material e imaterial, já que propõe:

“Por meio da capacitação em técnicas construtivas tradicionais, atendendo à demanda por mão de obra qualificada para serviços de restauração e construção civil na região e à necessidade de geração de renda para a economia local” (Escola de Ofícios, 2025).

Segundo a instituição, os cursos ofertados pela EOTM têm duração de um semestre e são divididos em cinco áreas de qualificação específicas: Alvenaria (taipa, adobe e pau a pique), Carpintaria (madeira), Forjaria (forja artística), Cantaria (pedra) e Pintura (cal, óleo, estêncil e pátinas).

Autores como Zanchetti (2011) defendem que a capacitação técnica voltada ao patrimônio deve ser entendida como política estruturante para a preservação, pois possibilita intervenções mais adequadas e sustentáveis. Além disso, destacam que a transmissão intergeracional dos saberes construtivos não apenas qualifica a conservação dos bens edificados, como também fortalece a identidade cultural das comunidades envolvidas. Nota-se, portanto, que experiências de restauração realizadas com base em técnicas tradicionais têm demonstrado resultados mais duradouros e coerentes com a paisagem histórica, sobretudo quando articuladas com ações educativas e de participação comunitária.

A preservação do patrimônio edificado em Ouro Preto e em outros contextos urbanos históricos demanda uma abordagem que reconheça o valor cultural das técnicas construtivas tradicionais e promova sua continuidade por meio da formação, da pesquisa e do reconhecimento dos agentes envolvidos na produção e reprodução desses saberes.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância das técnicas construtivas tradicionais para a preservação do patrimônio edificado em Ouro Preto (MG), considerando

sua contribuição para a manutenção das edificações e a salvaguarda dos saberes tradicionais. Busca-se compreender como essas práticas construtivas, historicamente utilizadas na conformação do espaço urbano colonial, permanecem relevantes na atualidade, especialmente quando articuladas a iniciativas de formação profissional, como a Escola de Ofícios Tradicionais de Mariana. O estudo pretende ainda discutir a preservação do patrimônio como um processo que integra dimensões materiais e imateriais, defendendo a valorização dos ofícios tradicionais como estratégia para garantir a sustentabilidade das políticas patrimoniais na região.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão do papel das técnicas construtivas tradicionais na preservação do patrimônio edificado em Ouro Preto. O estudo fundamentou-se na revisão bibliográfica de autores que tratam da relação entre patrimônio cultural, autenticidade, saberes tradicionais e técnicas construtivas vernaculares, como Choay (2001), Gonçalves (2005), Fonseca (2005), entre outros. Também foram analisadas produções acadêmicas recentes sobre políticas patrimoniais e formação técnica vinculada à preservação.

Como complemento à base teórica, foi realizada análise documental de normativas, cartas patrimoniais e diretrizes técnicas produzidas por instituições nacionais e internacionais, incluindo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Documentos como a *Carta de Veneza* (1964), o *Nara Document on Authenticity* (1994) e a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (2003) foram utilizados como referenciais para discutir os conceitos de autenticidade, integridade e valorização dos saberes tradicionais.

A análise contemplou também materiais informativos da Escola de Ofícios Tradicionais de Mariana, com o objetivo de compreender sua atuação na formação de mão de obra qualificada para intervenções em bens protegidos. A triangulação entre os dados bibliográficos e documentais possibilitou uma compreensão ampliada dos desafios e potenciais das técnicas tradicionais no contexto da preservação do patrimônio edificado em Ouro Preto.

Resultados preliminares ou esperados

A partir da revisão bibliográfica e da análise documental realizada, espera-se demonstrar que o uso das técnicas construtivas tradicionais, como a taipa de pilão, o adobe, a cantaria e as estruturas de madeira, representa um elemento fundamental para garantir a integridade das intervenções em bens edificados tombados em Ouro Preto. Os dados indicam que a aplicação dessas técnicas não apenas preserva as características materiais dos edifícios históricos, mas também mantém vivos os modos de fazer, os saberes e os valores culturais associados à sua construção.

Prevê-se, ainda, que o estudo evidencie a importância da Escola de Ofícios Tradicionais de Mariana como política pública exemplar, capaz de promover a transmissão intergeracional desses saberes e suprir a carência de mão de obra especializada na região. A atuação da escola, ao formar profissionais capacitados para atuar em contextos patrimoniais, reforça a sustentabilidade das ações de preservação ao articular conhecimento técnico, valorização cultural e desenvolvimento social. Assim, os resultados esperados apontam para a urgência de ampliar e fortalecer iniciativas semelhantes em outras cidades históricas brasileiras, reconhecendo as técnicas construtivas tradicionais como parte indissociável da conservação do patrimônio edificado e da memória coletiva.

Implicações teóricas/práticas

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui para o aprofundamento das discussões sobre a preservação do patrimônio edificado como prática que articula dimensões materiais e imateriais, desafiando abordagens meramente técnicas ou normativas. Ao destacar a relevância das técnicas construtivas tradicionais no contexto da autenticidade patrimonial, o estudo dialoga com os princípios estabelecidos em documentos como a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) e o Nara Document on Authenticity (UNESCO, 1994), reforçando a necessidade de reconhecer os saberes tradicionais como parte integrante do patrimônio cultural. Nesse sentido, a pesquisa se insere em uma perspectiva que comprehende o patrimônio como processo social, em constante reconstrução simbólica e prática (Fonseca, 2005; Choay, 2001).

Já no campo prático, os resultados apontam para a importância de políticas públicas voltadas à formação profissional especializada, como a experiência da Escola de Ofícios de Mariana, cuja atuação demonstra o potencial transformador da valorização dos ofícios

tradicionais na preservação do patrimônio e no fortalecimento das identidades locais. A promoção de ações educativas, o incentivo à atuação dos mestres de ofício e a criação de redes colaborativas entre instituições, profissionais e comunidades são indicadas como estratégias eficazes para garantir a continuidade dos modos tradicionais de construir e conservar. Assim, o estudo reforça que a sustentabilidade das práticas de preservação depende não apenas da técnica, mas do reconhecimento social e político dos sujeitos e saberes que historicamente produziram o patrimônio.

Referências

- ASSUNTO, Rosário. Paisagem, Ambiente e Território. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord). **Filosofia da paisagem. Uma antologia.** Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 125-129.
- BERQUE, Augustin. **O Pensamento-paisagem.** Tradução de Vladimir Bartalini, Camila Gomes Sant'Anna. São Paulo: Editora da USP, 2023 (Cap. VI – Coisa obscura até ser dita, pp. 105-125).
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2001.
- ESCOLA DE OFÍCIOS. **O projeto - Escola de Ofícios Tradicionais de Mariana.** 2025. Disponível em: <https://www.escoladeoficios.org.br/o-projeto/>. Acesso em 20 maio 2025.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.
- GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**, v. 11, p. 15-36, 2005.
- JEUDY, Henry-Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: **Casa da Palavra**, 2005 (Patrimônio e catástrofe, pp.57-72).
- LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio Mendes. Valores dos Bens Patrimoniais. In: **Plano da Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos.** Recife: CECI, 2012. p. 44-54.
- SEMENTE. **Mãos, madeira e barro: preservação das técnicas mistas de construção em Ouro Preto.** Plataforma Semente. Disponível em: <https://sementemg.org/maos-madeira-e-barro--preservacao-das-tecnicas-mistas-de-construcao-em-ouro-preto>. Acesso em: 20 maio 2025.
- WIEDEMANN, Samuel Carlos; COSTA NETO, Pedro Leão da. Os primórdios de ensino de ofício e seu caráter de preservação e conservação. In: **XI Reunião Científica Regional da ANPEd Sul**, 2016, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPEd Sul, 2016. p. 1-12.
- ZANCHETI, Silvio Mendes. Conservação integrada e planejamento urbano: uma revisão. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 19, n. 1, p. 1-15, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1312>. Acesso em: 20 maio 2025.

ENTRE O TURISMO, O PATRIMÔNIO E AS NARRATIVAS DISCURSIVAS: O PCI ARTESANAL COMO RECURSO COMPARTILHADO EM UQUÍA, JUJUY, ARGENTINA

Álvaro Patricio Villarrubia Gómez

Universidad Nacional de Jujuy

avillarrubia@fhycs.unju.edu.ar

Vanesa Civila Orellana

Universidad Nacional de Jujuy - CONICET

vcivilaorellana@fhycs.unju.edu.ar

Introdução e Contextualização

Em Jujuy, o turismo é muito difundido em toda a província, mas a Quebrada de Humahuaca é onde ele é mais predominante, com grandes centros turísticos que oferecem uma variedade de atrações culturais e naturais. A Quebrada é formada pelos departamentos de Humahuaca, Tilcara e Tumbaya, que juntos formam este excepcional roteiro cultural e natural. Vale esclarecer que a Quebrada de Humahuaca se estende por vários quilômetros, acompanhado pelo Rio Grande, o qual pertencente à bacia do Bermejo (Albeck, 1994) e que esta área também constitui um ambiente de fortes contrastes: vegetação abundante no sul, margeando uma forte mudança na paisagem marcada pela aridez e presença de *cardones* (*Pachycereus pringlei*) nas áreas central e norte do barranco.

A comunidade de Uquia está localizada a 115 quilômetros de San Salvador de Jujuy, na rodovia nacional 9, e se encontra a 2.900 metros acima do nível do mar. Também está a 19 quilômetros de Huacalera e a 11 quilômetros de Humahuaca. Este pequeno povoado foi originalmente habitado pelas comunidades nativas *Uquías*, de quem recebeu seu nome.

O estudo do turismo vinculado ao Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), especialmente focado nas expressões artesanais de comunidades rurais como Uquia, na Quebrada de Humahuaca (província de Jujuy, Argentina), tem recebido pouca atenção nas pesquisas regionais. O artesanato local, concebido como um bem comum e um recurso compartilhado, faz parte de uma rede complexa de significados culturais, identitários e econômicos que exigem uma abordagem mais aprofundada. Além disso, o patrimônio cultural adquiriu importância central na vida cotidiana, nas políticas públicas e no mercado, influenciando diretamente a prática do turismo em áreas rurais.

Nas últimas décadas, o turismo cresceu significativamente na Argentina, em parte em resposta à crise econômica de 2001. Esse crescimento foi acompanhado por iniciativas estaduais voltadas à promoção do turismo sustentável e comunitário, principalmente em regiões com significativo valor patrimonial. A Quebrada de Humahuaca, declarada Patrimônio Mundial da UNESCO em 2003, tornou-se um dos principais destinos turísticos do país, o que levou ao desenvolvimento acelerado da infraestrutura turística e a um aumento significativo no número de quartos de hotel (Troncoso, 2008, 2020). Este cenário fornece um contexto adequado para examinar as tensões e transformações que afetam o PCI artesanal e as comunidades que o exercem.

Objetivo da Investigação

O objetivo desta pesquisa é contribuir para o estudo do turismo cultural, comunitário e sustentável em áreas rurais, com ênfase no PCI artesanal como um recurso compartilhado. O objetivo é destacar a participação ativa das comunidades rurais na gestão do seu patrimônio, entendendo o artesanato não apenas como um produto turístico, mas também como um elemento-chave na construção de identidades locais e no fortalecimento da economia popular. Também visa desafiar as noções hegemônicas de patrimônio impostas pelo aparato estatal, explorando como as comunidades redefinem esse conceito com base em suas próprias narrativas e necessidades.

Procedimentos Metodológicos

A abordagem metodológica baseia-se numa estratégia qualitativa, com enfoque interdisciplinar que combina estudos sociais do turismo e do patrimônio com contribuições da comunicação, história, antropologia e etnografia. Do ponto de vista da comunicação, a análise narrativa é priorizada para entender como diferentes atores sociais constroem significados em torno do PCI e do turismo. Nesse contexto, a Análise do Discurso se apresenta como uma ferramenta fundamental para desvendar as redes semânticas que configuram o conceito de patrimônio, permitindo identificar tanto tensões quanto resistências aos discursos oficiais.

O trabalho de campo inclui entrevistas em profundidade, observação participante e coleta documental, o que permite capturar vozes locais de uma perspectiva êmica, contrastando-as com representações institucionais e da mídia. Essa estratégia metodológica

busca dar conta do contraponto polifônico (Bajtin, 1982) entre os diferentes sujeitos envolvidos, reconhecendo a natureza situada, dinâmica e conflituosa do patrimônio cultural.

Resultados Preliminares ou Esperados

Entre os primeiros resultados, fica evidente que o artesanato em Uquia cumpre uma função social e simbólica central, além de seu valor comercial como produto turístico. Em muitos casos, as práticas artesanais estão associadas a tradições familiares e comunitárias que reforçam um senso de pertencimento local. Entretanto, a crescente demanda turística gerou processos de reconfiguração do PCI, envolvendo lógicas de mercado, políticas patrimoniais e tensões identitárias.

O turismo, ao mesmo tempo em que trouxe oportunidades econômicas para determinadas famílias, também contribuiu para uma patrimonialização seletiva, muitas vezes impulsionada por agentes externos que impõem uma visão homogênea do que é “autêntico” ou “tradicional”. Isso gerou debates na comunidade sobre quais aspectos do patrimônio deveriam ser visibilizados e comercializados, e quais deveriam ser preservados para fins não lucrativos. Há também uma disputa simbólica pelo controle da narrativa do turismo, onde o Estado e outros atores institucionais tendem a impor uma narrativa de cima para baixo que minimiza a agência das comunidades locais.

Implicações Teóricas/Práticas

De uma perspectiva teórica, esta pesquisa nos convida a rever as noções de cultura e patrimônio que dominam o discurso oficial do turismo. Propõe-se uma perspectiva crítica que problematiza a naturalização do patrimônio como categoria neutra ou universal, destacando sua natureza política e contestada. Da mesma forma, é preciso considerar o PCI não apenas como um objeto a ser explorado para o turismo, mas sim salvaguardá-lo como um espaço de produção simbólica, de conflito e de transformação social (Civil Orellana, 2018, 2019).

Em um nível prático, os resultados deste estudo podem fornecer insumos relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas, sensíveis às dinâmicas e necessidades locais (Lacarrieu, 2020). Em particular, sugere-se que o planejamento do turismo em contextos rurais seja orientado para modelos de desenvolvimento comunitário, nos quais as comunidades desempenhem um papel de liderança na tomada de decisões e na gestão de seus recursos culturais. Isso implica repensar os instrumentos legais, os mecanismos de

promoção turística e os critérios patrimoniais, em busca de maior equidade social e sustentabilidade territorial.

Por fim, este trabalho reforça a importância do turismo cultural e comunitário como alternativa viável para o fortalecimento do meio rural. Não apenas por seu potencial econômico, mas também por sua capacidade de revitalizar práticas culturais, consolidar identidades locais e gerar formas mais equitativas de interação entre visitantes e comunidades anfitriãs.

Referências

ALBECK, M; GONZÁLEZ, A.M. **Quebrada de Humahuaca, más de 10.000 años de historia.** Buenos Aires: Ministerio de Educación, 1994.

BAJTIN, M.M. **Estética de la creación verbal.** Siglo veintiuno editores, 1982.

CIVILA ORELLANA, V. Uso social de los estereotipos visuales en Quebrada de Humahuaca: Reflexión acerca de las posibilidades de deconstrucción icónica en torno al discurso patrimonial y turístico. In **Revista Cuadernos de la FHyCS –UNJu**, 2018

CIVILA ORELLANA, V. **Paisaje Textual. Naturaleza, patrimonio y significados en la Quebrada de Humahuaca.** Buenos Aires: Prometeo, 2019.

LACARIEU, M. Patrimonio Cultural Inmaterial y participación comunitaria. In **CURSO DE POSGRADO DE PATRIMONIO CULTURAL INMATERIAL. HERRAMIENTAS PARA SU GESTIÓN Y SALVAGUARDIA.** Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2020.

TRONCOSO, C. El retrato cambiante de la Quebrada de Humahuaca. Transformaciones y permanencias en sus atractivos turísticos. En **Turismo y geografía: lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina.** Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2008.

TRONCOSO, C. El turismo en la Quebrada de Humahuaca desde 2005: una mirada desde la Ley Nacional de Turismo. In Amadasi, E. y López Ibáñez, J.L. (comp). **El turismo en la Argentina desde 2005: una mirada desde la Ley Nacional de Turismo.** La Plata: Arte editorial Servicop, 2020.

FESTAS POPULARES E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL: O CASO DA FESTA DO AIPIM DE TINGUÁ

Sabrina Pires Joaquim

Mestranda, discente da Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ
sabrina.pires3@outlook.com

Débora Pires Teixeira

Docente da Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ
deborapires@ufrj.br

Contextualização Teórica e Empírica

O patrimônio cultural, nas suas dimensões material e imaterial, constitui-se como um dos principais elementos da dinâmica de criação e fortalecimento de identidades sociais. A partir de diferentes manifestações, como festas populares, celebrações religiosas e saberes tradicionais, o patrimônio cultural não apenas expressa características de uma coletividade, mas também atua como elemento fundamental no processo de construção do sujeito coletivo e do fortalecimento da ideia de pertencimento (Ferreira Junior, 2009). É nesse contexto que se insere a Festa do Aipim de Tinguá, celebração popular que, além de sua importância sociocultural para a comunidade local, encontra-se atualmente num processo de patrimonialização enquanto bem imaterial.

Situada na cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, a Festa do Aipim de Tinguá, localizada no bairro do Tinguá, é um exemplo de como práticas sociais cotidianas moldam e expressam as identidades regionais. Realizada desde 2004, no segundo fim de semana de julho, o evento surgiu como resposta às necessidades econômicas locais (Angelo, 2015), transformando-se ao longo dos anos num símbolo cultural que ultrapassa o bairro de Tinguá e que está agora em processo de reconhecimento desde junho de 2023 como patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), através do projeto de lei de nº 1395/2023 de autoria da deputada estadual do Rio de Janeiro, Verônica Lima, do Partido dos Trabalhadores.

Meneses (2009) afirma que os significados do que definimos como bem cultural não são intrínsecos a ele, mas as “propriedades derivadas de sua natureza material são seletivamente mobilizadas pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízo, critérios,

normas e etc." (p. 32). Ou seja, os significados de importância são resultado de uma dinâmica de relação entre o bem e a sociedade que o rodeia e/ou compõe.

O autor também introduz a ideia de valor ao relembrar que a Constituição Federal Brasileira (1988) por fim reconhece que os valores culturais, ou seja, estes significados e importância anteriormente citados, não são criados pelo poder público, mas pela sociedade, pontuando que o valor das coisas não está intrínseco a si, mas às suas práticas sociais. Nesse sentido, a patrimonialização da Festa do Aipim apresenta-se como uma oportunidade para analisar como diferentes atores sociais (idealizadores, trabalhadores e moradores do bairro) percebem e se relacionam com a celebração, e como esses significados identitários moldam a noção de patrimônio dentro da comunidade.

A escolha deste tema justifica-se, inicialmente, no crescimento e estabelecimento da festa ao longo dos anos e, em razão disso, de sua importância para a identidade local. Em segundo lugar, a pesquisa se alinha com a minha vivência enquanto moradora do bairro e participante da festa e com a linha de investigação do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPaCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, programa para o qual este trabalho foi enviado como projeto de pesquisa de mestrado, sobre como o patrimônio cultural imaterial pode ser um meio de expressão e fortalecimento das identidades regionais, especialmente em territórios que ainda buscam maior reconhecimento cultural, como a Baixada Fluminense (Fernandes & Barbosa, 2016). Ao investigar o processo de patrimonialização da Festa do Aipim, busca-se compreender como as experiências e práticas sociais cotidianas envolvem a construção das identidades coletivas e contribuem para a consolidação de um sujeito coletivo que encontra nesta manifestação cultural uma representação simbólica de sua identidade regional.

Desta forma, o projeto de pesquisa em andamento tem como objetivo principal analisar seus componentes materiais e os significados e identidades associados à Festa do Aipim de Tinguá, no contexto do seu processo de patrimonialização.

A pesquisa pretende investigar de que maneira a comunidade se apropria desse bem imaterial e como o reconhecimento oficial da festa influencia a percepção dos próprios moradores sobre sua identidade cultural e o valor simbólico da celebração. Por fim, o estudo visa contribuir com as discussões sobre políticas culturais e estratégias de preservação de patrimônios imateriais, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da identidade regional e à importância das festas populares na criação de vínculos sociais.

Objetivo

GERAIS: Analisar os significados e identidades conectados à Festa do Aipim de Tinguá no contexto do seu processo de patrimonialização, investigando como diferentes grupos da comunidade se relacionam com esse patrimônio imaterial e como o evento contribui para a construção da identidade local.

ESPECÍFICOS:

1. Investigar como a comunidade local, incluindo os idealizadores e trabalhadores, percebem a Festa do Aipim como parte da sua identidade;
2. Explorar as percepções desse grupo sobre a festa e sua relação com a identidade regional, tanto de forma individual quanto comunitária;
3. Compreender o papel da festa como um bem imaterial em contexto de patrimonialização, avaliando o impacto do reconhecimento oficial do evento na percepção da comunidade sobre sua própria identidade e cultura;
4. Contribuir para as discussões sobre políticas culturais para a preservação de patrimônios imateriais, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da identidade regional e importância das festas populares na coesão social.

Procedimentos Metodológicos

Quanto à natureza metodológica, se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa, que pretende compreender os significados da Festa do Aipim para os moradores de Tinguá (sendo assim, um estudo de caso), de forma a contribuir para um melhor entendimento sobre as relações de identidade entre comunidade e patrimônio. A estrutura metodológica será dividida em três momentos:

1. Construção da base bibliográfica sobre os principais conceitos trabalhados na pesquisa, que são identidade, patrimônio imaterial, patrimonialização e festas populares;
2. Descrição e análise do processo de patrimonialização da Festa;
3. Observação participante na Festa do Aipim, de forma a acompanhar a movimentação dos trabalhadores e dos participantes e nas manifestações culturais em geral realizadas ao longo da celebração, levando em consideração o lugar de pesquisador nativo (Bomfim, 2023);
4. Análise de seus elementos materiais, como o mascote da festa e os trajes do

concurso de Rainha da Festa;

5. Coleta de dados realizada através de entrevistas com os idealizadores e trabalhadores do evento e através de questionário fechado (Google Forms), no caso dos moradores do bairro;

Análise de dados para correlação entre as respostas obtidas e as relações de pertencimento que envolvem o patrimônio imaterial local.

Resultados preliminares ou esperados

Embora a proposta ainda não tenha sido implementada, por ser o projeto de mestrado apresentado ao programa PPGPaCS a ser iniciado no ano corrente, espera-se que sua aplicação possa contribuir para as discussões sobre políticas culturais para a preservação de patrimônios imateriais, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da identidade regional e importância das festas populares na coesão social, principalmente, por se tratar de um evento localizado na Baixada Fluminense, com grande impacto para o local onde está inserida.

Implicações teóricas/práticas

O trabalho propõe ampliar o debate sobre a preservação do patrimônio cultural imaterial e o papel das festas populares no reforço das identidades regionais. A intenção é destacar a relevância das manifestações culturais em comunidades periféricas, como a Baixada Fluminense, que ainda enfrentam obstáculos para obter maior visibilidade e valorização cultural. A pesquisa já está em construção e tem conclusão prevista para o ano de 2027.

Referências

ANGELO, E. R. B. Patrimônio Cultural no Século XXI: Pessoas, Lugares, Histórias, Memórias e Identidades em Nova Iguaçu, RJ. XXVIII Simpósio Nacional de História. **Anais** [...]. Florianópolis, Santa Catarina, p. 1-18, 2015.

BOMFIM, L. C. Desafios e potencialidades do “pesquisador nativo”: perspectivas etnográficas em um festival musical. **Música Popular em Revista**, Campinas, SP, v. 10, e023001, 2023.

FERNANDES, O.; BARBOSA, L. Patrimônio Cultural Imaterial dos Afro-Brasileiros na Baixada Fluminense: contradições e possibilidades. XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu-UFRJ, 2016.

FERREIRA JUNIOR, S. P. **Festas "italianas" em São Paulo e a proteção do patrimônio imaterial: a identidade de grupo no contexto da diversidade.** 2009. 306 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG**, v. 1, p. 25-39, 2009.

RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei n.º 1395/2023**, de 21 de junho de 2023. Declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Estado do Rio de Janeiro a Festa do Aipim no bairro de Tinguá em Nova Iguaçu. Disponível em:
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro2327.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/6ffd23a341a2b4a9032589d50069db22?OpenDocument&Highlight=0,festa,do,aipim>. Acesso em: Out/2024.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: 2003.

**GESTÃO CRIATIVA, TURISMO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM PROJETO DE ATUALIZAÇÃO
DO INVENTÁRIO E MAPA TURÍSTICO COM FOCO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
LAVRAS/MG**

Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Lavras

Bolsista CAPES

beatrizflexar@hotmail.com

Paula Louise Fernandes Silva

Mestre em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto

paulalouise93@gmail.com

Daniella Cristiane Santos Oliveira

Mestre em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto

daniella.santos@aluno.ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

O contexto contemporâneo tem demandado novas formas de gestão que conciliem sustentabilidade, inovação social e desenvolvimento local. Nesse sentido, a gestão criativa emerge como um paradigma capaz de integrar saberes diversos, valorizar identidades culturais e fomentar alternativas à lógica mercadológica tradicional. No campo do turismo, apesar de estar associado a uma lógica essencialmente econômica, tais desafios tornam-se ainda mais evidentes quando se trata de territórios de pequeno porte, que precisam preservar seu patrimônio material e imaterial ao mesmo tempo em que geram oportunidades de renda e pertencimento. E embora o discurso enfatize a adoção de medidas participativas, ainda persistem questões relevantes a sua gestão e os impactos provocados na população especialmente no que diz respeito à memória, que devem ser ponderadas.

Este resumo expandido apresenta uma experiência de extensão universitária coordenada por professor e doutoranda em Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em parceria com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do município de Lavras-MG centrada na atualização participativa do inventário e do mapa turístico da cidade, visando à construção de um curso para ensino de turismo nas escolas com ênfase no pertencimento, e na economia solidária e criativa.

A iniciativa buscou integrar saberes acadêmicos e comunitários, promovendo o diálogo entre universidade e sociedade por meio de oficinas participativas, visitas técnicas e rodas de

conversa com moradores, gestores públicos e representantes do setor turístico local. Além de atualizar e validar coletivamente os dados do inventário e do mapa turístico, a experiência proporcionou uma reflexão crítica sobre a valorização da identidade local, a memória coletiva e o potencial transformador do turismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

Isso demonstra o potencial transformador da gestão criativa aplicada ao turismo local, destacando o papel da universidade como agente de mediação entre conhecimento acadêmico e demandas sociais. Através da participação ativa da comunidade, busca-se não apenas mapear os atrativos e recursos do território, mas também estimular o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a criação de alternativas sustentáveis de geração de renda. Ao integrar práticas colaborativas, a gestão criativa e economia solidária, essa iniciativa aponta caminhos possíveis para o fortalecimento do turismo em pequenos municípios, contribuindo para a construção de territórios mais justos e inclusivos.

Diante disso, a proposta propõe uma perspectiva de abordagem interdisciplinar, e se ancora teoricamente em quatro eixos: (a) a gestão criativa, conforme proposto por autores como Howkins (2001) e Florida (2002), que associam criatividade, cultura e inovação como elementos centrais da economia contemporânea; (b) os fundamentos da economia solidária (Singer, 2002; Gaiger, 2004), que propõem formas autogestionárias, cooperativas e sustentáveis de produção e consumo; (c) a pedagogia do turismo comunitário (Coriolano, 2014; Moesch, 2002), que comprehende o turismo como ferramenta de educação, identidade e cidadania; e (d) da Hospitalidade Urbana (Grinover, 2009), que trata a hospitalidade a partir da vida em sociedade, e a sua relação com o espaço.

Objetivo

O projeto possui como objetivos principais: (i) atualizar o inventário turístico da cidade de Lavras/MG com foco em iniciativas comunitárias e criativas; (ii) construir um mapa turístico interativo com dados georreferenciados; (iii) desenvolver, com base nesses dados, um curso piloto para o ensino de turismo nas escolas municipais e estaduais, com abordagem voltada para a economia criativa e solidária; e (iv) estimular o protagonismo juvenil na valorização e promoção do território.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia do projeto pauta-se na abordagem extensionista crítica e dialógica, com forte base interdisciplinar. O levantamento dos pontos turísticos foi realizado com a participação ativa da equipe da Secretaria de Turismo e contou com o apoio de extensionistas voluntárias do curso de Direito, promovendo debates sobre direitos culturais e patrimônio. A criação do mapa turístico da cidade foi confiada a uma artista local, como forma de valorizar o olhar afetivo sobre o território e incentivar o envolvimento da comunidade criativa. Além disso, foram realizadas visitas técnicas, entrevistas com moradores e lideranças culturais e uma parceria com o projeto Parlamento Jovem da Câmara Municipal em parceria com outro projeto de extensão da universidade, o Observatório de Políticas Públicas que trouxe a temática da economia criativa no turismo e promoção do patrimônio para os estudantes atendidos. O inventário resultante será usado como base para a elaboração de oficinas e cursos formativos sobre turismo em escolas do município, com foco na economia solidária e criativa.

Como desdobramento das ações, busca-se também estimular a escuta sensível e o protagonismo comunitário por meio da proposição de rodas de conversa e oficinas participativas, que permitiram o compartilhamento de memórias, narrativas locais e percepções sobre os espaços turísticos. Esses momentos de diálogo contribuirão para uma compreensão mais plural e inclusiva do patrimônio cultural, ampliando o repertório de saberes considerado no inventário e fortalecendo vínculos afetivos com o território.

Resultados preliminares ou esperados

Como principais resultados, destaca-se o mapeamento atualizado dos atrativos turísticos da cidade, organizados em categorias como patrimônio histórico, manifestações culturais, belezas naturais e pontos de memória. O processo colaborativo fortaleceu a articulação entre diferentes atores sociais — universidade, escolas, movimentos juvenis, artistas locais e moradores — e fomentou uma gestão criativa do turismo baseada em afetos, narrativas locais e inclusão social. O uso do mapa ilustrado e das experiências artísticas contribuiu para uma maior identificação dos jovens com o território e ampliou sua compreensão sobre o papel do turismo no desenvolvimento local sustentável.

Implicações teóricas/práticas

A experiência descrita demonstra que a gestão criativa e interdisciplinar, quando aliada à extensão universitária crítica e a práticas colaborativas, pode gerar transformações significativas na forma como o turismo é percebido e praticado, contribuindo de maneira efetiva para o fortalecimento de políticas públicas locais e a valorização de seu território. A valorização da diversidade cultural, do conhecimento local e da participação social foram elementos centrais na construção de uma proposta educativa inovadora e comprometida com os princípios da economia solidária. O projeto, ao mobilizar diferentes saberes e atores sociais, evidencia a potência da interdisciplinaridade e da arte como dispositivos de mobilização social e de reencantamento do território.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- CAMPOS, Carlos Alberto Cioce de. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável: utopia ou realidade?** São Paulo: Cortez, 2010.
- CANDAU, Vera Maria. **Educação e diversidade cultural:** desafios e perspectivas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 795-807, 2003.
- FRANCO, Eliane; MEDEIROS, Marcelo. **Juventude e políticas públicas:** desafios para a inclusão social. Brasília: IPEA, 2013.
- TIBALLI, Elisa. **Turismo e identidade cultural:** patrimônio, memória e lugar. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 443-460, 2013.
- GRINOVER, Lucio. A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano. **Revista Hospitalidade**, p. 4-16, 2009. ~

O GEOPARQUE INCONFIDENTES COMO TERRITÓRIO DE PROMOÇÃO DO TURISMO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Paulo de Tarso Amorim Castro

Universidade Federal de Ouro Preto

paulo_de_tarso@ufop.edu.br

Frederico Arthur Souza Leite

Prefeitura Municipal de Itabirito

frederico.leite@pmi.mg.gov.br

Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp

Universidade Federal de Ouro Preto

marcosknupp@ufop.edu.br

Suzana Fernandes de Paula

Prefeitura Municipal de Ouro Preto

suzana.geotur@gmail.com.br

Contextualização Teórica e Empírica

A Geoconservação é um campo das geociências que vem crescendo mundialmente desde o final dos anos 1990. Assim como a conservação da biodiversidade, ela se dedica à preservação e valorização de elementos geológicos da natureza, como afloramentos rochosos, ocorrências minerais e paisagens com relevância científica, educativa e turística.

Esses elementos formam o que se denomina geopatrimônio, que pode ser apreciado tanto por especialistas quanto pelo público geral, especialmente através do geoturismo, que une educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

A partir das iniciativas de consolidação da Geoconservação com ramo das geociências, emergiu, na Europa, na passagem do século XX para o XXI o conceito de Geoparque. Ele é aplicado a territórios que apresentam como base, mas não exclusivamente, um conjunto de lugares onde estão presentes relevantes feições geológicas, que integram junto com as ações humanas, interessantes paisagens, compondo um tecido indissociável entre natureza, história e cultura.

O conceito de Geoparque foi compreendido e rapidamente promovido a uma das principais iniciativas da UNESCO, formando um programa intitulado Programa Internacional de Geociências e Geoparques (UNESCO, 2025). A iniciativa de criação de geoparques vem sendo adotada por diversos países como uma estratégia integrada de valorização do geopatrimônio não somente junto à comunidade científica, mas também a sociedade. O

Programa Internacional de Geociências e Geoparques os define como sendo territórios que abarcam relevantes sítios geológicos e paisagens onde são desenvolvidas atividades de conservação da natureza e educação ambiental. As diretrizes de ação inclui, prioritariamente, a promoção do turismo sustentável como instrumento de valorização e fortalecimento das comunidades locais.

Os geoparques UNESCO se organizam em rede - A Rede Mundial de Geoparques Unesco – que atualmente inclui 239 geoparques, espalhados em 50 países. O Brasil conta com 6 geoparques Unesco, dos quais apenas um se encontra na região sudeste brasileira. O modelo de geoparques tem se expandido, com diversas propostas em construção no país. Dentre elas encontra-se o Geoparque Inconfidentes, na região central de Minas Gerais, no chamado Quadrilátero Ferrífero, que se caracteriza por apresentar alta diversidade geológica, histórica e cultural.

O projeto do Geoparque Inconfidentes emerge nesse contexto como uma proposta de ordenamento territorial, conservação do patrimônio natural e cultural, e promoção do geoturismo e da educação patrimonial (Castro et al. 2025). A região é historicamente marcada pelo Ciclo do Ouro e pelas lutas de independência, como a Inconfidência Mineira, além de abrigar formações geológicas com mais de dois bilhões de anos, associadas à gênese de importantes depósitos de ferro.

A articulação entre os sítios de interesse geológico, o legado das cidades históricas de Ouro Preto, Mariana e Itabirito e suas manifestações culturais) e as práticas turísticas sustentáveis torna o Geoparque Inconfidentes um exemplo promissor de gestão integrada do território com base nos princípios da geoética, da geoconservação e da valorização sociocultural.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o potencial do Geoparque Inconfidentes como território promotor do turismo sustentável e da divulgação do patrimônio natural, histórico e cultural. Como objetivos específicos, busca-se: identificar e caracterizar os principais geossítios e bens culturais da região; avaliar as possibilidades de desenvolvimento do geoturismo e da educação patrimonial; discutir os benefícios esperados para as comunidades locais em termos econômicos, educacionais e ambientais; refletir sobre as implicações do projeto para a conservação dos recursos naturais e culturais.

Procedimentos Metodológicos

A abordagem metodológica adotada nesta proposta é de natureza qualitativa e foi estruturada a partir de diferentes e complementares procedimentos. Primeiramente, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental, com a consulta a documentos oficiais da UNESCO sobre geoparques (UNESCO, 2025), à literatura científica nas áreas de geoconservação, turismo e patrimônio (como NASCIMENTO et al., 2022), bem como a publicações e relatórios de instituições envolvidas diretamente na construção da proposta do Geoparque Inconfidentes (por exemplo, CASTRO, 2022).

Em seguida, foi conduzido um inventário dos sítios geológicos, geomorfológicos, históricos e culturais relevantes para a estruturação de um geoparque, conforme metodologia proposta por Brilha (2005). Nesse processo, realizou-se a caracterização geológica, histórica e cultural de sítios distribuídos pelos municípios do território envolvido, com ênfase em elementos do geopatrimônio, como afloramentos rochosos e quedas d'água; do patrimônio mineral, como galerias, cavidades e edificações remanescentes da mineração aurífera; e do patrimônio edificado e imaterial, incluindo igrejas, museus, festas religiosas e tradições locais.

A metodologia também envolveu o estudo de casos de geoparques já reconhecidos pela UNESCO tanto mundiais como os brasileiros, como o Geoparque Araripe (CE), o Geoparque Seridó (RN) e o Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (RS e SC). Esses estudos permitiram projetar cenários possíveis para o Geoparque Inconfidentes em termos de modelos de governança, impactos sociais, econômicos e ambientais.

Por fim, foi desenvolvida uma cartografia temática voltada à interpretação geoturística e geomineira do território, incluindo a proposição de trilhas e roteiros voltados tanto para fins educacionais quanto turísticos.

Resultados preliminares ou esperados

A análise inicial aponta que o território do Geoparque Inconfidentes reúne condições favoráveis para se tornar um geoparque reconhecido pela UNESCO. Um dos principais aspectos que sustentam essa possibilidade é a riqueza e diversidade geológica da região. Os levantamentos geológicos detalhados e atualizados (CASTRO et al., 2020) revelam a presença de rochas metassedimentares e metaígneas do Proterozoico, fundamentais para o entendimento da história geológica do Brasil e do planeta. Além disso, a área abriga jazidas

de ouro e ferro com reconhecimento internacional. Entre os geossítios de relevância nacional e internacional presentes no território, destacam-se o Pico de Itabirito (CASTRO e RUCHKYS, 2022) e a Cartuxa (FREITAS e CASTRO, 2014).

Outro ponto de destaque é a importância histórico-cultural da região, marcada pela presença de cidades como Ouro Preto e Mariana, reconhecidas como patrimônio mundial e nacional, respectivamente. Essa herança cultural fortalece o valor simbólico e educativo do território, promovendo uma conexão entre ciência, arte, religião e história. A região também apresenta um forte potencial turístico, com infraestrutura já consolidada em algumas localidades, o que facilita a criação e ampliação de roteiros voltados ao geoturismo, ecoturismo e turismo de base comunitária, promovendo a geração de renda e o empoderamento das comunidades locais.

Por fim, o Geoparque Inconfidentes pode funcionar como uma plataforma dinâmica para ações educativas e patrimoniais. Por meio de trilhas interpretativas, oficinas, exposições e da integração de museus às suas atividades, o geoparque pode promover uma educação geocientífica ampla e participativa, envolvendo ativamente escolas e universidades da região. Muitas dessas iniciativas já estão em funcionamento, o que reforça a vocação do território para o desenvolvimento de práticas sustentáveis, educativas e integradas ao patrimônio geológico e cultural.

Implicações teóricas/práticas

O Geoparque Inconfidentes pode trazer importantes contribuições teóricas e práticas para diferentes áreas do conhecimento e da gestão territorial.

Na teoria e na pesquisa científica estão incluídos os avanços nos estudos sobre geoconservação, geoética e planejamento e ordenamento territorial sustentável.

Neste tipo de atividade uma das consequências esperadas é a integração de saberes geocientíficos com as ciências humanas, valorizando a interdisciplinaridade na análise do território. Uma consequência interessante e essencial da consolidação do geoparque é a criação de bases metodológicas para aplicação em outras regiões do Brasil com potencial geoturístico, sobretudo em regiões impactadas por atividades minerárias.

Na prática e na gestão pública, as ações voltadas para o desenvolvimento do Geoparque Inconfidentes podem estimular a criação de políticas públicas para a valorização do patrimônio geológico e cultural. A capacitação de guias, professores e comunidades locais

em educação patrimonial e ambiental é um dos alvos da consolidação do geoparque na região. Uma importante consequência é o fomento à economia local por meio do turismo responsável e da valorização de produtos e serviços tradicionais, extensivos aos distritos municipais. e contribuir para a diversificação econômica de regiões onde a mineração é a atividade principal, reduzindo a dependência de atividades extrativistas.

Na conservação e na difusão de práticas cidadãs almeja-se o fortalecimento do sentido de pertencimento da população ao território, bem como a promoção de uma cultura de respeito e cuidado com os bens naturais e culturais. Em um cenário de prazo médio espera-se a formação de uma rede colaborativa entre academia, comunidades, poder público e setor privado, essenciais para a consolidação do Geoparque Inconfidentes.

Agradecimentos

Os autores expressam seus agradecimentos à FAPEMIG e ao CNPq pelo suporte financeiro recebido.

Referências

- BRILHA J. Patrimônio Geológico e Geoconservação:** a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga, Portugal, Palimage Editores, 2005. 190p.
- CASTRO, P. T. A. Difusão de informações para a criação de um geoparque ao sul do Quadrilátero Ferrífero.** 2024. Relatório. Proex, UFOP. 2024. 8p.
- CASTRO, P. T. A.; ENDO, I.; GANDINI, A. L. (Org.) Quadrilátero Ferrífero:** Avanços do Conhecimento nos últimos 50 anos. Belo Horizonte: 3i Editora, 2020. 410p.
- CASTRO, P. T. A.; LEITE, F. A. S.; KNUPP, M. E. C. G.; GOMES, J. M. C.; PAULA, S. F.; SANTOS, S. S.** Geoparque Inconfidentes: proposição de um geoparque ao sul do Quadrilátero Ferrífero, MG. **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PATRIMÔNIO Geológico, 7,** 2025, Goiânia. **Anais [...].** Goiânia: UFG, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/vii-sbpg/>. Acesso em 30 maio 2025.
- CASTRO, Paulo de Tarso Amorim; RUCHKYS, Ursula de Azevedo. Paleoproterozoic Banded Iron Formation of the Quadrilátero Ferrífero.** In: ASIER, Hilario; ASRAT, Asfawossen; DE VRIES, Benjamin van Wyk; MOGK, David; LOZANO. Gonzalo; ZHANG, Jianping; BRILHA, José; VEGAS, Juana; LEMON, Kirstin; CARCAVILLA, Luis; FINNEY, Stanley. (Org.). **The First IUGS Geological Heritage Sites.** 1ed. Zumaia: (International Union of Geological Sciences), 2022, v. 1, p. 52-53.
- FREITAS, F. M.; CASTRO, P. T. A.** A geodiversidade do Pico da Cartuxa: um estudo de geoconservação In: Congresso Brasileiro de Geologia, 47., 2014, Salvador. **Anais do 47**

Congresso Brasileiro de Geologia. Salvador: Sociedade Brasileira de Geologia, 2014, v.1. Disponível em: <https://www.sbgeo.org.br/home/pages/33>. Acesso em janeiro de 2025.

NASCIMENTO, M. A. L.; TAVEIRA, M.; SILVA, M. L. N. S.; THOMAS, A. L. **Geoparques:** diretrizes para o desenvolvimento dos pilares estruturantes dos geoparques - patrimônio geológico, gestão, visibilidade e trabalho em rede. Documento Técnico. Ministério do Turismo -UNESCO. Natal. 2022. 119p.

UNESCO. **UNESCO Global Geoparks.** Disponível em:
<https://www.unesco.org/en/iggp/geoparks/>. Acesso em: 30 maio 2025.

GOVERNANÇA E A DISCURSIVIDADE NA GESTÃO TERRITORIAL DO TÍTULO UNESCO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CASO DE BELO HORIZONTE COMO CIDADE CRIATIVA DA GASTRONOMIA

Anthony Alves da Rocha Thuner

Universidade Federal de Ouro Preto
anthony.thuner@aluno.edu.ufop.br

Magnus Luiz Emmendoerfer

Universidade Federal de Viçosa
magnus@ufv.br

Elias José Mediotte

Universidade Estadual de Montes Claros
elias.meditotte@ufv.br

Jorge Leal da Silva

Universidade Estadual do Tocantins
jorge.ls@unitins.br

Contextualização Teórica e Empírica

A distinção territorial que recai sobre as cidades que conquistaram o reconhecimento da UNESCO de Cidades Criativas tem impulsionado debates acerca da complexidade do tecido sociopolítico que elas se envolvem devido à necessidade de gerir o território em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, assim como também podem se tornar uma repaginação de outras cidades que se inserem na lógica capitalista de acumulação e acentuação na reprodução de desigualdades (Harvey, 1982; Unesco, 2024). Um quesito relevante que se propõe a tornar os processos mais inclusivos é a responsabilidade que a UNESCO demanda das cidades ao exigir que elas fortaleçam a parceria entre o setor público, privado e sociedade civil para desenvolver sustentavelmente os centros urbanos (Unesco, 2023). Como resposta a essa e outras exigências, a cidade em estudo se propôs a criar uma governança que reúne esses três atores territoriais para organizar-se institucionalmente com a finalidade de administrar, sustentar e executar os planos propostos para a chancela da UNESCO (Belo Horizonte, 2019).

Objetivo

A discussão gira em torno de Belo Horizonte (MG) e a proposta do presente trabalho é descrever o processo de institucionalização do arranjo institucional criado para essa

governança. Investiga-se como os discursos produzidos pelos *stakeholders*, diretamente envolvidos com o processo, refletem-se nas práticas institucionais e, por conseguinte, nas dinâmicas territoriais, examinando as influências de cada um, em maior ou menor grau, e até a invisibilidade ou exclusão de parcela deles. Portanto, é necessário considerar para as análises linguísticas as dinâmicas de poder e as tensões sociopolíticas (Foucault, 1998 [1979]). Destaca-se que essa importância se dá porque tais designações podem servir tanto para instrumentalizar o poder hegemônico de forma legítima quanto para ser uma ferramenta de inclusão social nas decisões do curso das ações e políticas públicas (Gramsci, 1971).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa se fundamenta na Análise de Discurso Crítica (ADC) de Norman Fairclough (2001; 2003), ancorada na Linguística Sistêmico Funcional (Halliday, 2014), na Teoria Institucional (North, 1990; Fiani, 2013) e ontologicamente no Realismo Crítico (Bhaskar, 2008). Propõe-se conectar a linguagem, o poder e a dimensão sociopolítica a fim de explicar como os discursos articulam as estruturas institucionais, os eventos políticos e os mecanismos subjacentes que, a priori, não interligam-se pela mera descrição textual, exigindo uma verificação mais minuciosa dos campos discursivos (Fairclough, 1989). Para tanto, identificou-se quatro campos discursivos: a empresa municipal de turismo, Belotur, a prefeitura (PBH), o conselho municipal de turismo (COMTUR-BH) e as peças jornalísticas. Foram ao todo setenta e sete documentos coletados que vão desde 2017 até o início de 2025. Identificaram-se três contextos históricos que foram organizados da seguinte maneira: (a) o processo de candidatura e conquista do título (2018-2019); (b) período de enfrentamento à pandemia da COVID-19 (2020-2022); e (c) o período de retomada pós-pandêmico e ativação dos planos e projetos arquitetados para a sustentação da chancela (2022-2025).

Os materiais incluem: reportagens de revistas e jornais do turismo, planos estratégicos, programas oficiais, portarias, sites oficiais de comunicação e promoção do governo municipal, regimentos internos e atas de reuniões do conselho. Os critérios de análise documental seguem orientações de Cellard (2008), que afirma ser necessário detalhar estes cinco aspectos para posteriormente mergulhar nas análises: contexto de produção do documento, autoria, autenticidade e confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave e lógica interna do texto. Posteriormente, utilizou-se a lexicometria como recurso quantitativo para compreensão linguística por meio da estatística descritiva, conferindo os usos e significados dos léxicos mais

utilizados, dos sujeitos engajados nos processos participativos e dos sentidos que certas construções argumentativas configuraram para a lógica dos textos (Scholz, 2019). Por fim, aplicou-se a ADC (Fairclough, 2003) para absorver e apreender três níveis interdependentes do quadro político belo-horizontino: (1) o textual (estrutura linguística), (2) o discursivo (práticas do discurso quanto a produção, distribuição e consumo) e (3) o sociopolítico (práticas sociais e institucionais).

Resultados preliminares ou esperados

A análise preliminar aponta para a confirmação da existência de um discurso hegemônico, centrado em uma perspectiva econômica e de domínio governamental. Apesar da retórica dos documentos demonstrarem uma valorização do patrimônio cultural alimentar mineiro e da promoção da inventividade e ousadia gastronômica dos empreendimentos locais, desconsidera-se do debate os princípios que regem a dimensão socioambiental preconizada pela UNESCO com os ODS (Unesco, 2016). Logo, a gastronomia local é vista unicamente como um ativo econômico estrategicamente posicionado para servir interesses de cunho mercadológico - não necessariamente de todos os empreendedores do sistema agroalimentar e turístico e da sociedade civil. Portanto, há uma marginalização de certos discursos que agravam as desigualdades territoriais que se refletem claramente na baixa participação de comunidades periféricas, produtores da agricultura familiar e outros agentes culturais. Outro aspecto que explica esse afastamento é como os processos institucionais formalizados centram-se em uma lógica tecnocrática e com ausência de tomada de decisões públicas deliberativas, visto que o COMTUR-BH em sua natureza jurídica é de caráter consultivo e o Comitê Gestor BH Cidade Criativa Gastronomia é composto majoritariamente pelo poder público com pequena parcela cedida a iniciativa privada. Isso sinaliza que os agentes públicos têm um apreço focalizado no mercado e demonstram pouco interesse em construir processos participativos efetivamente democráticos. O arranjo institucional, embora seja composto por diversos atores, verifica-se que está operando de forma que reforça poderes assimétricos e intencionalmente excluindo vozes que divergem do discurso mercadológico.

Implicações teóricas/práticas

O estudo, portanto, reforça ao debate a transformação sociopolítica (Adorno; Horkheimer, 1985) necessária de ocorrer e a demandante conversão da racionalidade objetiva para uma racionalidade consciente da importância dos processos comunicativos serem mais democráticos (Habermas, 2012 [1984]), operando como contraponto lógico alternativo para a consolidação de processos mais horizontalizados. A pesquisa oferece uma compreensão aprofundada sobre a articulação discursiva que se materializou na documentação coletada, que foi elaborada a partir da atuação dos atores territoriais envolvidos com a gestão direta ou indiretamente engajada com a chancela. Esse entendimento oferece aos gestores públicos e demais *stakeholders* a necessidade de se formular estratégias comunicativas e governanças mais inclusivas e democráticas. Em um plano da prática, a pesquisa busca contribuir para a formulação de maior transparência, representatividade e inclusão social aos fóruns deliberativos, dando ênfase a uma escuta ativa dos grupos sociais e a construção conjunta de sentidos sobre as cidades e a convergência e alinhamento de interesses e expectativas dos sujeitos envolvidos com a governança.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos.** Tradução: Guido Antonio De Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- BELO HORIZONTE. **Apresentação Ebook – Cidade Criativa da Gastronomia.** Belo Horizonte: Belotur, 2019. E-book. 103 p. Disponível em: <http://portalbelohorizonte.com.br/ebook-pt>. Acesso em: 01 jun. 2025.
- BHASKAR, R. **A Realist Theory of Science.** Abingdon and New York: Routledge, 2008. 277 p.
- CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos.** Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 295-316.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and Power.** New York: Longman Inc., 1989.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research.** London: Routledge, 2003.
- FIANI, R. **Arranjos Institucionais e Desenvolvimento: O Papel da Coordenação em Estruturas Híbridas.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013. 55p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 13 ed. Organização e Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GRAMSCI, A. **Selections from the prison notebooks**. New York: International Publishers, 1971. 483 p.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da Ação e Racionalização Social**. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HALLIDAY, M. **Introduction to Functional Grammar**. 4 ed. Abingdon and New York: Routledge, 2014.

HARVEY, D. **The Limits to Capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982. 478 p.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 152 p.

SCHOLZ, R. 2019. **Quantifying Approaches to Discourse for Social Scientists**. Palgrave: Macmillan.

UNESCO. **Global Report on Culture for Sustainable Urban Development**. Paris: UNESCO, 2016. 28 p.

UNESCO. **Impact of the UNESCO Creative Cities Network at local, national & international level**. Paris: UNESCO, 2024. 60 p. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000390387>. Acesso em: 1 jun. 2025.

UNESCO. **UNESCO Creative Cities Network (UCCN) Mission Statement**. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em:
https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2023/03/UCCN%20Mission%20Statement_rev2023.pdf. Acesso em: 01 jun. 2025.

IMAGEM, SUBJETIVIDADE E PODER: FOUCAULT E PALLASMAA NA ANÁLISE CRÍTICA E FENOMENOLÓGICA DE CENTROS HISTÓRICOS

Mariana Victória Assis Machado de Lima

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
mariana.vam.lima@unesp.br

Vladimir Benincasa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
vladimir.benincasa@unesp.br

Contextualização Teórica e Empírica

A produção capitalista do espaço urbano no neoliberalismo tem como um de seus resultados o *city-marketing*, que modifica o valor de uso das cidades em valor de troca, colocando-as em um cenário de competição global por investimentos (Maricato, 2015). Em cidades históricas, o *city-marketing* se une à indústria do turismo, apropriando-se do patrimônio cultural e da imagem da cidade, transformando os bens culturais em bens de consumo e espetáculo (Henning, 2019). Nesse processo de mercantilização da cultura e do patrimônio cultural, os agentes públicos e privados têm papéis primordiais como produtores, fomentadores e mantenedores desse sistema. (Costa e Scarlato, 2008)

Autores como Henning (2019) e Queiroz (2024) afirmam que as principais consequências dessa exploração imagética são a gentrificação, cenarização e fachadismo (impulsionados pela fetichização do passado), perda de autenticidade e esvaziamento de significados culturais.

Desse modo, este trabalho faz parte de uma investigação das relações entre a exploração imagética do patrimônio cultural edificado e as percepções e significações desse patrimônio para a população local que o habita, compreendendo o “habitar” no sentido profundo trazido por Heidegger em suas reflexões, em que esse não se resume em residir, mas sim no cuidar, permanecer e estar em relação com o mundo (Fuão, 2016).

Como objeto de estudo, foi escolhido o Centro Histórico da cidade mineira de São João del Rei, explorada imageticamente como cidade colonial por conta de seu grande acervo da arquitetura barroca. Busca-se identificar se a produção capitalista do espaço afeta o sentimento de pertencimento da população local.

A fundamentação teórico-metodológica e a análise dos dados coletados na pesquisa em desenvolvimento partem de dois princípios: a Concepção Foucaultiana de Discurso e a Fenomenologia de Pallasmaa.

De acordo com Fischer (2001) a Análise de Discurso em Foucault, explicitado em trabalhos como “A Ordem do Discurso” (1971) e “A arqueologia do Saber” (1969), abordam como certos discursos mergulhados em relações de poder são tidos como verdades, em que “o discurso sempre se produziria em razão de relações de poder” (Fischer, 2001, p. 199).

Dessa forma, a abordagem de Foucault se torna fundamentação teórica e metodológica cara à pesquisas relativas à investigar formas de produção do espaço capitalista, uma vez que explicita como o poder e o saber se articulam na linguagem e produzem verdades, tais como os discursos que produzem uma visão de cidade colonial baseados na imagem.

Através de procedimentos de pesquisa bibliográficos, documentais, iconográficos e entrevistas, é possível identificar esses discursos de poder que produzem verdades (nesse caso, produzem a imagem da cidade). Jornais antigos e atuais, legislações patrimoniais e urbanas, fotografias atuais e antigas, mapas, e o próprio poder público - por meio de seus representantes - são fontes documentais, ao passo que se unem a entrevistas e auxiliam a traçar as origens da mercantilização da imagem, tal como o cenário atual em que esse processo se encontra no centro histórico estudado.

No que tange à Fenomenologia, essa corrente filosófica traz um olhar subjetivo e sensível para a pesquisa, ao buscar compreender a experiência vivida no espaço, tal como identificar e compreender as relações da população local com o espaço urbano do centro histórico, especialmente com seu patrimônio cultural edificado. Para Pallasmaa (2011) em “Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos”, o sentido da visão tem sido privilegiado na arquitetura, e a imagem tem se transformado em mercadoria.

O autor continua, ao dizer que a arquitetura deveria ser uma experiência plástica e espacial embasada na existência humana que se relaciona com os sentidos, a memória e o corpo; porém, esta tem se tornado mercadoria de publicidade, com edificações desconectadas da profundidade e da sinceridade, existindo apenas como produtos visuais.

Como resultado, a arquitetura se transforma em um cenário sem autenticidade, aura e presença. “Em vez de experimentar nossa existência no mundo, a contemplamos do lado de

fora, como espectadores de imagens projetadas na superfície da retina." (Pallasmaa, 2011, p. 29).

A hegemonia da visão não fica apenas no projetar da arquitetura moderna, mas também no gerir e vivenciar os espaços no mundo contemporâneo, em que os espaços culturais se transformam em cenários e nós em espectadores passivos daquela imagem criada para encantar os olhos, mas ignorar os demais sentidos.

Por tanto, uma abordagem fenomenológica pautada em Pallasmaa não apenas é útil como fundamentação teórica, mas assim como a concepção foucaultiana, é um método para análise de dados.

A fenomenologia e subjetividade em Pallasmaa possibilitam que, por meio do procedimento de entrevistas e questionários, identifique-se e compreenda a percepção bem como os sentimentos da população de determinado local em relação ao espaço vivido. No caso de pesquisas sobre pertencimento e patrimônio cultural, isso se dará por entrevistas semi-estruturadas junto a questionários (survey) com o objetivo de investigar como as pessoas vivem e percebem os espaços patrimoniais.

A integração de Pallasmaa (fenomenologia sensível) com Foucault (análise crítica do discurso e do poder) excede a teoria e se mostra potente quando os resultados das análises e discussões se cruzam, com o objetivo de identificar os sujeitos, percepções, discursos e poderes que moldam o espaço urbano imaticamente mercantilizado. É possível responder, ao menos em partes, à pergunta "qual a imagem da cidade?" partindo da visão desses agentes e de como os discursos de poder tem potencial para implicar na percepção da população.

Objetivo

O trabalho tem como objetivo apresentar uma fundamentação teórico-metodológica para pesquisas que investigam as relações dos usuários com o espaço construído, especialmente na identificação e análise da percepção e sentimentos da população acerca dos Centros Históricos, na perspectiva de encontrar possíveis esvaziamentos de significados resultantes da exploração da imagem desses espaços.

Procedimentos Metodológicos

O procedimento metodológico aplicado é uma revisão narrativa de literatura, articulando as contribuições de Foucault (1971) relativas à análise do discurso e de Pallasmaa

(2011) acerca da fenomenologia e os sentidos na arquitetura. Autores como Maricato (2015), Henning (2019), Costa e Scarlato (2008), Queiroz (2024) e Fuão (2016) baseiam a contextualização, enquanto Moreira Neto (2022) e Fischer (2001) auxiliam na compreensão e definição das práticas metodológicas a serem exploradas.

Resultados preliminares ou esperados

O resultado esperado é de que as ferramentas teórico-metodológicas apresentadas auxiliem e indiquem caminhos para pesquisas que analisam as relações dos usuários com o espaço urbano, especialmente as que buscam compreender a dualidade entre exploração imagética pelo capitalismo incentivadas por discursos de poder e as relações e significações culturais da população desses espaços mercantilizados.

Implicações teóricas/práticas

O trabalho implica na contribuição de debates epistemológicos, ao refletir sobre diferentes formas de conhecer e interpretar os centros históricos, questionando como se estabelecem os saberes (a partir de Foucault) e explorando novas percepções (por meio de Pallasmaa), auxiliando pesquisadores que desejam analisar os espaços de centros históricos de forma crítica e subjetiva.

Referências

COSTA, Everaldo Batista; SCARLATO, Francisco Capuano. Uma teoria geográfica para a análise da produção socioespacial nas cidades históricas turísticas. **REVISTA GEOGRAFAR**, [S. I.], v. 3, n. 2, 2008. DOI: 10.5380/geografar.v3i2.13576. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/13576>. Acesso em: 1 jun. 2025.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197–223, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FUÃO, Fernando. Construir, morar, pensar: uma releitura de ‘construir, habitar, pensar’ (bauen, wohnen, denken) de Martin Heidegger. **Revista Estética e Semiótica**, [S. I.], v. 6, n. 1, 2016. DOI: 10.18830/issn2238-362X.v6.n1.2016.01. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/view/12052>. Acesso em: 1 jun. 2025.

HENNING, Priscila. **O espetáculo do patrimônio: imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul - SC.** 2019. 1 recurso online (372 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641119>. Acesso em: 1 jun. 2025.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOREIRA NETO, Edgardo. **Métodos de pesquisa para a profissão arquitetônica:** uma resenha crítica: AKŠAMIJA, Ajla. Research methods for the architectural profession. Nova Iorque: Routledge, 2021. Paranoá, [S. l.], v. 15, n. 32, 2022. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n32.2022.06 . Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/40649>. Acesso em: 31 maio. 2025.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele. A arquitetura e os sentidos.** 1a edição, Porto Alegre, Bookman, 2011.

QUEIROZ, DEBORA DA COSTA. **Ouro Preto da Humanidade x Ouro Preto da comunidade: conflitos e dissonâncias da patrimonialização global em Ouro Preto, Minas Gerais.**' 28/07/2024 182 f. Mestrado em Turismo e Patrimônio. Universidade Federal De Ouro Preto, Ouro Preto Biblioteca Depositária: undefined.

MEMÓRIA, TRADIÇÃO E TURISMO: DEPOIMENTOS DOS ANCIÕES DA PUXADA DE MASTRO DE OLIVENÇA (ILHÉUS/BA)

Brunna Cristina da Encarnação Chaves

Universidade do Estado da Bahia

brunnaechaves@gmail.com

Luiz Felipe Mendes de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia

luizoliveira@uneb.br

Contextualização Teórica e Empírica

A memória tem um papel significativo na construção da identidade. Ambos conceitos, tratados na subjetividade dos indivíduos, se entrelaçam e se constituem formando a trajetória de vida do indivíduo e suas histórias. Um grupo identitário se reconhece por meio de suas narrativas, rituais e lembranças compartilhadas, considerando a perspectiva da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs. A memória é, portanto, a identidade em ação. Pois, tudo que a sociedade escolhe lembrar - ou esquecer - legitima discursos, cerimônias, direcionamentos sociais, entre outros (CANDAU, 2011). O processamento da memória ocorre no limiar entre o que vivemos individualmente, no lembrar subjetivo, com o que vivemos em um grupo social. Estímulos e referências sociais promovem a emersão de memórias. A memória individual, alicerça-se a quadros sociais. Ela não é estática por ser constantemente reconstruída quando lembrada, contada ou representada no momento presente. (DELGADO, 2017).

A história de uma comunidade é feita de várias histórias de vida que se relacionam. Nesse sentido, o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, ressalta o valor dos saberes, expressões e rituais transmitidos de geração em geração, como parte essencial da identidade e da continuidade das culturas e memórias de diferentes grupos sociais (UNESCO, 2003; IPHAN, 2000). Essas práticas são transmitidas através da oralidade o que fazem delas um elemento construtor e reconstrutor da história.

As manifestações culturais são aqui compreendidas como forma de expressão da memória coletiva, carregadas de significados históricos e identitários. Cada celebração popular demonstra uma forma de ver e viver o mundo, tornando-a território de salvaguarda e preservação da ancestralidade, sustentadas pelas vivências das gerações mais velhas e transmitidas pela tradição oral. É nesse contexto teórico que se comprehende a Puxada de Mastro de São Sebastião, manifestação tradicional da comunidade de Olivença, em Ilhéus,

que marca a identidade e cultura dos povos tupinambás. Sua origem remete a um voto feito à São Sebastião em tempos de epidemia, no qual a comunidade prometeu realizar o arrasto de um mastro como forma de agradecimento e pedido de proteção ao santo mártir. A festa acontece anualmente na segunda semana de janeiro. Cerca de uma semana antes, membros da comunidade adentram a mata para escolher e cortar a árvore que será transformada no mastro a ser carregado. Essa ação é conduzida pelos machadeiros, membros da comunidade com a tradição no corte e derrubada da árvore para transformação em mastro sagrado. São esses membros que inspiram o nome da Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO), entidade responsável pela salvaguarda da tradição.

São cortadas duas árvores: uma grande, destinada aos adultos, e uma menor, chamada mastaréu, conduzida pelas crianças, o que evidencia o caráter intergeracional da tradição. Durante o cortejo, o mastro é puxado pela praia até ser erguido com uma bandeira de São Sebastião em frente à Igreja de Nossa Senhora da Escada, simbolizando um ato de fé, renovação e proteção espiritual. Além da dimensão religiosa, a festa é marcada, em seus diferentes dias de realização, por elementos da cultura popular, com a presença do Boi Estrela, Camponeses, Mascarados, além de turistas que se divertem com o festejo. A celebração forma um ambiente onde o sagrado e o profano convivem em amálgama. Parte-se do entendimento de que a Puxada do Mastro é um dos elementos de representação da memória coletiva de Olivença. Enquanto patrimônio cultural de seu povo, ela enseja os elementos histórico-culturais da resistência cultural dos povos indígenas e da força comunitária, além de atrair o interesse de visitantes e integrar o calendário turístico de Olivença.

Objetivo

O presente estudo tem por objetivo analisar a relação entre memória, tradição e turismo na manifestação cultural da Puxada de Mastro de São Sebastião, realizada na comunidade de Olivença (Ilhéus/BA), com foco nos depoimentos e saberes dos anciões, considerados guardiões da tradição local.

Pretende-se, ainda, como objetivos secundários: compreender como essa tradição, mantida pela ação contínua da própria comunidade, contribui para a preservação do patrimônio imaterial e fortalecimento da identidade da comunidade, ao mesmo tempo em que impulsiona o turismo cultural no território, atraindo visitantes interessados na riqueza simbólica, histórica e espiritual da manifestação. Busca-se, ainda, refletir sobre o papel da

história oral na construção de experiências culturais que conectam a comunidade local e externa.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa está vinculada aos resultados do projeto de extensão universitária “Anciões da Puxada do Mastro de São Sebastião”, aprovado pelo edital PROIEX/2024 e desenvolvido em parceria entre o Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT-18) da UNEB – Campus XVIII/Eunápolis e a Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO). A abordagem metodológica adotada foi de caráter qualitativo e fundamentada na história oral temática (MEIHY, 2013; DELGADO, 2017). Buscou-se captar as experiências de vida de anciões envolvidos com a Puxada de Mastro. Assim, foram realizadas entrevistas com moradores da comunidade, selecionados por indicação da própria associação, cujas trajetórias pessoais estão intimamente ligadas à prática da celebração.

As entrevistas foram conduzidas priorizando a escuta ativa e o respeito à narrativa de cada ancião. Após as gravações, os registros passaram por etapas de transcrição e transcrição pela equipe do projeto, conforme os princípios da história oral, considerando os aspectos linguísticos, afetivos e contextuais das falas. Como resultado desse processo, foi elaborado um catálogo cultural com os depoimentos registrados e imagens fotográficas, disponibilizado digitalmente e fisicamente para a comunidade. O material tem valor documental de salvaguarda, e serve como suporte para ações de memória e difusão da cultura local — inclusive no âmbito do turismo cultural. Além disso, a culminância do projeto se deu com o evento de lançamento do catálogo, realizado no final de 2024, onde foi possível se ter uma vivência direta com os rituais, gestos e elementos simbólicos envolvidos na celebração.

Resultados preliminares ou esperados

Através da análise dos depoimentos registrados no catálogo “Anciões da Puxada do Mastro”, foi possível perceber que a manutenção da celebração está fortemente ancorada na memória afetiva, na oralidade e na atuação contínua da comunidade de Olivença, especialmente por meio de seus anciões e lideranças locais. Os relatos demonstraram que a Puxada de Mastro não é apenas um rito religioso, mas uma experiência coletiva de fé, identidade, pertencimento e resistência cultural. Percebe-se que a festa é vivida como herança familiar e comunitária, onde os mais velhos assumem a função de guardiões da

tradição, ensinando aos mais jovens não só os elementos constitutivos da celebração, mas os valores que sustentam a manifestação. Expressões de anseios pela continuidade do legado e da tradição representam a dimensão ancestral e viva da memória coletiva.

As falas apontam que a Puxada de Mastro tem atraído diversos visitantes por sua autenticidade e por proporcionar uma experiência única - com cantos, danças, cortejos e principalmente, a energia da comunidade movida pela fé e pelo amor à tradição. A presença dos turistas é frequentemente percebida como algo natural à festa, desde que haja respeito à condução comunitária do rito. Como menciona Seu Camisa, “a festa não é nossa, é de todos que querem ver uma coisa bonita”. Essa fala sugere que o turismo cultural em Olivença ocorre pela atratividade e força da tradição.

Outro ponto recorrente nos relatos é a percepção de mudança ao longo do tempo. Depoentes como Dona Irene e Dona Nete comentam sobre a simplicidade da festa em tempos antigos e expressam desejos de que a tradição permaneça viva e se fortaleça para as novas gerações. Há, portanto, uma consciência sobre o valor da celebração e sua relação com o território, com a natureza e com o modo de vida local. Por outro lado, há críticas quanto à descaracterização da festa e à perda de seu sentido original. Alguns anciões apontam um incômodo com práticas externas que desrespeitam o rito, como o consumo excessivo de álcool, uso de roupas de banho e a presença de visitantes que não compreendem o valor espiritual da celebração.

Assim, o estudo aponta que a Puxada do Mastro atua como base da preservação do patrimônio imaterial, mas também como elemento que projeta a comunidade de Olivença no circuito do turismo cultural. Tal projeção, no entanto, traz consigo desafios relacionados à autenticidade e à mediação comunitária sobre os sentidos da festa e os efeitos da presença dos turistas sobre o olhar da comunidade para com sua manifestação cultural.

Implicações teóricas/práticas

Do ponto de vista teórico, este estudo reafirma o papel da memória coletiva como eixo estruturante das manifestações culturais e da identidade comunitária. Permite estabelecer um diálogo conceitual entre as categorias memória, tradição e turismo pela análise e compreensão do fenômeno dentro da Celebração da Puxada do Mastro de Olivença. Para além dos debates conceituais que vem sendo discutido, o desenvolvimento do estudo e do projeto tem vislumbrado de maneira prática os sentidos, entendimentos e

atravessamentos acerca da salvaguarda e da cultura imaterial pela ótica da apropriação turística.

Referências

- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- DELGADO, L. DE A. N. **História oral – Memória, tempo, identidades**. São Paulo: Autêntica, 2017.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.
- IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003.

METODOLOGIAS PARA LEITURA DA PAISAGEM EM TERRITÓRIOS ISOLADOS: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTUDO DA COLÔNIA IATA, RONDÔNIA

Tainá Sousa Oliveira

Universidade Federal de Ouro Preto

taina.olivira@aluno.ufop.edu.br

Fernanda Alves de Brito Bueno

Universidade Federal de Ouro Preto

fernanda.bueno@ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

A paisagem pode ser compreendida como a expressão visível das relações estabelecidas entre o ser humano e o meio físico, ao imprimir marcas no território. Segundo Rosário Assunto (2013), a paisagem é a forma concreta pela qual o ambiente se manifesta no território, como resultado da interação entre elementos biológicos e culturais. Ainda segundo o autor, a paisagem é espaço e objeto de experiência e juízo estético, que se manifesta em sentidos e significados em sua temporalidade. Nesse sentido, "a representação de uma paisagem é representação de espaço", cuja imagem pode se tornar mecanismo de leitura e interpretação da paisagem real (ASSUNTO, 2013, p. 341). Luisa Bonesio (2013), em seus estudos no campo da geofilosofia, também apresenta contribuições significativas para essa pesquisa ao introduzir o conceito de caracteres identitários, que correspondem aos elementos estruturais e simbólicos que conferem singularidade a um determinado lugar, sendo moldados por tradições, memórias e modos de habitar.

No contexto da região amazônica brasileira, marcada por distâncias geográficas, precariedade documental e ausência de políticas públicas de preservação, o ato de registrar a paisagem assume um caráter urgente e necessário. Como objeto de estudo, observa-se a Colônia Agrícola do Iata, localizada no município de Guajará-Mirim, Rondônia, que oferece um exemplo claro de como as transformações sociais, econômicas e políticas moldaram a configuração territorial da região. A origem da vila remonta à década de 1940, quando o governo brasileiro implantou colônias agrícolas de fronteira para evitar a evasão de seringueiros e migrantes nordestinos após o declínio do segundo ciclo da borracha (MATIAS, 2010). A Colônia Iata foi planejada com infraestrutura básica e lotes de 25 hectares, mas passou por esvaziamento progressivo devido à exaustão do solo, à falta de políticas públicas e à evasão dos colonos (THÉRY, 1976).

Os valores historiográficos e simbólicos apresentados demonstra como a paisagem pode se tornar reveladora dos aspectos políticos e sociais de um lugar, o que corrobora com a possibilidade de leitura intertextual apresentada por Duncan (1990), ao considerar que a paisagem é produzida em um determinado contexto que se sobrepõe em sistemas de significados culturais, nos quais se apresentam campos discursivos, compostos de narrativas.

Apesar de sua relevância histórica e simbólica, a Colônia lata carece de instrumentos eficazes de registro e salvaguarda cultural. A memória do lugar resiste, em grande parte, por meio de acervos pessoais e relatos da comunidade. A ausência de registros oficiais e de atenção do poder público compromete a transmissão da memória coletiva e a valorização dos elementos que compõem a paisagem local. Diante deste cenário, torna-se fundamental investigar metodologias que permitam inventariar, compreender e representar as transformações da paisagem em territórios isolados.

Diante do exposto, a leitura e interpretação da Paisagem se torna um desafio em cenário remoto como o da Colônia lata, ao considerar que o método aplicado para o estudo da paisagem não deve se restringir ao registro imagético, o que não consideraria a natureza dinâmica da paisagem e o fenômeno da *mediância* expressa em Berque (2023). Em Pensamento-paisagem, o autor reflete sobre a necessidade de se resgatar a *mediância*, compreendendo que o ser humano possui *corpo medial*, ou seja, social. Nesta perspectiva de análise, o autor descreve que pensar a paisagem é trajectiva entre o ser humano e o meio, que jamais deve ser objetificado.

Objetivo

O objetivo do presente trabalho é analisar como as tecnologias digitais de modelagem 3D, associadas com metodologias participativas, podem contribuir com a leitura, interpretação e registro da paisagem, tendo como objeto de estudo a Colônia Agrícola do Iata, em Rondônia.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho é de natureza qualitativa, com foco analítico-descritivo. O estudo partiu de uma análise do conjunto de metodologias aplicadas na pesquisa de mestrado intitulada "A tecnologia como instrumento na produção de um inventário de referências culturais em territórios isolados: um estudo de caso na Colônia lata, Rondônia", em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da UFOP.

A análise se fundamenta em revisão bibliográfica sobre o conceito de paisagem cultural, e da análise dos resultados alcançados até agora na pesquisa, por meio da aplicação de quatro métodos principais: (i) levantamento histórico-documental; (ii) observação participante; (iii) modelagem digital; (iv) e entrevistas semiestruturadas, ainda em desenvolvimento, como propósito de alimentar o modelo virtual, por meio de narrativas de memória.

A proposta metodológica, portanto, não consiste na coleta de novos dados, mas sim na revisão crítica do percurso metodológico realizado, destacando os potenciais e desafios de cada técnica no processo de compreensão da paisagem e no registro de suas transformações ao longo do tempo.

Resultados preliminares ou esperados

Com base nos resultados já obtidos durante a pesquisa de mestrado, o levantamento histórico-documental permitiu identificar as fases de formação e transformação da paisagem da Colônia Iata a partir de fontes como relatórios institucionais, cartografias antigas, registros oficiais e reportagens. Esse material revelou a sobreposição de ciclos econômicos, como o surgimento da ferrovia, o Ciclo da Borracha e a criação das Colônias Agrícolas. A análise documental possibilitou identificar elementos hoje ausentes fisicamente, mas essenciais para compreender a lógica fundadora do lugar.

A observação participante possibilitou o reconhecimento das dinâmicas atuais de uso e apropriação do espaço, evidenciando contrastes entre o planejamento original e os usos contemporâneos da vila. O acompanhamento de práticas cotidianas, circulações, festas locais e relações entre vizinhos ofereceu dados sobre como a comunidade reorganizou o território ao longo do tempo. Essa imersão no cotidiano permitiu identificar as permanências, ressignificações e vazios simbólicos existentes na paisagem habitada.

As entrevistas semiestruturadas estão em andamento e serão fundamentais como mecanismo de acesso à memória dos habitantes. Espera-se com as narrativas de memórias, identificar aspectos materiais que se modificaram na constituição física da Colônia, mas sobretudo, pretende-se obter informações sobre os modos de vida e as práticas culturais. oferecendo relatos sobre edifícios demolidos, práticas abandonadas e locais marcantes da vila. Esses depoimentos visam complementar os dados documentais e aqueles obtidos pela experiência nos trabalhos de campo, revelando significados e sentidos atribuídos aos

elementos que compõem a paisagem, assim como identificar as referências culturais que não aparecem nos registros oficiais. Além disso, as entrevistas demonstraram como a memória coletiva constrói a paisagem de modo afetivo.

Por fim, a modelagem digital em 3D, desenvolvida a partir de softwares como Autodesk Recap Photo e 3D Gaussian Splatting, viabiliza o registro visual e espacial de edificações e elementos da paisagem virtualmente. Esses modelos não só documentam as estruturas existentes, mas também permitem a simulação de elementos perdidos ou transformados, servindo como ferramenta para interpretação espacial, visualização comparativa e posterior difusão desses bens sem a necessidade de uma visita presencial. As simulações serão obtidas com base nos resultados anteriores e pretende-se também incorporar narrativas de memória ao modelo tridimensional, o que também pode se configurar em mecanismo de experiência sensorial.

Implicações teóricas/práticas

De acordo com os resultados apontados, a experiência indicou que a modelagem pode ampliar o acesso a patrimônios isolados, tornando os dados acessíveis em plataformas virtuais e interativas.

Os resultados da análise metodológica reforçam que o uso combinado de diferentes métodos ajudou a registrar aspectos diversos da paisagem da Colônia Iata, incluindo elementos que não são visíveis apenas por meio da observação direta. Ao reunir registros históricos, memória oral, observações em campo e modelagem digital, é possível construir uma leitura mais completa do território, levando em conta tanto as dimensões materiais quanto imateriais.

Do ponto de vista prático, esse conjunto de métodos se mostrou útil para documentar lugares de difícil acesso e com pouca presença institucional, além de se constituir em instrumento de preservação a ser aplicado em diversos contextos. As experiências analisadas indicam que esse tipo de abordagem pode ser replicado em outras regiões que enfrentam problemas parecidos, como falta de registro formal, abandono de bens culturais e ausência de políticas de preservação. Já no campo teórico, a análise ajuda a mostrar que a metodologia não é apenas uma etapa técnica da pesquisa, mas uma parte importante da forma como a paisagem é percebida, interpretada e registrada.

Referências

- ASSUNTO, Rosario. Paisagem, ambiente, território. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. 2. ed. rev. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 125-130.
- ASSUNTO, Rosario. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. 2. ed. rev. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 339-375.
- BERQUE, Augustin. **O Pensamento-paisagem**. Tradução de Vladimir Bartalini e Camila Gomes Sant’Anna. São Paulo: Edusp, 2023.
- BONESIO, Luisa. Elogio da conservação. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. 2. ed. rev. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 443-465.
- DUNCAN, James. **The city as text**. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 244p.
- MATIAS, F. **Formação histórica e econômica de Rondônia**: do século XVI ao século XXI. Porto Velho: INDAM, 2010.
- OLIVEIRA, T. S.; BUENO, F. A. B. Tecnologia como ferramenta de inventário e preservação da memória em territórios isolados na Amazônia. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO – ANPTUR, 21., 2024, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPTUR, 2024. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/21/4105.pdf>. Acesso em: 30 jun 2025.
- OLIVEIRA, T. S. **A tecnologia como instrumento na produção de um inventário de referências culturais em territórios isolados**: um estudo de caso na Colônia Iata, Rondônia. Dissertação (Mestrado em Turismo e Patrimônio) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, [2025]. Em elaboração.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 130p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.
- POTTEIGER, Matthew; PURINTON, Jamie. **Landscape narratives**. Design Practices for Telling Stories. USA: John Wiley & Sons, INC, 1998. 340p.
- THÉRY, H. **Rondônia: mutations d'un Territoire fédéral en Amazonie brésilienne**. 1976. Tese (Doutorado) – Université Paris I, Paris, 1976.

NOVOS OLHARES PARA O INDIZÍVEL A PARTIR DE FOTOGRAFIAS REALIZADAS POR ALUNOS DO 6º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL DE BENTO RODRIGUES

Gabriela Maria de Lana Pinto

Universidade Federal de Ouro Preto

gabriela.lana98@gmail.com

Matheus José Mendes Bernardes

Universidade Federal de Ouro Preto

matheus.bernardes@aluno.ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

A seguinte pesquisa faz parte da dissertação de mestrado “*E a palavra amor, cadê? Turismo de memória como potencial para a sensibilização social o contexto da memória sensível de Bento Rodrigues*”. Trata especificamente sobre a oficina de fotografia “*Um corpo no mundo*”, realizada em 2024 com os alunos do 6º ano da Escola Municipal de Bento Rodrigues, no território de Nova Bento.

A justificativa para o trabalho consiste na proposição de alternativas para se pensar a valorização do patrimônio por outras vias, levando em conta as diferenças entre os processos de institucionalização da memória e as demandas dos moradores do território. A comunidade foi o primeiro povoado atingido pelos mais de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro, consequentes do crime de rompimento da barragem de Fundão no dia 05 de novembro de 2015.

No ano de 2019 foi entregue à comunidade o Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues, realizado a partir de um projeto de extensão coordenado pelo Prof. Dr. Leonardo Castriota, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPGACPS). O Dossiê visava construir subsídios teóricos e práticos para a elaboração de um museu de território a partir das ruínas do subdistrito. Parte da problemática do documento se insere ao observarmos a verticalização da proposta, que não foi realizada em conjunto com a comunidade. Como destacado por Maciel *et al.*, (2024), “o tombamento teria sido definido *a priori*, sem um diálogo aprofundado com os moradores atingidos em relação ao uso e à apropriação do território e às possíveis implicações relacionadas aos diferentes tipos de instrução de proteção patrimonial” (Maciel, *et al.*, 2024, p. 12). Soma-se a isso o próprio desejo da comunidade, em realizar atividades de educação voltada ao

patrimônio, evidenciado em um trecho do jornal *A Sirene* na edição nº 41, publicado em setembro de 2019:

“Há anos, discutimos a necessidade de ser realizado um trabalho de educação patrimonial com as comunidades, algo que também não foi feito até o momento. Anteriormente, as mineradoras decidiram o futuro das comunidades abaixo de seu complexo sem qualquer questionamento se eles desejavam aquele futuro. Hoje são os “aliados” que repetem este processo, não dá mais” (*A Sirene*, 2019, p. 11, ed. 41).

Levando-se em conta a demanda apresentada pela comunidade, a oficina *“Um corpo no mundo”* foi idealizada buscando construir em conjunto com as crianças da escola a noção de patrimônio, a partir da relação que elas possuem com as pessoas, objetos de afeto, territórios atingidos, dentre outros elementos. A ação tem o propósito de fazer um contraponto à proposta verticalizada do Dossiê supracitado, bem como ao Guia Básico de Educação Patrimonial. Esse último é considerado um instrumento que marca as discussões iniciais sobre educação patrimonial no Brasil a partir de 1999, mas que, no entanto, “pauta-se numa acepção instrutivista de educação, seguindo uma veia colonizadora em relação ao patrimônio cultural” (Tolentino, 2018, p. 46).

Nesse sentido, a oficina *“Um corpo no mundo”* busca elaborar reflexões acerca de outras possibilidades de preservação da memória a partir de alternativas contracoloniais (Santos, 2023). Ela parte de uma série de metodologias advindas dos *Cadernos do Inventar com a diferença: cinema e direitos humanos* de Cézar Migliorin, utilizando a fotografia como meio para a representação da memória.

Objetivo

A pesquisa tem como objetivo principal entender a relação das crianças com o território onde vivem atualmente (Mariana e Nova Bento) e a percepção do que consideram patrimônio. Além disso, busca elucidar as narrativas que emergem sobre os sujeitos, a memória coletiva e o território, utilizando a fotografia como dispositivo. Enquanto objetivos específicos, a oficina visa: 1) Identificar na percepção dos participantes a relação de afeto ou não com o território em que estão localizados; 2) Identificar o que é considerado como patrimônio e o que não é, compreendendo como os sujeitos se identificam com o que eles

consideram como patrimônio; 3) Compreender quais as narrativas emergentes sobre si, a memória coletiva e o território;

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é de caráter qualitativo e abrange diversas perspectivas, modalidades, abordagens, metodologias, desenhos e técnicas. Ela é utilizada no planejamento, na condução e na avaliação de estudos, investigações ou questionamentos que buscam descrever, interpretar, compreender ou até mesmo superar situações sociais ou educacionais consideradas problemáticas pelos próprios atores sociais envolvidos, que são os protagonistas dessas situações (González, 2020).

Parte-se também do uso da pesquisa-intervenção que, de acordo com Rocha (2003), aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sociopolítica, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social.

As atividades foram desenvolvidas na Escola Municipal de Bento Rodrigues, a nova escola construída no Reassentamento de Nova Bento. Foram realizadas no período de maio a junho de 2024, integrando as atividades pré-estabelecidas pelo Programa Tempo Integral, que atua nas escolas de Mariana e oferece atividades extracurriculares com foco em arte-educação. A partir das demandas do Programa, a oficina foi inserida no eixo ‘educação para a vida’, sendo ofertada para alunos do 6º ano, nas sextas-feiras, no período da manhã.

Partindo das metodologias propostas pelo caderno *Inventar com a diferença*, foram selecionadas as seguintes: (i) olhar e inventar; (ii) o que se vê e o que não se vê; (iii) fotografias narradas; (iv) espelhos de autorretrato; (v) volta ao quarteirão (vi) roteiro mapa e (vii) filme-carta.

Resultados preliminares ou esperados

A experiência com os alunos do 6º ano no Reassentamento de Nova Bento evidenciou um sentimento difuso de pertencimento ao novo território, marcado por desterritorialização, ausência de vínculos comunitários e frustrações cotidianas. Observou-se que, embora algumas crianças já morem no reassentamento, ainda mantêm relações afetivas com locais

antigos, como o Campinho de Camargos. Isso revela o papel das memórias e das relações familiares como elementos centrais nas suas representações afetivas.

Os desenhos e fotografias apontaram para uma ausência de identificação com patrimônios materiais tradicionais, dando lugar a referências subjetivas como pessoas, natureza e espaços de convívio. A quadra, por exemplo, aparece como símbolo de fuga e desejo. As oficinas também revelaram impactos do rompimento da barragem na vivência plena da infância e na constituição de novas referências territoriais. Como projeto piloto, a proposta metodológica se mostrou potente para compreender a percepção das crianças sobre sua realidade, contribuindo para práticas de educação no âmbito patrimonial numa perspectiva contracolonial, centradas nos sujeitos e em suas narrativas.

Implicações teóricas/práticas

Do ponto de vista teórico, os resultados da oficina contribuem para o debate sobre patrimônio, infância e territorialidade em contextos de crimes socioambientais. Esses pontos trazem à tona a discussão sobre como os vínculos patrimoniais não se constroem exclusivamente a partir de referenciais materiais e institucionais, mas também — e sobretudo — a partir de experiências afetivas, familiares e cotidianas. A pesquisa tensiona a noção tradicional de patrimônio, propondo uma abordagem contracolonial que valoriza as narrativas e representações das próprias crianças como produtoras de sentido. Além disso, amplia o campo das discussões sobre desterritorialização, mostrando como ela afeta não apenas o espaço físico, mas a vivência comunitária e as possibilidades de construção identitária no reassentamento.

Em termos práticos, a pesquisa oferece subsídios para repensar políticas e práticas de educação no âmbito do patrimônio em territórios atingidos, especialmente com foco na infância. A proposta metodológica utilizada nas oficinas, centrada na escuta e na expressividade das crianças por meio de dispositivos visuais e narrativos, mostrou-se potente para compreender como elas significam o presente e reelaboram o passado. Assim, a experiência pode servir de base para futuras ações educativas que promovam a reconstrução de laços comunitários e a valorização de memórias locais a partir do que é significativo para os sujeitos, rompendo com intervenções verticalizadas e alheias às realidades vividas.

Referências

- A SIRENE, Jornal. **Editorial**. Ed. 41, 2019. Disponível em:
https://issuu.com/jornalasirene/docs/setembro_2019_issuu. Acesso em: 28 de maio de 2025.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci et al. Dossiê de tombamento de Bento Rodrigues. Belo Horizonte: **Ieds**, 2019.
- DOS SANTOS, Antônio Bispo; PEREIRA, Santídio. A terra dá, a terra quer. **Ubu Editora**, 2023.
- GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 17, p. 155-183, 2020.
- MACIEL, Letícia Nörnberg; PASSOS, Flora d'El Rei Lopes; COSTA, Fabiele. Patrimônio cultural em disputa: ações de preservação e resistência nos territórios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG. Antropolítica: **Revista Contemporânea de Antropologia**, 2024.
- MIGLIORIN, Cesar et al. Inventar com a diferença: cinema e direitos humanos. Niterói: **Editora da UFF**, 2014.
- MIGLIORIN, Cesar et al. Cadernos do Inventar: cinema, educação e direitos humanos. Ilustrações: Fabiana Egrejas. Niterói (RJ): **EDG**, 2016.
- ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, p. 64-73, 2003.
- TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, 2018.

NOVOS USOS PARA ANTIGAS ESTAÇÕES: O TURISMO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL

Ana Júlia Scortegagna Socal

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

anajsocal@gmail.com

Aline Britto Fialho

fialho.aline@gmail.com

Contextualização Teórica e Empírica

O transporte ferroviário desempenhou papel fundamental na conformação do território brasileiro e, particularmente, no processo de desenvolvimento urbano, econômico e social do Rio Grande do Sul. Desde sua implementação no século XIX, as ferrovias foram um vetor de integração regional, crescimento das cidades e formação de memórias coletivas que associam as estações ferroviárias à ideia de modernidade, progresso e conectividade (Flôres, 2007).

No contexto gaúcho, a malha ferroviária foi projetada de forma estratégica com a finalidade de integrar o estado ao restante do país e proteger suas fronteiras. A chegada da ferrovia impulsionou o surgimento e a expansão de cidades, movimentou a economia local e consolidou a relevância das estações como espaços centrais na dinâmica urbana (Lopes, 2002). No entanto, a partir da segunda metade do século XX, o sistema ferroviário brasileiro entrou em decadência, com a desativação de inúmeras linhas e abandono de suas estruturas, levando à subutilização diversas edificações. A impossibilidade da manutenção do uso original, vinculado ao sistema ferroviário, leva à necessidade de se pensar alternativas de reabilitação e salvaguarda desse patrimônio, considerando tanto seus aspectos materiais quanto imateriais.

A patrimonialização do legado ferroviário passa a se articular, especialmente nas últimas décadas, com estratégias de preservação vinculadas à valorização da memória e da identidade territorial. Nesse processo, o turismo emerge como uma possibilidade de ressignificação e reutilização de antigas estações ferroviárias, promovendo seu reaproveitamento funcional por meio de atividades culturais, de lazer e gastronômicas. Segundo Kühl (2008), um patrimônio sem uso está fadado à deterioração, sendo o uso social

uma forma legítima de manter sua vitalidade e relevância para a comunidade. Varine (2012) complementa esta ideia ao afirmar que a conservação física do patrimônio não é suficiente se este não permanece útil.

As estações ferroviárias são consideradas "lugares de memória" (Nora, 1993), pois concentram aspectos materiais, simbólicos e funcionais relacionados à história das cidades e dos grupos sociais que nelas interagiram. A valorização desses espaços por meio do turismo cultural permite a reconexão entre presente e passado, além de estimular sentimentos de pertencimento e identidade. O uso turístico do patrimônio ferroviário pode assumir diferentes formas; em alguns casos, por meio de trens turísticos em operação, em outros, a partir da transformação das antigas estações em espaços culturais, centros gastronômicos ou áreas de lazer. Este estudo parte, portanto, do entendimento de que tais iniciativas podem contribuir para a preservação e valorização da memória ferroviária e para o desenvolvimento turístico regional.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo geral analisar as estações ferroviárias de médio e grande porte revitalizadas no estado do Rio Grande do Sul, com ênfase na identificação de seus novos usos e na compreensão da relação entre a revitalização e o uso turístico.

Procedimentos Metodológicos

A abordagem da pesquisa é qualitativa e de caráter descritivo-comparativo. Foram utilizados como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica e documental através da pesquisa em livros, artigos e notícias.

O estudo utiliza como ponto de partida a obra “Patrimônio ferroviário do Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874-1859”, no qual as pesquisadoras Alice Cardoso e Frinéia Zamin apresentam um inventário completo das estações ferroviárias do Rio Grande do Sul (Cardoso; Zamin, 2002). Dado o grande número de edificações apresentadas, este estudo optou por utilizar um recorte, focando nas estações de médio e grande porte, conforme classificado pelas autoras.

Tais estações, por sua escala arquitetônica, localização estratégica e histórico de uso, desempenharam papéis estruturantes no processo de urbanização e na articulação regional dos fluxos econômicos e sociais durante o período de funcionamento do sistema ferroviário.

Estes equipamentos, em geral, apresentam maior complexidade construtiva, diversidade de espaços internos e maior capacidade de abrigar usos múltiplos, o que os torna especialmente aptos à refuncionalização. Sua dimensão física e visibilidade urbana favorecem também a implementação de projetos de revitalização com impacto ampliado na dinâmica turística, cultural e econômica das cidades.

Após a seleção das estações ferroviárias a serem estudadas, parte-se para a análise do estado atual das edificações, identificando quais estão em desuso ou abandonadas e quais passaram por algum processo de revitalização. Neste último caso, identifica-se, ainda, qual ou quais usos foram destinados a elas para, por fim, compreender como esses usos, especialmente os turísticos, contribuem para a preservação da memória e do patrimônio ferroviário.

Resultados preliminares ou esperados

Embora o estudo ainda esteja em desenvolvimento, espera-se identificar um espectro diverso de novos usos atribuídos às estações ferroviárias revitalizadas no Rio Grande do Sul, abrangendo funções gastronômicas, culturais, institucionais e comerciais. Tais usos, a depender de suas características e do grau de articulação com o contexto local, tendem a contribuir para a reapropriação simbólica e funcional desses espaços, promovendo a preservação de seus valores patrimoniais e a reinserção das estações no cotidiano das cidades.

Espera-se, ainda, que os resultados revelem uma predominância de usos voltados ao campo da cultura e do turismo, em comparação com usos estritamente institucionais ou administrativos. Essa expectativa se apoia na observação preliminar de que atividades culturais e turísticas favorecem maior circulação de pessoas, apropriação pública e diálogo com a memória coletiva, aspectos fundamentais para a valorização dos bens patrimoniais.

Considerando que o Rio Grande do Sul possui um número expressivo de estações ferroviárias, muitas das quais localizadas em áreas centrais e dotadas de potencial paisagístico, urbanístico e histórico, a análise dos casos já revitalizados pode oferecer subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas e estratégias de reabilitação de outras estações atualmente em situação de abandono ou subutilização. A compreensão sobre como os novos usos impactam na preservação da memória ferroviária e na sustentabilidade dos espaços pode orientar decisões futuras quanto à refuncionalização dessas estruturas,

promovendo soluções alinhadas ao desenvolvimento regional e à valorização do patrimônio cultural.

Implicações teóricas/práticas

As reflexões oriundas desta análise apontam para a relevância do uso turístico como estratégia de preservação do patrimônio ferroviário, especialmente quando esse uso está alinhado com os valores históricos, simbólicos e sociais do bem. Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o aprofundamento das discussões sobre a interface entre turismo, patrimônio e memória, destacando a importância de considerar o uso social e a função simbólica dos bens revitalizados.

A partir da perspectiva prática, o estudo evidencia que as estações ferroviárias revitalizadas podem atuar como catalisadoras de desenvolvimento urbano, cultural e turístico, desde que inseridas em estratégias integradas de planejamento. A criação de espaços que respeitam a estrutura original e incorporam a memória ferroviária potencializa os benefícios sociais e econômicos da revitalização.

Destaca-se a necessidade de planejamento adequado e de uma gestão participativa que envolva os diferentes atores sociais para que o processo de escolha dos novos usos considere a compatibilidade com o bem patrimonial e evite a sua descaracterização. Além disso, a construção de narrativas interpretativas e educativas também se mostra essencial para que os visitantes compreendam a importância histórica das estações e estabeleçam vínculos simbólicos com o espaço.

Por fim, a experiência das estações ferroviárias revitalizadas no Rio Grande do Sul serve de referência para outras regiões do Brasil que buscam alternativas para a preservação do patrimônio ferroviário. Quando bem articuladas com o turismo cultural, tais iniciativas podem fomentar não apenas a conservação física dos bens, mas também o fortalecimento da memória coletiva e da identidade local.

Referências

CARDOSO, ALINE; ZAMIN, FRINÉIA. **Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul:** inventário das estações 1874-1859. Porto Alegre, Pallotti, 2002.

FLÔRES, JOÃO RODOLPHO AMARAL. **Fragmentos da história ferroviária brasileira e rio-grandense:** fontes documentais, principais ferrovias, viação férrea do Rio Grande do Sul (Vfrgs), Santa Maria, a “cidade ferroviária”. Santa Maria: Pallotti, 2007.

KÜHL, BEATRIZ. MUGAYAR. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização:** problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

LOPES, CARYL EDUARDO JOVANOVICH. **A Compagnie Auxiliaire de Chemins de fer au Brésil e a Cidade de Santa Maria no Rio Grande Do Sul, Brasil.** 2002. 224 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Politécnica Da Catalunha, Barcelona, 2002.

NORA, PIERRE. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto história, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

VARINE, HUGUES DE. **As raízes do futuro:** o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

O MUSEÓLOGO ENQUANTO AGENTE CULTURAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA GESTÃO CRIATIVA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Matheus José Mendes Bernardes

Universidade Federal de Ouro Preto

matheus.bernardes@aluno.ufop.edu.br

Laura Araújo Drumond de Magalhães

Universidade Federal de Ouro Preto

laura.drumond@aluno.ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

A transformação da museologia atual exige superar modelos conservadores e hierárquicos, adotando práticas de gestão inovadoras, flexíveis e abertas à experimentação, que valorizem a pluralidade de vozes e incorporem a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural. Cândido (2008) destaca o papel dos museus como agentes de mudança social e desenvolvimento local, potencializado pela democratização do acesso, gestão e produção do conhecimento.

A Nova Museologia e a Museologia Social, especialmente na América Latina e Brasil, deslocam o foco do objeto para o sujeito, vendo o museu como espaço de diálogo intercultural e transformação social. Gouveia (2014) enfatiza a projeção social do museu, enquanto Rodrighiero (2023) mostra, no Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, como a gestão compartilhada empodera comunidades. O museólogo atua como facilitador, promovendo educação patrimonial dialógica e emancipatória, com participação ativa das comunidades.

Nesse contexto, a "gestão criativa" deixa de ser um conceito abstrato para se tornar uma dimensão essencial à prática do museólogo contemporâneo. Não se trata de aplicar técnicas de marketing cultural ou buscar soluções estéticas para exposições, mas de incorporar a criatividade como um princípio transversal à gestão, permeando o planejamento estratégico, a articulação de parcerias, a resolução de problemas, a comunicação com os públicos e a busca por sustentabilidade. Como explora Costa (2023) ao analisar a atuação de museólogos em projetos de musealização e comunicação patrimonial, a integração efetiva do museu ao seu território, a construção de redes colaborativas sólidas com outros agentes culturais, educacionais e sociais, e a capacidade de demonstrar e ampliar a relevância social da instituição são desafios que demandam respostas criativas e adaptativas. O museólogo,

portanto, ao abraçar a gestão criativa, torna-se um agente fundamental na construção de instituições museais mais dinâmicas, relevantes e comprometidas com o desenvolvimento humano e social das comunidades onde estão inseridas, contribuindo para um ecossistema cultural mais justo e diverso.

Objetivo

O objetivo central é a análise do papel desempenhado pelo museólogo enquanto agente cultural no cenário contemporâneo. Propõe-se investigar os desafios e as oportunidades que se configuram a partir da adoção consciente e estratégica de modelos de gestão criativa no âmbito das instituições museais. Busca-se discutir as competências, habilidades e posturas ético-profissionais consideradas essenciais para que o museólogo se desenvolva como agente cultural. Esta análise tem perspectivas teóricas e práticas oferecidas pela Museologia Social, bem como pelas discussões interdisciplinares mais amplas sobre sustentabilidade (em suas dimensões ambiental, social, econômica e cultural) e desenvolvimento cultural comunitário, reconhecendo a interconexão indissociável entre a gestão museológica e a ação cultural.

Procedimentos Metodológicos

A presente investigação caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, cuja fundamentação reside em uma revisão bibliográfica focada na produção acadêmica e institucional recente sobre a reconfiguração do papel do museólogo na contemporaneidade. O levantamento abrangeu autores nacionais e internacionais que discutem criticamente a museologia. Conforme a Museologia Social, analisando as contribuições de Gouveia (2014) sobre a projeção social do museu, as reflexões de Querol e Sancho (2014) acerca dos novos horizontes participativos, e os estudos de caso sobre gestão compartilhada de Rodrighiero (2023). Foram examinadas as práticas de gestão cultural e criativa aplicadas a instituições museais, com base em manuais como o apresentado por Bittencourt-Francisco (2021) e as diretrizes do ICOM e UNESCO (2009). A atuação do museólogo como mediador e agente cultural foi investigada a partir das análises de Costa (2023) sobre projetos de musealização e comunicação patrimonial, e das propostas de Cândido (2008) sobre museus como agentes de mudança. Foram consultados artigos científicos publicados em periódicos especializados, livros, capítulos de livros, manuais técnicos e documentos institucionais. A análise documental

buscou identificar não apenas os marcos teóricos e conceituais, mas também exemplos práticos e estudos de caso que ilustram os desafios, as estratégias e as potencialidades da atuação do museólogo na promoção da participação comunitária, da inclusão social e da sustentabilidade nos museus, tanto no Brasil quanto em outros contextos.

Resultados preliminares ou esperados

A análise da literatura e das discussões contemporâneas sobre a prática museológica sugere que o perfil do museólogo está em expansão, demandando um conjunto de competências multidisciplinares. Para além do domínio técnico sobre conservação, documentação, gestão de equipamentos culturais e pesquisa de acervos, que permanecem fundamentais, espera-se que o profissional desenvolva habilidades em comunicação intercultural, mediação de conflitos e saberes, gestão de projetos culturais sociais, captação de recursos e articulação comunitária. Manuais de gestão, como o do ICOM e UNESCO (2009), já apontavam para a necessidade de competências gerenciais amplas, enquanto estudos mais recentes, como o de Costa (2023), detalham a aplicação dessas habilidades na atuação específica em projetos de musealização e comunicação patrimonial. A capacidade de dialogar com diferentes públicos, compreender suas demandas e traduzi-las em ações museológicas emerge como ponto central.

Espera-se que o fortalecimento do museólogo como agente cultural contribua para a renovação das práticas museais. Isso consolida os museus como espaços vitais de educação não formal, exercício da cidadania, reflexão crítica e transformação social, como preconizado por Cândido (2008) ao discutir o museu como agente de mudança, e reforçado por Gouveia (2014) ao analisar a projeção social dessas instituições, tornando-os cada vez mais conectados e relevantes para as sociedades em que se inserem.

Implicações teóricas/práticas

Do ponto de vista teórico, este estudo reforça a compreensão da Museologia como um campo dinâmico e em constante diálogo com as transformações sociais, que vão além do campo técnico. Costa (2023) aponta para a importância de incorporar discussões sobre ética profissional e direitos culturais em projetos de comunicação patrimonial. A análise do museólogo como agente cultural contribui para o debate sobre o papel político e social dos museus. Cândido (2008) sublinha sua potencialidade como arenas para a negociação no

campo das memórias e a promoção da cidadania, enquanto Querol e Sancho (2014) destacam a construção de futuros mais justos e sustentáveis através da museologia social.

Na esfera prática, as implicações são diretas para a gestão das instituições museais. Ressalta-se a importância de se adotarem modelos de gestão mais flexíveis, horizontais e abertos à experimentação. Rodrighiero (2023) demonstra como a gestão compartilhada pode valorizar a escuta ativa das comunidades, incorporando suas perspectivas nos processos decisórios. As diretrizes do ICOM e UNESCO (2009) também orientam para práticas de gestão que considerem a participação comunitária. O fortalecimento do museólogo como um articulador de redes, capaz de conectar o museu a outras instituições culturais, educacionais e sociais do território, amplia o impacto de suas ações e contribui para a consolidação de políticas culturais mais integradas e eficazes. A capacitação e valorização do museólogo como agente cultural é fundamental para que os museus cumpram plenamente sua função social no século XXI.

Referências

BITTENCOURT-FRANCISCO, Júlio César. Manual de Gestão de Museus. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v. 10, n. 19, p. 642-644, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/32938/30007>. Acesso em: 26 maio 2025.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento: Propostas e reflexões museológicas**. [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: https://ceam2018.org/wp-content/uploads/2018/07/texto-5_museus-como-agentes-de-mudanc3a7a.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

COSTA, Isabella Carvalho. Atuação de museólogos em projetos de musealização ou comunicação patrimonial: um estudo exploratório. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 138-157, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/203625/204800>. Acesso em: 28 maio 2025.

GOUVEIA, Inês. Museologia social. **Revista Chapecoense de Cultura**, Chapecó, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592/1523>. Acesso em: 28 maio 2025.

ICOM; UNESCO. **Como gerir um museu**: Manual prático. Tradução: Clara Camacho. Revisão técnica da tradução: Comissão Portuguesa do ICOM. Lisboa: ICOM Portugal, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (Ibram). **Pontos de Memória**: Metodologia e Práticas em Museologia Social. Brasília, DF: Ibram, 2010. Disponível em: <https://>

www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2020/05/pontos-de-memoria- portugues-1.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

MATTOS, Y.; MATTOS, I. **Abracaldabra**: uma aventura afeto-cognitiva na relação museu-educação. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2010.

QUEROL, Lorena Sancho; SANCHO, Emanuel. Sujeitos do património: os novos horizontes da museologia social em São Brás de Alportel. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 21, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1780>. Acesso em: 28 maio 2025.

RODRIGHIERO, Gabriele. A Museologia Social e a gestão compartilhada como ferramentas de transformação social: o caso do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v. 12, n. 24, p. 230-248, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/49465/38878/173042>. Acesso em: 28 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Guia para normalização de trabalhos acadêmicos**. 3. ed. Ouro Preto: UFOP, 2023. Disponível em: <http://www.sisbin.ufop.br/servicos/normalizacao>. Acesso em: 21 abr. 2023.

OURO PRETO CRIATIVA: POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS CONFLUÊNCIAS ENTRE CULTURA, PATRIMÔNIO, TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA

Luiz Cláudio Alves Viana

Prefeitura Municipal de Ouro Preto e Universidade Federal de Minas Gerais
 luizclaviana@yahoo.com

Suzana Fernandes de Paula

Prefeitura Municipal de Ouro Preto e Universidade Federal de Ouro Preto
 suzana.paula@aluno.ufop.edu.br

Danilo Brant Soares

Prefeitura Municipal de Ouro Preto e Universidade Federal de Ouro Preto
 danilo.brant@aluno.ufop.edu.br

Renato José Degli Esposti da Silva

renato.esposti@aluno.ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

Ouro Preto, historicamente ligada ao extrativismo mineral desde o século XVII, com o Ciclo do Ouro e, atualmente, a extração de minério de ferro, apresenta um notável patrimônio arquitetônico colonial português. Reconhecida como Monumento Nacional em 1933, tombada em 1938 e Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO em 1980, a cidade tem seu traçado urbano e edificações preservados, conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “Seu traçado urbano colonial mantém-se intacto e o mesmo ocorre com os exemplares da arquitetura religiosa e civil mais expressivos, e suas obras de arte preservadas”.

Embora a mineração permaneça como atividade econômica central (CASTRO, 2015), o setor de serviços, impulsionado pelo turismo, tem ganhado destaque. Ouro Preto consolidou-se como um dos principais destinos turísticos do Brasil, promovendo diversas segmentações, como turismo histórico-cultural, pedagógico, religioso, gastronômico, de eventos, de aventura, ecoturismo e afroturismo.

As manifestações culturais, como a Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, o Carnaval e a Semana Santa, e os saberes e ofícios tradicionais (pedra-sabão, taquara, cerâmica), demonstram a criatividade intrínseca da região e movimentam uma economia crescente: a economia criativa. Esta se beneficia intensamente do turismo, gerando renda para os trabalhadores criativos.

Sempre houve uma estreita interdependência econômica entre as indústrias criativas e o turismo cultural. Submercados das indústrias criativas relacionados ao design, arte, música ou às artes cênicas são importantes fornecedores de conteúdo não apenas para o turismo baseado em eventos e atrações, mas também para formatos interativos que conectam a criatividade à cultura e aos costumes locais. (OECD, 2014, p. 88 - tradução nossa).

Em Ouro Preto, a economia criativa se entrelaça com o turismo, impulsionada pela cultura local. Eventos, artesanato e patrimônio se tornam atrativos turísticos, promovendo o município e diversificando a economia. Este cenário ressalta a importância de políticas públicas que integrem turismo e economia criativa, baseadas na sustentabilidade sociocultural e econômica, e na valorização patrimonial.

Embora a relação entre cultura e turismo esteja bem desenvolvida, as indústrias criativas oferecem um escopo mais amplo e, portanto, exigem uma gama mais abrangente de abordagens políticas do que as abordagens tradicionais voltadas ao "turismo cultural".(OECD, 2014, p. 52 - tradução nossa)

Reconhecendo a necessidade de diversificar sua economia para reduzir a dependência mineral, o governo municipal de Ouro Preto tem investido na sinergia entre economia criativa e turismo. Ações governamentais incluem a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Ouro Preto (CONDES-OP) em 2018, com o objetivo de "propor, incentivar, acompanhar e avaliar as ações de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Município" (OURO PRETO, 2018). Em 2021, a Lei Complementar nº 204 instituiu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia (SMDEIT), que abriga a Diretoria de Economia Criativa e Solidária, responsável pelo desenvolvimento e fomento de ações na área. A SMDEIT também elaborou a minuta da Lei nº 1.531, de 30 de janeiro de 2025, que instituiu o primeiro Plano Municipal de Economia Criativa de Minas Gerais. Complementarmente, a SMDEIT executa o Plano de Apoio à Diversificação Econômica (PADE), com eixos prioritários como Turismo, Economia Criativa, Empreendedorismo, Economia Verde, Agropecuária e Desenvolvimento Rural, e Tecnologia e Inovação.

Objetivo

Historicamente, Ouro Preto depende economicamente da mineração, uma atividade insustentável e prejudicial. Diante disso, a criação de políticas públicas para a diversificação econômica, focadas na sustentabilidade, tornou-se essencial. A elaboração do Plano Municipal de Economia Criativa (PMEC-OP) surge como um instrumento para compreender e impulsionar a preservação do patrimônio e o turismo responsável e sustentável.

O objetivo primordial deste estudo é, portanto, identificar como o PMEC-OP atua para agregar valor à conservação patrimonial e ao fomento do turismo, posicionando a economia criativa como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável da cidade. A justificativa reside na relevância de um plano de economia criativa enquanto meio de diversificação econômica, articulado por políticas públicas eficazes.

Procedimentos Metodológicos

Para compreender com profundidade como o tema proposto pode se relacionar com turismo e patrimônio, utilizou-se uma abordagem mista quali-quantitativa, sendo assim, a análise investigou aspectos quantitativos, com a apresentação de dados relacionados à economia criativa no município, e qualitativo, capturando as nuances, percepções e contextos específicos de cada localidade, fornecendo uma compreensão aprofundada dos problemas e oportunidades que uma abordagem puramente quantitativa não conseguiria oferecer. Para Creswell (2014), os métodos mistos combinam as vantagens dos enfoques qualitativos e quantitativos, proporcionando uma compreensão mais abrangente dos problemas de pesquisa. Enquanto os dados quantitativos oferecem generalização e precisão numérica, os dados qualitativos trazem profundidade, contexto e significado humano. Juntos, eles superam as limitações de cada método isolado.

Os autores deste trabalho participaram diretamente da elaboração do Plano Municipal de Economia Criativa de Ouro Preto (PMEC-OP), fruto de um convênio entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia e a UFOP. Essa colaboração permitiu a escuta ativa de agentes locais da economia criativa, essencial para subsidiar a pesquisa e compreender a complexidade do processo. Em espaços de troca, a metodologia de observação participante foi empregada, possibilitando captar discursos e significados atribuídos pelos atores sociais. Como afirmam Costa e Nogueira (2020, p. 74), a

imersão proporciona um "engajamento intenso e direto do pesquisador no campo de estudo". A pesquisa também foi embasada por vasta revisão bibliográfica.

Resultados preliminares ou esperados

O processo de formulação da Política Municipal de Economia Criativa de Ouro Preto (PMEC-OP) teve início após uma tentativa frustrada de candidatura à Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o município estabeleceu como meta a obtenção desse reconhecimento, impulsionando o projeto "Ouro Preto Cidade Criativa".

Para tal, realizou-se um diagnóstico abrangente no município, incluindo seus distritos, com o objetivo de mapear empreendedores e empreendimentos da economia criativa. Esse levantamento analisou dificuldades e necessidades de artistas e produtores, além de identificar as vocações da cidade para a candidatura à UNESCO. Os dados revelaram que o artesanato e a gastronomia/culinária representam as maiores proporções de produtores criativos, com 32,75% e 27,59%, respectivamente. Com base nesse mapeamento e nas características locais, o campo criativo de Artesanato e Artes Populares foi escolhido para a candidatura, culminando no lançamento da campanha municipal. Ouro Preto obteve o apoio e estabeleceu parcerias com todas as cidades brasileiras já integrantes da Rede de Cidades Criativas, enquanto o plano era elaborado.

O PMEC-OP foi aprovado pela Lei nº 1.531 de 30 de janeiro de 2025, tornando-se a primeira política municipal de economia criativa de Minas Gerais. Seus objetivos são "implementar e articular ações relacionadas aos processos de criação, produção, comercialização e distribuição de bens e serviços derivados da criatividade humana e de sua aplicação em prol do desenvolvimento econômico do Município" (OURO PRETO, 2025). A lei visa a formação e capacitação de profissionais, fomento a empreendimentos e redes colaborativas, criação de infraestruturas físicas e digitais, e estímulo à pesquisa, inovação e valorização cultural. O plano busca também ampliar mercados, integrar setores e garantir a participação dos agentes criativos por meio de espaços de escuta e articulação intersetorial.

Como ferramenta estratégica, o PMEC-OP é crucial para a preservação do patrimônio e a promoção do turismo, impulsionando o desenvolvimento sustentável em Ouro Preto. A cidade, Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, é reconhecida por sua riqueza cultural, história e arquitetura. O plano atua na conservação patrimonial ao propor a

requalificação de espaços, restauração de edificações e uso adaptativo de construções históricas. A economia criativa é vista como um meio de preservar o patrimônio material e imaterial, como manifestações culturais e saberes tradicionais, e gerar renda através de bens e serviços culturais ligados ao artesanato (pedra-sabão, bordado) e culinária típica. A valorização de atividades populares contribui para a preservação do patrimônio imaterial. O PMEC-OP busca sistematizar iniciativas criativas, promover a identidade local e visibilidade cultural por meio de marketing digital e roteiros temáticos. A pesquisa, com sua abordagem mista (quali-quantitativa), garante que o plano se alinhe às necessidades reais de preservação, combinando dados objetivos com percepções da população para uma compreensão completa dos desafios e oportunidades.

Implicações teóricas/práticas

Este estudo, ao analisar a economia criativa, o turismo e a preservação patrimonial em Ouro Preto, oferece importantes implicações teóricas e práticas. Teoricamente, demonstra como o Plano Municipal de Economia Criativa (PMEC-OP) pode ser um modelo para cidades históricas que buscam diversificar suas economias além do extrativismo. A abordagem integrada proposta pelo PMEC-OP reforça que o patrimônio, material e imaterial, é um ativo dinâmico gerador de valor econômico e social. A metodologia mista da pesquisa valida a relevância de combinar dados objetivos e percepções locais para uma compreensão aprofundada da economia criativa.

Na prática, a iniciativa de Ouro Preto exemplifica a governança e o planejamento estratégico para municípios dependentes de atividades não sustentáveis. A criação de órgãos como o CONDES-OP e a SMDEIT ilustra a institucionalização de políticas públicas focadas na sustentabilidade. A interdependência entre economia criativa e turismo exige políticas que integrem essas áreas, pois eventos culturais, artesanato e patrimônio impulsionam o setor criativo e atraem visitantes.

Referências

- CASTRO, Marcelo de Rezende. **A mineração em Ouro Preto e o desafio da diversificação econômica.** 2015. 182 f. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

COSTA, Ana Paula da; NOGUEIRA, Vera Lúcia. Observação participante: um método de pesquisa em foco. In: SILVA, Eliane David; ALVES, Ana (Org.). **Pesquisa em ciências sociais: métodos e abordagens**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 65-80.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2014.

EMMENDOERFER, M.; FIORAVANTE, A. Desafios para uma cidade ser criativa em uma sociedade (pós)pandêmica: um estudo sobre Ouro Preto (MG), Brasil. **Brazilian Creative Industries Journal**, v. 1, n. 1, p. 194–219, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.25112/bcij.v1i1.2672>. Acesso em: 28 maio. 2028.

FRAGA, B. O.; EMMENDOERFER, M. L.; MENDES, J. C. Turismo, economia criativa e planejamento governamental em dois municípios do interior do Brasil. **Turydes: Revista Turismo y Desarrollo Local**, n. 18, p. 1–14, jun. 2015. Disponível em:
<https://www.eumed.net/rev/turydes/18/economia-criativa.html>. Acesso em: 28 maio. 2028.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Tourism and the Creative Economy**. Paris: OECD Publishing, 2014. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/content/publication/9789264207875-en>. Acesso em: 1 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Lei nº 1.338, de 5 de abril de 2023**. Autoriza o Poder Executivo Municipal a autorizar parcerias e contratos visando à execução do Plano de Apoio à Diversificação Econômica de Ouro Preto (PADE). Câmara Municipal de Ouro Preto, 2023. Disponível em:
https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/5d7d67963ead4595d95d8d45b6d8dfe0.html. Acesso em: 27 mai. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Lei nº 1.531, de 30 de janeiro de 2025**. Institui o Plano Municipal de Economia Criativa de Ouro Preto (PMEC-OP), que define diretrizes, princípios e objetivos para a promoção da economia criativa no Município, estabelece competências institucionais, áreas abrangidas e mecanismos de incentivo, e dá outras providências. Câmara Municipal de Ouro Preto, 2025. Disponível em:
<https://www.ouropreto.mg.gov.br/pages/diario-cmop.php?page=diario-publicacoes-cmop&id=1113>. Acesso em: 27 mai. 2025.

OURO PRETO E A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE CRIATIVA: INTERFACES ENTRE PATRIMÔNIO, TURISMO E INOVAÇÃO PÚBLICA

Suzana Fernandes de Paula

Prefeitura Municipal de Ouro Preto e Universidade Federal de Ouro Preto
suzana.paula@aluno.ufop.edu.br

Luiz Cláudio Alves Viana

Prefeitura Municipal de Ouro Preto e Universidade Federal de Minas Gerais
luisclaviana@yahoo.com

Danilo Brant Soares

Prefeitura Municipal de Ouro Preto e Universidade Federal de Ouro Preto
danilo.brant@aluno.ufop.edu.br

Renato José Degli Esposti da Silva

renato.esposti@aluno.ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

A relação entre turismo, economia criativa, políticas públicas e patrimônio é profunda e interdependente, especialmente em cidades como Ouro Preto - primeira cidade brasileira a ser declarada Patrimônio Mundial da UNESCO (1980) - que possuem forte identidade cultural e histórica. O turismo é uma base econômica importante em cidades históricas, pois movimenta a economia local por meio da hospitalidade, eventos culturais, gastronomia, artesanato e turismo de experiência e depende da preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) como importante atrativo. Paralelamente, a Economia Criativa envolve atividades econômicas baseadas na cultura, arte, conhecimento e tecnologia, complementa e amplia o turismo, ao criar produtos e experiências diferenciadas que valorizam a identidade local (GUERRA, et. al., 2023). As políticas públicas voltadas à economia criativa exercem um papel essencial no fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico e cultural de um país. Ao reconhecer e apoiar setores como as artes, o design, a música, o cinema, a moda e a gastronomia, essas políticas promovem a inovação, estimulam o empreendedorismo e impulsionam a geração de empregos, contribuindo diretamente para a diversificação e a sustentabilidade econômica. Para isso, são adotadas medidas como incentivos fiscais, financiamento de projetos, capacitação profissional, acesso a mercados e estímulo à economia digital. Dessa forma, as políticas públicas valorizam a expressão cultural, promovem a inclusão social e reforçam a identidade nacional, fomentando um ecossistema criativo

dinâmico e sustentável. No contexto brasileiro, a Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural (SNEC) atua como órgão federal responsável pela formulação e implementação de políticas públicas para o setor. Um exemplo disso é o Projeto de Lei 2732/2022, que propõe a criação da Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa (PNDEC), com foco na inovação, geração de empregos, inclusão social e valorização da diversidade cultural. A proposta prevê parcerias entre o poder público, a sociedade civil e o setor privado, visando o fortalecimento e o reconhecimento da economia criativa em todo o país. No estado de Minas Gerais, a incorporação da economia criativa nas políticas públicas ocorre por meio da criação da Diretoria de Economia Criativa, vinculada à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Conforme o Decreto 47.768/2019, essa diretoria tem como funções: fortalecer a dimensão econômica da cultura, mapear cadeias produtivas, planejar programas de capacitação, integrar setores criativos e fomentar parcerias com o setor privado para impulsionar a indústria criativa mineira. Em Ouro Preto, a necessidade de reestruturação administrativa levou à criação, em 2022, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia, que passou a abrigar a Diretoria de Economia Criativa e Solidária. Essa diretoria é responsável por promover o desenvolvimento econômico local, respeitando as especificidades territoriais, consolidar políticas de economia solidária e cooperativismo, e estimular a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas para o setor como o Plano de Apoio a Diversificação Econômica (PADE) e o Plano Municipal de Economia Criativa (PMEC).

Objetivo

Apresentar e dimensionar os impactos gerados no turismo e no patrimônio da cidade a partir da implementação de políticas públicas na área de economia criativa no município de Ouro Preto.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo fundamenta-se na revisão e análise bibliográfica de artigos científicos, livros, trabalhos de conclusão de curso e demais estudos que abordam as temáticas de economia criativa, patrimônio e turismo. Prioriza-se trabalhos que utilizam como estudo de caso o município de Ouro Preto ou outras cidades com realidades socioculturais e econômicas similares e publicações que conceituam e contextualizam a economia criativa

frente a essa realidade como. Emmendoerfer (2014/2019), Silva e Muzzio (2023), Neves, Morais, Júnior e Muzzio (2019) e dados presentes em relatórios de instituições como Firjan (2022), Ministério do Turismo (2015). Paralelamente à construção do referencial teórico, como fontes primárias para embasar o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se as Leis Municipais nº 1.338/2023, que institui o Plano de Apoio à Diversificação Econômica de Ouro Preto (PADE), e nº 1.531, de 30 de janeiro de 2025, que estabelece o Plano Municipal de Economia Criativa de Ouro Preto além dos demais estudos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia de Ouro Preto (PMOP). Outras referências como a Portaria de nº 55, de 12 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a instituição da Rede Brasileira de Cidades Criativas no âmbito do Ministério do Turismo e o Projeto de Lei 2732, de novembro de 2022, que propõem a criação da Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa (PNDEC) no Brasil e o Programa Minas Criativa do Estado de Minas Gerais foram utilizadas como para o desenvolvimento desta pesquisa teórica qualitativa.

Resultados preliminares ou esperados

No contexto da economia criativa, compreender a dinâmica territorial da cidade é essencial para que as políticas públicas municipais sejam formuladas com consciência da responsabilidade social, econômica e cultural que envolvem esse espaço. É imprescindível considerar as particularidades de cada localidade para que as ações públicas sejam realmente eficazes em atender às demandas da população. Segundo Reis (2012), essa forma de organização é reflexo da busca de algumas localidades que pretendem transformar o modelo econômico industrial capitalista para uma economia baseada no conhecimento e dessa maneira a competitividade das regiões depende das inovações criadas e da criatividade. Portanto, em Ouro Preto, as políticas públicas para a economia criativa buscam articular preservação patrimonial, fomento ao turismo e estímulo à criatividade local como formas de construir um modelo de desenvolvimento mais democrático, inclusivo e sustentável. Essa abordagem visa fortalecer uma economia que respeita as raízes culturais do território, promove a equidade social e aproveita o potencial criativo da cidade para enfrentar desafios socioeconômicos contemporâneos. A trajetória da gestão pública de Ouro Preto demonstra crescente interesse em compreender, fomentar e consolidar a economia criativa como eixo estratégico de desenvolvimento. Esse movimento é exemplificado não apenas pela nova

secretaria e diretoria, mas também pela promulgação da Lei Municipal nº 1.338/2023, que instituiu o Plano de Apoio à Diversificação Econômica de Ouro Preto (PADE), que apresenta a economia criativa e o turismo como eixos de diversificação econômica e a Lei nº 1.531, de 30 de janeiro de 2025 que institui o Plano Municipal de Economia Criativa, primeira lei municipal com abordagem específica à economia criativa do estado de Minas Gerais.

Implicações teóricas/práticas

A tríade patrimônio-turismo-economia criativa, quando apoiada por políticas públicas eficazes, cria um ecossistema de desenvolvimento sustentável. Cada elemento fortalece o outro, resultando em inclusão social, geração de emprego e renda, preservação cultural e inovação local. Ouro Preto, município localizado em Minas Gerais, destaca-se por sua ampla diversidade ambiental, cultural e econômica. Com uma extensa área territorial composta por 12 distritos, o município apresenta distintas manifestações culturais que se expressam por meio de seus saberes, tradições, festividades, gastronomia e formas de organização social. Essas expressões culturais são reforçadas pela presença significativa de bens patrimoniais materiais e imateriais, muitos dos quais são tombados em âmbito federal, estadual ou municipal, consolidando Ouro Preto como uma das principais referências do patrimônio histórico brasileiro. A cidade é reconhecida nacional e internacionalmente por seu patrimônio colonial, com igrejas barrocas, museus, casarões e monumentos que compõem um rico acervo arquitetônico e artístico, o que justificou seu título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1980. Esse patrimônio não apenas sustenta a identidade local, como também serve de base para o desenvolvimento da economia criativa e para a atividade turística, que é um dos principais impulsionadores econômicos do município. O turismo em Ouro Preto não se limita à visitação de atrativos históricos, mas articula-se com experiências culturais, festivais, roteiros gastronômicos e com a produção artesanal, promovendo o intercâmbio cultural e a valorização dos produtores locais. Nesse cenário, o patrimônio atua como pilar estruturante da economia criativa, pois em muitos casos a base econômica das comunidades está diretamente vinculada à preservação, uso e interpretação deste patrimônio. Assim, políticas públicas voltadas à economia criativa e solidária devem reconhecer esse vínculo, promovendo iniciativas de inserção social, geração de renda e desenvolvimento sustentável, especialmente para micro e pequenos empreendedores que

dependem da valorização cultural para manter a qualidade e a competitividade de seus produtos e serviços.

Referências

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.732, de novembro de 2022. Propõe a criação da Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa (PNDEC) no Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2212903&fileName=PL%202732/2022. Acesso em: 30 maio. 2025.

EMMENDOERFER, M.; ASHTON, M. S. G. Territórios criativos e suas relações com turismo.

Revista Turismo & Desenvolvimento, n. 21, p. 459–468, 2014. Disponível em:

<https://doi.org/10.34624/rtd.v4i21/22.12433>. Acesso em: 28 maio. 2025.

EMMENDOERFER, M.; FIORAVANTE, A. Desafios para uma cidade ser criativa em uma sociedade (pós)pandêmica: um estudo sobre Ouro Preto (MG), Brasil. **Brazilian Creative Industries Journal**, v. 1, n. 1, p. 194–219, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.25112/bcij.v1i1.2672>. Acesso em: 28 maio. 2028.

FRAGA, B. O.; EMMENDOERFER, M. L.; MENDES, J. C. Turismo, economia criativa e planejamento governamental em dois municípios do interior do Brasil. **Turydes: Revista Turismo y Desarrollo Local**, n. 18, p. 1–14, jun. 2015. Disponível em:

<https://www.eumed.net/rev/turydes/18/economia-criativa.html>. Acesso em: 28 maio. 2028.

FIRJAN. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Rio de Janeiro: Firjan, 2022. Disponível em: <https://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2022/09/MapeamentoIndustriaCriativa2022.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2025.

GUERRA, F.V; PAULA, S.F.; VIANA, L. C. A; MENDES, C.R.; GUIMARÃES, I. C,L, F. Cidade Patrimônio e Criativa: Estudo de caso sobre políticas públicas no município de Ouro Preto, Minas Gerais. Brazilian Creative Industries Journal | Novo Hamburgo | v. 3 | n. 2 | jul./dez. 2023. Disponível em:

<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/braziliancreativeindustries/article/view/3526/3250>. Acesso em 30 mai. 2025.

MINAS GERAIS. Decreto nº 47.768, de 29 de novembro de 2019. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/47768/2019/>. Acesso em: 30 mai. 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Cidades criativas do Brasil. [S.I.]: Ministério do Turismo.

Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt--br/centrais-de-conteudo-publicacoes/copy_of_CidadesCriativas.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Portaria MTur nº 55, de 12 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a instituição da Rede Brasileira de Cidades Criativas no âmbito do Ministério do Turismo. [S.I.]: Ministério do Turismo, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2022/portaria-mtur-no-55-de-12-de-dezembro-de-2022>. Acesso em: 30 mai. 2025.

NEVES, B. S. B. et al. O que faz uma cidade ser criativa? Uma análise a partir das dimensões conceituais. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 338–348, 2020. Disponível em: <https://dialogo.espm.br/revistadcec-rj/article/view/302>. Acesso em: 13 set. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Lei nº 1.338, de 5 de abril de 2023. Autoriza o Poder Executivo Municipal a autorizar parcerias e contratos visando à execução do Plano de Apoio à Diversificação Econômica de Ouro Preto (PADE). Câmara Municipal de Ouro Preto, 2023. Disponível em:

https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/5d7d67963ead4595d95d8d45b6d8dfe0.html. Acesso em: 27 mai. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Lei nº 1.531, de 30 de janeiro de 2025. Institui o Plano Municipal de Economia Criativa de Ouro Preto (PMEC-OP), que define diretrizes, princípios e objetivos para a promoção da economia criativa no Município, estabelece competências institucionais, áreas abrangidas e mecanismos de incentivo, e dá outras providências. Câmara Municipal de Ouro Preto, 2025. Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/pages/diario-cmop.php?page=diario-publicacoes-cmop&id=1113>. Acesso em: 27 mai. 2025.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INOVAÇÃO E TECNOLOGIA.

Estimativa de empregos formais em economia criativa. Diretoria de Estudos Econômicos, 2023. Disponível em: https://ouropreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus_areas/economia_criativa2021.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.

SILVA, A. P.; MUZZIO, H. Uma cidade criativa para potencializar o desenvolvimento local sustentável. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 200–223, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/122393>. Acesso em: 30 mai. 2025.

OURO PRETO PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO: AMPLIANDO A IMAGEM DO DESTINO TURÍSTICO

Ingrid Chaves Lima Ferreira Guimarães

Universidade Federal de Ouro Preto

ingrid.guimaraes@aluno.ufop.edu.br

Solano de Souza Braga

Universidade Federal de Ouro Preto

solano@ufop.edu.br

Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp

Universidade Federal de Ouro Preto

marcosknupp@ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

Um destino turístico é uma construção social, cultural e mercadológica, que resulta da combinação de elementos materiais, simbólicos e relacionais, os quais dão sentido e valor à experiência do visitante (EMMENDOERFER et al., 2024). Diante da crescente competitividade entre destinos turísticos, a construção e a gestão da imagem exercem papel central no processo de escolha dos visitantes, influenciando diretamente as percepções, expectativas e experiências. A imagem de um destino turístico constitui-se em um conjunto de percepções, representações e expectativas forjado por visitantes e demais stakeholders (KOTLER et al., 2006). Esse construto simbólico resulta da interação entre atributos materiais – patrimônio edificado, infraestrutura, qualidade dos serviços – e aspectos intangíveis, como emoções e narrativas veiculadas pelas mídias e pela comunidade local. Em cenários competitivos, a imagem converte-se em ativo estratégico de diferenciação (GÂNDARA, 2008). A literatura sobre o tema destaca que a imagem de um destino não é uma representação neutra da realidade, mas sim uma construção social, cultural e mercadológica, sendo formada por componentes cognitivos, afetivos e conativos, que são constantemente alimentados por discursos midiáticos, ações de marketing e experiências pessoais (ECHTNER; RITCHIE, 2003).

No Brasil, as cidades históricas mineiras relacionam-se ao barroco e à memória colonial (MARCHITIELLO; CARVALHO, 2016). No caso de Ouro Preto, essa construção simbólica está historicamente no valor patrimonial reconhecido internacionalmente, especialmente após

seu tombamento como Patrimônio Mundial (UNESCO, 1980). Contudo, estudos recentes (ASSUMPÇÃO; CASTRAL, 2019; VIANA E BRUSADIN, 2019; SHISHITO, 2023) mostram forte centralização da oferta e da demanda no núcleo urbano colonial, reproduzindo imaginários que invisibilizam e ignoram distritos rurais dotados de expressiva paisagem natural e manifestações criativas.

Entretanto, a paisagem — conceito indissociável da imagem — oferece uma leitura mais ampla e dinâmica do território, ao abarcar não apenas os elementos materiais, mas também as interações sociais, culturais e ambientais que moldam o espaço ao longo do tempo (Santos, 1997). Dessa forma, compreender a paisagem como expressão do território permite visualizar oportunidades para diversificar a oferta turística e descentralizar o fluxo de visitantes.

Diante desse panorama, torna-se necessário refletir sobre os processos de construção da imagem de Ouro Preto, considerando não apenas sua herança histórica consolidada, mas também suas potencialidades contemporâneas. A lacuna demonstra necessidade de repensar Ouro Preto à luz de uma abordagem que articule patrimônio cultural, natureza e economia criativa.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo averiguar como a literatura e as mídias sociais exploram a imagem de Ouro Preto como destino turístico e investigar quais as possibilidades relacionadas ao turismo existentes no município de Ouro Preto.

Procedimentos Metodológicos

Para alcançar o objetivo, os instrumentos utilizados para esta pesquisa serão a pesquisa bibliográfica que é entendida como “[...] a primeira tarefa a que nos propomos é um trabalho de pesquisa bibliográfica, capaz de projetar luz [...]” ao objeto de estudo (Minayo, 1996, p. 97) e será realizada por meio do levantamento de dados de artigos científicos, teses, dissertações nas áreas de imagem e paisagem, imagem de destinos turísticos e imagem de Ouro Preto como destino turístico.

A pesquisa utilizou-se de palavras-chave específicas relacionadas para o tema de estudo, utilizando os descritores em língua inglesa: “Landscape and image for geography”, “Image of tourist destinations”; “Tourism and Ouro Preto” e “Tourist image of Ouro Preto”.

Foram selecionados artigos científicos publicados nos últimos 10 anos (2014 a 2024). Importa realçar que o levantamento de artigos foi feito na base de dados Google Acadêmico, Scielo e Periódicos Capes. Foi realizado um mapeamento dos atrativos e potencialidades presentes no território do município de Ouro Preto. Essa abordagem sistemática permitirá a identificação de recursos naturais, culturais, históricos e sociais que podem ser aproveitados para a diversificação da atividade turística na região.

Resultados preliminares ou esperados

Os dados levantados indicam que a imagem de Ouro Preto permanece fortemente associada ao seu Centro Histórico, com foco na arquitetura barroca, nos museus e nas igrejas (OBSERVATÓRIO DO TURISMO, 2021). No entanto, o mapeamento realizado por meio do Inventário da Oferta Turística do território municipal revelou um conjunto expressivo de atrativos e potencialidades distribuídos nos 13 distritos, destacando recursos culturais, naturais e manifestações da economia criativa.

Os distritos apresentam características singulares que favorecem a diversificação da atividade turística, como turismo de natureza, turismo de aventura, turismo rural e experiências culturais associadas a festas, gastronomia e produção artesanal. A análise de plataformas como Wikiloc (2025) reforça o potencial para o turismo de natureza, com mais de 5 mil trilhas mapeadas na região.

Além disso, políticas públicas recentes, como o Plano de Apoio à Diversificação Econômica (PADE) e o Plano Municipal de Desenvolvimento da Economia Criativa, criam um ambiente favorável para a descentralização do turismo e para a valorização de outros territórios além do Centro Histórico. Esses resultados preliminares sinalizam que há condições objetivas e institucionais para a construção de uma nova narrativa turística para Ouro Preto, mais abrangente espacialmente e representativa de sua diversidade territorial, cultural e ambiental.

Implicações teóricas/práticas

Do ponto de vista teórico, os resultados corroboram a relevância dos estudos sobre a construção da imagem turística, especialmente no contexto de destinos historicamente consolidados. A pesquisa evidencia que a imagem de Ouro Preto, tradicionalmente centrada no patrimônio material urbano, pode ser ressignificada e expandida para abranger outras

dimensões da paisagem e da cultura local e também para, para descongestionar áreas tombadas, aumentar permanência média e redistribuir renda. Recomenda-se: i) criação de banco de imagens, storytelling e elaboração de estratégias de marketing territorial que promovam uma imagem mais diversa de Ouro Preto, integrando os distritos e suas especificidades; ii) ações articuladas entre poder público, setor privado e comunidades locais para a capacitação dos residentes como guias comunitários, visando não apenas a diversificação da oferta turística, mas também a distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos e sociais gerados pela atividade; iii) sinalização interpretativa integrada às rotas de natureza;

Os dados indicam que investimentos em capacitação, fortalecimento da economia criativa e desenvolvimento de roteiros integrados podem ser fundamentais para consolidar Ouro Preto como um destino turístico multifacetado, promovendo a sustentabilidade, a descentralização e a valorização dos diversos patrimônios — material, imaterial, natural e simbólico — presentes no município.

Referências

ASSUMPÇÃO, A. L.; CASTRAL, P. C. Olhares sobre Ouro Preto: da patrimonialização ao cenário turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

CIFELLI, G. **Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto – MG**. 2005. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, 2005.

ECHTNER, C. M., RITCHIE R. B. (2003) The Meaning and Measurement of Destination Image. **The Journal of Tourism Studies**, 14(1), 37-48.

EMMENDOERFER, M. L. ; MEDOTTE, E. J. ; KNUPP, M. E. C. G. ; ALVARES, D. F. . O que define um destino turístico?. **Rosa dos Ventos**, v. 15, p. 1064-1084, 2024.

GÂNDARA, J. Turismo e imagem de destinos. **Revista Hospitalidade**, v. 5, n. 2, 2008.

KOTLER, P. et al. **Marketing de lugares**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

MARCHITIELLO, M.; CARVALHO, A. N. Imagem de destinos turísticos: cidades brasileiras Patrimônio da Humanidade. **Revista Hospitalidade**, v. 13, n. 2, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NATAL, D. Ouro Preto e a construção da memória nacional. In: **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**, 2005.

PORTAL VOZ ATIVA. **Ouro Preto-MG – Museu da Inconfidência bate recorde com 347 mil visitantes em 2024.** 10 jan. 2025. Disponível em: <https://jornalvozativa.com/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

SHISHITO, M. **A imagem de destino turístico: um estudo fotoetnográfico de Ouro Preto.** 2023. Dissertação (Mestrado) – UFOP, 2023.

VIANA, D.; BRUSADIN, M. Turismo cultural e imaginário urbano de Ouro Preto. **Rosa dos Ventos**, v. 11, n. 2, 2019.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. **Relatório 2021.** Disponível em: <https://www.observatoriaturismo.mg.gov.br/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

O PATRIMÔNIO E O TURISMO EM OURO PRETO/MG: POR UMA PERSPECTIVA AFROPINDORÂMICA

Luiz Cláudio Alves Viana

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

E-mail: luizclaviana@yahoo.com

Leandro Benedini Brusadin

Universidade Federal do Paraná – UFPR

E-mail: leandrobrusadin@ufpr.br

Contextualização Teórica e Empírica

Este trabalho constitui um exercício de uma perspectiva decolonial dos estudos acadêmicos, buscando analisar os efeitos do colonialismo e da colonialidade do pensamento sobre o patrimônio, suas atribuições históricas, memorialísticas e sociais. Essas atribuições foram moldadas a partir do processo de colonização empreendido pelos europeus desde o século XIV, que organizou as sociedades colonizadas segundo uma cosmovisão eurocêntrica dos Estados-Nação. Realizar uma análise crítica sobre a colonização e sua herança na colonialidade é fundamental, pois permite compreender como essa influência persiste no campo patrimonial, especialmente em países cuja história foi marcada pelo colonialismo, como o Brasil.

A presente pesquisa adota como estudo de caso o município de Ouro Preto, em Minas Gerais, analisando sua importância histórica e turística no contexto nacional. A escolha da cidade decorre de diversos fatores: (i) sua formação no século XVIII; (ii) os eventos históricos relevantes para a historiografia nacional ocorridos nesse território; (iii) seu reconhecimento como Monumento Nacional em 1935; (iv) o tombamento em 1938; (v) o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO em 1980; e (vi) seu destaque como um dos principais destinos turísticos do Brasil.

Ouro Preto foi pioneira no reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio brasileiro. Este trabalho não se dedica a discutir os méritos da patrimonialização e da turistificação da cidade, mas sim a compreender criticamente o processo de patrimonialização sob a ótica decolonial.

O processo de patrimonialização é um instrumento utilizado para proteger e preservar bens materiais ou imateriais, de natureza natural ou cultural, que representam símbolos de civilizações, nações, culturas e territórios. Dessa forma, estudar patrimônio ultrapassa a

análise dos aspectos físicos e estéticos dos bens. É imprescindível compreender os contextos sociológicos, históricos, políticos e econômicos nos quais esses bens estão inseridos, além das relações socioespaciais que eles estabelecem com seu entorno.

A institucionalização de um patrimônio não ocorre apenas por sua beleza arquitetônica ou relevância estética. Atualmente, observa-se que parte da comunidade acadêmica tem se voltado para bens patrimoniais que, por muito tempo, não foram reconhecidos pelas políticas de preservação. Esses debates vêm crescendo em conferências e encontros, tanto nacionais quanto internacionais, fortalecendo novas perspectivas sobre o que se entende como patrimônio.

Conforme Souza (2008), é possível observar avanços significativos nos estudos sobre patrimônio, especialmente no que se refere ao reconhecimento de bens oriundos de culturas historicamente marginalizadas. Na década de 1930, o Brasil iniciou um projeto nacionalista de proteção de seu patrimônio, focando, sobretudo, em bens materiais. O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, formalizou o tombamento no país. Nesse contexto, os primeiros bens protegidos foram conjuntos urbanísticos e arquitetônicos das cidades coloniais de Minas Gerais, como Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina, São João del-Rei e Mariana.

O tombamento trouxe diversas transformações para essas cidades, impactando diretamente seus territórios e a vida de seus habitantes. Em Ouro Preto, as mudanças são mais visíveis no centro histórico e em seu entorno, refletindo tanto na configuração urbana quanto na dinâmica social. Entretanto, as populações das periferias vivenciam um processo distinto, marcado por adensamento urbano, precarização das moradias, carência de equipamentos públicos, saneamento insuficiente e mobilidade urbana deficiente, como destaca Costa (2015).

Nos distritos de Ouro Preto, tais problemas tendem a se intensificar devido à distância da sede municipal. Mesmo enfrentando essas dificuldades, a população periférica mantém vivas diversas manifestações culturais que, muitas vezes, destoam daquelas presentes no centro histórico, tanto no aspecto material quanto no imaterial. Esse contraste evidencia a necessidade de uma reflexão crítica sobre as desigualdades urbanas, patrimoniais e culturais no município.

Somado aos aspectos patrimoniais e culturais, Ouro Preto se destaca atualmente como um dos quatro principais destinos indutores do turismo do estado de Minas Gerais. Nesse

sentido, é essencial analisar não apenas a patrimonialização em si, mas também suas consequências para o território e para a população local.

Diante desse panorama, este estudo observa seis pontos fundamentais: (i) o processo de patrimonialização de Ouro Preto; (ii) as narrativas históricas construídas em torno desse patrimônio; (iii) a atividade turística como desdobramento da patrimonialização e da história local; (iv) as transformações territoriais associadas ao reconhecimento patrimonial; (v) a diversidade de manifestações culturais no município; e (vi) o surgimento de narrativas decoloniais no debate sobre patrimônio, cultura, território e turismo.

Assim, surge a seguinte problemática principal: de que forma o pensamento decolonial, aliado a práticas contracoloniais, pode contribuir para o reconhecimento, a valorização e a preservação de bens patrimoniais — sejam eles formalmente institucionalizados ou não —, sobretudo considerando uma perspectiva que ultrapasse os limites do centro histórico? Desdobram-se também outras questões: a perspectiva decolonial fortalece ou enfraquece os valores atribuídos ao patrimônio de Ouro Preto? Quais são os impactos do processo de patrimonialização sobre os moradores das periferias e dos distritos? E, finalmente, quais são os pontos de convergência entre os grupos que desenvolvem narrativas decoloniais e práticas contracoloniais na cidade?

Essas reflexões ajudam a compreender o crescente protagonismo das narrativas afropindorâmicas e decoloniais nos discursos de grupos culturais locais — como escolas de samba, Congados, Moçambique, grupos de capoeira —, além de sua presença em atrativos turísticos, como as minas de ouro abertas à visitação, museus, nas instituições de ensino, e em pesquisas científicas. Essas narrativas decoloniais e afropindorâmicas se apresentam como contraponto à visão idealizada da cidade como patrimônio colonial. Elas ressignificam o território, o patrimônio, a cultura, o turismo e, sobretudo, os sujeitos que habitam Ouro Preto, oferecendo uma visão mais plural, crítica e inclusiva da cidade e de sua história.

Objetivo

Identificar a presença do pensamento decolonial e das narrativas afropindorâmicas nas diferentes formas de uso e interpretação do patrimônio, nas manifestações culturais, nas atividades turísticas, e em outras atividades correlatas desenvolvidas no território do município de Ouro Preto.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho aprofundará os estudos sobre o patrimônio, a história, a memória e o turismo no território de Ouro Preto, perpassando por conceitos como: decolonialidade, afropindorama, afrocentricidade, epistemologias do sul, pós-colonial e contracolonial no intuito de entender como a população não branca e não residente do centro histórico de Ouro Preto tem interpretado o patrimônio da cidade. No entanto, ao aderir o campo teórico-epistemológico para realização deste estudo, buscou-se confluir autores que assumem um lugar de fala enquanto sujeitos não brancos, pertencentes ao sul global, sem excluir ou menosprezar as contribuições de autores do norte global que contribuíram para que se fizesse uma análise crítica conceitual sobre o que se propõe esse estudo, pois aqui não se excluiu o método científico acadêmico tradicional e universalizado, mas buscou-se um exercício decolonial epistemológico do pensar.

Para isso tem-se a contribuição dos seguintes autores:

- Sobre a história e território separou-se as contribuições de Santos (1988), Chimamanda Adichie (2019), Jenkins (2017), Gomes (2020), Figueiredo (2011), Costa (2015), Soares (2018), Cerqueira (2020).
- Sobre estudos voltados para o patrimônio, o território, a história e o turismo em Ouro Preto, têm-se como referência Costa (2015), Calil (2018), Figueiredo (2012), Grammonte (2006), Ferreira (2017), Brusadin (2015).
- Sobre os assuntos voltados para as questões do colonialismo e colonialidade, têm-se como referência Césaire (2020), Santos (2015), Quijano (2005), Fanon (2020) (2022), Bento (2022), Almeida (2020), Maldonado-Torres (2020), Asante (2009), Pazello (2022), Souza (2021).
- Esta pesquisa também conta com as contribuições de Hobsbawm (1984), Bourdieu (2002), Hall (2006) e Burke (2005).

A aplicação dessa metodologia se dará a partir da divisão e conclusão das seguintes etapas: (i) Revisão e separação de fontes bibliografias, pesquisa e análise de fontes primárias e secundárias; (ii) Registro de eventos, reportagens, ações políticas, atividades turísticas e patrimoniais que estão de acordo com o decolonialismo na dinâmica social da cidade; (iii) Identificação de alguns autores que utilizam da narrativa decolonial afropindorâmica e a desenvolve em algum setor dentro do território de Ouro Preto

Resultados preliminares ou esperados

O estudo busca como resultado entender a influência da colonialidade na primeira cidade Patrimônio Mundial do Brasil, ao passo que o pensamento decolonial e as práticas anticoloniais ressignificam o passado no presente através do reconhecimento, valorização e preservação da herança ancestral afropindorâmica em Ouro Preto.

Implicações teóricas/práticas

Estudar a linha crítica sobre o patrimônio nacional de países que passaram pelo processo de colonização é por si só uma dificuldade que os pesquisadores da área encontram, principalmente para encontrar referenciais teóricos que discutem termos como afropindorâma, decolonialidade, contra colonialidade, pós-colonialidade e colonialidade.

Embora se proponha como um exercício de reflexão decolonial, trata-se de uma abordagem não disruptiva, o que representa um desafio para o autor ao tratar de questões relacionadas ao patrimônio e ao turismo desenvolvidos em Ouro Preto — cidade reconhecida mundialmente pela arte barroca, pela arquitetura luso-brasileira e pela sua relevância na história nacionalista. Na sequência, será discutido como o colonialismo e a colonialidade impactam as sociedades contemporâneas, especialmente no âmbito da cultura, da história e do patrimônio, com ênfase no contexto brasileiro e, de forma particular, na realidade do município de Ouro Preto.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma Ideia. **Ensaios Filosóficos**, [s. l.], p. 9-18, 2016. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/molefi_kete_asante_-_afrocentricidade_como_cr%C3%ADtica_do_paradigma_hegem%C3%B4nico_ocidental._introdu%C3%A7%C3%A3o_a_uma_ideia.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUSADIN, Leandro Benedini. **História, Turismo e Patrimônio Cultural:** o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social. Curitiba: Editora Prisma, 2015.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CERQUEIRA, Amanda Patrycia Coutinho de. Diáspora africana na espoliação e restituição de bens culturais: um ensaio acerca das discussões contemporâneas. **ODEER:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Jequié, BA, v. 5, n. 9, p. 379-390, 2023. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/5741/4839>. Acesso em: 1 fev. 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** São Paulo: Veneta, 2020.

COSTA, Everaldo Batista. **Cidades da patrimonialização global:** simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo. São Paulo: Humanistas, FAPESP, 2015.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas.** Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Eduardo Evangelista. **Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG:** registro, análise e proposições de circuitos geoturísticos interpretativos. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Evolução Crustal e Recursos Naturais) – Departamento de Geologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

FIGUEIREDO, Lucas. **Boa Ventura!:** A Corrida do Ouro no Brasil (697-1810) cobiça que forjou um país, sustentou Portugal e inflamou mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

FIGUEIREDO, Lucas. **Boa Ventura!:** A Corrida do Ouro no Brasil (697-1810) cobiça que forjou um país, sustentou Portugal e inflamou mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

GOMES, Laurentino. **Escravidão:** do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GRAMMONT, Anna Maria de. Ouro Preto: problemas de um patrimônio histórico no início do século XXI. **Turismo - Visão e Ação,** Itajaí, v. 8, n. 3, p. 455 - 467, dez. 2006. Disponível em: <https://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/247/204>. Acesso em: 3 fev. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006. <http://www.revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/61>. Acesso em: 16 fev. 2021.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.) **A invenção das tradições.** Tradução Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JENKINS, Keith. **A história repensada.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In:* BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson;

GROSFOGUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 27-53.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Teorias críticas do colonialismo. **InSURgênci**a: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 9, n. 1, p. 601-614, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/45253>. Acesso em: 8 set. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: INCIT/UNB, 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUZA, Carla Gabrieli Galvão de. Patrimônio cultural: o processo de ampliação de sua concepção e suas repercuções. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, DF, n. 7, p. 37-66, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/20374/18812>. Acesso em: 24 maio 2022

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PAISAGEM NO AFROTURISMO DO CIRCUITO PALMA PRETA: *UTOPISMOS PATRIMONIAIS* EM OURO PRETO - MG

Nathalia Machado Moutinho

Universidade Federal de Ouro Preto

nathalia.moutinho@aluno.ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

O presente resumo é fruto do artigo que analisa como o afroturismo promovido pelo Circuito Palma Preta em Ouro Preto, Minas Gerais, contribui para um olhar decolonial da paisagem e do *patrimônio-territorial* da cidade, a partir da perspectiva dos *utopismos patrimoniais pela América Latina*. O Circuito desafia as narrativas hegemônicas ao propor uma leitura afrocentrada da paisagem, valorizando as memórias, práticas e conhecimentos dos povos africanos que foram escravizados e de seus descendentes. O Circuito Palma Preta atua como uma realidade empírica de *ativação popular do patrimônio-territorial*, promovendo roteiros afroturísticos que superam a construção da paisagem eurocentrada de Ouro Preto e apresentam o território como lugar de r-existência negra.

Do ponto de vista teórico, a análise se ancora em três categorias: a de paisagem, pensada como campo de disputas simbólicas e históricas; o afroturismo, compreendido como prática de valoração da identidade afro-brasileira e de ação antirracista; e os *utopismos patrimoniais pela América Latina*, que “dissolvem a colonialidade importa ao continente e a cada um de seus lugares” (Costa, 2016, p.5). A paisagem, trabalhada pelo Circuito Palma Preta, é uma narrativa em disputa: envolve memória, identidade e subjetividade; sendo tensionada por meio da prática afroturística.

Objetivo

Tem-se por objetivo geral compreender a categoria paisagem a partir do afroturismo trabalhado no Circuito Palma Preta, destacando como ela é tensionada a partir de uma narrativa decolonial e afrocentrada sobre a cidade de Ouro Preto. Por objetivo específico, analisa-se como o Circuito Palma Preta se insere nos *utopismos patrimoniais pela América Latina* propostos por Costa (2016), ao desafiar as narrativas hegemônicas e revelar a “força política dos grupos subalternizados e situados” (Araújo, 2024, p. 40).

Procedimentos Metodológicos

A metodologia da pesquisa combinou levantamento bibliográfico e observação não-participante. Foram abordados os conceitos de paisagem, afroturismo, *utopismos patrimoniais pela América Latina* e r-existência a partir de autores como Cosgrove (1998), Santos (2006, 2008), Luchiari (2001), Rodrigues (2021), Costa (2016, 2021) e Araújo (2024). Os dados empíricos foram coletados por meio da análise dos roteiros oferecidos pelo site do Circuito Palma Preta e da participação nas experiências. As observações permitiram compreender como a narrativa da paisagem é tensionada na prática e como os roteiros operam enquanto instrumentos de *ativação popular do patrimônio-territorial* e de r-existência Porto-Gonçalves (2006a, 2006b) à colonialidade do poder (Quijano, 2005).

Resultados preliminares ou esperados

A análise revela que o Afroturismo praticado pelo Circuito Palma Preta contribui para a construção de uma paisagem outra em Ouro Preto. Essa paisagem se distancia da monumentalidade colonial eurocentrada e aproxima-se da valoração das experiências vividas e dos saberes da população negra. A *ativação popular do patrimônio-territorial* desafia os discursos institucionais de preservação e promove novas formas de pertencimento, orgulho e identidade negra. Os roteiros do Circuito se articulam com os três *utopismos patrimoniais pela América Latina*: o existencialista, ao reconhecer a r-existência dos sujeitos negros; o singularista, ao valorizar patrimônios não institucionalizados; e o territorial, ao promover uma conexão profunda entre território e subjetividade dos sujeitos situados.

Implicações teóricas/práticas

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o aprofundamento das discussões sobre *utopismos patrimoniais pela América Latina*, paisagem e afroturismo, ampliando o debate sobre as possibilidades de narrativas decoloniais nos territórios patrimonializados da América Latina. A articulação entre afroturismo e *utopismos patrimoniais pela América Latina* revela-se um campo fértil para pensar práticas alternativas de valoração do patrimônio, resistindo às imposições da colonialidade e propondo outras formas de existir no espaço urbano.

Na prática, os roteiros do Circuito Palma Preta potencializam a biointeração¹ e a obtenção de renda alternativas por meio do afroempreendedorismo. Mais do que atividades afroturísticas, os roteiros operam como experiências educativas e políticas, contribuindo para a formação de uma consciência crítica sobre o passado colonial e seus reflexos contemporâneos. Iniciativas como essa também dialogam com políticas públicas recentes voltadas ao fortalecimento do afroturismo no Brasil, como as promovidas pela Embratur e pelo governo de Minas Gerais.

Conclui-se que o Circuito Palma Preta é uma realidade empírica de *ativação popular do patrimônio-territorial*, que tensiona a paisagem e afirma a centralidade da população negra na história de Ouro Preto. Ao promover uma narrativa contra-hegemônica e antirracista, o Circuito não apenas revive memórias, mas possibilita a construção de futuros possíveis.

Referências

ARAÚJO, R. **Leitura hermenêutica da Geografia [Urbana] e do Urbanismo, desde Brasília, sob a ótica dos utopismos patrimoniais latino-americanos**. 2024. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/48261>. Acesso em: 4 dez. 2024.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro:

EDUERJ, 1998. p. 92-122. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8360466/mod_resource/content/1/pdfcoffee.com_denis-cosgrove-a-geografia-esta-em-toda-parte-pdf-free.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024

COSTA, E. B. da. Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. In: XIV Coloquio Internacional de Geocrítica, 2016, Barcelona. **Anais** [...]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2016. p. 1-10. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldo-cost.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

COSTA, E. B. da. Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 62, n. 1, p. 108-127, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.53766/RGV/2021.62.01.05>. Acesso em: 10 out. 2024.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In:

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. São Paulo: EDUERJ, 2001. p. 9-28. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/551163505/A-RE->

¹ Em contraponto ao desenvolvimento. Ver Santos, A.B. Colonização, quilombos, modos e significações. Brasília, DF: INCTI/UnB; 2015.

SIGNIFICACAO-DA-PAISAGEM-NO-PERIODO-CONTEMPORANEO-LUCHIARI-M. Acesso em: 5 dez. 2024.

RODRIGUES, D. dos S. **Cidade em preto e branco**: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/tde-23042021-120824/publico/dissertacao_denise_rodrigues_versaocorrigida.pdf. Acesso em: 7 julho 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção, 2006. Disponível em:
<https://sites.usp.br/fabulacoesdafilialbrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SANTOS, Milton. **Metamorfozes do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 132 p.

PORTE-GONÇALVES, C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A.E. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2006a. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2024.

PORTE-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEographia**, v. 8, n. 16, 2006b. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13521/8721>. Acesso em: 25 fev. 2025

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 117-142, 2005. Disponível em:
https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

PATRIMÔNIO DA RESISTÊNCIA E O LUGAR BEBEDOURO: UMA RELEITURA DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Paula Louise Fernandes Silva

Mestre em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto
paulalouise93@gmail.com

Daniella Christina Acioli do Carmo de Oliveira

Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
daniacioli70@gmail.com

Contextualização

A cidade de Maceió, capital de Alagoas, tem por definição em seu Plano Diretor (2005) a criação de cinco Zonas Especiais de Preservação (ZEP), tratam-se de áreas com relevante interesse cultural por constituírem expressões arquitetônicas ou históricas, compostas por conjuntos urbanos que servem de suporte físico a manifestações culturais e tradições populares. Esse estudo tem como foco a Zona Especial de Preservação 03 (ZEP-03) de Bebedouro, reconhecido como um dos núcleos iniciais da formação política e socioeconômica de Maceió, onde os arruados preservam edificações que narram a história do lugar. A área é marcada por um tecido urbano cuja formação remonta a diferentes fases do desenvolvimento da capital, refletindo tanto a ocupação popular, como também a expansão ferroviária, religiosa e educacional, incluindo a Praça Lucena Maranhão, a Igreja de Santo Antônio de Pádua, o Complexo Bom Conselho e a Estação Ferroviária de Bebedouro, destacando sua diversidade tipológica, compondo uma paisagem heterogênea e socialmente representativa (*Plano Diretor, 2005*).

Nos últimos anos, parte da ZEP Bebedouro vem passando por um processo de subsidência do solo, fato que levou à adoção de medidas de prevenção e reestruturação urbana decorrentes de acordo firmado entre setor privado e autoridades públicas, tais como realocações dos moradores, isolamento de áreas e demolições de imóveis, com o intuito de salvaguardar a população. Esse contexto introduz novos desafios à preservação patrimonial, uma vez que a transformação física da área demanda atenção às memórias e significados que ela abriga (*Halbwachs, 2006; Pollak, 1989*).

Nesse contexto, foi conduzido um estudo voltado à análise e a manutenção do patrimônio edificado localizado na ZEP Bebedouro. O trabalho é realizado no contexto da

reestruturação territorial e tem como foco compreender de que maneira o patrimônio material permanecerá preservado de forma que compunham a Paisagem Cultural e Urbana da ZEP. Parte-se da hipótese de que ao circular pela área as pessoas compreendam tais edificações não de forma isolada, mas em conjuntos que se conectam as possíveis dinâmicas da região, respeitando a complexidade do território e visando o cumprimento da função social do patrimônio (*Choay, 2001; Canclini, 1992*).

Objetivo

O principal objetivo deste trabalho é identificar, compreender e propor diretrizes para a preservação e manutenção dos imóveis de valor histórico localizados na ZEP Bebedouro. A análise parte da composição da paisagem urbana, da distribuição de núcleos patrimoniais, aqui chamados de Núcleos Focais, e da representatividade simbólica dos bens, levando em consideração os impactos da reestruturação territorial em curso. Busca-se assim contribuir para a preservação de um conjunto urbano que reflete a diversidade histórica e arquitetônica do bairro, respeitando o contexto de transformação pelo qual a área vem passando nos últimos anos e assegurando sua relevância como lugar de histórias e vivências compartilhadas.

Procedimentos Metodológicos

A partir de uma listagem definida pelo poder público municipal, através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maceió (IPLAN), trinta e sete imóveis foram identificados como de valor histórico. Com base nessa definição foi realizada uma análise in loco para verificação das características tipológicas e relações com o entorno. A metodologia adotada articula abordagens qualitativas/avaliativas de cunho histórico, espacial e morfológico.

Levando em conta as análises realizadas, a área foi segmentada em três Núcleos Focais (NF), baseados nos agrupamentos dos imóveis listados, sua inserção e composição na malha urbana e na relação com a paisagem. São eles:

- **Núcleo Focal 01 (NF01):** Compreende o entorno da Estação Ferroviária de Bebedouro, considerada um bem estruturante, que remete à formação do bairro e ao papel da ferrovia como vetor de crescimento urbano.
- **Núcleo Focal 02 (NF02):** Tem como centralidade a Praça Lucena Maranhão, abrangendo a Paróquia de Santo Antônio de Pádua e o Solar Nunes Leite. O núcleo

contempla imóveis no entorno da praça, que se agrupam em um conjunto representativo de atividades religiosas, sociais, políticas e econômicas.

- **Núcleo Focal 03 (NF03):** Envolve a área do antigo Complexo Bom Conselho e seu entorno, caracterizado por imóveis de maior porte e por uma forte relação com a composição da paisagem da Laguna Mundaú, o núcleo destaca o papel da educação na formação social e desenvolvimento urbano do bairro.

Foram realizados mapeamentos gráficos, análises volumétricas e estudos de faces de quadras com o objetivo de compreender as relações de cheios e vazios e a composição das visadas urbanas, levando em conta o impacto das remoções próximas aos imóveis listados. O estudo buscou considerar não apenas os atributos materiais das edificações, mas também suas dimensões simbólicas e sociais, com o desafio de conciliar a segurança da área de subsidiência com a preservação desses bens.

Resultados Preliminares ou Esperados

Os resultados obtidos até o momento reforçam a importância de considerar os imóveis preservados não como elementos isolados, mas como partes integrantes de conjuntos urbanos, que sustentam a identidade e a memória do bairro de Bebedouro. A definição dos núcleos permite identificar zonas com maior densidade patrimonial, possibilitando a proposição de estratégias de preservação mais concentradas e eficientes.

No caso do NF01, observou-se que a preservação da Estação Ferroviária e de um imóvel histórico próximo, possibilitando a manutenção da memória do antigo eixo ferroviário como estruturador do bairro. No NF02, a preservação das edificações no entorno da praça contribui para o fortalecimento do espaço como centro simbólico e funcional da comunidade, reforçando sua importância como núcleo histórico-religioso e social. Já o NF03 demonstra potencial para reforçar a relação entre patrimônio edificado, paisagem e espaço urbano.

A análise também evidencia a complexidade do processo de preservação em um território marcado por deslocamentos e mudanças estruturais. A saída da população resultou nas perdas das relações de vizinhança e nas conexões sociais cotidianas, comprometendo não apenas a materialidade do lugar, mas também sua dimensão imaterial. A ausência dos vínculos que sustentavam o pertencimento ao lugar, interfere diretamente na forma como o patrimônio é vivido, percebido e ressignificado.

Assim, os imóveis históricos remanescentes emergem não apenas como marcos arquitetônicos, mas como símbolos de resistência diante dessa nova realidade (Rolnik, 2015). São elementos que mantêm viva a memória do que foi o bairro, suas formas de uso e ocupação, suas práticas sociais e afetivas. Nesse sentido, pode-se compreendê-los como expressões de um "patrimônio da resistência" — aquilo que permanece em meio à transitoriedade e à incerteza, sustentando o imaginário coletivo e a possibilidade de narrativas futuras sobre o "Lugar Bebedouro". Nesse sentido, a lógica de preservação patrimonial pode ser interpretada à luz daquilo que Gonçalves (2007) denomina como "retórica da perda", ou seja, um discurso que emerge em contextos de dissolução dos vínculos sociais e materiais, no qual o patrimônio se converte em mecanismo de evocação e substituição simbólica daquilo que já não está mais presente. A patrimonialização, assim, passa a operar como dispositivo compensatório, lidando com ausências mais do que com presenças efetivas.

Implicações Teóricas/Práticas

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para a ampliação do conceito de patrimônio urbano, compreendendo-o não apenas como um conjunto de edificações de valor artístico ou histórico, mas como um espaço de relações sociais, memórias e representações coletivas (Choay, 2001). A análise da ZEP Bebedouro reafirma a importância de se pensar a preservação como uma prática que abrange o cotidiano das populações e que valoriza a diversidade tipológica e social das cidades.

Ao mesmo tempo, impõe-se a necessidade de refletir criticamente sobre os sentidos da preservação em contextos onde a permanência humana se torna limitada: por que preservar e para quem preservar? Se o patrimônio é aquilo que permanece, cabe perguntar a que narrativas ele servirá e como poderá continuar fazendo sentido em uma paisagem transformada para gerações futuras.

Dessa forma, mesmo diante das transformações físicas da área, é possível preservar os significados atribuídos ao lugar, fortalecendo vínculos com a memória coletiva, garantindo a perpetuação do patrimônio da resistência para gerações futuras.

Esse estudo aponta para a necessidade de se estabelecer metodologias integradas, nas quais a preservação do patrimônio cultural seja considerada no planejamento urbano, podendo assim servir como referência para outras experiências de preservação patrimonial em contextos de risco ou reestruturação, articulando segurança, história e pertencimento.

Referências

- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1992.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2001.
- GONÇALVES, R. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2007.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.
- MACEIÓ. **Lei Municipal nº 5.486 de 30 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Maceió. Maceió: Prefeitura Municipal de Maceió, 2005. Disponível em: https://www.semurb.maceio.al.gov.br/servicos/pdf/plano_diretor/00_lei_municipal_5486.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.
- POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROLNIK, R. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

PROTEGER A TERRA: PATRIMÔNIO-TERRITORIAL NO QUILOMBO DO CARMO (SÃO PAULO) E NO TERRITÓRIO KALUNGA (GOIÁS)

Vinicius Sodré Maluly

Universidade de Brasília

vmaluly@gmail.com

Luana Nunes Martins de Lima

Universidade Estadual de Goiás

luana.lima@ueg.br

Rafael Fabrício de Oliveira

Instituto Federal de São Paulo

rafabrício@gmail.com

Contextualização Teórica e Empírica

A base teórica desta pesquisa está ancorada no conceito de “patrimônio-territorial” de E. Costa (2024; 2016). Segundo o autor, este seria um

“registro positivo” do fato espacial produzido por grupos subalternizados, em sua história vinculada ao território. Representa também fenômenos e objetos de vínculo comunitário, alternativa econômica, realidades culturais ou memoriais em execução, é uma possibilidade latente na situação espacial dada. (COSTA, 2024, p. 18)

Com base no patrimônio-territorial, visamos construir uma pesquisa que busque as alternativas cotidianas praticadas por dois grupos quilombolas distintos, sendo estes o Quilombo do Carmo, em São Roque (São Paulo) e o Território Kalunga, no Norte Goiano.

Em termos empíricos, a organização territorial dos quilombos é distinta, mas tendo em comum os desafios impostos pela especulação imobiliária. A proteção da terra é elemento fundamental para a conservação e a continuidade da identidade quilombola, reconstruída com práticas diárias de resistência variada (ALMEIDA, 2010a; STUCCHI e FERREIRA, 2010).

O conceito de patrimônio aqui apresentado é calcado na perspectiva decolonial, onde é posta em discussão a “colonialidade do poder”, de A. Quijano (1988), entendendo-se o patrimônio enquanto construção simbólica-material a partir destas comunidades e não imposta a elas a partir de preceitos (neo)colonizatórios. A “formação socioespacial”, de M. Santos (1977), é fundamental na construção da pesquisa, pois entendemos que “a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é” (1977, p. 93), não se

atendo apenas às formas espaciais, mas sim à sua formação enquanto processo histórico-geográfico.

Com base nesses marcos teóricos, visamos um aprofundamento em dois estudos de caso, analisados em outras oportunidades, mas com um enfoque na questão da terra – seja em termos identitários ou na própria sobrevivência material cotidiana.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é discutir a questão fundiária em dois casos quilombolas distintos, sendo estes o Quilombo do Carmo (São Roque, São Paulo) e o Território Kalunga (Goiás). A proteção da terra diverge em ambos, tendo em vista uma maior especulação imobiliária no primeiro e uma maior integração econômica no segundo. Pretende-se discutir as discrepâncias e as semelhanças entre os casos no que tange à questão fundiária e à sua importância no processo de construção de identidade e de alternativas de sobrevivência, conceituadas a partir do patrimônio-territorial de E. Costa (2024; 2016).

Procedimentos Metodológicos

Metodologicamente, o trabalho será construído na seguinte ordem: 1) revisão dos marcos conceituais – com enfoque na perspectiva decolonial e na literatura específica sobre os povos investigados; 2) discussão sobre a questão da terra na perspectiva identitária e econômica para os quilombos; 3) contextualização espaço-temporal de ambos os estudos de caso; 4) construção da pesquisa sobre dados colhidos em fontes primárias (documentos oficiais e entrevistas) e secundárias (bibliografia sobre os quilombos e seus territórios); 5) comparação da questão fundiária, em termos gerais, entre os estudos de caso, buscando similaridades e discrepâncias.

Resultados preliminares ou esperados

Esta pesquisa aprofunda discussão empreendida sobre o patrimônio-territorial nos quilombos do Carmo, em São Roque, e do Território Kalunga, em Goiás (AUTOR, 2024). Esta base nos permitirá avançar em termos mais aprofundados, aqui sendo privilegiada a questão fundiária. A proteção à terra, a partir de nossos estudos, é fundamental para a sobrevivência e a resistência dos quilombos, conservando costumes e avançando em novas estratégias

sócio-econômicas. No entanto, a aplicabilidade de tais estratégias diverge amplamente quando vistas de forma mais aproximada.

Espera-se uma discrepância notória entre os dois estudos de caso. Isto se dá por motivos históricos e territoriais identificados preliminarmente. O caso do Quilombo do Carmo possui entraves legais, chocando-se atualmente com a atualização do plano diretor municipal de São Roque, de 2023. Tratando-se de um quilombo nas imediações da maior metrópole brasileira, a especulação imobiliária é um desafio enfrentado pela comunidade há décadas. Estima-se que seu território foi diminuído em mais de 99% (CAPUCHO e MARINHO, 2016), sendo continuamente ameaçado pela perspectiva desenvolvimentista do setor imobiliário. Outro elemento particular a este quilombo é a associação inicialmente negativa ao status de quilombo, conforme apontam Rabinovich & Bastos (2008), gerando um senso de inferiorização da comunidade, não havendo, portanto, aceitação imediata dessa categorização, mesmo que sustentada por heranças históricas e territoriais. Uma requalificação da identidade quilombola estaria em curso, arraigada na proteção à terra especulada.

O caso dos Kalunga, no norte do estado de Goiás, seria diferente, tendo em vista que já foram identificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), localizados nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, com uma população estimada em ao menos 3.752 habitantes (SEPPIR, 2004). Os Kalunga, segundo M. Almeida (2010b), “reconhecem a herança cultural e o local de vivências com suas características naturais, como definidores de seu grupo social e de sua identidade territorial” (2010b, p. 43). Portanto, o “Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga”, segundo definição da FCP, seria consolidado a partir de um sente de pertencimento compartilhado entre as comunidades rurais, construindo-se uma identidade territorial que incide em práticas alternativas de resistência diária, consolidando-se claramente enquanto patrimônio-territorial ativado (COSTA, 2017). A questão da especulação imobiliária seria muito menos presente, a priori, dada a distância dessas comunidades às cidades de maior envergadura da região, mas essa questão resta a ser melhor investigada, em contraste com o exemplo de São Roque.

Implicações teóricas/práticas

Espera-se contribuir empiricamente com a perspectiva eminentemente geográfica de patrimônio-territorial, conceituado por E. Costa. Os casos de ambos os quilombos alertam para a importância da questão da terra e da sua proteção para os povos originários, mas, ao mesmo tempo, nos revelam importantes diferenças entre as comunidades e os desafios enfrentados. Ainda que a legislação sobre as comunidades quilombolas seja uma, visamos distinguir a heterogeneidade entre os quilombos, buscando nas práticas territoriais uma superação do discurso homogeneizador, produto de uma alteridade construída sobre ideias colonizatórias que persistem até os dias de hoje.

Referências

ALMEIDA, M. G. Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados: os Kalunga de Goiás. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Ed. Vieira, 2010a, p. 113-129.

ALMEIDA, M. G. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalungas de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Revista Ateliê Geográfico**, v. 1, n. 9, p. 36-63, 2010b. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/16682>

AUTOR, 2024.

CAPUCHO, V.; MARINHO, G. Remanescentes quilombolas do Carmo: a luta por memória na terra de direitos. In: **Relatório Parcial do Projeto de Extensão “Remanescentes quilombolas do Carmo: a luta por memória na terra de direitos”**. São Roque: IFSP, 2016.

COSTA, E. Del patrimonio territorial eurocentrado al patrimonio-territorial decolonial. Giro epistémico desde el Sur. *Eutopía, Revista de Desarrollo Económico Territorial*, v. 25, n. p. 11-22, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/eutopia.25.2024.6175>

COSTA, E. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 2, p. 53-75, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>

COSTA, E. Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. In: XIV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA – LAS UTOPIAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO, 2016, Barcelona. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldo_costa.pdf

QUIJANO, A. **Modernidad, identidad y utopía en América Latina**. Lima: Sociedad y política, 1988.

RABINOVICH, E.; BASTOS, A. O Carmo ou porque um Quilombo não quer ser um Quilombo. **Psicologia Política**, v. 14, n.7, p. 1-16, 2008. Disponível em:
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2007000200010

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 54, p. 81-100, 1977. Disponível em:
<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Perfil das Comunidades Quilombolas: Alcantara, Ivaparunduva e Kalunga - Instrumento Facilitador para o Agenciamento de Políticas Públicas.** Programa Brasil Quilombola do Governo Federal, Brasil, 2004.

STUCCHI, D.; FERREIRA, R. Os Pretos do Carmo diante do possível, porém improvável: Uma análise sobre o processo de reconhecimento de direitos territoriais. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, p. 745-775, 2010. Disponível em:
<https://revistas.usp.br/ra/article/view/37713/40442>

REASSENTAMENTOS COLETIVOS E VIOLAÇÃO DE TERRITORIALIDADES: O CASO DE MARIANA/MG

Gabriel Mateus Silva Leite
Universidade Federal de Ouro Preto
gabrielmsleite8@gmail.com

Monique Sanches Marques
Universidade Federal de Ouro Preto
monique.marques@ufop.edu.br

Débora Dornelas Martins
Universidade Federal de Ouro Preto
debora.dornelas@aluno.ufop.edu.br

Paôla da Conceição Campos Malta
Universidade Federal de São João del-Rei
paolacamposufs@gmail.com

Contextualização Teórica e Empírica

O extrativismo é um padrão histórico de apropriação colonial na América Latina, baseado na exploração intensiva da natureza e na fragilização das populações locais (Aráoz, 2020). Esse modelo persiste hoje como neoextrativismo (Svampa, 2019), associado à lógica neoliberal e desenvolvimentista, que promove expropriação e destruição de patrimônios culturais e ambientais.

No Brasil, a mineração expressa esse sistema ao transformar territórios em mercadoria, violando e apagando territorialidades tradicionais. Essa lógica desestrutura modos de vida e subordina os vínculos comunitários aos interesses econômicos. Assim, a mineração evidencia a primazia do capital sobre os direitos coletivos, aprofundando a desterritorialização (Haesbaert, 2004) e a vulnerabilização social.

O rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/ BHP), em Mariana/MG, em 2015, materializa esse processo, com a destruição irreparável de comunidades inteiras e de seus patrimônios materiais e imateriais. O desastre resultou no despejo de aproximadamente 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos ao longo da bacia do Rio Doce (Milanez *et al.*, 2015), afetando profundamente a natureza e o patrimônio cultural.

Centenas de famílias foram deslocadas compulsoriamente, violando o direito à permanência e à moradia digna, impactando profundamente as relações sociais, econômicas e territoriais. |A ausência de uma legislação federal específica sobre reassentamentos

involuntários¹ fragiliza a proteção das populações atingidas. Nesse contexto, as propostas de reassentamento frequentemente se baseiam em diretrizes internacionais, como a OP 4.12 do Banco Mundial (Carneiro *et al.*, 2021; Gomide, 2018).

Diante desse cenário, o território é concebido como um espaço vivido e experienciado cotidianamente, onde se entrelaçam afetos, memórias e vulnerabilidades humanas (Santos, 2007). Simultaneamente, constitui-se como um locus de resistência, onde emergem formas criativas de sociabilidade e de enfrentamento às violências estruturais (Svampa, 2019). Mais do que um simples suporte físico, o território representa um campo simbólico e material, por meio do qual os sujeitos se reconhecem, constroem pertencimentos e elaboram práticas culturais, sociais e cognitivas que sustentam seus modos de vida (Guattari; Rolnik, 2011).

Nesse entrelaçamento entre vivência cotidiana e resistência territorial, destacam-se as marcas materiais e simbólicas que persistem no território atingido de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, revelando, como destacam as autoras Passos e Marques (2023), formas de resistência às dinâmicas hegemônicas impostas nos reassentamentos coletivos e mantendo vivos os vínculos comunitários com o lugar de origem. Mesmo diante de toda a destruição causada pelo desastre socioambiental, expressões dessas rugosidades reaparecem nas tentativas de continuidade das práticas culturais, religiosas, produtivas e de moradia.

No caso de Mariana, portanto, torna-se imprescindível refletir sobre os impactos do extrativismo na destruição e na reconfiguração dos territórios socioculturais, compreendendo não apenas as dinâmicas de expropriação e vulnerabilização social, mas também as lutas em defesa da justiça social, dos direitos coletivos e da preservação dos patrimônios naturais e culturais.

Objetivo

Analisar, a partir do desastre da barragem de Fundão, em Mariana/MG, os efeitos do modelo neoextrativista na violação dos direitos e das territorialidades das comunidades atingidas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. A investigação busca discutir como o rompimento da barragem e os subsequentes processos de deslocamento compulsório e implementação dos reassentamentos coletivos, concebidos sob uma lógica padronizada e descolada das práticas socioterritoriais originais, afetam os laços identitários, as práticas

¹ O reassentamento involuntário pode ocorrer como condição prévia à implantação de grandes empreendimentos ou como resposta a desastres decorrentes de falhas estruturais (Gomide, 2018).

culturais e os modos de vida rurais enraizados no território, configurando uma afronta à preservação do patrimônio em suas múltiplas dimensões.

Procedimentos Metodológicos

Os autores desenvolvem trabalhos com comunidades atingidas pela mineração em diferentes contextos, incluindo Mariana-MG, por meio da Assessoria Técnica Independente – ATI Cáritas Brasileira e do Grupo de Pesquisa e Extensão Conterra, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), realizando ações e pesquisas voltadas à justiça e aos conflitos territoriais, aos processos de reassentamento e ao acesso à água como eixo da reparação.

Além disso, este estudo integra as investigações desenvolvidas no âmbito do mestrado em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental na UFOP, que têm como objetivo compreender os impactos socioambientais da mineração, bem como os deslocamentos involuntários e rupturas territoriais resultantes dos processos de reassentamento pós-desastre.

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e documental, com foco em autores que problematizam o extrativismo e seus efeitos sobre territórios rurais e comunidades tradicionais impactadas por grandes empreendimentos minerários na América Latina, especialmente no Brasil. Também inclui trabalho de campo realizado no âmbito da assessoria técnica independente, envolvendo observação participante, participação em negociações entre diversos atores do processo de reparação, visitas às áreas de origem e acompanhamento direto das comunidades atingidas nos atendimentos relacionados aos reassentamentos promovidos pelas empresas causadoras dos danos. A metodologia priorizou uma abordagem qualitativa e crítica, com foco na escuta ativa das comunidades e na experiência acumulada em campo junto aos territórios atingidos, orientando a análise dos processos de desterritorialização e violações de direitos.

Resultados preliminares ou esperados

O rompimento da barragem de Fundão resultou na destruição de patrimônios territoriais e culturais, provocando não apenas perdas materiais, mas também a ruptura de práticas, saberes e formas de sociabilidade historicamente construídas pelas comunidades atingidas. Esse processo evidencia uma lógica de desenvolvimento que, pautada por

interesses econômicos hegemônicos, desconsidera os modos de vida tradicionais e a centralidade dos territórios para a reprodução social e cultural dessas populações. As comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, por exemplo, foram expulsas de seus territórios de origem, espaços onde se estruturavam práticas ligadas à agricultura familiar, à criação de animais e a manifestações religiosas e festivas transmitidas entre gerações.

Esse caso emblemático ilustra uma dinâmica mais ampla e recorrente nos territórios atingidos por grandes empreendimentos: o deslocamento compulsório de comunidades inteiras. Tal fenômeno representa uma grave violação do direito à permanência e à moradia adequada, manifestando-se em diversos contextos e produzindo efeitos profundos sobre as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais das populações atingidas.

A transição abrupta e prolongada da população rural para o ambiente urbano trouxe desafios significativos para as famílias atingidas, como o afastamento de parentes e da relação de vizinhança, dificuldades de adaptação e perda das condições e qualidade de vida anteriores, gerando transtornos cotidianos e sofrimento. No processo de reparação do direito à moradia em Mariana, foram estabelecidas diferentes modalidades: o reassentamento familiar, realizado de forma individual; o reassentamento coletivo, destinado aos moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, e a indenização em pecúnia.

Os reassentamentos, concebidos segundo uma lógica padronizada e neoliberal, desconsideraram as especificidades culturais das comunidades, impondo modelos habitacionais incompatíveis com seus modos de vida tradicionais. As novas moradias, construídas em terrenos íngremes nos reassentamentos coletivos, inviabilizaram práticas essenciais, como o cultivo da terra e a criação de animais — elementos centrais na configuração dessas comunidades.

Somam-se a isso falhas técnicas e construtivas, como trincas, infiltrações e outros problemas estruturais, que comprometem a habitabilidade e evidenciam negligência no processo de reparação.

A configuração espacial imposta - marcada pela construção de taludes e platôs - reduziu drasticamente as áreas disponíveis para atividades produtivas. Essa transformação tornou inviável o cultivo em escala equivalente à das áreas originais, incluindo espécies ornamentais, frutíferas e lavouras; e a manutenção da criação animal, especialmente de gado,

equinos, suíños e aves, que demandam de espaços específicos inexistentes nos reassentamentos, descumprindo diretrizes homologadas¹ na Ação Civil Pública.

Antes do rompimento da barragem, as comunidades dispunham de acesso irrestrito à água, para o consumo humano, produção agrícola e dessedentação animal. Contudo, em Novo Bento Rodrigues e Paracatu², é previsto apenas o abastecimento de água potável³ para consumo doméstico, sem garantia de fornecimento de água bruta para as demais necessidades produtivas. Além disso, este serviço encontra-se sujeito a futura cobrança tarifária, configurando uma violação adicional aos direitos previamente estabelecidos.

Os depoimentos das famílias revelam sentimentos de indignação e desalento diante das perdas materiais e simbólicas, bem como das restrições impostas pelos novos reassentamentos, que se configuraram como condomínios privados (Soares; Bonduki, 2024), desvinculados das práticas comunitárias e agroecológicas originais.

Tais processos representam uma grave violação de direitos fundamentais e territoriais, comprometendo a permanência, a memória e a reprodução dos modos de vida tradicionais.

Implicações teóricas/práticas

Este estudo evidencia como o modelo neoextrativista impõe uma lógica de destruição do patrimônio cultural e territorial, comprometendo a continuidade das práticas socioculturais e afetando a identidade das comunidades. A análise do caso de Mariana/MG reforça a necessidade de incorporar abordagens decoloniais nas políticas de reparação, que reconheçam e valorizem as práticas cotidianas das populações atingidas, indo além da simples reconstrução física das habitações.

Na perspectiva prática, destaca-se a urgência da construção de instrumentos normativos nacionais que assegurem a proteção das populações atingidas em situações de

¹ Nos reassentamentos, as áreas destinadas à produção rural devem ser iguais ou maiores que as originais, conforme as atividades e modos de produção das famílias. Além disso, a Samarco, Vale e BHP Billiton, por meio da Fundação Renova, devem garantir que os imóveis rurais e urbanos entregues apresentem, salvo inviabilidade técnica, características semelhantes ou superiores às do imóvel anterior ao rompimento da Barragem de Fundão, especialmente quanto à topografia, aptidão agrícola, dimensões, relações comunitárias e acesso à água (Brasil, 2018).

² Denominação escolhida coletivamente em Assembleia pelos membros das próprias comunidades.

³ Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mariana-MG (SAAE), autarquia municipal responsável por gerir água potável e esgoto.

deslocamento compulsório e reassentamento, garantindo a participação efetiva das comunidades na definição das soluções e respeitando suas territorialidades e modos de vida.

O desastre de Mariana também evidencia a necessidade de repensar criticamente as estratégias de “desenvolvimento” baseadas no extrativismo, que reiteram lógicas coloniais de apropriação e violação de territórios e patrimônios. Assim, o caso constitui-se como um alerta e um convite à reflexão sobre a urgência de alternativas socialmente justas para a gestão dos territórios.

Referências

ARÁOZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Ata de audiência homologada em 27/03/2018**. Ação Civil Pública n. 0400.15.004335-6. Mariana, MG: 2^a Vara Cível, Criminal e de Execuções Criminais, 2018.

CARNEIRO, K. G., DE SOUZA, T. R., & DA SILVA, C. A. M. (2020). **A necessidade de se discutir um marco regulatório para os reassentamentos involuntários no Brasil**. Além Dos Muros Da Universidade, 5(1), 43-53. <https://doi.org/10.70615/alemur.v5i1.4190>

GOMIDE, Caroline et al. **Dicionário Crítico da Mineração**. Marabá: Editorial iGuana, 2018.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12 Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 13ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

MILANEZ, B. et al. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)**. Belo Horizonte: PoEMAS; 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/2015/12/10/1055/>. Acesso em: maio. 2025.

PASSOS, Flora d’El Rei Lopes; MARQUES, Monique Sanches. **Das expulsões às resistências: os reassentamentos coletivos e territórios atingidos pela mineração em Mariana/MG**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 20., 2023, Belém. Anais [...]. Belém: ANPUR, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st13-11.pdf>. Acesso em: maio. 2025.

SANTOS, M. **O dinheiro e o Território**. In: SANTOS, M. (Org.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOARES, Natalia Beneton; BONDUKI, Nabil. **Neoextrativismo e autoritarismo corporativo no processo de reassentamento de Bento Rodrigues, Mariana/MG**. Revista Brasileira de

Estudos Urbanos e Regionais, v. 26, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202420en>. Acesso em: 12 maio 2025.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Ligia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

REFUGIADOS AMBIENTAIS COMO NOVOS SUJEITOS DE PATRIMÔNIO: RECONHECIMENTO, MEMÓRIA E DIREITOS CULTURAIS

Paula Louise Fernandes Silva

Mestre em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto
 paulalouise93@gmail.com

Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras beatrizflexar@hotmail.com

Daniella Cristiane Santos Oliveira

Mestre em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto
 daniella.santos@aluno.ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

Os deslocamentos populacionais forçados por causas ambientais têm se tornado cada vez mais comuns, seja por rompimentos de barragens, enchentes catastróficas ou desastres provocados pela ação humana. No entanto, a categoria jurídica de "*refugiado ambiental*" ainda não é reconhecida legalmente no Brasil ou em tratados internacionais, o que coloca essas populações em uma situação de invisibilidade institucional e fragilidade social. Como alerta Hannah Arendt (1951), a ausência de direitos formais reduz indivíduos a uma condição de "apátridas", privados não apenas de proteção estatal, mas também de pertencimento simbólico. Essa lacuna jurídica compromete o acesso a direitos básicos e à preservação da memória coletiva das comunidades atingidas.

Do ponto de vista simbólico e patrimonial, há uma profunda ausência de reconhecimento da identidade dessas populações. Um lugar, por si só, não é capaz de produzir nenhum vínculo afetivo. São as dinâmicas socioespaciais ali presentes que são imbuídas de significados e memórias impressos no espaço. Esses lugares dotados de significados e simbolismo são o que Pierre Nora (1993) definiu como "lugares de memória".

Benjamin (1940), reflete sobre como a destruição desses espaços carrega consigo a ruptura de narrativas e tradições, elementos fundamentais para a constituição do patrimônio imaterial. A destruição de territórios não implica apenas perdas materiais, mas também a erosão de laços afetivos, práticas espirituais e saberes ancestrais – dimensões que, segundo Lévi-Strauss (1955), formam a gramática das culturas humanas. Para Geertz, "o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu" (1989, p. 15), e,

nesse sentido, a cultura é o mecanismo que produz formas, símbolos, sentidos e significados para essas teias.

Casos emblemáticos como o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), a subsidência do solo em Maceió (AL) e as enchentes no Rio Grande do Sul evidenciam a urgência de repensar as políticas patrimoniais. Como argumenta Boaventura de Sousa Santos (2020), as emergências climáticas exigem uma redefinição dos direitos humanos, incluindo o direito à memória e ao território como formas de reparação. Nesse sentido, é necessário ampliar o conceito de patrimônio, tal como propõe Hartog (2003), incorporando os sujeitos ambientalmente deslocados como agentes ativos na reconstrução de suas narrativas e espaços.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo discutir os refugiados ambientais como novos sujeitos de patrimônio, e que corrobore com o alargamento do conceito tradicional de patrimônio cultural para contemplar as dimensões simbólicas, afetivas e identitárias de populações deslocadas por desastres ambientais no Brasil contemporâneo, evidenciando a importância da memória como um direito humano fundamental e como um instrumento de resistência diante das perdas territoriais.

Pretende-se também evidenciar a ausência de reconhecimento jurídico desses sujeitos e refletir sobre alternativas possíveis de atuação institucional e comunitária que promovam sua valorização cultural e proteção social.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia deste estudo ainda está em desenvolvimento, com previsão de construção teórica baseada na análise documental, revisão bibliográfica e reflexões oriundas de pesquisas já realizadas com atingidos em contextos de vulnerabilidade socioambiental. Pretende-se adotar uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, articulando o arcabouço teórico dos estudos do patrimônio com a perspectiva crítica das políticas públicas e dos direitos humanos.

Serão utilizados relatos orais, produções artísticas locais e registros fotográficos, como alternativa de captar parte das dimensões simbólicas do pertencimento e da perda em territórios impactados.

Resultados preliminares ou esperados

Espera-se evidenciar a importância da memória como um direito humano fundamental e da cultura como eixo de reconstrução do pertencimento para os refugiados ambientais. Além de destacar a importância da memória na constituição da identidade individual e coletiva. Os primeiros levantamentos indicam que, mesmo em contextos de perda territorial, as comunidades buscam reconstituir seus laços identitários por meio de narrativas, práticas coletivas e simbolismos que precisam ser reconhecidos como patrimônio cultural imaterial.

Outro resultado esperado é o fortalecimento da articulação entre universidade e sociedade civil para o reconhecimento desses sujeitos e suas demandas patrimoniais como parte integrante das políticas públicas culturais e ambientais. A sensibilização de órgãos de preservação e instituições culturais também será visada, ampliando a compreensão do patrimônio como instrumento de justiça social.

Além disso, a pesquisa pretende estimular o diálogo intersetorial, envolvendo não apenas especialistas em patrimônio cultural, mas também profissionais das áreas de meio ambiente, direitos humanos, assistência social e saúde, de modo a promover abordagens integradas e interdisciplinares no atendimento às comunidades afetadas. Com isso, busca-se fomentar políticas públicas mais inclusivas, que reconheçam a complexidade dos deslocamentos forçados por razões ambientais e assegurem o direito à memória, à identidade e à expressão cultural como dimensões essenciais para a dignidade e o bem-estar desses grupos.

Implicações teóricas/práticas

Teoricamente, o trabalho propõe um deslocamento do conceito de patrimônio, saindo de uma visão monumental e histórica para uma abordagem centrada nas subjetividades, nos afetos e nas resistências das populações atingidas por desastres ambientais, possibilitando a construção de novas perspectivas para o patrimônio, transformando as narrativas tradicionais ao incorporar e aproximar questões relacionadas à natureza, à imaterialidade, ao patrimônio intangível e ao social. Dialoga com autores como Le Goff (2003), que trata sobre a memória coletiva e individual, Pierre Nora (1984), sobre lugares de memória, e Christian Laval e Pierre Dardot (2017), acerca da ideia do “comum” como prática de resistência.

Na prática, o estudo pretende colaborar com a construção de políticas públicas que reconheçam a memória dos refugiados ambientais como um bem coletivo e inalienável. A

atuação extensionista, articulada com saberes locais e ações educativas, pode contribuir para a conscientização da sociedade sobre os impactos do colapso climático e da injustiça ambiental, fortalecendo o protagonismo dos sujeitos atingidos.

Com isso, o projeto também busca incentivar processos de escuta ativa e participação social, valorizando os relatos, as práticas culturais e os modos de vida das comunidades atingidas como formas legítimas de produção de conhecimento. Ao reconhecer essas experiências como patrimônio coletivo, a pesquisa contribui para a construção de narrativas plurais e contra hegemônicas, que desafiem a invisibilização histórica desses sujeitos. Assim, espera-se promover a memória não apenas como um direito, mas como um espaço de disputa política e de ressignificação dos territórios, reforçando a centralidade da justiça socioambiental na agenda pública.

Referências

- ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Original publicado em 1951).
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232. (Original publicado em 1940).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil**. Brasília: MDR, 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Original publicado em 2003).
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad.: Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (Original publicado em 1955).
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ROSA, Ricardo R.; et al. **Povos indígenas em deslocamento forçado:** experiências dos Warao no Brasil. Brasília: IPEA, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Almedina, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os sujeitos da política ambiental: entre a invisibilidade e o direito à memória. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 137-154, 2014.

ROTA DOS MURAIS DA UFSM: O TURISMO CIDADÃO COMO MEDIADOR DA EXPERIÊNCIA TURÍSTICA

Aline Britto Fialho
fialho.aline@gmail.com

Ana Júlia Scortegagna Socal
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
anajsocal@gmail.com

Contextualização Teórica e Empírica

A arte mural, também conhecida como painel ou muralismo, são uma linguagem artística onde a base da camada pictórica é uma parede ou muro, na qual o artista cria uma relação de complementaridade entre arquitetura e arte (Pereira, 2015). Enquanto manifestação artística presente em espaços públicos e institucionais, configura-se como um relevante elemento do patrimônio cultural, carregando consigo narrativas históricas, sociais e culturais de uma comunidade.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), possui um extenso acervo de arte mural que transcende a mera função estética, atuando como testemunhos visuais da trajetória da instituição, de movimentos artísticos e ideológicos, e de aspectos da vida acadêmica e social. Tais obras, muitas vezes, passam despercebidas pelo público geral ou são subestimadas em seu potencial de interpretação e fruição. No Brasil, o reconhecimento e a valorização do patrimônio edificado e artístico, incluindo a arte mural, têm ganhado relevância, embora ainda haja desafios na gestão e na promoção desses bens.

A UFSM, com seu vasto campus e rica produção artística, apresenta um cenário propício para a exploração de seu patrimônio como atrativo cultural. Entretanto, a ausência de um roteiro organizado que permita o acesso e a interpretação qualificada dessas obras limita o engajamento da comunidade e de visitantes com esse acervo cultural. Para Bahl (2004), um roteiro turístico resume todo o processo de ordenação de elementos intervenientes na efetivação de uma viagem. O roteiro pode estabelecer as diretrizes para desencadear a posterior circulação turística, seguindo determinados trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional dos atrativos a visitar.

É nesta perspectiva que o conceito de turismo cidadão emerge como abordagem que vai além do turismo convencional, promovendo apropriação de espaços não usuais. O turista

cidadão é o morador que, ao experimentar sua cidade de forma não rotineira, resgata sua cultura a partir do estranhamento do cotidiano — percebendo outras culturas, etnias e possibilidades de lazer. Nessa condição, ele passa a usufruir dos espaços locais com um novo olhar (Gastal, 2006). A aplicação deste conceito ao contexto dos murais universitários oferece uma via para empoderar a comunidade, transformando a visitação em uma experiência de aprendizado e reflexão crítica sobre a história e a cultura local.

A lacuna identificada reside na falta de um instrumento que articule este acervo com a comunidade universitária, permitindo que as obras sejam compreendidas não apenas como objetos de arte, mas como veículos de conhecimento e engajamento cívico. Interpretar é produzir significados para as coisas que vemos, é um ato de comunicação que torna possível um entendimento daquilo que não é o cotidiano de quem vê; daquilo que, na maioria das vezes, é exótico e aguça a curiosidade de saber e de apreender” (Menezes, 2006).

A proposição de um roteiro turístico cultural representa um avanço na democratização do acesso ao patrimônio em uma instituição pública de educação – através da aplicação de novas metodologias para sua fruição, valorização, preservação e na promoção de uma experiência turística mais significativa e participativa.

Objetivo

Esta pesquisa objetiva promover um roteiro turístico cultural capaz sensibilizar a comunidade universitária para a valorização e preservação do patrimônio artístico da UFSM, dando visibilidade ao acervo de arte mural em um contexto de turismo cidadão, promovendo a relação da sociedade com os mesmos, incorporando elementos de planejamento e gestão turística afim de qualificar e impulsionar outras iniciativas que possibilitem a interação entre cidadão, a cidade e o seu patrimônio de forma acessiva e educativa.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa de natureza aplicada, abordagem qualitativa, descritiva, documental e exploratória foi construída a partir da revisão teórica fundamentada em seus referenciais (Gil, 2002), com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o patrimônio muralístico da UFSM e propor um roteiro turístico.

A pesquisa de campo foi crucial para a identificação e o mapeamento dos murais. Para tanto, foi desenvolvido um inventário detalhado de cada obra, que incluiu a catalogação

de informações como autoria, data, técnica, temática, estado de conservação e localização precisa. Esse processo de inventário e mapeamento foi realizado por meio de visitas *in loco*, registro fotográfico e uso de ferramentas de geolocalização.

A coleta de dados primários foi enriquecida com a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os artistas e professores que possuíam conhecimento relevante sobre os murais, que permitiram obter percepções e informações complementares que não estariam disponíveis em outras fontes. A observação direta também foi empregada para analisar o contexto de inserção dos murais e a interação dos espaços com a comunidade.

Com base nos dados coletados, procedeu-se à análise dos murais sob as perspectivas histórica, artística e cultural, buscando desvelar seus significados e seu potencial interpretativo. Posteriormente, foi desenvolvida a proposta do roteiro turístico, considerando o conceito de turismo cidadão, a acessibilidade cultural e a narrativa interpretativa. Foram também elaborados protótipos de placas interpretativas e um diagrama de fluxo para um aplicativo que serviriam de apoio à fruição autônoma do roteiro. Por fim, a validação da proposta do roteiro e dos materiais de apoio foi realizada com a comunidade universitária através de tours guiados pelo campus para a apreciação de alguns murais e a viabilidade do roteiro projetado.

Resultados preliminares ou esperados

A pesquisa culminou na concretização do objetivo proposto, o da criação de um roteiro turístico cultural, mas também proporcionou a elaboração de um inventário e mapeamento inéditos e detalhados dos murais, com catalogação das obras, registro de dados essenciais como autoria, data da criação, técnica utilizada, temática, estado de conservação e localização exata, preenchendo uma lacuna importante no conhecimento e gestão desse patrimônio. O mapeamento permitiu visualizar a distribuição espacial dos murais, evidenciando sua concentração em áreas de grande circulação e sua integração com a arquitetura universitária.

Com base nesse inventário e na análise aprofundada dos murais, foi desenvolvida a proposta do roteiro turístico “Rota dos Murais da UFSM” como um roteiro turístico que convida a comunidade universitária e visitantes a explorar as obras muralísticas como elementos de identidade, história e memória da instituição, incentivando a participação ativa e a reflexão crítica sobre o patrimônio. Para ampliar a experiência do roteiro, foram

desenvolvidos protótipos de placas interpretativas, com atenção à legibilidade, clareza e recursos visuais, oferecendo informações concisas sobre cada mural e acesso a conteúdos complementares via QR Codes. Complementarmente, elaborou-se um diagrama de fluxo para um aplicativo móvel, concebido como guia interativo da “Rota dos Murais”, com funcionalidades como geolocalização, áudios explicativos e informações ampliadas, proporcionando uma experiência mais dinâmica, acessível e engajadora.

Implicações teóricas/práticas

A presente pesquisa oferece implicações significativas tanto para o campo teórico do patrimônio cultural e do turismo quanto para a prática de gestão e difusão desses bens. No âmbito teórico, o estudo contribui para a consolidação e aprofundamento do conceito de turismo cidadão, demonstrando sua aplicabilidade em contextos específicos de apreciação do patrimônio artístico cultural.

A abordagem adotada ressalta como o engajamento da comunidade na fruição de bens culturais pode transcender a mera visitação, transformando-a em uma experiência de educação patrimonial e de fortalecimento da identidade local e institucional. Ao vincular a arte mural da UFSM a essa perspectiva, o trabalho enriquece a discussão sobre as múltiplas camadas de significado do patrimônio artístico e a importância de metodologias que incentivem a apropriação crítica e participativa. Adicionalmente, o estudo fornece um modelo de inventário e análise de arte mural que pode ser replicado em outras instituições ou cidades, expandindo o arcabouço metodológico para estudos similares.

No que tange às implicações práticas, a “Rota dos Murais da UFSM” constitui um produto concreto e de grande potencial para a valorização e preservação do patrimônio da universidade. Essa iniciativa não apenas organiza e dá visibilidade a um acervo muitas vezes desapercebido, mas também facilita a visitação autônoma e guiada, tanto para a comunidade interna (estudantes, professores, servidores) quanto para visitantes externos e turistas. A implementação da rota pode fomentar o turismo cultural na região de Santa Maria, posicionando a UFSM como um polo de atração cultural e educativa. Além disso, o projeto incentiva a conservação e manutenção desses bens culturais, uma vez que a visibilidade e o reconhecimento geram maior senso de cuidado e responsabilidade. Em última instância, este roteiro serve como um catalisador para o diálogo entre arte, história e comunidade, promovendo uma relação mais profunda e significativa entre os cidadãos e seu patrimônio.

Referências

- BAHL, Miguel. **Viagens e Roteiros Turísticos**. Curitiba: Protexo, 2004.
- GASTAL, Susana. **Turista cidadão: uma contribuição ao estudo da cidadania no Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUL.2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MENESES, José Newton Coelho. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PEREIRA, Mariana Aline Barbosa. **As pinturas murais no casario de Penedo, Alagoas: um inventário da produção muralista do século XIX**. Rio de Janeiro, 2015. 258p. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

TRILHAS PARA MOUNTAIN BIKING NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE IMPACTOS E PERSPECTIVAS

Carolina da Silva Gomes

Universidade Federal de Minas Gerais

csgomes1900@gmail.com

Rosimeire Lourenço Medeiros

Universidade Federal de Minas Gerais

rosimeirelourenco42@gmail.com

Frederico Wagner de Azevedo Lopes

Universidade Federal de Minas Gerais

fwalopes@gmail.com

Contextualização Teórica e Empírica

Nas sociedades modernas, a maioria da população vive em grandes centros urbanos, cercadas por prédios, ruas, trânsito, em meio a barulhos, poluição, tecnologia, alimentação inadequada e muitos outros aspectos característicos da globalização. Diante do presente contexto social, com a configuração atual do trabalho e o tempo cada vez mais escasso, a qualidade de vida dos indivíduos é afetada, estando estes sujeitos a apresentarem uma série de problemas de saúde decorrentes dos seus hábitos sociais (Barbosa, 2015; Moraes Filho et al., 2021; Paixão et al., 2013; Silva Biazotti et al., 2016).

As atividades realizadas ao ar livre e em áreas naturais têm sido a escapatória para se encontrar o bem-estar físico e mental das pessoas que vivem nas cidades. Destaca-se as atividades de turismo de aventura nesses locais como uma das favoritas de grande parte das pessoas, uma vez que tais atividades promovem a sensação de liberdade, de fuga do cotidiano, desafiam limites e testam a resiliência e a maneira de lidar com adversidades do indivíduo (Moraes Filho et al., 2021; Paixão et al., 2013). Dentre as atividades que contemplam todos os aspectos elencados, uma muito antiga, que vem atraindo, cada vez mais adeptos, é o ciclismo.

Dentre as modalidades do ciclismo, o *mountain biking*¹, atividade na qual o trajeto é feito em uma pista de terra com várias irregularidades (buracos, elevações e obstáculos), tem atraído um número cada vez maior de praticantes e, consequentemente, aumentando a

¹ O *mountain biking* é também conhecido através da sigla (MTB). O termo em inglês significa a prática de ciclismo nas montanhas e em estradas de chão em geral (Souza et al., 2016).

demandas por áreas naturais para sua prática. Entretanto, a implementação e uso das trilhas, de forma desordenada e sem o manejo adequado, podem contribuir para o desencadeamento de impactos ambientais correlatos (Bartoletti, 2022; Melatti; Archela, 2014). Destes, os principais estão ligados à cobertura vegetal, pois o pisoteio do solo leva à perda desta cobertura afetando a sua qualidade, compactando-o e levando ao deslocamento de partículas provocando assim a erosão, expondo as raízes das espécies vegetais (Salesa; Cerdá, 2019).

Outro tipo de impacto está ligado à perturbação da vida selvagem, devido aos ruídos das bicicletas e das pessoas, fazendo com que haja um deslocamento dos espécimes animais do local que vão em busca de outro habitat (Marion; Wimpey, 2007). Ainda de acordo com estes autores, mesmo sabendo que o *mountain biking* contribui com algum grau de degradação ambiental, os impactos na vida selvagem e na degradação do solo são semelhantes aos de caminhantes e outros usuários de trilhas. Os impactos à vida selvagem são bastante minimizados quando os visitantes permanecem nas trilhas; a vida selvagem tem uma capacidade bem documentada de se habituar a usos recreativos não ameaçadores que ocorrem em lugares consistentes.

Neste contexto, o Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG, por se tratar de uma grande área verde urbana, dispondo de inúmeras trilhas usadas tradicionalmente por caminhantes, têm sido cada vez mais utilizadas por praticantes de *mountain biking*. Contudo, as mais frequentadas têm apresentado aparentes processos erosivos intensificados, em função do maior uso e desgaste. Em decorrência desse uso e desgaste, tais trilhas devem ser identificadas e mapeadas, para que a gestão local possa obter subsídios técnicos para realizar o manejo adequado da visitação pública.

A relevância do tema encontra-se no fato de ser reduzido o número de publicações que tem o foco nos praticantes e no desgaste das trilhas, tornando-se importante mapear as trilhas utilizadas. Ademais, identificar e caracterizar quem são os indivíduos que praticam esta atividade destacando a importância desta modalidade esportiva para este grupo, sua qualidade de vida e os objetivos que estes perseguem é imprescindível para o aprofundamento e entendimento desses participantes.

Objetivo

Identificar e mapear as trilhas de *mountain biking* presentes no Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais, quantificando sua capacidade de carga, bem como a caracterização do público praticante e a percepção ambiental destes usuários em relação à referida prática, levantando os principais impactos que esta atividade provoca.

Procedimentos Metodológicos

O trabalho será desenvolvido em três etapas. Inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico em artigos científicos, teses, monografias, sites e reportagens com o propósito de conhecer a história do MTB e como ele se desenvolveu diante de um contexto macro (mundo) chegando até o Brasil, Minas Gerais e posteriormente em Belo Horizonte na UFMG.

Na etapa seguinte, foi levantado as principais trilhas de *mountain biking* do Campus Pampulha. Em seguida, procederemos à análise do estado de conservação em que estas se encontram, destacando tanto os impactos físicos, visuais quanto sonoros, utilizando para isso alguns indicadores do meio físico (Passos; Feola, 2011), como o cálculo da área da seção transversal da trilha (AST), analisando a declividade, as características pedológicas da trilha, além dos indicadores que atestam as condições da vegetação, a condição do leito da trilha e os danos (Barros, 2003; Magro, 1999), fazendo assim uma estimativa de degradação de solo e sua compactação.

Na terceira etapa aplicaremos um questionário com perguntas objetivas e subjetivas aos frequentadores das trilhas da UFMG com o objetivo de analisar o perfil das pessoas que praticam o MTB, identificando se o uso de equipamentos de segurança é recorrente. As perguntas subjetivas estarão relacionadas à percepção de segurança e risco da atividade (violência, roubos, acidentes, quedas, dores, etc.) e como ocorrem as relações sociais que influenciam na prática do *mountain biking*. As questões objetivas serão tratadas através das abordagens estatísticas descritivas, já as subjetivas serão submetidas à metodologia análise de conteúdo.

Resultados Esperados

Para identificação e seleção das trilhas a serem trabalhadas, foi feita uma busca no *Trailforks* e no *Wikiloc*, ambos são plataformas de trilhas ao ar livre. Os critérios observados foram: trilhas mais acessadas, grau de dificuldade, extensão do percurso e popularidade da

trilha entre os praticantes. Foram encontradas 536 trilhas, das quais 5 chamaram a atenção, sendo estas nomeadas como “Círculo MTB UFMG 1, 2, 3, 4 e 5”. Estas foram selecionadas por possuírem grau de dificuldade diferentes entre si e comprimento de trilha menores que 1 km, o que facilita e torna possível a análise e o acompanhamento dos impactos ambientais, uma vez que, propiciam um melhor e mais rápido deslocamento dos pesquisadores ao longo das trilhas.

Pretendemos realizar uma avaliação inicial do estado de cada trilha, utilizando para isso, como foi citado na metodologia, a técnica de cálculo da Área Seccional Transversal (AST). Isto será realizado em dois momentos: na estação seca (baixo índice pluviométrico) e na estação chuvosa (alto índice pluviométrico), com o objetivo de observar qual fator mais influencia o processo de degradação das trilhas (se é o clima, o tipo de solo, os índices pluviométricos, o uso por parte dos praticantes de *mountain biking* ou pelos caminhantes, dentre outros).

Esperamos, também, com a análise dos questionários, identificar o estado de conservação e os principais impactos físicos que os praticantes de MTB observam nas trilhas, além de relacionar as medidas que eles acreditam que poderiam ser implementadas para reduzir os impactos ambientais da prática de *mountain biking*. Apoiados por estes dados, considera-se propor à gestão da UFMG medidas que auxiliem na conservação dessas trilhas.

Implicações Teóricas/Práticas

As principais implicações teóricas são identificadas nas discussões sobre os impactos ambientais do *mountain biking* em trilhas naturais e nas estratégias de sustentabilidade, além da gestão das trilhas e convivência harmônica entre prática esportiva e preservação ambiental. Uma alternativa para mitigar os impactos seria a rotação de trilhas, que poderia ser feita com a abertura adequada e monitorada de vias secundárias, visando diminuir a pressão exercida sobre o solo, priorizando espaços já utilizados para a prática do *mountain biking* e conscientizar os praticantes sobre o desgaste que tal atividade exerce sobre as trilhas.

Por outro lado, as implicações práticas estão relacionadas à saúde e ao bem estar do praticante, pois a prática do MTB melhora a saúde cardiovascular, fortalece a musculatura, promove a saúde mental, reduz o estresse, dentre outros benefícios. A prática consciente da atividade deve ter como objetivo evitar a erosão, degradação da fauna e flora, a fim de se manter uma atividade sustentável.

Outro fator importante será identificar e caracterizar o perfil dos praticantes do MTB no Campus da UFMG, analisando suas percepções em relação à segurança e riscos que envolvem essa modalidade esportiva. Além disso, será possível esmiuçar as relações sociais que surgem decorrentes dessa prática, a partir das informações coletadas no questionário aplicado aos visitantes.

Pretende-se que a análise a ser realizada, juntamente com o que será proposto, possa contribuir e auxiliar a administração do Campus Pampulha no planejamento, no gerenciamento e no manejo das trilhas, propiciando um futuro programa de visitação e uso público das trilhas da UFMG.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, H. S. L. et al. Aspectos da degradação ambiental de uma trilha recreacional na Serra do Lenheiro, São João del-Rei, MG. **Revista Territorium Terram**, v. 3, n. 5, p. 32-40, 2015.
- BARROS, M. I. A. **Caracterização da visitação dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 2003. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2003.
- BARTOLETTI, C. T. **Gestão participativa como proposta para aproximar os visitantes do cuidado das áreas naturais: o manejo de uma trilha de mountain bike**. 2022. PhD Thesis. Universidade de São Paulo.
- MAGRO, T. C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 1999.
- MARION, J; WIMPEY, J. Impactos ambientais do ciclismo de montanha: revisão científica e melhores práticas. **International Mountain Bicycling Association (IMBA)**, 2007.
- MELATTI, C.; ARCHELA, R. S. Avaliação dos impactos do uso público em trilhas: uma metodologia baseada no estudo de uma trilha interpretativa-Parque Estadual Mata dos Godoy, Paraná. Confins. **Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 20, 2014.
- MORAES FILHO, J. A. de. et al. (Org). Práticas corporais, saúde e ambientes de prática: fatos, ações e reações. Volume II. Introdução e Capítulo 1. Nova Xavantina, MT: **Pantanal**, 2021. 117p.
- PAIXÃO, J. A. da.; KOWALSKI, M. Fatores intervenientes à prática do mountain bike junto à natureza. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 30, p. 561-568, 2013.
- PASSOS, E.; FEOLA, E. Indicadores do Meio Físico e os Processos Erosivos da Trilha Noroeste-Parque Estadual do Pico do Marumbi, Morretes-PR. **Geografia**, v. 36, n. 1, p. 73-87, 2011.

SALESA, D.; CERDÁ, A. Taxas de erosão do solo em quatro anos em uma trilha de montanha no leste da Península Ibérica. **Cuadernos de Investigação Geográfica** 45, 2019.

SILVA BIAZOTTI, P. da. et al. Fatores de adesão da prática do Mountain Bike. **RBPFEX-Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 10, n. 62, p. 806-814, 2016.

SOUZA, F. J. et al. Análise do Perfil dos Praticantes de Mountain Bike (MTB) da Cidade de Trindade (GO). **Vita et Sanitas**, v. 10, n. 1, p. 22-37, 2016.

**TURISMO, PATRIMÔNIO E COMUNIDADE EM OURO PRETO: POR UMA GESTÃO
DECOLONIAL E SUSTENTÁVEL COM FOCO NO PERTENCIMENTO, PARTICIPAÇÃO E DIREITO
À CIDADE**

Kerley dos Santos Alves

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
kerley@ufop.edu.br

Cláudia Coimbra do Espírito Santo

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
claudiacoimbradoespiritosanto@gmail.com

Helen Mara Pereira

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
helenmarap@gmail.com

Isabel Francisco de Araújo Reis

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
isabel.araujo@aluno.ufop.edu.br

Contextualização Teórica e Empírica

Ouro Preto, enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade, é um laboratório vivo das complexas e, por vezes, tensas interações entre turismo, patrimônio, cultura, criatividade e sustentabilidade. A tradicional concepção de patrimônio, muitas vezes focada em sua materialidade e valor universal (Choay, 1992), frequentemente negligencia as dimensões simbólicas e as vivências das comunidades que coexistem com esses bens. Esta abordagem, quando transposta para a gestão turística, pode gerar um distanciamento, expresso no sentimento local de que a cidade, embora reconhecida mundialmente, não pertence efetivamente à sua comunidade, conforme apontado em estudos sobre a percepção local (Silva, 2019). Tal paradoxo ecoa a necessidade de um olhar decolonial sobre o patrimônio, que questione narrativas hegemônicas e processos de seleção e valoração que historicamente privilegiaram certas memórias em detrimento de outras (Meneses, 2006; Chuva, 2012). Um patrimônio decolonial, portanto, não é apenas um conjunto de bens a serem preservados, mas um campo de disputas e significados, um "sítio simbólico de pertencimento" (Zaoual, 2005) que deve ser (re)construído e apropriado pelas comunidades, reconhecendo as "disputas de memória" e os "usos do passado" (Ricoeur, 2007) que o constituem, muitas vezes impulsionadas pela ação de movimentos sociais (Gohn, 2011).

A sustentabilidade, neste contexto, transcende a mera dimensão ambiental, englobando a sustentabilidade social, cultural e econômica. Para Sachs (2008), a sustentabilidade social implica em equidade e melhoria da qualidade de vida; a cultural, no respeito à diversidade e identidades; e a econômica, na eficiência e na geração de oportunidades. No turismo, isso se traduz na busca por modelos que minimizem impactos negativos e maximizem os benefícios para as comunidades locais. Contudo, a efetivação do "direito à cidade" Santos, (2008); Lefebvre (1968) – o direito dos habitantes de participar da produção e gestão do espaço urbano – permanece um desafio em contextos patrimoniais turistificados, onde a participação comunitária efetiva na tomada de decisões é frequentemente limitada (Dagnino, 2002). O turismo, como fenômeno social complexo (Gastal, 2005), deve ser compreendido para além de sua dimensão econômica.

Objetivo

Analisar, sob uma perspectiva decolonial e com base em experiências em Ouro Preto, como a pedagogia social e a participação comunitária podem informar e catalisar modelos de gestão e políticas públicas de turismo e patrimônio.

Procedimentos Metodológicos

A presente reflexão fundamenta-se na articulação crítica de um estudo prévio sobre a atividade turística sob o enfoque da pedagogia social (Alves, 2020) e de observações e análises sobre a dinâmica comunitária em Ouro Preto, especialmente no que tange à apropriação do patrimônio. O estudo (Alves, 2020) empregou pesquisa bibliográfica e análise de experiências de um projeto de capacitação. Para esta submissão, realiza-se uma releitura desses dados, integrando-os com os aportes teóricos decoloniais sobre patrimônio Chuva (2012); Meneses (2006), os conceitos de "sítios simbólicos de pertencimento" (Zaoual, 2005), "direito à cidade" Santos (2008); Lefebvre (1968), a complexidade social do turismo (Gastal, 2005), a sustentabilidade multidimensional (Sachs, 2008), as reflexões de Trentin (2010) sobre políticas públicas, a teoria dos movimentos sociais (Gohn, 2011), os estudos sobre participação (Dagnino, 2002) e o pensamento decolonial latino-americano (Cusicanqui, 2010) Segato, (2007). A abordagem é qualitativa e reflexiva.

Resultados preliminares ou esperados

A análise integrada aponta para a urgência de um deslocamento paradigmático na gestão do turismo e patrimônio em Ouro Preto. A pedagogia social, como discute Alves (2020), emerge como estratégia decolonial ao valorizar saberes locais e fortalecer o sentimento de pertença. A historicidade e os usos sociais do patrimônio, como abordado por Chuva (2012) e Meneses (menezes, 2006), revelam que os significados atribuídos aos bens são socialmente construídos e disputados, e os movimentos sociais (Gohn, 2011) desempenham papel crucial nessas disputas e na reivindicação de direitos. O turismo, como fenômeno social (Gastal, 2005), pode tanto reforçar narrativas hegemônicas quanto, através da participação comunitária (Dagnino, 2002), abrir espaço para a valorização de memórias subalternizadas, como advogam Cusicanqui (2010) e Segato (2007).

Espera-se que a integração dessas abordagens subsidie políticas públicas, conforme preconiza Trentin (2010), de preservação, sustentabilidade e uso público no turismo (GT3) que: (1) Institucionalizem a participação comunitária efetiva e o controle social sobre a gestão do patrimônio e do turismo, garantindo o "direito à cidade" (Santos, 2008); (2) Incentivem o turismo de base comunitária, valorizando a cultura, a criatividade local e assegurando a sustentabilidade integral (Sachs, 2008), com protagonismo dos movimentos sociais na definição de seus "sítios simbólicos de pertencimento" (Zaoual, 2005); (3) Fortaleçam programas de educação patrimonial crítica que desconstruam a colonialidade do saber e do poder (Cusicanqui, 2010; Segato, 2007) e promovam uma relação de pertencimento e agência.

Implicações teóricas/práticas

Teoricamente, este trabalho aprofunda o diálogo entre os estudos decoloniais do turismo/patrimônio e os campos da pedagogia social, teoria dos movimentos sociais e estudos sobre participação. A articulação desses campos enriquece a compreensão das dimensões políticas, simbólicas e participativas da relação comunidade-patrimônio-turismo.

Praticamente, as implicações direcionam-se à:

1. Urgência de políticas co-construídas que institucionalizem a participação social (Dagnino, 2002), reconheçam a pluralidade de memórias e usos do patrimônio e garantam a sustentabilidade integral incorporando as demandas e propostas dos movimentos sociais.

2. Necessidade de modelos de gestão que superem a visão colonial e mercantilista, integrando a comunidade e seus movimentos como protagonistas na definição de seu significado e uso, em consonância com as críticas decoloniais latino-americanas.
3. Fortalecimento do papel dos movimentos sociais na luta pelo direito à cidade e ao patrimônio, e da educação popular como ferramenta de sensibilização e mobilização para a participação e o controle social.
4. Estímulo à organização e protagonismo comunitário, por meio da participação ativa e da ação coletiva, na reivindicação de seu direito à memória, ao território e por um turismo que respeite suas identidades e promova o bem viver.

Repensar a gestão do turismo e patrimônio em Ouro Preto sob estas premissas é contribuir para que a cidade seja um espaço de vivência plena, desafiar lógicas coloniais e buscar futuros participativos.

Referências

- ALVES, K. S. A atividade turística sob o enfoque da pedagogia social. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 6, p. 409-420, 2020.
- CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 1992.
- CHUVA, M. **Os Arquitetos da Memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.
- CUSICANQUI, S. R. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GASTAL, S. **Turismo, Imagens e Imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.
- GOHN, M. da G. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 1968.
- MENESES, J. N. (Org.). **História & Historiadores do Patrimônio Cultural em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2006.
- RICOEUR, P. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

- SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SEGATO, R. L. **La Nación y sus Otros**: raza, etnidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- SILVA, T. C. **Turismo, Patrimônio e a Extensão Universitária**: Ouro Preto (MG), a cidade é da humanidade mas não da comunidade? Monografia (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.
- TRENTIN, F. (Org.). **Políticas públicas de turismo no Brasil**: avanços, contradições e desafios. Campinas, SP: Alínea, 2010.
- ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

VIVÊNCIA NA RESERVA TÉCNICA DE MARIANA: FOTOGRAFIA TÉCNICA DAS OBRAS RESGATADAS NA TRAGÉDIA DE BENTO RODRIGUES

Danielle Luce Cardoso

Universidade Federal de Ouro Preto
danielle.luce@aluno.ufop.edu.br

Marina Furtado Gonçalves

Universidade Federal da Bahia
marinafg.ufba@gmail.com

Alexandre Cruz Leão

Universidade Federal de Minas Gerais
alexandre.leao.ufmg@gmail.com

Contextualização Teórica e Empírica

Em 5 de novembro de 2015, a sirene não tocou e o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), provocou um dos maiores desastres socioambientais da história do Brasil. A lama invadiu o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, Minas Gerais, destruindo vidas, casas e memórias, fazendo com que uma comunidade inteira, todo um território, se transformasse em um sítio arqueológico (Silva, 2023), onde os vestígios materiais da cultura e da religiosidade local passaram a figurar como evidências tangíveis de uma memória coletiva interrompida.

Diante da tragédia, houve uma comoção e a população se mobilizou para que fossem resgatados da lama as obras sacras das igrejas católicas dos séculos XVII e XVIII. Criou-se então uma fundação, a Fundação Renova, instituição concebida para gerenciar ações reparatórias que, por sua vez, contratou uma empresa de escavação para trazer à tona as obras que haviam sido soterradas pela lama.

A Fundação Renova organizou o espaço denominado reserva técnica, parte do processo de indenização pelos danos causados ao patrimônio cultural de Bento Rodrigues, onde as obras resgatadas pela equipe da escavação ficaram acondicionadas. É nesse contexto que se institui uma parte (pequena) do trabalho fotográfico realizado em três meses intensos na cidade de Mariana, dentro da reserva técnica, na tentativa de preservar a memória dessa comunidade a partir dos seus bens culturais.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a contribuição da documentação fotográfica técnica e científica no processo de salvaguarda das peças resgatadas, a partir de uma experiência prática na reserva técnica da Fundação Renova. Destaca-se que a utilização da fotografia técnica se configura como um método emergente que contribui para os estudos do patrimônio cultural.

O trabalho fotográfico técnico e científico realizado dentro da reserva técnica da Fundação Renova visou registrar o estado de conservação das peças resgatadas antes que essas passassem pelo processo de restauração, logo após sua higienização preliminar para remover o excesso de lama. As fotografias produzidas tinham como objetivo servir de documento de arquivo ou registro imagético, compondo um banco de imagens digital que pudesse ser consultado. As imagens geradas permitiriam o estudo e a tomada de decisões técnicas sem a necessidade de manuseio físico das obras, visto que já estavam bastante fragilizadas após o contato com a lama.

Procedimentos Metodológicos

Para este artigo optou-se pelo relato de experiência, expondo um protocolo adotado para lidar com uma determinada situação e sua evolução, com a finalidade de descrever uma experiência vivida de forma a contribuir com a construção do conhecimento, visando a formação dos sujeitos na própria sociedade (Gonçalves *et al.*, 2023). Em um relato de experiência a característica principal é a descrição da intervenção com o objetivo de contribuir para o progresso do conhecimento, possibilitar o usufruto de futuras propostas de trabalho e do *modus operandi* (Mussi, Flores e Almeida, 2021) sem, contudo, ter um formato fixo (Gonçalves *et al.*, 2023).

O trabalho aqui exposto consistiu na montagem de uma estação de trabalho dentro da reserva técnica munida com os equipamentos necessários para a produção de imagens fotográficas de qualidade (Cardoso e Leão, 2016), sendo eles: mesa, cadeira, computador com software de edição de imagens, monitor calibrado, disco rígido externo, câmera fotográfica com cartão de memória e bateria reserva, mesa de apoio para fotografar as peças, fundo infinito em papel na cor branca, trincha para remoção de terra ou barro decorrente do manuseio das peças sobre o fundo infinito, equipamentos de proteção individual, armário para armazenamento dos materiais, duas fontes de luz, dois tripés de iluminação e um tripé

para câmera fotográfica. Os trabalhos foram iniciados com a falta de um item de fundamental importância para realização adequada desse trabalho técnico: a cartela de referência cromática (Leão, 2005), ou cartela de cores, como também é conhecida. A cartela de cores é um instrumento que auxilia a pessoa fotógrafa no momento da edição das imagens, fazendo com que o profissional “leia” as cores da imagem de maneira precisa, de acordo com os números fornecidos pelo fabricante da cartela para cada cor contida nessa cartela.

Os procedimentos consistiam em retirar a peça do espaço da reserva técnica, transportar até a estação de trabalho, posicionar a obra sobre a mesa de apoio já devidamente coberta pelo fundo infinito e, assim, iniciar o processo de registro fotográfico. Para tal era necessário o uso de luvas e máscaras para evitar o contato direto com a lama contaminada pelo minério. Como bacharel em conservação-restauração, além de fotógrafa científica de obras de arte, foi possível manusear e transportar as peças sem que fosse necessária a presença de outro conservador-restaurador. Caso contrário, todo esse trâmite demandaria a presença de um outro profissional qualificado para realizar o manuseio dessas peças durante as fotografias.

Após posicionada a peça, a mesma era fotografada por todos os ângulos incluindo algumas imagens de detalhes, quando se julgava necessário. Terminado o processo fotográfico, a obra retornava para o seu devido lugar dentro da reserva técnica, e as imagens geradas eram transferidas para o computador para que se iniciasse o processo de tratamento das mesmas. Lembrando que as fotografias não foram realizadas com a presença de uma cartela de referência cromática, portanto, todo o tratamento dessas imagens foi feito baseado em experiência de trabalho, a presença de um artefato de cor neutra nas imagens - o fundo infinito na cor branca - e o uso de monitor calibrado.

Com as imagens tratadas e esses arquivos devidamente renomeados, foi feito o backup no disco rígido externo e nos servidores da Fundação Renova. Esta tarefa consistiu em salvar os arquivos originais da câmera e as imagens com o tratamento finalizado, além de preservar também os originais no disco rígido do computador.

Resultados preliminares ou esperados

Ao finalizar o tratamento das imagens, já próximo do fim do contrato com a Fundação Renova, mas longe de ter fotografado todas as aproximadamente duas mil e quinhentas peças presentes na reserva técnica, foi observado a inconsistência na visualização das imagens em

monitores distintos presentes no prédio da reserva. Alguns monitores exibiam imagens superexpostas enquanto outros revelavam imagens bastante saturadas. Ao fazer esse teste visual das imagens em diferentes monitores, surgiram alguns questionamentos: somente o elemento de cor neutra, o fundo infinito branco, era artefato suficiente para se fazer os ajustes na imagem e trazer as informações cromáticas um pouco mais precisas para as fotografias? E mais: como essas imagens seriam visualizadas a partir do banco de dados em monitores não calibrados?

Essas dúvidas vieram para reforçar o argumento de Leão (2005) sobre a importância não apenas da presença da cartela cromática no momento de se fotografar um objeto, mas também da calibração contínua de monitores, para assegurar a fidelidade e funcionalidade da documentação fotográfica de bens culturais, para que pudessem ser utilizados enquanto documentos (arquivo) e para diagnóstico (Leão, 2015). Assim, a partir das imagens é possível fazer estudos iconográficos, de materiais e técnicas, de estado de conservação, de autoria, dentre outros, podendo ser considerada uma ferramenta de preservação (Gonçalves, Jotta e Braga, 2024).

Implicações teóricas/práticas

A experiência fotográfica na reserva teve duração de três meses, iniciando em 14 de agosto de 2017 e finalizando em 24 de outubro de 2017. Durante esse tempo foram realizadas cerca de mil e duzentas fotografias, aproximadamente, de obras que estavam íntegras e obras totalmente fragmentadas, cujos fragmentos eram fotografados individualmente, sendo que não se sabe se o trabalho foi continuado após o fim do contrato.

A partir da perspectiva de Silva (2023), o patrimônio cultural não é aquilo que resta após o desastre, mas também o que mobiliza afetos, identidades e reconstruções simbólicas. Assim, o trabalho de documentação fotográfica se insere como ato de resistência à perda e apagamento, permitindo que a memória visual das obras seja preservada, mesmo diante da ausência de garantias quanto ao seu futuro físico.

Ao fim do contrato, no dia de deixar a reserva, a cartela de referência cromática chegou. A chegada tardia da cartela de cores simboliza tanto uma frustração técnica quanto um sinal da precariedade estrutural dos processos de reparação: mesmo iniciativas bem-intencionadas esbarraram em falhas operacionais que comprometem, parcial ou integralmente, os resultados esperados. Sinaliza também a negligência com o importante trabalho de

documentação fotográfica técnica e científica, mesmo quando existem recursos financeiros para a execução do mesmo.

A vivência aqui relatada destaca a importância de integrar profissionais especializados desde as primeiras etapas das ações de preservação, reforça a necessidade de protocolos técnicos claros e a disponibilização de recursos adequados para garantir a preservação efetiva do patrimônio em situações emergenciais. A fotografia técnica, quando aplicada com rigor metodológico, representa uma ferramenta poderosa na salvaguarda do patrimônio cultural em situações de desastre. A experiência vivida, embora tendo sido limitada em tempo e estrutura, evidencia o valor documental e simbólico dessas imagens. O caso de Bento Rodrigues nos alerta para a urgência de protocolos técnicos eficientes e para a valorização de profissionais capacitados na gestão de acervos em contextos de crise e a garantia da continuidade do trabalho desses profissionais, caso venham a ser substituídos.

Referências

CARDOSO, Danielle L.; LEÃO, Alexandre C.. Documentação fotográfica de escultura de Nossa Senhora do Carmo do século XIX. **Boletim do CEIB**. Belo Horizonte, v. 20, n. 63, março 2016.

GONÇALVES, Marina F.; JOTTA, Carlos A. R.; BRAGA, Solano S.. Museus universitários e preservação patrimonial: documentação científica por imagem de uma pintura mural do Museu de Arte Sacra da UFBA. In: SILVA, Luana M.; PIRES, Maria C.; COSTA, Everaldo B. (Org.). **Métodos e temas emergentes nos estudos sobre turismo e patrimônio**. Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

GONÇALVES, Marina F.; BRAGA, Solano S.; JOTTA, Carlos A. R.; CÉSAR, Alexandre D.. Relato de experiência sobre a abertura do Ecomuseu do Off-Road. **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v. 16, n. 1, p. 44-68, janeiro-abril de 2023.

LEÃO, Alexandre Cruz. Documentação científica por imagem de bens culturais: competências e desafios. In: A. Rosado & W.B. Gonçalves (Org.). **Ciências do Patrimônio: Horizontes Transdisciplinares** (pp. 139-154). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2015.

LEÃO, Alexandre Cruz. **Gerenciamento de cores para imagens digitais**. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MUSSI, R. F. F; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, vol. 17, n. 48, p. 60-70. Vitória da Conquista, out/dez, 2021.

SILVA, André Fabrício. **Bento Rodrigues e as memórias que a lama não apagou: emoções patrimoniais na (re)construção das identidades no contexto pós-desastre.** 2023. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2023.

TRABALHOS COMPLETOS

A TURISTIFICAÇÃO DOS MERCADOS MUNICIPAIS BRASILEIROS: IMPACTOS NA ÚLTIMA DÉCADA E NOVAS PERSPECTIVAS A PARTIR DA LEI Nº 14.978

Fádua Dâmaris Abreu Veloso¹

Universidade Federal de Ouro Preto

fadua.veloso@aluno.ufop.edu.br

RESUMO

Os mercados municipais são espaços tradicionalmente associados ao abastecimento alimentar, o que muito contribuiu para o desenvolvimento urbano de cidades no passado e ainda desempenha um importante papel nas relações de consumo. Além disso, também são ambientes de fomento à sociabilidade urbana, incentivando a convivência entre pessoas que os frequentam e permitindo a criação de laços de amizade. Tal cenário de sociabilidade e consumo, contando ainda com as especificidades de cada mercado, se tornou atrativo do ponto de vista do turismo ao proporcionar a troca de experiências, bem como permitir novos tipos de vivências a serem conhecidas pelas pessoas. Nesse sentido, os mercados municipais vêm passando por significativas transformações na atualidade, considerando o crescimento da demanda turística por esses locais, de maneira a trazer diversos tipos de consequências, positivas ou negativas. A partir disso, objetiva-se, nesta pesquisa, investigar os impactos dessa turistificação nos mercados municipais, com ênfase no estudo de caso do Mercado Central de Belo Horizonte/MG, importante referência histórica, cultural e turística da capital mineira. Adotou-se uma abordagem qualitativa, construída por meio de uma revisão bibliográfica, estudo de caso e análise documental. A revisão foi baseada no estudo interpretativo de produções acadêmicas recentes sobre o objeto do estudo de caso em questão: o Mercado Central de Belo Horizonte. Por fim, a análise documental considerou as alterações promovidas pela Lei nº 14.978/2024 na Lei Geral do Turismo (nº 11.771/2008), visando a compreensão das implicações desta no que envolvem os mercados municipais. Por se tratar de um estudo que busca por dados recentes, a presente pesquisa tomou como margem temporal os últimos dez anos (2015-2025). Espera-se que os resultados apontados possam contribuir para planejamentos referentes às atividades futuras a serem desenvolvidas em mercados municipais, sendo estas guiadas pelas diretrizes da alteração da Lei 11.771/2008 pela Lei 14.978/2024, afinal, a relação entre o turismo e os mercados tem se revelado diretamente ligada nos ambientes urbanos.

Palavras-chave: turistificação; mercados municipais; sociabilidade; Mercado Central; impactos.

1 INTRODUÇÃO

Presentes na realidade diária de muitas pessoas, os mercados municipais contribuíram com o desenvolvimento urbano de cidades no passado e foram importantes pontes para a consolidação de uma relação entre o meio urbano e o rural. Eram nestes locais que a

¹ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário de Patos de Minas, Mestre em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto, graduanda do curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto.

população efetuava o abastecimento alimentar de suas casas, o que demonstra um importante papel econômico nas relações de consumo. Tais relações foram aproximando as pessoas que nos mercados frequentavam, permitindo o desenvolvimento de laços, como a amizade e a confiança. No entanto, o avanço da industrialização e a ascensão da cultura de hipermercados fez com que muito se alterasse na dinâmica dos mercados municipais, que, segundo Braz (2019), perderam sua função inicial e tiveram que se adaptar às necessidades atuais da sociedade, demonstrando resistência e durabilidade em relação às transformações sociais.

No meio destas transformações, o turismo se inseriu como uma alternativa para a reinvenção destes espaços. Vargas e Paiva (2016) abordam que o fluxo de turistas derivou das áreas urbanas, as quais proporcionam condições materiais, institucionais, trabalhistas, entre várias outras, que viabilizaram o deslocamento de pessoas em busca de locais de lazer. Tudo isso, acrescido das relações de consumo que se tornaram um dos principais propósitos da sociedade, fomentaram motivações para o conhecimento de novos lugares. Os autores utilizam o termo “turismo urbano” para conceituar essa atividade que vai além da contemplação de elementos físicos do ambiente, sendo aquela que permite o envolvimento do indivíduo com a cidade, a qual se torna o objeto desse turismo. Busca-se o conhecimento de culturas, pessoas, vivências de algo novo, consumo de produtos, etc. (VARGAS; PAIVA, 2016).

Vargas e Paiva (2016), identificam algumas motivações para o consumo associado à atividade turística, como o fato de constituírem uma forma de lazer, ou uma busca de reconhecimento social e até mesmo uma demonstração de afeto. Em uma análise mais aprofundada, os autores destacam dois conceitos que unem os propósitos de motivações para viagem e motivações para compras, sendo estes o turismo de compras (*shopping tourism*) e as compras turísticas (*tourist shopping*). O turismo de compras se aproxima do turismo de negócios, pelo qual pessoas se deslocam visando a realização de negócios. Porém, neste caso, o objetivo é comprar para revender, enquanto que, nas compras turísticas, elas apenas estão ligadas ao turismo comum e independem da finalidade principal da viagem (VARGAS; PAIVA, 2016).

Além disso, as mudanças sociais nos processos de produção, segundo Vargas e Paiva (2016), fizeram com que o turismo adquirisse um novo formato, estando este acoplado à realidade urbana e hábitos cotidianos, relacionados a atividades de participação, de

envolvimento das pessoas. Nesse sentido, nos últimos anos, tem-se observado uma maior busca de viajantes por locais que proporcionem vivências. O viajante tem buscado por passeios que permitam o contato com culturais locais, bem como o envolvimento com as comunidades visitadas, ou seja, por uma imersão cultural. Pode-se dizer que, apesar dessa presente cultura de compras em massa nos espaços de consumo, os mercados ainda mantêm sua essência como ambiente de sociabilidade, lazer e tradição, configurando uma alternativa que reúne o consumo e o lazer. É neste ponto que entra o processo da turistificação.

A turistificação, segundo Kokke e Farias (2025), geralmente é definida como o processo de desenvolvimento de atividade turística em algum local do território, promovendo fatores atrativos para o turismo. Nesse sentido, os mercados municipais, por meio de seus produtos locais comercializados, gastronomia atrativa e ambientes acolhedores, são potenciais espaços para o desenvolvimento desse tipo de atrativo, além de também funcionar como um chamariz para a população da cidade, que também deve ser inserida nesse processo. A exemplo disso, o Mercado Central de Belo Horizonte, objeto do estudo de caso a ser aqui tratado, é um espaço que, segundo Braz (2019), caracteriza-se como um dos mais importantes receptores não apenas de turistas, mas também da própria população autóctone, que tem no mercado um local de lazer e abastecimento das necessidades dos belo-horizontinos.

Entretanto, é importante ressaltar que, para que o turismo funcione e traga resultados positivos para o desenvolvimento socioeconômico de um município, ele deve estar em consonância com as leis, pois são elas que estabelecem regras, critérios e padrões que irão garantir a qualidade na relação entre os turistas e os prestadores de serviço. Sancionada em setembro de 2024, a Lei nº 14.978, introduziu novos artigos a serem alterados na Lei nº 11.771/2008 (Lei Geral do Turismo), visando a sua implementação em áreas que impactam o setor turístico, como o planejamento, a acessibilidade, a tecnologia e, claro, a sustentabilidade, fatores estes que serão trabalhados ao longo da presente pesquisa e nortearão as perspectivas futuras deste segmento.

Por fim, o objetivo do presente estudo será o de investigar impactos desencadeados pelo processo de turistificação nos mercados municipais no atual cenário das relações humanas, bem como suas perspectivas futuras, tendo como parâmetros de análise produções científicas e acadêmicas, nas quais o Mercado Central de Belo Horizonte foi o objeto de estudo, assim como também será na presente pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, investigando aspectos comuns e específicos ocasionados pelo crescente processo de turistificação nos mercados municipais. Busca-se analisar os impactos do mencionado processo com base na interpretação de fontes bibliográficas. A pesquisa será desenvolvida por meio da revisão bibliográfica, estudo de caso e análise documental, o que irá ajudar na compreensão de como o turismo tem transformado os espaços e suas dinâmicas sociais.

Inicialmente será realizada a revisão bibliográfica, que terá foco em publicações acadêmicas recentes para captar a evolução contemporânea do fenômeno da turistificação e suas implicações na realidade dos mercados municipais. Adotou-se então uma margem temporal dos últimos dez anos (2015-2025) no filtro de pesquisa, visando a realização de um estudo com dados atualizados. As plataformas utilizadas para a seleção do material aqui trabalhado foram o Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES. Para a pesquisa destes, foram utilizados termos como turismo, mercados públicos/municipais, impactos, evolução, gentrificação, entre outros.

O estudo de caso terá como foco o Mercado Central de Belo Horizonte, escolhido em razão de sua relevância como polo de turismo urbano no estado de Minas Gerais e espaço tradicional de sociabilidade na capital mineira. Trata-se de um local dotado de grande importância histórica, cultural e econômica não só para os belorizontinos, mas para todo o país. Para a coleta de dados empíricos, foi adotada uma inspiração etnográfica, a análise de entrevistas semiestruturadas, questionários e de outros métodos de coleta de dados utilizados pelos autores do material estudado. A análise das múltiplas percepções captadas pelos autores em suas pesquisas permite uma maior possibilidade interpretação quanto às transformações no espaço do Mercado Central decorridas da atividade turística.

Além disso, será realizada uma análise documental da Lei nº 14.978/2024, que promoveu alterações pontuais na Lei nº 11.771/2008 (Lei Geral do Turismo), visando investigar como tais mudanças podem impactar a realidade dos mercados públicos enquanto espaços turísticos, com enfoque no estudo de caso do Mercado Central de Belo Horizonte. Essa análise será complementar à pesquisa empírica e bibliográfica, e não o único instrumento de avaliação dos impactos.

Como apoio metodológico, foram selecionadas três publicações acadêmicas das produções pesquisadas: a monografia de Braz (2019), que utilizou entrevistas

semiestruturadas e questionários por amostragem não probabilística por conveniência; a dissertação de Fonseca (2023), baseada em pesquisa documental e observação; e o artigo científico de Almeida, Silva e Nascimento (2019), fundamentado em pesquisa de campo de caráter etnográfico. Esses estudos contribuirão para o aprofundamento da análise empírica e uma maior gama interpretativa.

3 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

3.1 Os mercados públicos

Danielli e Mackmillan (2018) abordam os mercados públicos como uma forma de intercâmbio de produtos cuja origem se deu em tempos antigos, mas que ainda perduram até os dias atuais, representando importantes locais de convivência e sociabilidade, além de permitir valiosas trocas culturais. São espaços que fazem parte da vida em comunidade das populações locais que desenvolvem relações de produção, compra e venda de produtos, como é o caso da comercialização de produtos agrícola, artesanal e industrial (DANIELLE E MACKMILLAN, 2018). Observa-se que as funções sociais dos mercados públicos não se limitam ao campo econômico, mas também incorporam aspectos socioculturais nas relações humanas.

Tal realidade, além de funcionar como uma forma de integração entre os moradores locais, também ganhou destaque no segmento turístico, fomentando o processo de turistificação nos ambientes urbanos. Segundo Murta (2008), a turistificação é um produto da relação entre o turismo e o espaço urbano, que compreende a transformação de uma área específica da cidade em razão do turismo. Tal transformação é um processo intencional que pretende gerar novos fluxos e possui implicações econômicas, sendo algo gradativo decorrente da descoberta de qualidades específicas dessa área.

Recentemente, a Lei nº 14.978 de 2024 emergiu como um dispositivo normativo disposto a modernizar o setor turístico brasileiro, bem como para transformar a Política Nacional de Turismo no país, alterando leis como a Lei 11.771 de 2008 (Lei Geral do Turismo), as Leis nº 7.064 de 1982 e 7.565 de 1986 (Código Brasileiro Aeronáutica), as Leis 12.462, de 2011, 13.097 de 2015, e 13.146 de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Em seu conceito atualizado, o turismo define-se como:

“... o fenômeno social, cultural e econômico que envolve as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por

um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios, comparecimento a eventos, entre outros." (BRASIL, Lei nº 14.978, de 18 de setembro de 2024)

Para Kokke e Farias (2025), essa recente alteração trouxe avanços ao reconhecer o turismo como um fenômeno social, cultural e econômico. No entanto, segundo os autores, para que as diretrizes dessa lei tenham uma aplicação prática serão necessárias ações concretas que incluem as comunidades locais no planejamento e na gestão. Por exemplo, é importante o cumprimento da função social da propriedade, como disposto nos arts. 5º, XXIII e 170, III, da Constituição Federal de 1988, funcionando como um importante mecanismo para que o turismo não se torne um segmento excludente (KOKKE E FARIAS, 2025).

Pode-se dizer que, no âmbito da temática aqui trabalhada, o turismo nos mercados públicos municipais revela o mesmo propósito de promover tanto o lazer quanto a prática de negócios.

Art. 3º. estimular a participação e o envolvimento das comunidades e populações tradicionais no desenvolvimento sustentável da atividade turística, para promover a melhoria de sua qualidade de vida e a preservação de sua identidade cultura (BRASIL, 2024).

Para isso, o envolvimento das comunidades beneficiadas economicamente pelo turismo demanda uma efetividade na aplicação de recursos, de modo que estes permitam a percepção de que a atividade tem contribuído para uma melhor qualidade de vida e valorização da identidade cultural (KOKKE E FARIAS, 2025). A partir do momento que o turismo se volta para a participação comunitária em seu processo de desenvolvimento, tem-se práticas mais sustentáveis. Segundo entrevista realizada por Coutinho (2016) ao professor Lluis Mundet, sem a participação da comunidade local, é difícil a existência de um turismo sustentável. A sustentabilidade é composta por três pilares, sendo estes o ambiental, o econômico e o cultural. É comum tratar de turismo sustentável e se pensar apenas nos aspectos ambientais, mas é de grande importância ter o entendimento de que, sem a inclusão das comunidades locais, não pode existir o turismo que se trata no século XXI (COUTINHO, 2016).

3.2 O Mercado Central de Belo Horizonte

O enfoque da presente pesquisa se dará no espaço do Mercado Central de Belo Horizonte que, a partir de suas diversas transformações nas últimas décadas, alterou sua dinâmica de funções e tem se consolidado como um dos mais importantes pontos turísticos da cidade e de toda região. Segundo Almeida, Silva e Nascimento (2019), a história do Mercado Central está diretamente ligada à própria história da capital mineira. As atividades no Mercado iniciaram em 1929, visando atender à necessidade de abastecimento da população belo-horizontina, comercializando produtos alimentícios, utensílios domésticos, artesanatos e até mesmo artigos religiosos. Além disso, é enfatizado por Braz (2019) que, nos anos seguintes à criação do Mercado Central, mais precisamente no período entre a década de 30 e 50, o local também se firmou como um espaço de divertimento para as classes populares. Assim, pode-se dizer que o Mercado Central construiu uma identidade a partir da variedade de produtos sui generis nele comercializados, bem como das relações de sociabilidade ali criadas (ALMEIDA, SILVA E NASCIMENTO, 2019).

Na década de 60, a insatisfação por parte dos antigos comerciantes devido à comercialização de produtos não tradicionais e de vagas no espaço para afilhados políticos, provocou um sentimento de descaracterização daquele lugar. Além disso, a dificuldade de administração, bem como a grave crise financeira enfrentada pela Prefeitura de Belo Horizonte, fez com que o Mercado Central fosse a leilão (BRAZ, 2019 apud ANDRADE, 2017). Para a manutenção do Mercado e, claro, de seus negócios, os lojistas se reuniram e criaram uma associação cooperativa, adquirindo o terreno da própria Prefeitura. Em decorrência disso, em 1963, a Prefeitura publicou o edital de privatização do Mercado Central, sendo que, durante o período das negociações, tinha sido acordado a construção de uma cobertura no espaço do Mercado, cercamento e a construção de outras bancas em um prazo de cinco anos, sob o risco de devolução do terreno (BRAZ, 2019).

Vale dizer que, até a década de 50, segundo Braz (2019), o Mercado Central foi o único centro de abastecimento da cidade. A ascensão dos supermercados e dos sacolões destinados à venda de verduras e legumes por um valor mais baixo do que os praticados no Mercado Central, fez com que o Mercado perdesse sua função como principal instituição de abastecimento desse tipo de produto na capital, alterando toda sua dinâmica. Em decorrência disso, surgiram lojas de produtos naturais, suplementos alimentares e produtos para musculação. Os bares, por sua vez, aumentaram o número de frequentadores e, consequentemente, o número de unidades. A partir daí, o Mercado conquistou um novo papel

na realidade urbana belorizontina, o que atraiu novos frequentadores para consumo de produtos especificamente ali encontrados, bem como para atividades relacionadas ao lazer e turismo. Ao reunir a manutenção do tradicional com a criação de novas lojas e atendimento de atuais necessidades dos consumidores, o espaço do Mercado foi potencializado em termos de atratividade (ANDRADE, 2017).

Nos dias atuais, o Mercado Central conta com seus mais de noventa anos de existência, sendo uma grande referência gastronômica da capital mineira, bem como um marco de tradição e continuidade. Dentre os aspectos que permitiram o sucesso do mercado, segundo a pesquisa de Almeida, Silva e Nascimento (2019), estão a variedade e alta qualidade de produtos, diversidade de frequentadores e visitantes, e o forte apelo turístico. Além disso, segundo Andrade (2017), o Mercado é dotado de uma autenticidade, sendo esta vinculada à própria concepção da forma mercado como local de consumo em oposição à supermercados e shoppings centers, mas sim como um símbolo da cultura mineira. O Mercado Central, assim, é um lugar único, pois reúne uma grande diversidade de produtos existentes no estado que são representativos dessa rica cultura.

Segundo Murta (2008), o espaço transformado se torna ressignificado, ou seja, ele passa a compor a paisagem urbana de uma nova maneira, com outra forma e, talvez, função. Nesse sentido, observa-se como o Mercado Central buscou se adequar a um novo formato, bem como desempenhar diferentes funções, para se manter vivo e integrante da realidade da capital mineira. O turismo, por sua vez, é um dos grandes impulsores deste novo formato do Mercado, que se transformou em um importante atrativo da cidade para visitantes de outros locais. A seguir, serão analisados estudos e pesquisas de autoras que investigaram a realidade do Mercado e seus atuais impactos derivados desta turistificação do espaço, utilizando diferentes metodologias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas publicações aqui pesquisadas, foram analisados três trabalhos acadêmicos, sendo uma monografia de conclusão de curso de graduação, elaborada por Braz (2019); uma dissertação de mestrado, elaborada por Fonseca (2023), e um artigo científico, elaborado por Almeida, Silva e Nascimento (2019). A pesquisa de Braz (2019) se deu por meio de amostragem não probabilística por conveniência, utilizando-se de questionário e entrevistas semiestruturadas para analisar o comportamento e a importância do Mercado Central de Belo

Horizonte para aqueles que o frequentam ou visitam. A dissertação, elaborada por Fonseca (2023), foi desenvolvida metodologicamente por meio de pesquisas documentais e uma pesquisa de campo no Mercado Central sob a ótica da hospitalidade urbana, do lazer e do turismo, na qual foi adotada a técnica de observação participativa com inspiração etnográfica, visando a facilitação para a coleta de dados. Um terceiro passo da autora foi a realização de entrevistas semiestruturadas com comerciantes e visitantes, o que contribuiu com a análise da observação. Por fim, o artigo científico, produzido por Almeida, Silva e Nascimento (2019), apresentou resultados de uma pesquisa de campo por meio do método etnográfico, relacionando a situação atual do Mercado Central com processos que confrontam a vida urbana diária, como é o caso da gentrificação e da readequação de espaços para o atendimento de demandas lucrativas, muitas vezes buscando o olhar específico restrito ao turista. Além dos estudos mencionados, também foi analisada as alterações na Lei 11.711/2008 pela Lei 14.978/2024 em relação aos apontamentos das autoras sobre a realidade no Mercado Central, sendo estes positivos e negativos.

Em relação ao público visitante do Mercado Central, Braz (2019) apurou que aproximadamente 55,91% dos entrevistados em sua pesquisa são pessoas naturais de Belo Horizonte, seguido de 30,65% de moradores de cidades próximas à capital que compreendem distâncias menores que 100 quilômetros, como Ouro Preto, Contagem, Santa Luzia, etc. Também foram contabilizados 12,90% de visitantes de outros estados e 0,54% de outro país, o que reflete o caráter turístico do espaço estudado. Além disso, obteve-se com as respostas do público visitante que mais da metade frequenta o mercado com o intuito de lazer, entretenimento e passeio, enquanto 34,47% das pessoas o frequenta para fazer compras.

Fonseca (2023) também realizou uma análise do público visitante por meio da observação, pontuando que os frequentadores do Mercado Central são pessoas de todas as faixas etárias, de todas classes econômicas e sociais. Durante a semana, foi observado que o Mercado recebe visitantes com o maior propósito de fazer compras durante a parte da manhã, enquanto a tarde com a procura de boa e rápida comida, além de um ambiente agradável. Aos sábados, a diversidade do público se mostra ainda maior: crianças, jovens a passeio e lazer, e os frequentadores dos conhecidos bares. Visitantes de outras cidades também se fazem presentes, muitos com a intenção de experimentar as comidas típicas da culinária de boteco, uma das marcas do Mercado (FONSECA, 2023).

Segundo os próprios moradores que visitam o Mercado, trata-se de um espaço que representa a cidade, a história dos belorizontinos, um local para lazer, compras, encontros e reencontros, ou seja, uma oportunidade de promoção da sociabilidade. Já para os visitantes de outras cidades, o Mercado é considerado praticamente um ponto obrigatório a ser visitado para quem passeia pela capital mineira, constituindo um local que contempla histórias de cada parte do estado. Para os comerciantes mais antigos, sua própria história se mistura com a do Mercado, do mesmo modo em que se reúnem o “espaço de trabalho” com o “espaço de lazer” (FONSECA, 2023). Observa-se, assim, que o Mercado Central de Belo Horizonte comporta um público diverso, desempenhando um papel de influência regional, abastecendo a população local e fomentando o interesse cultural e o processo da turistificação do espaço no ambiente urbano.

Tal influência é tão grande a ponto de que 99,9% dos entrevistados por Braz (2019) consideraram o Mercado Central um atrativo turístico por se tratar de um local em que se encontra de tudo, reunindo tradição, história e diversidade de produtos, bem como por ser referência e uma forma de representatividade da cultura de Minas Gerais. Inclusive, a palavra “diversidade”, foi mencionada 43 vezes pelas pessoas ao serem questionadas a definir o Mercado, o que reflete uma realidade consolidada da relevância do Mercado Central como espaço de convivência e integração.

Ao mencionar a diversidade, é de suma relevância que esta englobe não apenas a questão mercadológica de produtos, mas também inclua um atendimento acessível. A acessibilidade se faz presente nos espaços do Mercado Central, afinal, trata-se de uma necessidade de adequação a todos, considerando o amplo público que o frequenta. Há rampas, elevadores com acessibilidade, banheiros acessíveis, entre outros. No entanto, ainda existem limitações para outros tipos de deficiência, a exemplo da presença do braile apenas no elevador, a falta de pisos táteis, falta de sinalização em braile e difícil visibilidade das placas informativas, o que traz dificuldades no deslocamento pelos espaços (FONSECA, 2023). Na recente atualização da Lei 11.771/2008 pela Lei 14.978/2024, fica clara a necessidade de um turismo acessível a pessoas com deficiência para que o ambiente garanta a todas as pessoas que, independentemente de suas habilidades físicas ou sensoriais, elas possam se orientar, entender e usufruir do espaço com autonomia:

Art. 9º, VIII - implantar sinalização turística informativa, educativa, interativa, acessível a pessoas com deficiência e, quando necessário, restritiva, com tradução em língua

estrangeira e com comunicação visual padronizada nacionalmente, observados os indicadores utilizados pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e o regulamento." (BRASIL, 2024)

O artigo 9º reforça a importância de um espaço turístico ser inclusivo, acessível e receptivo, considerando a figura do Mercado Central como patrimônio cultural, gastronômico e turístico, recebendo um grande fluxo de pessoas em sua diversidade todos os dias. Por exemplo, o uso de uma sinalização turística informativa, educativa, interativa e acessível facilitaria ao visitante uma maior compreensão do espaço ao seu redor, uma comunicação mais eficaz com vendedores e outros frequentadores e um uso adequado e autônomo das estruturas disponíveis no mercado.

A turistificação nos mercados, além dos aspectos positivos, tem causado novos tipos de dinâmicas nesses espaços, o que torna necessária uma atualização constante dos dados referentes a seu público visitante em aspectos quantitativos e qualitativos. Segundo a pesquisa de Fonseca (2023) e seus questionamentos aos comerciantes, ficou claro que o turismo é um atrativo de grande procura por visitantes de vários lugares e, devido a isso, precisam se adequar às tais procuras. Nesse sentido, foi firmada uma parceria com a Belotur, uma empresa de turismo de Belo Horizonte, de maneira a promover a participação do Mercado em feiras e exposições em outros locais do Brasil, trabalhando sua imagem. Entretanto, foi apurado pela autora que a última pesquisa realizada para inferir o número e o perfil dos visitantes é de 2011, não havendo atualização recente destes dados. É estimado um número aproximado de 30 mil pessoas que circulam no Mercado durante o dia comum, e 60 mil aos finais de semana (FONSECA, 2023).

Por sua vez, a análise de Almeida, Silva e Nascimento (2019) se deu a partir dos primeiros dados obtidos em seu estudo exploratório, observando uma evidente tensão entre a resistência e a gentrificação no Mercado Central de Belo Horizonte. Novas lojas têm adotado tendências homogeneizadoras do espaço, utilizando uma linguagem visual e uma seleção de produtos destinados a um público de alto capital, o que se pode deduzir que há um direcionamento a este tipo de público. Para as autoras, os processos de gentrificação se mostram uma forma peculiar de apropriação de uma cultura enquanto uma mercadoria a ser consumida, seja por parte da população local, por turistas e até mesmo novos residentes (ALMEIDA, SILVA e NASCIMENTO, 2019).

Em consonância com a presente realidade, Almeida, Silva e Nascimento (2019) relatam que os lojistas entendem que a atual tendência de mercado não é apenas a de inovação, mas sim de renovação do espaço, de maneira a se adequar às necessidades dos clientes. Logo, veem como benéficas as melhorias realizadas pela administração e mudanças implementadas de maneira individual por cada comerciante, como é o caso da reforma de lojas, a prestação do serviço de delivery e o uso de tecnologias para facilitar um melhor atendimento ao cliente. No entanto, embora a modernização de alguns aspectos configure uma mudança favorável tanto ao vendedor quanto ao comerciante, as aberturas de lojas tomadas como globais, impulsionadas pelas tendências mercadológicas que pressionam pela criação de lojas não compatíveis com o que é ali tradicionalmente comercializado, revelam um risco de descaracterização do Mercado Central (ALMEIDA, SILVA e NASCIMENTO, 2019).

Alguns comerciantes entrevistados pelas autoras afirmam que a descaracterização do mercado se deu a partir da perda do hortifrutigranjeiro, que era o princípio ativo do local no passado. Relatos afirmaram que poucas lojas ainda preservam o padrão do Mercado, que era mais destinado à alimentação, mas hoje comporta diferentes tipos de comércio de produtos e atividades que não pertencem ao ramo original ali trabalhado. O Mercado Central, que antes era o principal provedor de mercadorias dos belorizontinos, sofreu com as mudanças de hábitos da população, que passou a encontrar os mesmos produtos em sacolões, supermercados e açougues, enfraquecendo sua principal atividade. Este então começou a receber lojas de diferentes características, como franquias, lojas de produtos de saúde, suprimentos, salão de beleza e comércios de culinárias internacionais (ALMEIDA, SILVA e NASCIMENTO, 2019).

Outra tendência desencadeada pelo mencionado processo é a gourmetização dos produtos comercializados em algumas lojas do mercado, nos últimos anos, visando especificamente o atendimento ao turista. Tal realidade tem sido observada em cafés, padarias, queijarias e cachaçarias, entre outros. Além disso, as autoras narram o depoimento de um proprietário de estabelecimento no Mercado, que fala sobre a elitização de certas lojas que, ao se tornarem mais sofisticadas, estão perdendo suas características. A globalização, dessa forma, vem para transformar a tradicionalidade em uma forma de atender o cliente, baseada na formalidade, na relação possibilitada pelo dinheiro, ao invés da criação de vínculos a longo prazo (ALMEIDA, SILVA E NASCIMENTO, 2019). Observa-se também que tal prática

advém das demandas do processo de turistificação, pelo qual os espaços buscam uma adequação ao público visitante.

Dessa forma, a gentrificação poderá afastar a figura do Mercado Central como símbolo local de um espaço em que se realizam trocas materiais, venda de produtos artesanais, entre outros itens tradicionais ali apresentados, interferindo em suas características históricas. A individualidade do Mercado está diretamente ligada à sua referência como um lugar de consumo de mercadorias, sendo estas destinadas principalmente aos hábitos alimentares, culturais e da própria vida mineira, e comercializadas de uma maneira determinada, com suas apresentações específicas e uma clientela que reforça toda essa realidade simbólica (ALMEIDA, SILVA E NASCIMENTO, 2019).

A modernização do Mercado Central de maneira que não o descaracterize é possível e deve ser trabalhada para a constante readequação deste espaço ao público frequentador e visitante. Tal processo pode ser favorecido por dispositivos da Lei 14.978/2024, como os artigos 12 e 14-B, I, sendo estes:

Art. 12. O Ministério do Turismo poderá dirigir-se a outros órgãos da administração pública federal, com vistas a obter apoio técnico e financeiro para as iniciativas, os planos e os projetos que visem ao fomento das empresas que exerçam atividade econômica relacionada à cadeia produtiva do turismo, com ênfase nas microempresas e nas empresas de pequeno porte. (BRASIL, 2024)

Art. 14-B, I. O Ministério do Turismo, no âmbito das ações de qualificação para o setor de turismo, buscará, em conjunto com as instituições públicas e privadas:

I - Promover ações de formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional; (BRASIL, 2024)

Ao prever o apoio à cadeia produtiva do turismo e a capacitação profissional dos envolvidos, a legislação fornece dispositivos que permitem o fortalecimento da modernização de locais tradicionais, como é o caso do Mercado Central. Tais dispositivos buscam valorizar a cultura local e atividades que promovam o desenvolvimento das demandas do turismo contemporâneo, preservando as características autênticas de cada espaço. Diante dos resultados obtidos nas pesquisas analisadas, nos quais observa-se a adoção de novas estratégias pelos comerciantes do Mercado para se adequarem às demandas dos consumidores locais e de turistas (como uso de tecnologia, reformas e a diversidade dos produtos), pode-se dizer que o devido apoio técnico e uma maior capacitação profissional dos

envolvidos no processo irá trazer maiores ganhos comerciais, econômicos e, claro, culturais. Afinal, o Mercado é um patrimônio belorizontino que se firmou também devido às relações sociais que nele ocorrem.

Além disso, para manter a identidade deste espaço, é fundamental que as políticas públicas a serem adotadas na constante modernização do Mercado estejam acompanhadas de critérios que promovam a proteção de sua autenticidade e incentivem a participação da comunidade envolvida, juntamente com as diretrizes anteriormente mencionadas, como a sustentabilidade e inclusão. A turistificação faz com que os espaços se transformem em razão do crescimento das demandas turísticas, mas, para isso, é preciso que os atores responsáveis por negócios e atividades atrativas também busquem estar mais preparados a lidarem com tais transformações.

A preocupação com manutenção da identidade cultural do Mercado Central inserido no processo da turistificação reflete uma necessidade de reconfiguração do espaço, mas de maneira que não descaracterize sua função original. O artigo 6º, VIII, da Lei nº 14.978/2024 determina a valorização das identidades regionais e dos aspectos culturais locais, reforçando a importância de um turismo responsável.

Art. 6º, VIII - o estímulo ao turismo responsável, como forma de orientar a atuação do setor turístico, com base nos princípios de sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional. (BRASIL, 2024)

A turistificação, nesse sentido, deve garantir a continuidade da autenticidade cultural de locais como o Mercado, estimulando aspectos que fazem com que o turismo seja melhor conduzido, como os ambientais, socioculturais, econômicos e políticos. A aplicação desse dispositivo pode ser essencial contra processos de gentrificação, assegurando uma relação responsável entre o turismo com um patrimônio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi apresentado, o presente estudo analisou impactos advindos do processo de turistificação nos mercados públicos municipais, tendo como estudo de caso o Mercado Central de Belo Horizonte. Observou-se que, ao longo das décadas, o Mercado passou por diversas transformações, ressignificando suas funções tradicionais de abastecimento e sociabilidade ao trazer novos elementos, estes relacionados ao lazer, ao

consumo e à experiência turística, considerando o crescente fluxo de visitantes que buscam conhecer o Mercado como uma das grandes referências de Belo Horizonte.

A partir dos métodos aplicados, como a revisão bibliográfica e a análise documental das mudanças introduzidas pela Lei nº 14.978/2024, pode-se inferir que a turistificação representa uma alternativa de valorização econômica e cultural do Mercado, desde que não o des caracterize em sua essência e seja inclusiva e sustentável. Elementos como a preservação da autenticidade cultural, o envolvimento da comunidade local e a acessibilidade foram alguns dos principais pontuados para se fazerem presentes no turismo urbano e na dinâmica dos mercados municipais.

Contudo, é importante mencionar que a turistificação também trouxe novos desafios, como é o caso do risco de des caracterização, gentrificação e elitização dos espaços visando o atendimento prioritário ao turista. Dessa forma, políticas públicas que estejam em conformidade com as diretrizes da Lei 14.978/2024 se mostram necessárias para o enfrentamento de tais desafios e promover um turismo comprometido com aspectos como a diversidade, a acessibilidade, a sustentabilidade e, claro, a inclusão da comunidade. Logo, espera-se que a presente pesquisa contribua com discussões que abordam a gestão de mercados municipais como equipamentos urbanos aliados à tradição, cultura e economia, constituindo patrimônios das cidades a serem utilizados com responsabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. de C.; SILVA, A. de M.; NASCIMENTO, G. J. Carreiro. Mercado Central de Belo Horizonte: A dialética entre resistência e gentrificação. In: XXXII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 2019, Lima. *Anais* [...]. Lima: ALAS, 2019. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-030/136> Acesso em: 27 jul. 2025.
- ANDRADE, L. Os Mercados e os Dilemas da Autenticidade. Uma análise do Mercado Central de Belo Horizonte. *Interseções* v. 19 n. 2, p. 443-462, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/32020> Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional do Turismo e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.978, de 18 de setembro de 2024.** Institui a Política Nacional de Turismo Sustentável e Gestão Integrada do Turismo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 165, p. 1, 29 ago. 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14978.htm Acesso em: 01 jun. 2025.

BRAZ, D. A. A. **Análise das possibilidades de interação social e turísticas no Mercado Central de Belo Horizonte: um estudo das transformações contemporâneas.** 2019. 114 f. Monografia (Graduação em Turismo) - Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

COUTINHO, M. K.; Turismo e inclusão de comunidades locais: Entrevista com Lluís Mundet. **Caderno Virtual de Turismo.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 12-18, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1154/115446822002/html/> Acesso em: 27 jul. 2025.

DANIELLI, L.; MACKMILLAN, V. M. Mercado Público: Tipologias e Sociabilidades do Ambiente Urbano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL E SEMANA ACADÊMICA DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, v. 1, 2018, Londrina. **Anais do I SINAGGET e XXXIV SEMAGEO.** Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget/article/view/478> Acesso em: 22 jul. 2025.

FONSECA, N. R. V. da. **Vem pro Mercado: Hospitalidade Urbana, Lazer e Turismo no Mercado Central de Belo Horizonte.** 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

KOKKE, M.; FARIA, T. **Turistificação: uma face da gentrificação e a Lei de Turismo.** [S. l.], 19 abr. 2025. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2025-abr-19/turistificacao-uma-face-da-gentrificacao-e-a-lei-de-turismo/> Acesso em: 1 jun. 2025.

MURTA, R. S. A transformação do espaço urbano em função do turismo. In: V SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 2008, Belo Horizonte. **Anais do V Seminário Anptur.** Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=5> Acesso em: 22 jul. 2025.

VARGAS, H. C.; PAIVA, R. A. **Turismo, Arquitetura e Cidade.** Barueri: Ed. Manole, 2016.

PAISAGEM, PATRIMÔNIO E A CIDADE-MERCADORIA: ANÁLISE DA PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA SETE DE SETEMBRO EM BELO HORIZONTE

Bárbara Zico Pinto

Escola de Arquitetura - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rua Paraíba, 697, CEP 30130-141, Belo Horizonte, MG, Brasil
barbarazico.arq@gmail.com

Laura Campos Oliveira

Escola de Arquitetura - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rua Paraíba, 697, CEP 30130-141, Belo Horizonte, MG, Brasil
lauracamposoli.arq@gmail.com

RESUMO

Este trabalho inicia uma discussão em torno do Projeto de Lei nº 911/24, de autoria do vereador Wanderley Porto, que visa instituir as Áreas de Promoção da Cidade (APCs) no centro de Belo Horizonte, tendo como foco a praça Sete de Setembro. Inicialmente implantada como cruzamento entre importantes eixos viários da cidade, a praça foi gradualmente consolidando-se como espaço simbólico, funcional e de convivência plural. Reconhecida como uma paisagem culturalmente importante, sua trajetória urbana reflete a complexidade dos usos sociais e as transformações espaciais marcadas por intervenções que reforçaram sua relevância cultural, política e histórica. A proposta de transformação prevê a instalação de engenhos publicitários luminosos, inspirados na estética da *Times Square*, sobre as fachadas dos edifícios emblemáticos da praça, veículos pensados para dinamização turística e econômica da região. Entretanto, a adoção desta estratégia levanta questionamentos acerca dos limites da espetacularização do espaço urbano e a desconsideração das especificidades deste local. O risco, portanto, reside na substituição de uma identidade construída historicamente por uma imagem genérica, guiada por interesses econômicos e pela lógica do consumo visual. O presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre os impactos espaciais, simbólicos e culturais dessa proposta, por meio de uma análise comparativa com a experiência nova-iorquina. Para tanto, são mobilizadas contribuições teóricas de autores como Choay (2006), Bessa (2014), Vainer (2007) e Berman (2009), além de referências específicas sobre a formação urbana de Belo Horizonte. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, baseia-se em revisão bibliográfica e documental, buscando compreender os processos de mercantilização do espaço urbano e refletir alternativas de valorização cultural que dialoguem com a dinâmica e memórias locais, contrapondo-se à lógica de reprodução de modelos internacionais descontextualizados. Assim, defende-se a construção de estratégias mais sensíveis às singularidades da praça Sete de Setembro e de seu entorno, preservando sua diversidade de usos, sua carga simbólica e seu papel como referência para a cidade.

Palavras-chave: Cidade-mercadoria; Transformações urbanas; Paisagem; Patrimônio cultural; Praça Sete de Setembro

1 INTRODUÇÃO

Prevista no plano urbanístico idealizado para a cidade de Belo Horizonte, a praça Sete de Setembro configura um ponto estruturante da malha urbana planejada que extrapolou sua função de cruzamento para se tornar uma localidade representativa da capital mineira (Oliveira, 2020). Implantada na região central da cidade, a praça foi inicialmente concebida enquanto área de interseção entre dois eixos viários importantes na dinâmica da capital mineira: as avenidas Afonso Pena e Amazonas. Este espaço que, inicialmente, não possuía qualidades para fomentar a permanência e fruição dos transeuntes, foi previsto na área destinada ao Bairro Comercial, característico por sua pluralidade de serviços, frequentadores e estilos de vida (Lemos, 2010). Ao longo do tempo, consolidou-se como um espaço de convivência plural, que abriga manifestações políticas e culturais e mantendo, de modo simbólico e funcional, um papel relevante no cotidiano dos belo-horizontinos. Enquanto espaço público, este local reativou seu caráter na qualidade de praça quando quatro de seus quarteirões laterais foram fechados. Apesar desta medida ter sido fortalecida como estratégia de ordenamento do tráfego motorizado, o projeto possibilitou a criação de áreas de permanência, elaboradas através de um concurso público, que garantiu a cada uma delas o caráter particular no tratamento urbano-arquitetônico.

Sua relevância também se manifesta nas intervenções urbanísticas e paisagísticas realizadas durante o século 20, bem como nas edificações e monumentos que integram sua paisagem. O valor histórico e simbólico da praça Sete de setembro foi reconhecido através dos tombamentos individuais de alguns de seus prédios adjacentes, em nível estadual, e o tombamento do Conjunto Urbanístico Afonso Pena, Rua da Bahia e Adjacências, na esfera municipal. Estas iniciativas reforçaram a sua vocação como espaço de memória e identidade coletiva na dinâmica da capital mineira (Cândido, 1994).

Apesar de sua relevância, a ambiência da praça Sete de Setembro tornou-se objeto de propostas de reconfiguração espacial que demonstraram-se mais interessadas à atratividade turística e ao fomento econômico do que a suas qualidades históricas e culturais. Dentre elas, o Projeto de Lei nº 911/24, de autoria do vereador Wanderley Porto, destaca-se ao propor alterações no Código de Posturas para a instituição das Áreas de Promoção da Cidade

(APC's). De acordo com as deliberações do projeto de lei, o principal objetivo destas áreas é o “estímulo de atividades culturais, sociais, econômicas, turísticas e de lazer, consumo e negócios em áreas com reconhecida vocação no município” (Belo Horizonte, 2024, p.1).

Entretanto, esta proposta incorpora como elemento central para dinamização urbana a instalação de engenhos publicitários nas fachadas dos edifícios que conformam os quarteirões da praça Sete, nome pelo qual ela é conhecida na cidade. Inspirado na ambiência da *Times Square*, em Nova Iorque, o projeto de lei levanta questionamentos acerca da pertinência de estratégias que se apoiam na espetacularização da paisagem urbana como um fomentador de atividade turística, desconsiderando a relevância cultural e as dinâmicas específicas do local.

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre os fundamentos e reverberações espaciais da implementação do Projeto de Lei nº 911/24 (Belo Horizonte, 2024) na praça Sete de Setembro. A partir de uma comparação com a *Times Square* pretende-se contribuir para o

debate sobre estratégias de revitalização que priorizem o patrimônio edificado e às múltiplas camadas que compõem o território urbano em contexto local. Busca-se, assim, compreender a pertinência das tentativas de mimetização de dinâmicas observadas em contextos internacionais, as quais desconsideram os condicionantes locais que estruturam a paisagem urbana e suas respectivas dinâmicas de uso e apropriação.

Esta pesquisa pretende discutir sobre os modos como as forças econômicas e políticas apropriaram-se dessa espacialidade culturalmente importante da cidade para potencializar a função deste território como uma mercadoria, cujo embasamento se dá pelo aumento de sua atratividade e fomento turístico. Para alcançar este objetivo, recorreu-se às obras de Monte-Mór (1994) e Lemos (2014; 2024) para compreender a relevância da praça Sete de Setembro no tecido historicamente construído da capital mineira. Retoma-se a discussão sobre o patrimônio cultural edificado da praça a partir da obra de Choay (2006), para compreender sua função de documento e receptáculo da memória, elemento fundamental para a construção da identidade cultural no território. Por identidade entende-se o processo contínuo e em constante construção que é influenciado pela memória e por elementos culturais, materiais e imateriais, que se ancoram a um território e os agrega sentido (Barbosa, 2022). Utiliza-se também o conceito de paisagem turística, proposto por Bessa (2014), a fim de analisar as estratégias de empresariamento das cidades com foco nas reconfigurações urbanas voltadas para aumento da atratividade turística, articulando-as às análises trazidas por Vainer (2007) acerca da transformação do espaço urbano em mercadoria a ser consumida. Utilizou-se, ainda, às contribuições de Berman (2009), que analisou as transformações urbanas decorrentes das dinâmicas socioculturais e espaciais da *Times Square*, a fim de contribuir com a análise crítica da proposta de intervenção na praça Sete, em Belo Horizonte.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa e exploratória, baseada em revisão teórica e documental, como também a utilização de materiais publicados em jornais, legislações municipais e artigos de opinião, documentos estes de acesso público ou disponibilizados de forma on-line. A escolha dos referenciais teóricos supracitados deve-se às contribuições analíticas que permitem uma reflexão crítica sobre o patrimônio cultural, a mercantilização do espaço urbano e a constituição da paisagem turística. Assim, este artigo estrutura-se inicialmente pela contextualização e relevância cultural da praça Sete de Setembro, seguida da descrição dos projetos e intervenções urbanas realizados na região. Na sequência será feita a caracterização da espacialidade da *Times Square* com ênfase na presença dos painéis luminosos e nos impactos urbanos a eles associados, além da análise da dinâmica urbana na escala local observada em Nova Iorque. Em seguida, será feita uma análise conceitual-crítica da “Área de Promoção da Cidade - Praça Sete de Setembro”, além das considerações finais.

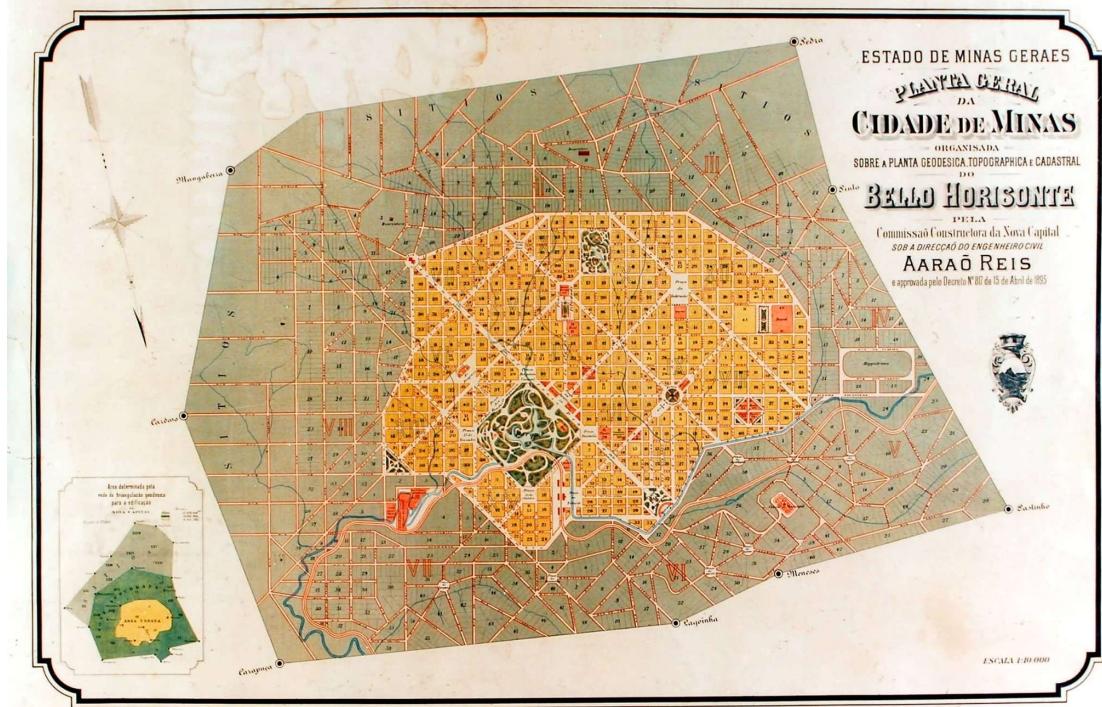
2 CONTEXTUALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA CULTURAL DA PRAÇA SETE DE SETEMBRO

Belo Horizonte, a centenária metrópole mineira, evidencia-se como a materialização do desejo pela modernidade e pelo progresso no Brasil recém republicano. Inaugurada em 1897, a cidade foi concebida para ser a nova capital de Minas Gerais após deliberado na Constituição Mineira de 1891 a transferência da sede do Estado, antes localizada em Ouro Preto, para um novo sítio que apresentasse melhores condições espaciais e ambientais. Estas qualidades deveriam permitir a consolidação de uma nova cidade capaz de inovar nos âmbitos econômico e político, assim como o desenvolvimento social e a modernização paisagística (Lemos, 2010).

O plano urbanístico de Belo Horizonte foi elaborado pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) e sua autoria é atribuída ao Engenheiro paraense Aarão Reis (1853-1936). O traçado urbano, influenciado pelo pré urbanismo e pelas reformas urbanas verificadas em Paris e em Washington, incorporou muitos dos preceitos positivistas advindos dos desdobramentos do Iluminismo manifestado no final do século 19 (Monte-Mór, 1994). O desenho da cidade (Figura 1) foi estruturado a partir de três zonas organizadas hierarquicamente. A primeira e mais detalhada parcela corresponde à Zona Urbana, seguida da Zona Suburbana e Zona Agrícola por conseguinte (Lemos, 2024). A primeira, correspondente à Área Central, foi organizada a partir de um sistema conformado

ortogonalmente pelas ruas e diagonalmente pelas avenidas, sendo estas interrompidas por uma avenida que as contorna e separa das demais parcelas territoriais - a avenida do Contorno - como é delimitado na Figura 1 pelas diferentes cores. A simetria e geometrismo do traçado criaram um desenho urbano notável pela disposição dos eixos e criação das esquinas em ângulos retos e agudos.

Figura 1 - Plano Urbanístico realizado pela CCNC para a cidade de Belo Horizonte. De acordo com a divisão apresentada em amarelo está a Zona Urbana, verde escuro a Zona Suburbana e o verde mais claro representa a Zona Agrícola.



Fonte: APCBH - Acervo CCNC. (s.d.)

Na parte mais baixa do plano, ancorado à Estação Ferroviária e à praça do Mercado, foi previsto o Bairro Comercial, área planejada para a concentração de diversas atividades de pequeno e médio porte. Dada sua importância na dinâmica da cidade recém construída, este local exerceu um papel de centro urbano no contexto dos primeiros 20 anos da capital mineira (Lemos, 2010, p. 32). De acordo com Lemos (2024), o bairro apresentava-se como o lugar-síntese da experiência social ao incorporar funções habitacionais, comerciais e de lazer, comportando-se também como um receptor de diferenciados tipos de frequentadores, valores e estilos de vida. A avenida Afonso Pena, planejada para ser a principal via de comunicação entre os vetores norte e sul da Zona Urbana, foi concebida como um eixo

monumental de caráter estrutural, estético e simbólico da expressão do poder na nova cidade (Monte-Mór,

1994). Conformada pela intercessão deste importante eixo viário com a avenida Amazonas¹, a praça Sete de Setembro, inicialmente denominada como praça 14 de Outubro², é incorporada à área comercial prevista na planta de fundação da cidade. Segundo Monte-Mór (1994, p.17)

A Praça Sete de Setembro, cruzamento das Avenidas Afonso Pena e Amazona, foi assim reafirmada como o coração Vital da cidade, o ponto nodal onde o eixo monumental barroco encontra o eixo funcionalista industrial, e foi a partir da Praça Sete que Belo Horizonte se constituiu em centro regional, embrião da futura vocação metropolitana.

Desde sua fundação, a praça Sete de Setembro presenciou diversas transformações do espaço urbano belo-horizontino, seja nos aspectos materiais, nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas. A sua paisagem foi profundamente alterada desde os primeiros anos de existência da nova capital (Figura 2) de maneira a responder às diferentes temporalidades, interesses e tecnologias. A horizontalidade inicial da praça, que permitia livre visualização da Serra do Curral e dos grandes monumentos da cidade, como a Igreja de São José - à direita da figura 2A - deu lugar aos prédios em altura, construídos ao longo do século 20, que materializam diferentes movimentos culturais e arquitetônicos. Dispostos em cada uma de suas esquinas em formato de leque, elemento peculiar e marcante de sua ambiência, os prédios que compõem o *caleidoscópio arquitetônico* da praça evocam diferentes influências dos movimentos eclético, art-déco e moderno que se manifestaram na evolução da Nova Capital, assim como as dificuldades formais que esse formato de terreno impunha aos projetistas.

¹ O protagonismo da avenida Amazonas surge, principalmente, entre os anos 40 e 50 a partir do desenvolvimento da região metropolitana de Belo Horizonte e à implantação da Cidade Industrial em Contagem, à oeste da capital. Deste modo, ela tornou-se um importante eixo de ligação externa da cidade, conectando a Estação ferroviária - principal terminal de transporte de cargas - à Cidade Industrial e consecutivamente à São Paulo (Monte-Mór, 1994).

² Quando criada, a Praça Sete de Setembro foi nomeada como Praça 14 de Outubro como forma de homenagem ao dia de fundação da Comissão Construtora da Nova Capital.

Figura 2 - Comparação entre a paisagem da praça Sete de Setembro em 1905, com ênfase à horizontalidade, feição das edificações existentes e a presença da Serra do Curral ao fundo (A) e a paisagem atual da praça (B) marcada pela verticalidade da região central de Belo Horizonte



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de fotografias do Acervo José Goes (1905) e de Max Serreti (2025)

A formação incipiente da paisagem urbana da praça Sete de Setembro, período compreendido entre a fundação da cidade e a década de 1930, pode ser analisada como uma fase de consolidação da proposta geral de construção da Nova Capital (Barbosa, 2022). De acordo com Cândido (1994), a concepção e linguagem arquitetônica predominante da primeira fase de Belo Horizonte se deu em acordo com o gosto estético do ecletismo¹. No traçado da capital, este movimento foi incorporado às edificações públicas, comerciais e privadas. Remanescente desta primeira fase, na praça Sete encontra-se hoje a antiga matriz do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (Figura 3G), atual Unidade de Atendimento

¹ Característico por incorporar soluções plásticas rebuscadas e possuir forte apelo decorativo, o ecletismo foi um movimento cultural de influência europeia que se destacou por sua mescla de elementos funcionais e decorativos, sendo representativo dos primeiros anos da República. Associado à industrialização e ao espírito moderno. Este movimento possibilitou a incorporação de novos materiais e tecnologias construtivas, assim como evidenciou as transformações dos valores e do modo como os indivíduos interagiam com o espaço construído (Cândido, 1994)

Integrado (UAI Praça Sete). Este edifício foi projetado por Luiz Signorelli - arquiteto integrante da CCNC -, construído entre os anos de 1919 e 1922 e incorpora elementos arquitetônicos e decorativos do Neoclassicismo francês (Cândido, 1994).

Um importante referencial histórico da praça Sete foi erigido ainda neste período como parte de uma série de melhoramentos urbanos realizados na cidade. No dia 7 de setembro de 1922, quando o Brasil completava cem anos de independência, foi lançada no centro dos cruzamentos das avenidas Afonso Pena e Amazonas a pedra fundamental do marco que ali seria erigido para essa celebração. Foi também durante este momento que a praça teve seu nome alterado de 14 de Outubro para Sete de Setembro. Três anos depois, em 1925, ergueu-se ali o Monumento Comemorativo do Centenário da Independência (Figura 3A) - culturalmente conhecido como “Pirulito” - que viria a ser considerado o ponto central da cidade de Belo Horizonte (Barbosa, 2022).

Durante as primeiras décadas após a inauguração, a capital enfrentou significativas dificuldades financeiras devido ao alto investimento necessário para a implantação de toda a infraestrutura planejada. Esta situação, no entanto, foi agravada durante a segunda metade da década de 1910 devido à pandemia de gripe espanhola e as reverberações da Primeira Guerra Mundial (Barbosa, 2022). De acordo com a autora, a desaceleração de obras públicas e privadas devido aos altos custos dos materiais de construção, por exemplo, ocasionou um alto índice de desemprego, levando os operários a transformarem o centro comercial em um verdadeiro palco de reivindicações. Inserida na região comercial, a praça Sete demarca um importante espaço de lutas e de mobilizações políticas, sociais e culturais, cuja origem remete à década de 1940. Reconhecida como “coração da cidade”, a praça agrega sua potência simbólica à tradição dos teatros e das manifestações culturais e, no caráter de corredor, demarca um local onde tudo efetivamente se encontra (Oliveira, 2020). Segundo Ricardo Ribeiro, em entrevista ao jornal Estado de Minas (2013), a potência da praça como espaço político se dá também por que “[...] na Praça Sete qualquer coisa vai fechar o Centro, afetando a cidade como um todo.”. Movimentos como o carnaval de rua, a Parada do Orgulho LGBT+, as comemorações das torcidas esportivas, mas também manifestações como as Diretas Já, Basta Collor e de reivindicações estudantis apropriaram-se da praça ao longo dos anos.

O período após o fim da Primeira Guerra Mundial representou, na cidade de Belo Horizonte, um momento de desenvolvimento e consolidação desta enquanto centro cultural e administrativo do Estado (Barbosa, 2022). Desta forma, durante a década de 1920, as

legislações urbanísticas foram alteradas e passaram a permitir a verticalização incipiente que viria a mudar completamente a paisagem da região central. Após a década de 1930, a área passou por um intenso processo de renovação urbano-arquitetônica, desencadeado pelo crescimento econômico da cidade, fato este que impactou diretamente em sua ambiência (Cândido, 1994).

Em tempo, o uso do concreto armado passou a ser utilizado em maior escala, permitindo maior verticalização e liberdade na organização espacial. A linguagem arquitetônica deixou de lado o rebuscamento e o decorativismo eclético para adotar composições com volumes e tendências geométricas. O Art-déco, movimento característico deste período, passa a nortear muitas das novas intervenções arquitetônicas na cidade de Belo Horizonte. Na Praça Sete de Setembro os remanescentes deste período são o Cine Theatro Brasil (Figura 3C), espaço representativo do fascínio da população pelo cinema, e o Brasil Palace Hotel (Figura 3D). Construído sobre uma edificação eclética que antes comportava um hotel, o Cine foi projetado por Angelo Alberto Murgel e inaugurado em 1932. Pioneiro no uso do concreto armado e considerado à época como o prédio mais alto da cidade, o edifício se destaca na ambiência da praça através de sua fachada curvilínea revestida em pó de pedra e dos marcantes vitrais de ferro. Por sua vez, o Brasil Palace foi projetado por Bruno Grasfield/Graflinder e Emílio Baumgart, inaugurado entre os anos de 1939 e 1941 e, ao longo dos anos, recebeu importantes nomes como Nelson Gonçalves e Pelé (O Tempo, 2007).

A inauguração da Cidade Industrial, em Contagem, e a construção do complexo de Lazer da Pampulha, erguidos durante o mandato de Juscelino Kubitschek (1902-1976) contribuíram para consolidar em Belo Horizonte, no início dos anos 40, o espírito de modernidade (Cândido, 1994). A linguagem modernista passa a nortear as intervenções arquitetônicas e aspectos como o purismo formal e ausência de ornamentação, fachadas livres com janelas em fita, terraços-jardim, entre outras, começam a ser notados no panorama da praça.

Nesta fase surgem na paisagem: o Edifício Clemente Faria (Figura 3E), conhecido por sediar o Banco da Lavoura, projetado entre 1946 e 1950 pelo arquiteto Álvaro Vital Brasil e premiado na 1^a Bienal de Arquitetura de São Paulo, em 1951; o Edifício do Banco Mineiro de Produção, atual P7 criativo (Figura 3B), projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer (1907-2012) e inaugurado em 1953; o Edifício Helena Passig (Figura 3I), projetado por Raphael Hardy Filho em 1957; o Edifício Joaquim de Paula (Figura 3H), edificação de uso comercial projetada por

Ulpiano Nunes Muniz entre 1955 e 1959; o Edifício Dona Júlia Nunes Guerra (Figura 3F), projetado por Carlos Fernando de Moura Bicalho e inaugurado entre 1979 e 1983. Com usos predominantes voltados para a área comercial, institucional e de serviços, essas edificações possuem entre 18 e 26 andares e, atualmente, algumas delas se transformaram em expoentes da cena de lazer diurno e noturno em Belo Horizonte. Ocupados por restaurantes, cafés e casas noturnas, os terraços oferecem novos nichos econômicos ao incorporarem como diferencial a vista panorâmica privilegiada para a cidade.

Figura 3 - Painel demonstrativo do desenho urbano e disposição das edificações existentes ao redor da praça Sete de Setembro.



Fonte: Produzido pelas autoras a partir de material gráfico produzido pelo Programa de Educação Tutorial - PET

Arquitetura UFMG (2025) e de fotografias do acervo de Gabriel Araujo - imagem 3C (2022); Marcelo Palhares Santiago - imagens 2B (2013), 4D (2007), 5E (2007), 6F (2020) e Max Serreti - imagens 1A (2025), 7G (2024), 8H (2024) e 9I (2024).

Identificada como patrimônio urbano da cidade, a ambiência da praça foi reconhecida e protegida, em 1994, pelo tombamento do Conjunto Urbano da Avenida Afonso Pena, Rua da Bahia e adjacências, dada a sua relevância no contexto cultural da capital mineira frente às constantes renovações urbanas observadas em Belo Horizonte (Barbosa, 2022). Esta característica da cidade é observada nas constantes sobreposições e demolições dos objetos

arquitetônicos historicamente construídos, sendo evidente também na transformação marcante da paisagem da Praça Sete de Setembro.

3 TRANSFORMAÇÕES E PROJETOS URBANOS DA PRAÇA SETE

A partir da segunda metade do século 20, a dinâmica da praça Sete de Setembro sofreu transformações significativas, pautadas principalmente pela priorização do tráfego de veículos motorizados. Em 1960 houve a retirada dos trilhos e do tráfego de bondes na área; em 1961, o obelisco central é substituído por bustos que homenageiam os fundadores de Belo Horizonte e reimplantado na praça da Savassi; por fim, em 1973, os bustos são retirados e o obelisco retorna à praça. Estas intervenções visavam facilitar o tráfego motorizado, aumentando a capacidade de escoamento da produção e diminuindo o tempo de deslocamento ao longo das avenidas Afonso Pena e Amazonas, eixos estruturantes da mobilidade belo-horizontina.

O fechamento dos quarteirões das ruas Rio de Janeiro e Carijós pela Prefeitura de Belo Horizonte visava a consolidação desses trechos como espaços legitimados para manifestações públicas, reconhecidos institucionalmente pelo Estado. Estas áreas, anteriormente marcadas pela ocupação informal, passam a ser formalizadas por meio desse processo de reconhecimento, inclusive com respaldo legislativo. Estas transformações consistiram em uma intervenção mínima no desenho urbano do espaço central da praça, que permanecia subordinado ao fluxo contínuo de veículos, acarretando o deslocamento da vida pública para as margens da praça Sete de Setembro. Naquele momento, os quarteirões fechados eram uma tendência em grandes cidades e Belo Horizonte incorporou essa dinâmica em um dos seus espaços centrais mais relevantes (Canuto, 2005).

Durante a década de 1980, com o fim da Ditadura Militar Brasileira, o Estado brasileiro incorporou práticas de planejamento urbano mais participativas. No contexto belo-horizontino essa abertura política se materializou, em 1989, com o lançamento do Concurso para Reestruturação do Centro da cidade, o BH Centro, que objetivava captar soluções para a recuperação do patrimônio cultural e arquitetônico da região central (Belo Horizonte, 1989). Durante a década de 1990 o centro de Belo Horizonte passou pelo processo de adensamento e valorização tanto como um pólo histórico quanto como um polo de negócios.

Ao fim do concurso foram definidas três propostas vencedoras pela comissão julgadora. Visto que cada uma, em suas especificidades, possuía contribuições relevantes para

a requalificação da praça Sete, a Prefeitura de Belo Horizonte recomendou a adequação e compatibilização destas proposições em um único projeto (Canuto, 2005). Entretanto, devido às mudanças da governança municipal ocorridas durante a década de 1990 até o início dos anos 2000, as propostas para a transformação da área central de Belo Horizonte foram secundarizadas. Somente em 2001, com a posse de Fernando Pimentel na prefeitura, os projetos para a Praça Sete foram retomados dentro do escopo do projeto, rebatizado como Centro Vivo. A proposta compatibilizada foi revisitada e detalhada, sendo os quarteirões da praça Sete divididos entre quatro grupos de arquitetos, cada um responsável por elaborar um dos quarteirões nomeados em referência a povos indígenas mineiros. Cada equipe assumiu a responsabilidade por uma porção do espaço, criando uma proposta integrada que respeitasse as especificidades de cada área.

O trecho Xacriabá (Figura 4A), idealizado pelo escritório Gustavo Penna & Associados, buscou transformar o espaço originalmente de passagem em uma área de permanência, valorizando usos tradicionais como a tradição dos jogos de dama. O trecho Maxakali (Figura 4B), de autoria dos arquitetos Éolo Maia, Jô Vasconcellos e Flávio Grillo, distribui ao longo do percurso volumes seccionados de concreto que apoiam vigas ocas metálicas. Estas vigas contém a iluminação e prescrevem espaços utilitários e dinâmicos, emoldurados pela vegetação linear existente. O trecho Krenak (Figura 4C), projetado pelos arquitetos Álvaro Hardy e Mariza Machado Coelho, possui como fundamento o livre caminhar associado à multiplicidade de usos. Para isso foram distribuídos equipamentos urbanos ao longo do trajeto, que foram ocupados tanto como área de comércio ambulante como de descanso. Por fim, o trecho Pataxó (Figura 4D), idealizado por João Diniz, Graça Moura, Márcia Moreira e Verônica da Matta Machado, é caracterizado pela cobertura atirantada e bancos em nível que acompanham a inclinação do trecho. A intenção era a conformação de três ambientes amplos e flexíveis, favorecendo a circulação e o fluxo intenso de pedestres.

Figura 4 - Quarteirões fechados da praça Sete de Setembro: Em cima, Xaciabá (4A) e Maxakali (4B). Embaixo, Krenak (4C) e Pataxó (4D)



Fonte: Produzido pelas autoras a partir de material de divulgação do escritório de arquitetura Gustavo Penna & Associados (s.d) e imagens disponibilizadas no Google Street View (2024, 2018, 2023).

Identifica-se em todas as propostas a atenção aos usos e ocupações pré existentes na área e a utilização destes eventos como diretrizes projetuais. Essa diferenciação dos usos é responsável por caracterizar os trechos da praça Sete de Setembro como ambientes dotados de identidade própria. Além disso, os novos quarteirões apresentam a priorização da qualidade pedonal, o que gera espaços convidativos para a ocupação e, consequentemente, reativação desta área do hipercentro de Belo Horizonte. Após diversos debates e ajustes, o projeto para os quarteirões foi aprovado e suas obras se iniciaram em 2002, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Prefeitura de Belo Horizonte e do Governo de Minas Gerais. Ao final de 2003, a praça Sete de Setembro foi reinaugurada, representando a consolidação de um longo processo de requalificação urbana que se iniciou décadas antes.

Paralelo ao projeto de revitalização da praça Sete, esta também possui seu caráter arquitetônico e urbanístico transformado na dimensão do patrimônio. Em 1988 a sede do Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE), onde atualmente abriga a UAI, recebeu o tombamento pelo IEPHA (lepha, 2016). Em 1994 o obelisco localizado no centro da praça recebeu tombamento municipal, sendo que já tinha recebido tombamento estadual em 1977

(Iepha, 2016). O Edifício Cine Theatro Brasil teve o tombamento estadual aprovado em 1999 (Iepha, 2016). Contudo, mesmo com o reconhecimento da relevância arquitetônica e estética do entorno da praça Sete, seus edifícios históricos ainda foram utilizados como áreas de promoção publicitária, obstruindo suas fachadas. Exemplo disso é o ápice da descaracterização da fachada do Cine Theatro Brasil em 1985 com a retirada de seus vitrais para a instalação de um enorme painel publicitário (Cine Theatro Brasil, 2025).

No ano de 2003 a Prefeitura de Belo Horizonte aprovou o novo Código de Posturas que implicava normas mais rígidas em relação à instalação de engenhos publicitários na cidade, de modo que estes deveriam transmitir exclusivamente mensagem institucional, veiculada por órgão ou entidade do poder público, como campanhas da área de saúde e alterações no trânsito (Belo Horizonte, 2003). Dessa forma, as fachadas dos edifícios históricos das imediações da praça Sete de Setembro retomaram seu protagonismo, com uma diminuição expressiva da poluição visual urbana.

Este cenário de valorização do patrimônio arquitetônico belo-horizontino, entretanto, atualmente encontra-se ameaçado pela flexibilização da legislação municipal. Em março de 2025 foram acrescentados os artigos 186-A, 186-B e 186-C ao Código de Posturas, instituindo-se diretrizes acerca das “Áreas de Promoção da Cidade”, que objetivam incentivar atividades turísticas e culturais, valorizar as áreas centrais e ordenar a publicidade na imagem da cidade (Belo Horizonte, 2025). Nestas áreas, a instalação dos engenhos publicitários deve acontecer mediante apresentação de proposta ao Poder Executivo de modo a respeitar a identidade do local e prevenir a poluição visual.

Em junho de 2025, o Código de Posturas foi alterado mais uma vez sob o decreto nº 19127, que institui a praça Sete de Setembro como uma Área de Promoção da Cidade, flexibilizando a instalação de publicidade e ordenamento urbano. Esta mudança é fruto do Projeto de Lei 911/2024 (Belo Horizonte, 2024), de autoria do vereador Wanderley Porto (PRD), que visa incluir novas possibilidades de promover e desenvolver a atratividade econômica na capital mineira. Para isso, propôs-se o fortalecimento da imagem da região da praça Sete de Setembro como destino turístico e centro de comércio e negócios do município, com o objetivo de ampliar a dinâmica de apropriação dos espaços públicos no período noturno e promover a modernização de sua paisagem.

Entretanto, esta modernização não ocorre a partir da valorização do patrimônio edificado do Conjunto Arquitetônico da Praça Sete de Setembro: a alteração da Lei autoriza a instalação de engenhos de publicidade luminosos com tecnologia Light Emitting Diode (LED) em até 30% das áreas das fachadas dos prédios localizados nas esquinas da Praça. A proposta, aprovada na Câmara dos Vereadores, explicita uma nova dinâmica no território da praça Sete de Setembro: o interesse da iniciativa privada na espetacularização do espaço público e a desvalorização dos edifícios históricos e da paisagem consolidada, transformando-na em um produto a ser consumido visualmente.

O projeto recebeu severas críticas de outros parlamentares, que argumentaram que se trata de uma proposta agressiva à arquitetura do centro, que não dialoga com a cidade, com o patrimônio e, tão pouco, com os moradores da região (O Tempo, 2024). Segundo Wanderley Porto (PRD), formado em publicidade e propaganda e com ideologia política alinhada à centro-direita, a medida tem o potencial de ampliar o uso do espaço público durante a noite e aumentar a sensação de segurança no hipercentro. O vereador também define o projeto como uma forma de fomentar o entretenimento e o turismo para Belo Horizonte, inspirando-se na *Times Square* que possui os painéis publicitários como um cartão postal da cidade de Nova Iorque. No entanto, ao analisar a dinâmica espacial ocorrida na cidade norte americana, identifica-se que essa atividade turística é consequência de um processo urbano mais amplo e não tão trivial.

4 TIMES SQUARE, PRAÇA SETE E A ILUSÃO DA REVITALIZAÇÃO VISUAL

O conceito dos *outdoors* dispostos ao longo da *Times Square* remonta à década de 1880, onde o espaço apresentava painéis publicitários pintados à mão e posters litográficos colados nas empenas cegas dos edifícios. A popularização dos *outdoors* na *Times Square* está diretamente relacionada à migração dos teatros para o centro de Manhattan durante a Primeira Guerra Mundial (Greenly, 2024). Este fato reconfigurou a dinâmica urbana local, impulsionando a instalação de hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos voltados ao entretenimento. Estes novos usos contribuíram para a consolidação da imagem da região como um pólo de consumo, turismo e espetacularização, características que ainda a definem. Segundo Berman (2009), a *Times Square* é considerada notável devido a sua densidade que provoca uma cultura da congestão, uma vez que os visitantes são bombardeados por superabundância de estímulos e significados, frutos da presença da publicidade.

Naturalmente, a iniciativa privada tende a preferir espaços com intenso fluxo de pessoas para instalar suas peças promocionais, de modo que a *Times Square* se consolida como um espaço de atrativos turístico e publicitário. Entretanto, no caso da cidade norte americana, a paisagem saturada de luzes e anúncios reflete os próprios eventos e atividades que ocorrem ali: divulgam as peças de teatro localizadas na *Broadway* e exibem anúncios das lojas logo abaixo dos painéis de LED, estabelecendo uma relação entre a publicidade e a dinâmica do local (Berman, 2009).

Durante o início do século XX a região da *Times Square* prosperou como um centro cultural e de negócios, com o início da instalação de cartazes luminosos nas ruas devido ao advento da iluminação elétrica. Além disso, a chegada do metrô na região auxiliou no adensamento da área que passou a ser um atrator espacial. Entretanto, durante a Grande Depressão, o cenário se inverteu por completo em consequência do período de recessão, o que acarretou na degradação e abandono desta área urbana. Nas décadas seguintes, a *Times Square* tornou-se um ponto de prostituição, tráfico de drogas, bares decadentes e cinemas pornôs, consolidando-se como um símbolo da decadência de Nova Iorque naquele período (Superinteressante, 2018).

Este cenário começou a se transformar apenas na década de 1990, período em que o prefeito Rudolph Giuliani colocou em prática um plano de revitalização da região a partir do aumento da segurança. Estas intervenções visavam transformar a *Times Square* em uma área turística e amigável a partir da substituição do comércio decadente por novos empreendimentos como teatros, restaurantes e lojas de qualidade. Com a instalação de novos comércios os anúncios gradativamente tornam-se um marco essencial da paisagem, caracterizando o espaço a partir de sua superabundância (Berman, 2009). Como resultado, a *Times Square* se transformou em um espaço mais seguro e um dos principais destinos turísticos do mundo. Reconhecida por sua intensa vida cultural, luminosos chamativos, eventos emblemáticos e ampla oferta comercial, a região passou a atrair milhões de visitantes anualmente, ao mesmo tempo em que registrou uma significativa redução nos índices de criminalidade, quando comparada ao início do século XX.

Wanderley Porto justifica a pertinência da transformação urbana proposta pelo projeto de lei como uma medida que objetiva resgatar o Centro de Belo Horizonte que, segundo o parlamentar, atualmente está abandonado com vários comércios fechados (G1, 2025). Assim, a instalação dos painéis publicitários atrairia o turismo para o centro de Belo

Horizonte uma vez que este seria um símbolo de inovação e modernidade. Entretanto, essa inserção do estímulo visual e luminoso trata-se de uma transformação pontual e simbólica da paisagem e pode ser um equívoco entender que essa medida isolada possuirá o poder de revitalizar uma região urbana de tamanha complexidade. Na capital mineira, a estética novaiorquina desejada configura uma paisagem publicitária deslocada e que conflita com os usos que os prédios históricos da área já apresentam, além de replicar signos sem que existam acontecimentos ou infraestrutura que justifiquem a adoção dessa linguagem visual.

Atualmente a praça Sete de Setembro é constituída por um conjunto de edifícios com salas comerciais, centro de prestação de serviços públicos e o Cine Theatro Brasil, que promove visitas guiadas, apresentações teatrais e sessões de cinema, configurando um espaço com atuação voltada, sobretudo, ao contexto municipal (Cine Theatro Brasil, 2025). Este cenário difere-se do percebido na *Times Square*, cuja dinâmica é fortemente pautada pelo consumo material e cultural, consolidando-se como um polo de entretenimento em escala global. Assim, a praça Sete tem um papel mais político e identitário, enquanto espaço para manifestações, tráfego e significações relativas à memória coletiva e à vivência urbana local.

À luz das reflexões apresentadas por Janaína Cardoso em seu livro *Cidades em Miniatura* (2018), a instalação de painéis publicitários no entorno da Praça Sete como proposta para revitalização do centro revela-se superficial. Para Cardoso (2018), a vitalidade dos centros urbanos ocorre por meio do estímulo à diversidade de uso e densidade de interações sociais cotidianas. Nesse sentido, os painéis de LED, mesmo que provoquem um impacto estético efêmero e sigam interesses comerciais, não provocam uma ocupação efetiva do espaço, tampouco fortalecem vínculos sociais ou culturais com o entorno.

Ademais, a lei proposta por Wanderley Porto desconsidera os efeitos colaterais dessa prática acerca da vitalidade dos edifícios e sua função social. Este fenômeno pode ser observado no edifício que nomeou o território da *Times Square*, utilizado como exemplo de sucesso da implantação da medida. O edifício *One Times Square*, originalmente concebido como a sede do jornal *The New York Times*, em 1904, teve sua fachada transformada em suporte para publicidade digital em larga escala a partir da década de 1980. A receita gerada pela exibição dos anúncios na fachada tornou desnecessário o aluguel de seus espaços internos, o que resultou no progressivo esvaziamento do prédio (Dicas Nova York, 2025). Embora ainda existam atividades no térreo, grande parte da edificação permanece

desocupada, funcionando como mera estrutura de sustentação para *outdoors*. Esta desocupação expõe uma contradição fundamental na lógica de que a presença de publicidade visual gera, por si só, reativação urbana.

A utilização da arquitetura como um mero anteparo para a exibição de publicidade demonstra a abstração do espaço urbano que se desenha a favor do consumo do espaço (Rolnik, 2019). Berman (2009), no epílogo de seu livro *Um século em Nova York*, relata que durante a pesquisa de campo que realizou na *Times Square* ele foi impedido de ficar parado em frente a um dos centros financeiros para desenhar os anúncios publicitários enquanto outras pessoas, que trabalhavam no local, podiam ocupá-lo. Este relato demonstra a subversão em que o espaço, que deveria se destinar às pessoas, privilegia a esfera privada, o que constitui uma zona ambígua controlada pelo capital e que repele atividades que não fomentem a lógica comercial.

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 911/24 (Belo Horizonte, 2024) é exposta uma disputa milionária entre as empresas sobre este novo potencial espaço publicitário de grande exposição que até então estava vetado por medidas que privilegiavam uma cidade com menos poluição visual. Segundo o jornal O Fator, desde 2024 os síndicos dos prédios do entorno da praça Sete recebem propostas de empresas publicitárias, em um formato similar a um leilão (O Fator, 2025). A instalação dos painéis de LED impacta diretamente a qualidade da vista das salas comerciais, levando algumas propostas a incluírem cláusulas de compensação financeira. Em determinados casos, como as propostas realizadas aos condôminos do edifício Helena Passig, prevê-se o pagamento mensal de 1,5 mil reais aos proprietários cujos imóveis sejam prejudicados pela obstrução visual provocada pelos painéis (O Fator, 2025).

Henrique Abdala, síndico do edifício Helena Passig, revelou que os ganhos provenientes dos anúncios publicitários cobrirão parte dos gastos com o condomínio, de modo que não se pretende dar atenção aos condôminos contrários à instalação de LED para propagandas (O Fator, 2025). A condução da discussão revela como o potencial de receita proveniente dos anúncios se sobrepõe a valores coletivos como direito à paisagem e a qualidade ambiental da cidade.

5 ÁREA DE PROMOÇÃO DA CIDADE - PRAÇA SETE DE SETEMBRO

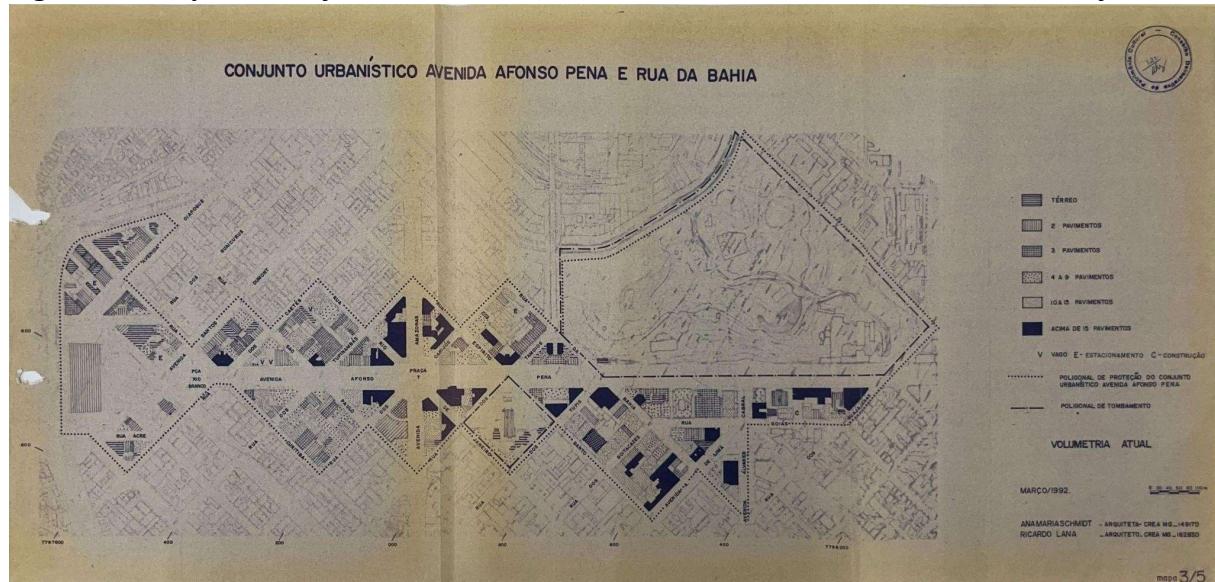
A essência progressista, materializada no plano urbanístico de Belo Horizonte resultou, principalmente na área central da cidade, em uma paisagem de caráter impermanente. De

acordo com Lemos (2010) e Starling (2002), somada ao espírito moderno que torna irresistível o desejo pela novidade encontra-se a negação dos vestígios do passado, visíveis desde a fundação da capital até os dias de hoje. No decorrer de seu pouco mais de um século de existência, a região central da cidade transformou-se substancialmente, demonstrando a propensão deste espaço à incorporação de novas fisionomias - ainda que às custas de suas camadas historicamente construídas.

Esta característica torna-se um fator complicante para a construção da memória na cidade, seja ela individual ou coletiva. A materialidade, identificável especialmente na arquitetura e no traçado urbano, exerce também a função de escrita, de maneira a atuar como acervo documental das temporalidades no espaço e referencial afetivo e simbólico (Rolnik, 1988). A função documental da arquitetura não se restringe à sua capacidade de transmitir mensagens, mas também como espaço de evocação sensível, onde o passado se corporifica e reverbera no presente (Choay, 2006). A cidade é o tempo presente onde o passado apenas se torna experiência do presente, como afirma Sarlo (2014), mas é no contato com o que se conserva deste passado que se encontram os lugares de regresso e de solidez no mundo fluido dos significados.

Os esforços municipais para preservar as reminiscências do passado belo-horizontino, segundo Brasileiro (2025), começaram a ser apreendidos a partir da década de 1980, com a atuação dos vários setores da sociedade e dos institutos públicos no Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCM-BH). O tombamento do Conjunto Urbano da Avenida Afonso Pena, Rua da Bahia e Adjacências (Figura 5), em 1994, perímetro que insere a praça Sete de Setembro, reforça a relevância do reconhecimento e proteção dessas áreas portadoras de valor histórico e cultural da região central da cidade.

Figura 5 - Mapa do Conjunto Urbanístico Avenida Afonso Pena, Rua da Bahia e Adjacências



Fonte: APCBH (2024)

A paisagem urbana histórica¹ da praça Sete de Setembro é ilustrativa do processo de evolução e consolidação dessa região frente às dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas ocorridas na cidade. Recorrente palco de manifestações sociais diversas, sua trajetória concentra os momentos de luta pela diversidade, pelos direitos e, também, pela festa. Apesar de atravessada por um processo de estigmatização resultante em uma imagem espacial decadente e insegura, a praça converge elementos espaciais e culturais que reafirmam sua potência enquanto espaço de suporte à identidade e memória na cidade de Belo Horizonte.

No entanto, a transformação da praça na APC Praça Sete, através da aprovação do projeto de lei 911/24, suscita questionamentos sobre as tendências a que esta proposta corresponde. O projeto se justifica como uma possibilidade de “reforçar a vocação econômica, simbólica, turística e cultural da região”, modernizar e fortalecer a sua imagem enquanto destino turístico e centro de comércios e negócios do município. Para isso encontra, na inserção de painéis luminosos de publicidade, o elemento estruturante de transformação e

¹ “A paisagem urbana histórica é a área urbana compreendida como resultado de uma estratificação histórica e de valores e atributos culturais e naturais, estendendo a noção de “centro histórico” ou “conjunto” para incluir o contexto urbano mais amplo e seu cenário geográfico”. O conceito foi traduzido pelas autoras a partir da Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica. Para mais informações: UNESCO. Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica (Historic Urban Landscape - HUL). Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/hul/>.

modernização paisagística. A busca pela transformação a partir de uma fórmula padrão entendida como bem-sucedida é apresentada por Rolnik (2019, p. 21) como parte de um processo de criação de paisagens estranhas, ao passo que estas se repetem capturando e reconfigurando distintos territórios a partir de formas e aparatos espetaculares. Para Debord (2011, p. 30 *apud* Bessa, 2014, p. 26) “o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social”. Esta percepção pode ser examinada sob a ótica da criação das paisagens turísticas a serem consumidas e dos processos de *marketing* urbano que interpretam a cidade enquanto mercadoria competitiva e atrativa de interesses e negócios.

Para Bessa (2014), o turismo é dependente dos atrativos contidos no território e, quando estes não existem, podem ser criados mediante os interesses dos governantes e do capital. Nas chamadas paisagens turísticas, caracterizadas pelo autor como as paisagens construídas como atrativo para eventos, turistas e negócios, as fronteiras culturais tendem a ser mais fluidas, fator que pode dificultar a distinção dos limites de cada povo ou cultura, do que é próprio de cada lugar e daquilo que é invenção de um projeto turístico. Quando posta à serviço do empresariamento das cidades, a indústria turística entende o mundo como possibilidade. Neste sentido, as especificidades dos territórios são muitas vezes negligenciadas para que sejam transformadas em paisagens disciplinadas, controladas e de alto poder de atração a fins de consumo (Bessa, 2014).

A construção das paisagens destinadas ao consumo pode ser associada à concepção da cidade como uma mercadoria a ser vendida dentro de um mercado extremamente competitivo, onde outras cidades também se encontram à venda (Vainer, 2007, p. 78). De acordo com o autor, essa concepção pode explicar por que as estratégias de marketing urbano se tornam norteadoras nos processos de planejamento e gestão das cidades. O marketing urbano, conceituado por Duarte e Czajkowski (2007), é um processo de promoção em busca do aumento da competitividade de uma cidade que não se restringe a melhorias do tecido urbano e de obras arquitetônicas, mas à busca pela incorporação de tendências que partem do aumento da qualidade espacial para fomentar seu destaque. No entanto, Vainer (2007) também discute que a cidade-mercadoria é muitas vezes transformada em mercadoria de luxo ao passo que para traçar as estratégias a serem adotadas, delineia-se bem o tipo de público que se pretende alcançar. Neste sentido, estes territórios muitas vezes são concebidos para atrair “um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis” (Vainer, 2007, p.83).

Concebido como um espaço de consumo material e cultural em escala global, a *Times Square* é a espacialização de uma lógica da transformação do território em produto a partir da espetacularização e, consequentemente, da transformação da paisagem em território turístico. Portanto, a utilização desta localidade como modelo para transformação da praça Sete de Setembro é limitante pois desconsidera as dinâmicas locais que apresentam vocações e dinâmicas urbanas, sociais e culturais bastante distintas. Observa-se que a tentativa de criação das paisagens turísticas promovidas pela presença dos letreiros luminosos como uma estratégia de transformação da dinâmica urbana vêm sendo notada em outras cidades brasileiras. De acordo com os veículos de informações nacionais, como o Estadão, as cidades de São Paulo, Curitiba e Balneário Camboriú também possuem propostas para a criação da “Times Square Brasileira” (Estadão, 2025). Essa realidade demonstra como a interpretação da cidade como mercadoria embasa a criação de projetos deslocados dos aspectos específicos de cada localidade. Ao esvaziar sua carga cultural e seus aportes da memória, estas estratégias se tornam complicadores da criação de identidade territorial em locais como a cidade de Belo Horizonte, por exemplo, que carrega a modernidade e a aversão ao passado como orientadores nos processos de transformação urbana.

É muito mais proveitoso para a cidade quando a transformação de sua paisagem é fruto de um processo urbano inerente ao local. Na região do hipercentro de Belo Horizonte podemos citar o caso da rua Sapucaí, que atualmente abriga um mirante de arte urbana que é fruto de um dos maiores festivais de arte pública da América Latina, o Circuito Urbano de Arte (CURA). Desde a primeira edição, ocorrida em 2017, as idealizadoras Juliana Flores e Priscila Amoni visavam promover a democratização da arte e a transformação de espaços urbanos em galerias a céu aberto, convidando a população a interagir com os murais a partir da observação de sua execução na rua Sapucaí durante o período do evento (Figura 6). Eventos desse tipo incentivam a atividade turística em Belo Horizonte ao valorizar suas dinâmicas próprias de uso e ocupação, preservando a identidade local sem recorrer à imitação de modelos que não refletem sua história, cultura e singularidade urbana.

Figura 6 - Vista a partir da rua Sapucaí de alguns dos murais do CURA



Fonte: CURA (2020)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises apresentadas é possível aferir como o Projeto de Lei nº 911/24 revela-se como uma tentativa de reproduzir a paisagem turística de Nova Iorque como um símbolo de modernidade que desconsidera dinâmicas urbanas típicas do centro de Belo Horizonte. Essa estratégia, da forma como apresentada, invalida o contexto histórico, social e cultural do local, que conformou a paisagem e dinâmica observada e vivida neste espaço icônico na dinâmica belo-horizontina. A mimetização da estética de bombardeamento de estímulos e significados, fruto da presença massiva da publicidade e luzes que caracteriza a *Times Square*, revela-se como uma falta de compreensão da vivência cotidiana, o que fragiliza a autenticidade do espaço urbano e reduz a sua capacidade de promover pertencimento e identidade. Ademais, a ausência de políticas públicas eficazes para a manutenção e segurança pública do espaço tem contribuído para a deterioração física e simbólica da praça, o que gera um ambiente estigmatizado e popularmente desvalorizado.

Ao invés de valorizar particularidades da cidade, a estratégia de criação de Áreas de Promoção da Cidade da maneira como foi prevista tende a favorecer interesses comerciais em detrimento da pluralidade de usos inerentes daquele local. Ademais, ao se limitar à dimensão visual e estética, a proposta desconsidera a complexidade da dinâmica do espaço, os reflexos da implantação dessa proposta e os vínculos sociais e afetivos que poderiam ser fortalecidos por meio de uma requalificação sensível à realidade local. Logo, entende-se que requalificar espaços públicos como a praça Sete de Setembro é uma medida necessária, contudo este

processo deve preservar os usos e o valor simbólico do espaço, pautar-se no diálogo com a população, e promover um futuro urbano que não encubra e deixe em segundo plano a relevância de sua importância cultural e materialidade construída sob lógicas e modelos descontextualizados.

REFERÊNCIAS

- ARQBH. Brasil Palace Hotel.** [S.I.], c2007. Disponível em:
<https://www.arqbh.com.br/2007/06/brasil-palace-hotel.html>. Acesso em: 17 jul. 2025
- ARQBH. Edifício Banco Mineiro da Produção.** [S.I.], c2013. Disponível em:
<https://www.arqbh.com.br/2013/06/edificio-banco-mineiro-da-producao.html>. Acesso em: 17 jul. 2025
- ARQBH. Edifício Clemente Faria (Banco da Lavoura).** [S.I.], c2007. Disponível em:
<https://www.arqbh.com.br/2007/06/edifcio-clemente-faria-banco-da-lavoura.html>. Acesso em: 17 jul. 2025
- ARQBH. Edifício Dona Júlia Nunes Guerra.** [S.I.], c2020. Disponível em:
<https://www.arqbh.com.br/2020/10/edificio-dona-julia-nunes-guerra.html>. Acesso em: 17 jul. 2025
- ARQBH. Edifício Joaquim de Paula.** [S.I.], c2007. Disponível em:
<https://www.arqbh.com.br/2007/06/edifcio-praa-sete.html>. Acesso em: 17 jul. 2025
- BARBOSA, T. P. Identidade e sociedade-espacº: Transformação e permanência na avenida Afonso Pena.** 2022. 143 f. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- BELO HORIZONTE. BH Centro: concurso nacional para a reestruturação do centro de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 1989.
- BELO HORIZONTE. Lei nº 911, de 5 de junho de 2024.** Acrescenta os artigos 186-A, 186-B e 186-C à Lei nº 8.616/2003, para instituir as Áreas de Promoção da Cidade, cria a Área de Promoção da Cidade da Praça Sete de Setembro e dá outras providências. Belo Horizonte: Câmara Municipal, [2024]. Disponível em:<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/911/2024>. Acesso em: 30 mai. 2024
- BELO HORIZONTE. Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003.** Contém o Código de Posturas de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Câmara Municipal, [2003]. Disponível em:
<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2003/861/8616/lei-ordinaria-n-8616-2003-contem-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-belo-horizonte>. Acesso em: 30 mai. 2025.

BELO HORIZONTE. Lei nº 11.828, de 7 de março de 2025. Acrescenta os artigos 186-A, 186-B e 186-C à Lei nº 8.616/03, que "Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte", e dá outras providências. Belo Horizonte: Câmara Municipal, [2025]. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2025/1183/11828/lei-ordinaria-n-11828-2025-acrescenta-os-artigos-186-a-186-b-e-186-c-a-lei-n-8616-03-que-contem-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-belo-horizonte-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 mai. 2025

BERMAN, M. Um século em Nova York. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2009, 376p.

BESSA, A. S. M.; ALVARES, L. C. A construção do turismo: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2014, 144p.

BRASILEIRO, V. B. Um descompassado sentido de modernidade. [S. l.], c2025. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/opiniao-um-descompassado-sentido-de-modernidade>. Acesso em: 31 mai. 2025.

CÂNDIDO, Maria Inês. Conjunto urbano da Avenida Afonso Pena. In: Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte - IPUCBH. Processo nº 01.091352.93.53. Tombamento do Conjunto da Avenida Afonso Pena e Adjacências. IPUCBH: Belo Horizonte, 1994, p. 98-108. Disponível no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Acesso em: 25 jul. 2025.

CANUTO, F. Pasta 00731-volumes 01 e 02 end. quarteirões fechados da praça Sete de Setembro.: apenso ao processo n.-01.059220. 95.10: sobre a produção de uma nova sensibilidade urbana pela arquitetura. 2005. 259 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CARDOSO, J. M. Cidades em miniatura. Belo Horizonte: Ed. Comunicação de Fato, 2018, 132 p.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006, 283 p.

CINE THEATRO BRASIL. Construção e Restauro: A valorização da história do Cine Theatro Brasil. Belo Horizonte: Cine Theatro Brasil, 2025. 6 p.

DICAS NOYA YORK. One Times Square: o prédio que deu origem à Times Square. [S. l.], c2019. Disponível em:

<https://dicasnovayork.com.br/one-times-square/#:~:text=Apesar%20de%20sua%20apar%C3%A3ncia%2C%20o,equipamentos%20de%20ilumina%C3%A7%C3%A3o%20e%20publicidade>. Acesso em: 26 jul. 2025.

DUARTE, F; CZAJKOWSKI JÚNIOR, S. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. Revista de Administração Pública, v. 41, p. 273-282. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/fKJNbwr8sXN9mQ3pwXTs8d/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2025

G1. Prefeitura de BH sanciona lei que permite transformar Praça Sete em “Times Square”, autorizando instalação de LEDs luminosos. [S. I.], c2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/03/08/prefeitura-de-bh-sanciona-lei-que-permite-transformar-praca-sete-em-times-square-com-leds-luminosos.ghtml>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GREENLY. What is the Environmental Impact of Times Square Billboards? [S. I.], c2025.

Disponível em:

<https://greenly.earth/en-gb/blog/industries/what-is-the-environmental-impact-of-times-squarebillboards>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ESTADÃO. 1ª ‘Times Square brasileira’ é disputa por SP, Balneário Camboriú, BH e mais cidades; veja motivos. [S. I.], c2025. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/brasil/1-times-square-brasileira-e-disputada-por-sp-balneario-camboriu-bh-e-mais-cidades-veja-motivos/?srsltid=AfmBOOr2vkNS4UgiR2S84pdHcSJGzuXIS6YnICaZapdUffLdTbf2nFjv>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ESTADO DE MINAS. Praça Sete: o coração das passeatas na capital mineira. [S.I.], c2025.

Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/29/interna_gerais,414565/praca-sete-o-coracao-das-passeatas-na-capital-mineira.shtml. Acesso em: 17 jul. 2025

IEPHA MG. Monumento Comemorativo do Centenário da Independência Nacional. [S. I.] c2016. Disponível em:

<https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/83/bens-tombados-monumento-comemorativo-do-centenario-da-independencia-nacional>. Acesso em: 31 mai. 2025

IEPHA MG. Antiga sede do BEMGE. [S. I.] c2016. Disponível em:

<https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/9/bens-tombados-antiga-sede-do-bemge>. Acesso em: 14 jul. 2025.

IEPHA MG. Edifício do Cine-Teatro Brasil. c2016. Disponível em:

<https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/106/bens-tombados-edificio-do-cine-teatro-brasil>. Acesso em: 28 jul. 2025.

LEMOS, C. B. Antigas e novas centralidades: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Ed. Escola de Arquitetura da UFMG, 2010, 236 p.

LEMOS, Celina Borges. Belo Horizonte e seu lendário Centro antigo: Vivências e narrativas da paisagem. In: CARSALADE, Flávio de Lemos (org.). **Civilização e liberdade:** Diálogos entre

França e Minas Gerais na arquitetura e no urbanismo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2024, 304p.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: A cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (org.); LEMOS, Celina Borges; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MARQUES, Yara Landre. **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1994, 94p.

O FATOR. **Times Square de BH? Instalação de painéis publicitários na Praça Sete divide opiniões, mas edifícios já recebem propostas.** [S. I.], c2025. Disponível em: <https://ofator.com.br/especial/times-square-de-bh-instalacao-de-paineis-publicitarios-na-praca-sete-divide-opinioes-mas-edificios-ja-recebem-propostas>. Acesso em: 25 jul. 2025.

O TEMPO. **De volta aos bons tempos.** [S. I.], c2025. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/de-volta-aos-bons-tempos-1.314089>. Acesso em: 17 jul. 2025.

O TEMPO. **Projeto que transforma Praça Sete em 'Times Square de BH' é aprovado na Câmara.** [S. I.], c2024. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/2024/10/9/projeto-que-transforma-praca-sete-em-tim-es-square-de-bh-e-apro>. Acesso em: 23 jul. 2025.

OLIVEIRA, R. E. B. **Dossiê da ausência: o patrimônio arquitetônico em condição de vacância na região central de Belo Horizonte.** 2020. 199 f. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988, 88p.

ROLNIK, R. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Indisciplinar**, v. 5, p. 18-43, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32741>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SARLO, B. **A cidade vista: mercadorias e cultura urbana.** São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2014, 226 p.

STARLING, H. M. M. Fantasmas da cidade urbana. **Margem Márgees: Revista de Cultura**, v.1, p. 66-75. 2002. Disponível em https://periodicos.ufmg.br/index.php/margens_margenes/article/view/10774. Acesso em 28 jul. 2025.

SUPERINTERESSANTE. **Como surgiram os telões da Times Square, em Nova York** [S. I.] c2024. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-surgiram-os-teloes-da-times-square-em-nova-york>. Acesso em: 29 jul. 2025.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília.; VAINER, Carlos.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000, 192 p.

CULTURA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS: TERRITORIALIDADES, COSTUMES E TURISMO**Julio Danton Camargo**

Universidade Federal de Ouro Preto

julio.camargo@aluno.ufop.edu.br

Alissandra Nazareth de Carvalho

Universidade Federal de Ouro Preto

alissandra@ufop.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa trata da cultura alimentar de Minas Gerais enquanto patrimônio cultural imaterial, reconhecendo a alimentação como uma prática social e histórica carregada de significados identitários. Os hábitos alimentares são moldados por fatores geográficos, culturais e sociais, sendo, portanto, essenciais para compreender a formação dos grupos humanos. No contexto mineiro, a culinária é resultado de um longo processo de construção cultural, influenciado por povos indígenas, africanos e europeus, além das particularidades territoriais do estado. A cultura alimentar, enquanto manifestação cultural, vem sendo valorizada também como atrativo turístico, incorporando-se ao turismo cultural como elemento promotor de experiências autênticas e sustentáveis. O objetivo geral da pesquisa é fortalecer as discussões em torno da cultura alimentar mineira enquanto patrimônio cultural imaterial, por meio de uma abordagem que considere aspectos históricos, geográficos e sociais. O referencial teórico baseia-se em autores como Canesqui e Garcia (2005), Albagli (2004), Abdala (1994), Barroco e Barroco (2008), entre outros, que discutem a relação entre cultura, alimentação, identidade, patrimônio e turismo. A metodologia adotada é qualitativa de caráter descritivo, conforme Gil (2002), utilizando como métodos a fenomenologia (Bicudo, 2011), a pesquisa bibliográfica, documental e netnográfica (Kozinets, 2014). Também serão feitas análises geográficas para identificar cidades mineiras onde a gastronomia é o principal atrativo turístico. Serão consultadas fontes primárias como relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX, além de documentos históricos e conteúdos digitais publicados por prefeituras e redes sociais. Como resultados esperados, pretende-se evidenciar a importância da cultura alimentar mineira enquanto expressão de identidade e memória coletiva, apontando sua relevância como bem cultural dinâmico e adaptável. A pesquisa busca ainda contribuir para a valorização das influências culturais marginalizadas, como a dos povos indígenas e africanos, propondo reflexões sobre políticas públicas e práticas turísticas mais inclusivas. Em suas considerações finais, o estudo espera aprofundar as discussões acerca da cultura alimentar de Minas Gerais enquanto patrimônio cultural imaterial; evidenciar a relevância em relacionar a cultura alimentar de Minas Gerais com as questões históricas, geográficas e sociais; valorizar a contribuição dos povos indígenas e africanos na cultura alimentar de Minas Gerais; compreender a existência, ou não, de regionalizações dentro da cultura alimentar de Minas Gerais.

Palavras-chave: Turismo; Territorialidade; Cultura Alimentar; Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

Os costumes alimentares da humanidade estão em constante transformação, desde o princípio é fator condicional no processo civilizatório dos seres humanos. Assim, esses costumes são adaptáveis de acordo com as questões geográficas, culturais e sociais que cada grupo de indivíduos constroem e se identificam ao longo de sua existência.

Pensando as questões alimentares como características essenciais da cultura formadora da sociedade como um todo, é possível identificar que em cada região do mundo existem uma diversidade de grupos sociais que trazem consigo características únicas dos seus processos de alimentação. Sendo a alimentação imprescindível para a vida e a sobrevivência humanas, como necessidade básica e vital, ela é necessariamente modelada pela cultura e sofre os efeitos da organização da sociedade, não comportando a sua abordagem olhares unilaterais (Canesqui; Garcia, 2005 p.9)

Na cultura alimentar, existem diversos processos que são característicos e que carregam uma identidade para cada grupo social. Esses costumes foram influenciados ao longo das gerações pelas condições geográficas da região onde se encontram, o processo de formação dessa civilização, choques culturais e suas condições socioeconômicas. A cultura – incluindo conhecimentos, capacidades, crenças, arte, moral, leis, hábitos e costumes – é construída no tempo (história) e no espaço (território). (Albagli, 2004, p.40)

E são esses costumes que o turismo cultural tem se apropriado, para fomentar o setor e atrair novos turistas para os destinos já consolidados. Além de que nas áreas em que o turismo ainda está em ascensão, a culinária regional tem se mostrado um mecanismo seguro para a atração de novos turistas.

A gastronomia como patrimônio local está sendo incorporada aos novos produtos turísticos orientados a determinados nichos de mercado, permitindo incorporar os atores da própria comunidade na elaboração desses produtos, assistindo ao desenvolvimento sustentável da atividade. (Barroco; Barroco, 2008, p.9)

A partir deste contexto, a presente pesquisa tem como principal temática a ser desenvolvida a cultura alimentar de Minas Gerais como patrimônio cultural imaterial. Pois entende-se que tratar a cultura alimentar de um povo como patrimônio garante investimentos, proteção, oportunidades, visibilidade e valorização dos saberes locais.

Essa pesquisa visa mostrar o desenvolvimento da cultura alimentar de Minas Gerais pela ótica geográfica e do patrimônio cultural, estudando essa importante manifestação

cultural mineira, juntamente com suas questões históricas, recorrentes nas diversas pesquisas relacionadas a essa temática, mas também trabalhando com os elementos geográficos e sociais que influenciaram diretamente no que se conhece como comida típica mineira.

Dentro dessa lógica, a cultura alimentar de Minas Gerais é um campo fértil para compreender-se o processo de desenvolvimento de uma cultura alimentar ao longo das gerações. O estado Mineiro é conhecido mundialmente pela hospitalidade de seus habitantes e por sua culinária típica que se desenvolveu ao longo da história de seu povo

A hospitalidade é fator marcante para as pessoas que visitam as cidades mineiras, sendo algumas características tidas como intrínsecas ao mineiro: ser desconfiado, introvertido, irônico, hospitaleiro, proseado, político e hábil. (ARRUDA, 1896)

Esse conjunto de características usadas para descrever o mineiro são fatores fundamentais que definem o imaginário da cozinha mineira. Sendo assim, a culinária mineira apresenta-se como um importante resultado do processo identitário de seu povo, onde o conhecimento é passado de geração em geração através das receitas de família compartilhadas ao pé do fogão a lenha e acompanhando um bom café.

Segundo Abdala (1994, p.5), ao que parece, há um investimento, por parte do governo de Minas Gerais, na divulgação da cozinha mineira enquanto pilar fundamental na caracterização de uma cultura "típica". [...] Segundo a qual a cozinha aparece como um dos esteios centrais à construção da imagem regional mineira.

No estado de Minas Gerais a cultura alimentar é plural, e se desenvolveu junto de seu povo, carregando características marcantes de sua história, desde a corrida do ouro no Brasil colônia, passando pelo período da ruralização, até os tempos atuais, onde as principais motivações turísticas do estado estão relacionadas com a cultura, culinária e história local.

A comida mineira agrupa simplicidade, sabor e tradição em seus pratos. Influenciada pela promiscuidade das diversas culturas e raças, tal culinária se moldou na intencionalidade de se comer satisfatoriamente bem com a existência mínima de recursos. A culinária Mineira está intrinsecamente relacionada à história de formação de Minas Gerais. (Raimundo *et al.* 2015, p.7)

O turismo motivado pela culinária já se encontra como modalidade consolidada da atividade, atraindo e fomentando o turismo em diversas regiões do Brasil e do mundo. Segundo o Secretário de Turismo e Cultura de Minas Gerais, Leônidas Oliveira (2022) "A

cozinha mineira está relacionada ao turismo cultural, nessa transversalidade entre os dois segmentos. Em Minas, 71% do turismo é cultural”

A cultura alimentar carrega características marcantes da história, cultura e relações socioeconômicas, podendo ser fator que determina classe social e identifica um determinado indivíduo com seu grupo social. Nesta perspectiva, a cultura alimentar se revela como patrimônio cultural capaz de transmitir a essência de um povo, suas identidades e acolher outras culturas que venham a entrar em contato, transformando o meio em que se vive, e desenvolvendo o espaço onde ocorre a dinamização social.

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criado pelo Decreto n. 3.551, em agosto de 2000 (BRASIL, 2000), trata de reconhecer formas de expressão e modos de criar, fazer e viver como patrimônio cultural do Brasil. Tanto quanto os monumentos e obras de arte que nos acostumamos a reconhecer como patrimônio cultural, as manifestações as quais denominamos bens culturais imateriais, de natureza processual e dinâmica, são frutos de processos históricos de construção de sociabilidades, de formas de sobrevivência, de apropriação de recursos naturais e de relacionamento com o meio ambiente. (Alves, 2011, p.74)

O tema central da pesquisa é a cultura alimentar como patrimônio cultural imaterial, dentro deste contexto optou-se pelo recorte da cultura alimentar mineira por ser um campo de estudo familiar ao pesquisador e por já ser reconhecida como patrimônio cultural imaterial.

Assim sendo, a construção do problema de pesquisa se inicia a partir do entendimento de que uma cultura alimentar pode sim ser considerada patrimônio cultural imaterial de um povo, e que a partir dessa conceituação pode-se levantar diversas reflexões e problemáticas acerca dessa temática.

Como levar em conta as questões regionais e culturais de cada local para o desenvolvimento de políticas públicas, visando o bem estar da população local e do turista que os visita, a desvalorização da contribuição cultural dos povos originários e africanos na cultura alimentar mineira, pensar o turismo cultural de forma sustentável, capaz de ser promotor de experiências autênticas que estreitam os laços entre viajantes e moradores.

A partir dessas reflexões a presente pesquisa tem como objetivo geral fortalecer as discussões acerca da cultura alimentar de Minas Gerais enquanto patrimônio cultural imaterial, por meio das questões históricas, geográficas e sociais. Já os objetivos específicos são: 1) Dissertar sobre a importância da patrimonialização das culturas alimentares; 2)

Detalhar as questões geográficas e sociais que contribuíram para o desenvolvimento da cultura alimentar de Minas Gerais; 3) Apontar a contribuição dos povos indígenas e africanos, que foram fundamentais para a sobrevivência dos colonizadores nas expedições por todo território mineiro; 4) Investigar a existência, ou não, de regionalizações dentro da Culinária Mineira.

Nesse contexto, o presente trabalho é fruto de uma pesquisa maior que está sendo desenvolvida no âmbito do mestrado acadêmico em Turismo e Patrimônio na Universidade Federal de Ouro Preto e apresenta os direcionamentos da pesquisa, juntamente, com o resumo teórico trabalhado até o momento que atende parte do objetivo geral e o primeiro objetivo específico da dissertação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia que se pretende utilizar para a realização da pesquisa é de caráter qualitativo descritiva que segundo Gil (2002, p.42) tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo, buscando levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. (Gil, 2002)

Será realizada pesquisa bibliográfica, e em fontes documentais primárias, que dará base teórica para as reflexões que serão realizadas sobre o objeto de estudo. Utilizando-se como método de análise a fenomenologia, que por meio dela busca-se interpretar o objeto de estudo, a fim de trazer questionamentos que possam vir a serem analisados e compreendidos por meio desta pesquisa, sendo assim não tendo verdades pré estabelecidas (Bicudo, 2011).

Aliado a esses métodos será utilizado também análises geográficas, com mapeamento das cidades mineiras, que têm na gastronomia seu principal atrativo turístico, a coleta desses dados será feita através de uma pesquisa netnográfica (Kozinets, 2014). A netnografia é uma pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. (Kozinets, 2014, p.61)

Assim, para o detalhamento das questões geográficas e sociais que contribuíram para o desenvolvimento da culinária mineira e para apontar a contribuição dos povos indígenas e africanos na cultura alimentar de Minas Gerais será realizado um levantamento bibliográfico e documental, utilizando-se de documentos históricos como fontes primárias tendo como base os relatos dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, artigos, teses e dissertações que tenham relação com essa temática para que seja possível alcançar esses objetivos da pesquisa.

Com o objetivo de elencar as cidades mineiras que tem a gastronomia como principal atrativo turístico e para entender se existe, ou não, regionalizações dentro da culinária mineira, será feito um mapeamento das cidades mineiras que possuem a gastronomia como principal atrativo turístico nos sites das prefeituras das cidades e/ou redes sociais das mesmas a fim de encontrar um “padrão” de pratos típicos em cada região administrativa de Minas Gerais e entender sua relação com as questões geográficas daquela região.

3 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Esse tópico irá trabalhar os conceitos de memória, identidade e de pertencimento, que estão intimamente ligados a cultura alimentar, relacionando e se aprofundando nos conceitos de território e regionalização, que serão indispensáveis para o entendimento desta pesquisa

1.1- Memória e identidade

A cultura alimentar pode ser entendida de diversas maneiras, se referindo ao conjunto de ações e comportamentos que definem os costumes alimentares de um grupo social, ou seja, é nela que está contida os saberes e práticas alimentares de uma comunidade, bem como: a atividades de seleção e combinação de ingredientes, os modos de preparo e de servir, os utensílios utilizados, tanto no preparo quanto no consumo, e as formas de ingestão, reutilização e descarte dentro de todo o processo da alimentação dos seres humanos. É nela que se manifestam as escolhas que uma comunidade pode fazer, define um padrão social, e expressam hábitos que identificam grupos dentro de uma sociedade.

Assim, o conceito de cultura alimentar se refere às práticas alimentares de um grupo social e como essas práticas estão ligadas à identidade, à tradição, à economia e à religião. De forma simplificada, a cultura alimentar envolve os hábitos de produção, consumo e preparação de alimentos, além de refletir aspectos simbólicos e sociais da alimentação.

Lévi-Strauss (2021), analisa a cultura alimentar de uma perspectiva estruturalista, destacando como a preparação dos alimentos está intimamente ligada à organização social e simbólica das culturas. Em sua obra “O cru e o Cozido” ele discute que o ato de cozinhar é um processo que transforma o alimento “cru” - simples ingrediente dentro do processo de biológico de todo ser humano - em algo cultural, sendo assim, o ato de cozer os alimentos se refere a transformação a uma transformação cultural em que o alimento é submetido para virar algo cultural. Dessa forma, o cru está associado a algo bruto e biológico, já o cozido é a representação cultural e de uma ordem social.

Nesse sentido, o ato de produzir cultura é o que difere os seres humanos dos animais, pois é na cultura que está contida as crenças, os costumes e os saberes que são passados de geração em geração, trazendo a evolução para o modo de vida das pessoas. O modo de alimentação sempre foi fator, que definiu os modos de vida da humanidade, segundo Carneiro (2005, p.5):

Comer não é um ato solitário ou autônomo do ser humano, ao contrário, é a origem da socialização, pois, nas formas coletivas de se obter a comida, a espécie humana desenvolveu utensílios culturais diversos, talvez até mesmo a própria linguagem. O uso do fogo há pelo menos meio milhão de anos trouxe um novo elemento constituidor da produção social do alimento.

A alimentação inicialmente servia unicamente para saciar uma necessidade básica da espécie humana, porém com o passar do tempo ela evolui e se torna determinante social. O processo de alimentação deixa de ser só para nutrir o corpo e passa a ser criador de vínculo social, de identidade e de pertencimento.

Intrínseco a todo processo de alimentação da humanidade, a comensalidade é uma prática cultural. A origem da prática de comer junto, partilhando a comida, é tão antiga quanto a espécie humana, pois até mesmo espécies animais a praticam. A diferença entre a comensalidade humana e a dos animais é os significados e símbolos que atribuímos a ela.

Os modos de partilhar se alteram com o tempo e a comensalidade estrutura as regras da identidade e da hierarquia social, assim como, serve para desenvolver relações e também para impor limites e fronteiras, sociais, políticas e religiosas. Ao longo das épocas e regiões, as diferentes culturas humanas sempre encararam a alimentação como um ato revestido de simbologias. (Carneiro, 2005)

A alimentação, organizada como uma cozinha, torna-se símbolo de uma identidade (atribuída e reivindicada) através da qual os homens podem se orientar e se distinguir. Mais do que hábitos e comportamentos alimentares, as cozinhas implicam formas de perceber e expressar o modo de vida particular a um determinado grupo. (Ferreira, 2015, p.22)

Ainda em Ferreira (2015), às práticas alimentares podem revelar a natureza das representações políticas, religiosas e estéticas de uma civilização, além de incluir a identidade cultural, a condição social, a memória familiar, os critérios morais, o modo de organização da vida cotidiana, além de outros aspectos que podem estar relacionados aos costumes alimentares.

O sabor e a gastronomia são recursos culturais atrativos que contribuem grandemente para a consolidação das tradições que são mantidas por gerações através da memória, da criação e recriação de cenários, paisagens, lugares e espaços através do gosto experimentado pela boca. (Raimundo et. al., 2015, p.2)

Desta maneira, a cultura alimentar desperta memória e o sentimento de pertencimento nos grupos sociais em que são praticadas. Aqui cabe destacar que esses dois sentimentos são responsáveis por confirmar a identidade social de um indivíduo dentro de um grupo, e por esse motivo se faz importante tratar a cultura alimentar como patrimônio cultural.

A identidade social é um processo dinâmico que está relacionado a uma estrutura coletiva em constante movimento de reconstrução e reafirmação, e não como algo dado e imutável, sendo assim, as cozinhas agem como referenciais identitários, estando sujeitas a constantes transformações. (Maciel, 2005)

A identidade é concebida enquanto síntese de traços sociais produzidos por uma realidade e incorporados por agentes determinados e, não, como expressão acabada do próprio movimento da sociedade. Assim, na nossa perspectiva, trata-se, ao mesmo tempo, de incorporar os componentes negadores daquela identidade, de tentar percebê-los na sua dinâmica que, no limite, a ultrapassaria. (Arruda, 1986, p.30)

O conceito de patrimônio cultural se refere aos bens materiais e imateriais que têm valor histórico, artístico, científico ou simbólico para uma sociedade. Esses bens são preservados e protegidos porque representam a identidade, a história e a memória de um povo. Nesse sentido, pensar a cultura alimentar pelo viés do patrimônio cultural é valorizar, salvaguardar e fomentar os saberes e sabores tradicionais espalhados pelo mundo.

A Cozinha Mineira cabe como exemplo de patrimônio cultural que representa o processo de identidade e pertencimento que estão intrinsecamente ligados com a alimentação de seu povo. Em Minas, a “mineiridade” aparece como um conjunto de características que servem para descrever o “jeitinho” mineiro, culturalmente falando, é nela que estão contidos os saberes, o modo hospitalero de ser do mineiro, e suas práticas tanto culturais quanto sociais e políticas.

O mineiro é descrito por Arruda (1986), como alguém marcado pela discrição, pela modéstia e pela paciência, com um forte senso de pertencimento à sua terra e à sua cultura. Além disso, a autora destaca como características intrínsecas ao mineiro a forma de ser desconfiado, introvertido, irônico, hospitalero, proseador, político e hábil. Ela também observa que o mineiro tem uma imagem de sabedoria popular e sensatez, muitas vezes considerada mais reflexiva e ponderada em comparação com outros grupos culturais do Brasil. Abdala (1994) reafirma essas características e acrescenta que a cozinha típica mineira a sustenta.

É pautado nessas características que se desenvolve o imaginário da cozinha mineira, as qualidades atribuídas ao mineiro dentro do conceito de mineiridade se fazem presentes dentro da cozinha, ambiente esse fartamente mencionado quando se trata da cultura de Minas Gerais e consequentemente, da cultura alimentar de seu povo.

Segundo Quintas (2005), no início da construção cultural, social e política de Minas Gerais (período da colonização e da corrida do ouro), a cozinha era reservada para “a conversa mole, os mexericos, os segredos, o disse-me-disse ganharam a moldura da intimidade. Entre o preparo de um prato e de outro, muitas narrativas foram verbalizadas.

As cozinhas não podem ser tomadas apenas em termos de espaços físicos, mas são também conjuntos de pratos, receitas, técnicas, valores, símbolos que se tornaram atrações em um mundo de cidades cosmopolitas e maior circulação de pessoas, imagens e informações. (Collaço, 2013, p.203)

Entende-se então que a cozinha mineira é um ambiente cultural e por consequência é também um lugar de produção da cultura mineira. “Entendemo-la também como espaço privilegiado de convívio e relações sociais, uma vez que, até meados do século XX, copa e cozinha foram os centros do movimento cotidiano da casa mineira (Vasconcellos apud Abdala, 1986). “Rituais cotidianos ligados ao que se convencionou chamar de "hospitalidade mineira", a um "bem receber" associado sempre à comida e à cozinha”. (Abdala, 1986, p.1)

Dessa forma, pode dizer que a cozinha mineira é uma “cozinha emblemática”, ou de ‘pratos emblemáticos’, que por si só representariam o grupo.” (Maciel, 2005, p.50) Ou seja, a cozinha típica mineira é tanto o espaço quanto o resultado da cultura mineira descrita, por autores já mencionados, como mineiridade.

A alimentação, quando constituída como uma cozinha organizada, torna-se um símbolo de uma identidade, atribuída e reivindicada, por meio da qual os homens podem se orientar e se distinguir. Mais do que hábitos e comportamentos alimentares, as cozinhas implicam formas de perceber e expressar um determinado modo ou estilo de vida que se quer particular a um determinado grupo. Assim, o que é colocado no prato serve para nutrir o corpo, mas também sinaliza um pertencimento, servindo como um código de reconhecimento social. (Maciel, 2005, p.54)

Por fim, encerrando essa primeira reflexão acerca da cultura alimentar, pontua-se que todas essas características apresentadas sobre ela, seu potencial em despertar memórias e pertencimentos que estão atrelados a identidade de um povo, e torna-se indispensável pensar as culturas alimentares de cada sociedade como um patrimônio cultural, onde sua valorização e os saberes de seu povo sejam protegidos e tratados de formas éticas tanto pelo turismo quanto por qualquer outras atividades que venha a se apropriar de uma cultura para benefício próprio.

1.2- Territorialidade e Regionalização

Além dos fatores históricos e culturais que constituem a alimentação de um grupo social, as questões geográficas também influenciam diretamente nessa discussão, pois geograficamente falando, todo o início do processo de alimentação do ser humano provém da terra, ou seja, depende das condições espaciais, como qualidade do solo, o clima, quantidade de água presente no território, entre outros. O gosto e o sabor manifesto na alimentação, em experiências gastronômicas, são intrínsecos para se pensar em questões geográficas e expressam uma experiência ambiental, retratando o envolvimento do homem para com o seu meio. (Raimundo et. al., 2015)

Dessa maneira, essa parte da pesquisa terá como foco as discussões sobre a relação do território com a cultura alimentar. Esse debate incluirá os conceitos de territorialidade e de regionalização, buscando entender essas relações, principalmente, pelo viés da Antropologia e da Geografia. O debate em torno da territorialidade é caro a vários campos de

conhecimento das Ciências Humanas, em geral, e sociais, em particular – Antropologia, Geografia, Ciência Política, Sociologia, Economia e História -, mas não só a eles. (Godoi, 2014, p.9)

A valorização do território e das questões regionais na alimentação é mais uma forma de se compreender a importância da cultura alimentar ser tratada como patrimônio cultural. Pois a cultura alimentar expressa, para além das relações sociais, a relação em que um determinado grupo social tem com o ambiente ao seu redor, ou seja, a interação que ocorre entre os seres humanos e o ecossistema em que ele está inserido.

O sabor nos permite compreender as diversas tradições culturais, a identidade territorial do homem. O simples ato de comer, revela a geograficidade analógica do ser, nos dando a possibilidade de compreender de forma relevante a experiência geográfica manifesta no mundo (Raimundo et. al., 2015, p.3)

Dessa forma, podemos entender territorialidade como um processo plural de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados sobre uma parcela do espaço que é transformada em território. Territorialidades, como processos de construção de territórios, apresentam dois tópicos importantes e distintos, de um lado, a ligação com o espaço, com o meio em que se vive, resultado de um longo investimento material e simbólico e que se exprime por um sistema de representações, e, de outro lado, os princípios de organização, ou seja, como um sistema de regras que estabelecem as relações sociais. (Godói, 2014)

Na Antropologia, o conceito de territorialidade recobre as dimensões sociais, simbólicas e físicas e seu caráter é processual, já na Geografia, especialmente na Cultural, trata das dimensões cultural e simbólica, se valendo dos conceitos de lugar e de paisagem, que conjugam o componente físico e as dimensões simbólicas e sociais. (Godói, 2014) Podemos dizer que, em uma acepção bastante difundida, a paisagem carrega tanto a leitura imediata do lugar praticado e ao qual se atribui significação, quanto as suas possibilidades, pois ela se caracteriza, principalmente, pelas representações sobre o lugar. (Godói, 2014, p.10)

Já o conceito de território não diz respeito somente à materialidade do espaço, pois não há território exterior a relações sociais, ele toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, pois ele também é organizado discursivamente, sobretudo, quando se trata de territórios de povos para os quais a tradição oral ancorada na memória social tem peso importante. (Godói, 2014)

Para Albagli (2004, p.27) território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço. Já o conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. (Albagli, 2004, p.28)

Fundado no conceito de territorialidade que está intimamente ligado às construções identitárias e de memória dentro de um território, é possível perceber que entender as relações entre homem e terra, indivíduo e espaço, vai muito além das questões biológicas, pois o espaço condiciona e viabiliza as relações culturais, dessa forma, também é possível refletir sobre a cultura alimentar através das questões territoriais que os envolvem.

A territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro. Ela resulta de processos de socialização, da psicologia coletiva, da interação entre seres humanos mediada pelo espaço. (Albagli, 2004, p.29)

Nesse contexto é que está fundada a ideia de que a cultura alimentar resulta da interação dos indivíduos de um grupo social com o ambiente em que vivem, ou seja, ela é resultado de um processo social e cultural que está condicionado às características presentes no território de convívio desse grupo social.

O território é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade. As representações sociais, imagens, símbolos e mitos projetam-se e materializam-se no espaço, transformando-se em símbolos geográficos, fornecendo referências e modelos comuns aos atores sociais e cristalizando uma identidade territorial. (Albagli, 2004, p.39)

Segundo Saquet e Briskievicz (2009), juntamente com Magnaghi (2000), patrimônio territorial são todas as atividades, processos e ações historicamente instituídas formando os lugares, as identidades, ou seja, são permanências significativas que marcam cada lugar. As territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios.

As identidades são produtos dos processos históricos e relacionais, ou seja, da formação de cada território num contexto de relações sociais com o ambiente externo à vida

em sociedade. A identidade, desta maneira, configura-se num patrimônio territorial a ser preservado e valorizado pelos atores envolvidos diretamente na sua constituição histórica e por outras pessoas que podem ‘viver’ esse patrimônio. O território, então, envolve esse patrimônio identitário: o saber-fazer, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, as organizações políticas... que pode ser potencializado em projetos e programas de desenvolvimento que visem sua preservação e valorização. (Saquet e Briskievicz, 2009, p.14)

Essa relação entre identidade e patrimônio territorial, reforça a importância de pensar as questões territoriais intrínsecas às culturas alimentares, pois se a identidade está relacionada com o contexto de formação de cada território e também está relacionada às culturas alimentares, logo o território influencia diretamente na cultura alimentar. E do viés do patrimônio cultural, são carregados de memória e pertencimento.

Por fim, ao pensar as questões de territorialidade e de território intrínsecos às questões da alimentação, se esbarra no conceito de regionalização, pois “a construção do regime alimentar de um país, região ou grupo étnico segue caminhos diferentes, dadas as suas condições histórico-temporais. Assim sendo, cabe compreender as especificidades alimentares regionais, considerando o processo e construção histórico-cultural e sócio espacial.” (Cano, 2021, p.881)

A regionalização é o conjunto geográfico e de práticas sociais que determinam um território, ou seja, as características geográficas e culturais que estão ligadas a determinados grupos sociais dentro de um território. É a partir deste conceito que se desenvolve as cozinhas regionais, principal resultado das culturas alimentares, e que podem ser consideradas patrimônio cultural de diversos povos ao redor do mundo.

A “territorialidade gastronômica”, desta forma, se constrói na medida em que uma determinada região se torna intimamente associada a um conjunto culinário, fazendo com que a menção a uma determinada iguaria remeta à ideia que se tem de uma região. (Bahl et. al., 2011, p.)

Desta forma, a cultura alimentar está profundamente enraizada nas dinâmicas territoriais, refletindo processos históricos, identitários e simbólicos que ligam os indivíduos ao espaço em que vivem. A alimentação ultrapassa sua função biológica, tornando-se um elemento de pertencimento, expressão cultural e patrimônio coletivo.

Por meio dos conceitos de territorialidade, regionalização e identidade, é possível entender como os sabores e práticas alimentares traduzem as relações sociais e ambientais de um povo com seu território. Assim, refletir sobre a cultura alimentar é também refletir sobre a construção dos territórios, suas memórias, seus modos de vida e seus saberes, reconhecendo a alimentação como uma das mais legítimas expressões da diversidade cultural e do patrimônio imaterial de um grupo social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já mencionado esse trabalho é resultado do início das investigações de uma pesquisa maior que se tornará uma dissertação de mestrado, nesse contexto, a pesquisa encontra-se em andamento dentro de um cronograma pré-estabelecido e este artigo indica de forma resumida o projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido e a primeira etapa concluída dentro desse processo de pesquisa. Dessa forma, esse artigo trabalhou os principais conceitos que serão utilizados no decorrer da dissertação e que serão fundamentais para a compreensão do objeto de estudo e para se atingir os objetivos pré estabelecidos da pesquisa.

Assim, no presente momento é possível identificar como resultados concretos para a pesquisa, a identificação dos principais conceitos que serão base para o aprofundamento das discussões acerca da cultura alimentar de Minas Gerais enquanto patrimônio cultural imaterial. Além do mais, já foi possível evidenciar a relevância em relacionar a cultura alimentar de Minas Gerais com suas questões históricas e territoriais; contribuindo para os estudos futuros sobre o turismo cultural de Minas Gerais. Espera-se ainda com a conclusão geral da pesquisa, trazer valorização à contribuição dos povos indígenas e africanos na cultura alimentar de Minas Gerais e compreender a existência, ou não, de regionalizações dentro da cultura alimentar de Minas Gerais.

Além disso, a pesquisa traz importantes contribuições para o campo do patrimônio cultural imaterial, e também para os estudos no campo do turismo cultural motivado pela gastronomia. Colaborando com as discussões acerca da geografia da alimentação, ao estudar a regionalização da gastronomia mineira e suas implicações para o turismo cultural.

Por fim, essa temática se faz importante, visto que a cultura alimentar de Minas Gerais carrega consigo a memória do seu povo, seus costumes e conhecimentos, resultantes de diversos processos sociais vivenciados por eles ao longo de sua história e que hoje devem ser reconhecidos e protegidos como bens culturais dos mineiros e da humanidade, e que são

capazes de nutrir memórias, trazer identidade ao seu povo, valorizando e aproximando culturas por meio do turismo, através do conhecimento que seja capaz de minimizar os choques culturais, dinamizando as trocas culturais de forma respeitosa entre todas as partes envolvidas nas experiências do turismo cultural.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, M. C. Sabores da tradição. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 1, p. 118-129, 2006. Disponível em: [Sabores_da_tradicao.PDF](#). Acesso em: 10 fev. 2024.
- AGÊNCIA MINAS GERAIS. Selo Cozinha Mineira destaca culinária como patrimônio cultural do estado. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: BRAGA, C.; MORELLI, G.; LAGES, V. N. (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará, 2004. p. 27-39. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT00031436.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT00031436.pdf) Acesso em: 25 mar. 2024
- ALVES, A. C. L. e. A comida como patrimônio cultural. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 73-86, jun. 2011. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/rea/2011/rea6-1-11.pdf> Acesso em: 02 mar. 2024
- ARRUDA, M. A. do N. **Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BAHL, M.; GIMENES, M. H. S. G.; NITSCHE, L. B. Territorialidade gastronômica: as cozinhas regionais como forma de mediação do homem com o meio e como atrativo turístico. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-16, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820255.pdf> Acesso: 5 jul. 2024
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.
- BARROCO, L. M. S.; BARROCO, H. E. A importância da gastronomia como patrimônio cultural, no turismo baiano. **Turydes**, v. 1, n. 2, p. 1-10, mar. 2008. Disponível: <https://www.revistaturydes.com/index.php/turydes/article/view/578/788> Acesso em: 15 fev. 2024
- BERNARDES, A. D. O chimarrão como patrimônio imaterial gaúcho: os sentidos atribuídos ao desejo de preservação. 2021. 66 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021.
- BICUDO, M. A. **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

- BRANCO, L. M. C. et al. A agricultura familiar e os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. In: MELLER FILHO, A.; RAMIRO, C. H. L.; FÉLIX, D. V. (Org.). **XXIV Simpósio Jurídico: Diálogos Constitucionais**. Maringá, 2022. p. 1-20.
- BUSTOS, Y. G. Comida mexicana: patrimonio cultural de la humanidad. 2012. 113 f. Trabajo de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidad Autónoma de La Ciudad de México, México, 2012.
- CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- CARNEIRO, H. S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4640/3800> Acesso em: 26 abr 2024
- CANO, F. C. S. Alimentação brasileira: das especificidades regionais à perda da identidade cultural. **Diversitas Journal**, v. 6, n. 1, p. 881-899, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1583> Acesso: 27 mar. 2021
- CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2017.
- COLLAÇO, J. H. L. Gastronomia: a trajetória de uma construção recente. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 203-222, jul./dez. 2013. Disponível em: Vista do Gastronomia: a trajetória de uma construção recente Acesso: 30 mar. 2024
- FERREIRA, M. R. **Baixa gastronomia: dinâmicas de consumo e as possíveis inter-relações com o turismo: uma análise com base nos estabelecimentos de Curitiba/PR**. 2015. 136 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- FRIEIRO, E. **Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros**. 2. ed. rev. aum. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODÓI, E. P. de. Territorialidades: trajetória e uso do conceito. **Raízes**, v. 34, n. 2, p. 9-22, jul./dez. 2014. Disponivel: <https://doi.org/10.37370/raizes.2014.v34.411> Acesso: 13 jul. 2024
- GOLDSCHMIDT, S. Erva-mate torna-se o primeiro patrimônio cultural imaterial do Rio Grande do Sul. 13 jun. 2023. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/erva-mate-torna-se-o-primeiro-patrimonio-cultural-imaterial-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 5 dez. 2024.
- GIMENES-MINASSE, M. H. S. G. Comida como cultura?: notas sobre a patrimonialização alimentar e sua relação com o turismo gastronômico. **Gestión Turística**, Valdivia, n. 19, p. 41-56, 2013. Disponivel em: <https://www.redalyc.org/pdf/2233/223348205004.pdf> Acesso: 02 fev. 2024
- KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LÉVI-STRAUSS, C. **O cru e o cozido: mitológicas** 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A.; OLIVEIRA, S. V. de. Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Espacio Abierto**, v. 31, n. 3, p. 23-41, jul./set. 2022. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S1315-00062022000300023&script=sci_abstract Acesso: 29 jul. 2024

MACIEL, M. E. Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 139-151.

MARANDOLA, E. Jr. Sabor enquanto experiência geográfica: por uma geografia hedonista. **Geograficidade**, v. 2, n. 1, p. 1-18, verão 2012.

MONTANARI, M. **Comida como cultura**. São Paulo: Senac, 2006. Tradução: Letícia Martins Andrade.

PEREIRA, J. K. do C.; ASSIS, N. S. M. de; BRITO, T. R. de S. Gastronomia como estratégia de promoção turística de Minas Gerais. **Revista Iberoamericana de Turismo**, n. 10, p. 68-84, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2436/20.8070.01.166>.

RAIMUNDO, G. et al. A geografia dos sabores: uma abordagem à rica culinária de Minas Gerais. In: **Workshop de Geografia Cultural**, 2., 2015, Alfenas. Anais [...]. Alfenas: UNIFAL, 2015. p. 1-17. disponível em: [sabores1-17.pdf](#) Acesso: 31 jan. 2024

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v. 1, 2009.

SILVA, I. A.; DEUS, J. A. S. A patrimonialização alimentar em Minas Gerais: da memória à política pública. In: **XIV Colóquio Nacional – VII Internacional do Museu Pedagógico da UESB e XII Seminário Nacional – II Internacional do Grupo de Estudos e Pesquisa HISTEDBR/UNICAMP**. Bahia: Editora Santana, [s.d.].

TORRES, D. A. R.; MARTINS, B. L.; RAPOSO, A. A. A relação entre a culinária mineira e o desenvolvimento de Minas Gerais no século XVII. Belo Horizonte: [s.d.] Disponível em: 238-402-1-RV_2016_10_09_00_44_19_376.pdf Acesso: 08 jul. 2024

DISPOSITIVO, RACIONALIDADE TÉCNICA E TURISMO UMA CRÍTICA FILOSÓFICA AO PARADIGMA DOS DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES

Jaber Caetano da Silva Filho

Universidade Federal de Goiás

jabercaetano@gmail.com

Cleomar de Sousa Rocha

Universidade Federal de Goiás

cleomarrocha@ufg.br

RESUMO

O paradigma dos Destinos Turísticos Inteligentes (DTIs) consolidou-se globalmente como um modelo de vanguarda para o planejamento e a gestão do turismo, articulando inovação tecnológica, desenvolvimento urbano e competitividade. Essa abordagem é frequentemente promovida por meio de um discurso de neutralidade e eficiência, prometendo otimizar a experiência do turista e a sustentabilidade dos destinos. Contudo, essa visão hegemônica tende a negligenciar as profundas implicações políticas, sociais e culturais da tecnologia que a sustenta, tratando-a como uma solução inevitável para problemas complexos. O objetivo central deste estudo é desenvolver uma crítica teórico-filosófica ao modelo hegemônico dos Destinos Turísticos Inteligentes, analisando suas implementações mais difundidas como dispositivos tecnopolíticos que, sob o manto da eficiência, tendem a promover uma racionalidade instrumental que tende a padronizar a cultura e intensificar desigualdades. Para fundamentar a análise, o trabalho mobiliza um duplo referencial, articulando a Teoria Crítica da Tecnologia de Andrew Feenberg, que permite examinar a tecnologia como uma estrutura para estilos de vida com valores e vieses inscritos em seu design, com o conceito de dispositivo de Giorgio Agamben, utilizada para compreender como arranjos heterogêneos (tecnologias, discursos, leis) operam para captar e governar a conduta dos indivíduos. Trata-se de um ensaio teórico-filosófico, cuja metodologia consiste na análise crítica da literatura especializada sobre DTIs e na aplicação do arcabouço conceitual de Feenberg e Agamben para desvelar as lógicas de poder subjacentes ao modelo dominante. A análise aponta que as implementações dominantes de DTIs funcionam como dispositivos que captam a experiência turística e promovem processos de objetivação, nos quais o turista tende a ser reduzido a um perfil de dados rastreável e predizível. Demonstra-se que essa lógica, apresentada como personalização, na verdade aprofunda assimetrias e produz novas geografias de desigualdade por meio de *enclosures* digitais, como o "urbanismo de plataforma", que hierarquiza o espaço e marginaliza territórios não alinhados às suas métricas. O estudo conclui que o debate sobre os DTIs precisa ser deslocado do campo meramente gerencial para a cena política. Defende-se a necessidade de repensar o desenvolvimento tecnológico no turismo a partir de uma "tecnopolítica do comum", que busca a democratização radical da tecnologia. Sugere-se a "profanação" dos dispositivos como estratégia para restituir à comunidade o controle sobre os dados e as narrativas do destino, fomentando alternativas mais justas, plurais e humanas.

Palavras-chave: Destinos Turísticos Inteligentes; Teoria Crítica da Tecnologia; Dispositivo; Tecnopolítica.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o conceito de Destinos Turísticos Inteligentes (DTIs) consolidou-se como um paradigma dominante no planejamento e na gestão do turismo em escala global. Este modelo, que articula inovação tecnológica, desenvolvimento urbano e econômico, é frequentemente promovido como um avanço neutro e inevitável, fundamentado na promessa de maior eficiência, sustentabilidade e otimização da experiência turística (Gretzel et al., 2015; Ivars-Baidal, Cervera-Taulet e Perles-Ribes, 2017).

Autores como Buhalis e Amaranggana (2015) destacam que a integração de sistemas digitais promete “potencializar destinos mais responsivos, personalizados e sustentáveis”, influenciando gestores públicos e agentes privados em todo o mundo. Tais promessas são reiteradas em políticas públicas recentes, como o Plano Nacional de Turismo do Brasil (Brasil, 2023), que destaca a digitalização como eixo central para competitividade e inclusão social.

A literatura da área descreve o "turismo inteligente" como um ecossistema complexo que integra infraestruturas físicas e digitais, aproveitando tecnologias emergentes como a Internet das Coisas (IoT), a computação em nuvem e a análise de big data para criar valor. O objetivo é coletar, processar e analisar massivas quantidades de dados para informar a inovação e os serviços, transformando-os em proposições de valor e experiências enriquecidas (Gretzel et al., 2015).

O avanço dos DTIs, entretanto, não ocorre em um vácuo social. Sua rápida adoção vem acompanhada de debates sobre privacidade, justiça territorial, impacto ambiental e exclusão digital, tornando o tema central para as ciências sociais aplicadas ao turismo. Em especial, a pandemia de COVID-19 acelerou processos de digitalização, ampliando o protagonismo dos DTIs na recuperação de destinos e no redesenho de fluxos turísticos globais (Gretzel et al., 2020)

Contudo, essa visão hegemônica, focada na funcionalidade e na otimização, tende a negligenciar as profundas implicações políticas e culturais da tecnologia que a sustenta. A tecnologia não é uma força autônoma nem um mero conjunto de ferramentas; ao contrário, segundo Feenberg “a tecnologia é uma das principais fontes de poder público nas sociedades modernas” (Feenberg, 2010, p. 5, tradução nossa)¹. Essa abordagem é fundamental para problematizar o discurso do progresso inevitável, frequentemente reforçado por atores do

¹ Technology is one of the major sources of public power modern societies (Feenberg, 2010, p. 5).

setor, que tratam soluções tecnológicas como panaceia para problemas complexos, ignorando disputas sociais, econômicas e simbólicas subjacentes. As decisões sobre seu design e implementação, longe de serem puramente técnicas, definem padrões de vida, moldam relações sociais e distribuem poder de forma desigual. Este trabalho parte de uma recusa explícita ao determinismo tecnológico, a suposição de que "as tecnologias possuem uma lógica funcional autônoma que pode ser explicada sem referência à sociedade" (Feenberg, 2010, p. 8, tradução nossa)¹. Essa crítica também é compartilhada por outros autores relevantes, como Langdon Winner (1980), que alerta para a dimensão política do artefato tecnológico, e por Latour (2012), para quem as redes sociotécnicas são sempre coconstruídas por atores humanos e não-humanos. Em oposição a essa visão, argumenta-se que as tecnologias são socialmente construídas e carregam valores que orientam modos de governar, classificar e ver o mundo.

Para desconstruir a aparente neutralidade do paradigma dos DTIs, este artigo mobiliza um arcabouço teórico-filosófico fundamentado em duas vertentes principais: a Teoria Crítica da Tecnologia, de Andrew Feenberg, e o conceito de dispositivo, desenvolvido por Giorgio Agamben, a partir de Michel Foucault. A teoria de Feenberg é crucial por demonstrar que, "em teoria crítica a tecnologia não é vista como ferramentas, mas como estruturas para estilos de vida" (Feenberg, 2003, p. 9), abrindo a possibilidade de uma democratização tecnológica. Já o conceito de dispositivo em Agamben oferece uma ferramenta analítica poderosa para compreender como arranjos heterogêneos, incluindo discursos, leis, infraestruturas e tecnologias, operam para "capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes" (Agamben, 2005, p. 12).

A originalidade deste artigo reside na escolha de um referencial teórico ainda pouco explorado nos estudos sobre turismo inteligente, especialmente em língua portuguesa, ao articular filosofia da tecnologia e o conceito de dispositivo. Com isso, busca-se não apenas analisar o fenômeno dos DTIs, mas contribuir para o amadurecimento crítico do campo,

¹ Technologies have an autonomous functional logic that can be explained without reference to society. (Feenberg, 2010, p. 8).

abrindo espaço para abordagens mais reflexivas, interdisciplinares e conectadas à agenda de justiça social.

Assim, o objetivo central deste estudo é desenvolver uma crítica teórico-filosófica ao modelo hegemônico dos Destinos Turísticos Inteligentes, analisando suas implementações mais difundidas como dispositivos tecnopolíticos que, sob o manto da eficiência, promovem uma racionalidade instrumental que padroniza a cultura, intensifica desigualdades (Frenzel; Frisch, 2020) e governa a experiência turística de forma algorítmica. Onde a narrativa dominante celebra a otimização, esta análise busca revelar os processos de controle simbólico e as novas geografias de exclusão potencializadas pelas tecnologias digitais.

Para alcançar este objetivo, o artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção explora os fundamentos teóricos da crítica da tecnologia de Feenberg e do conceito de dispositivo em Agamben. A seção seguinte aplica este referencial aos DTIs, analisando-os como dispositivos que materializam uma racionalidade técnica específica e geram assimetrias. Por fim, a conclusão sintetiza os argumentos e aponta para a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento tecnológico no turismo, defendendo uma tecnopolítica do comum e a profanação dos dispositivos (Agamben, 2005) como caminho para a construção de alternativas mais democráticas e plurais.

É crucial ressaltar, contudo, que a crítica aqui desenvolvida não sugere que os DTIs sejam inherentemente tecnocêntricos ou ampliadores de desigualdades. Pelo contrário, muitas de suas formulações mais aceitas, na verdade invertem essa lógica. A definição promovida pela SEGITTUR (*Sociedad Mercantil Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas*) na Espanha, por exemplo, descreve um DTI como um destino "inovador, sustentável e acessível a todos [...] que aumenta a qualidade da experiência no destino e melhora a qualidade de vida dos residentes" (SEGITTUR, [s.d.]). O que se observa na prática, porém, é um crescente distanciamento entre essa visão idealizada e os modelos tecnocráticos que priorizam a coleta de dados e a eficiência algorítmica. Este artigo se debruça exatamente sobre essa lacuna, investigando por que a implementação dos DTIs frequentemente se afasta de seu potencial emancipatório.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS: RACIONALIDADE TÉCNICA E DISPOSITIVO

Para desconstruir o discurso de neutralidade que envolve os Destinos Turísticos Inteligentes, é necessário um arcabouço teórico que permita enxergar a tecnologia como um

fenômeno social e político. A Teoria Crítica da Tecnologia, proposta por Andrew Feenberg, e o conceito de dispositivo, de Giorgio Agamben, oferecem os fundamentos para essa análise, deslocando o debate da pura funcionalidade para o campo do poder, dos valores e da constituição de subjetividades.

O estudo do impacto da tecnologia sobre a sociedade tem sido central em diferentes campos do pensamento social. Autores da Escola de Frankfurt, como Herbert Marcuse, já denunciavam a racionalidade técnica como instrumento de dominação e conformismo (Marcuse, 1964), influenciando gerações de filósofos e teóricos críticos. Feenberg, dialogando com essa tradição, propõe uma abordagem mais aberta à possibilidade de transformação social a partir da própria tecnologia, distanciando-se tanto do determinismo quanto de um otimismo ingênuo.

2.1 A teoria crítica da tecnologia de Andrew Feenberg

A filosofia de Andrew Feenberg oferece uma via crítica para superar a paralisante dicotomia entre as visões da tecnologia como um instrumento neutro (instrumentalismo) ou como uma força autônoma e inevitável (determinismo e substantivismo). Para Feenberg, a relação entre ciência e tecnologia é fundamental: “onde a ciência busca o saber, a tecnologia busca o controle” (Feenberg, 2003, p. 1). Essa busca por controle, inherentemente prática e social, impede que a tecnologia seja compreendida como um campo isolado de valores.

A Teoria Crítica da Tecnologia parte da premissa de que a técnica moderna - expressão usada por Heidegger (2007) para se referir à tecnologia - é um ambiente, uma forma de vida, e não um conjunto de artefatos neutros. Nesse sentido, “em teoria crítica a tecnologia não é vista como ferramentas, mas como estruturas para estilos de vida” (Feenberg, 2003, p. 9). Isso significa que as tecnologias materializam interesses, ideologias e relações de poder por meio de seus códigos técnicos, as regras e padrões de design que favorecem certas práticas sociais em detrimento de outras. O design de uma linha de montagem, por exemplo, não reflete apenas a busca pela máxima eficiência produtiva, mas também o interesse gerencial em

controlar e objetivar a força de trabalho (Feenberg, 2010, p. 17)¹². Esse viés, que Feenberg chama de "viés formal"³, está inscrito na própria racionalidade técnica que estrutura a sociedade, tornando-se hegemônico e, com frequência, invisível.

No entanto, ao contrário de visões mais pessimistas ou desviantes, como o substantivismo denunciado por Heidegger (2007), a teoria de Feenberg não é fatalista. Pelo contrário, ela "reconhece as consequências catastróficas do desenvolvimento tecnológico ressaltadas pelo substantivismo, mas ainda vê uma promessa de maior liberdade na tecnologia" (Feenberg, 2003, p. 9). Para ele, "o problema não está na tecnologia como tal, senão em nosso fracasso até agora em inventar instituições apropriadas para exercer o controle humano dela" (Feenberg, 2003, p. 9). A contingência dos códigos técnicos abre espaço para a intervenção. A tecnologia é subdeterminada pela pura eficiência; ou seja, diferentes configurações tecnológicas são possíveis, e a escolha entre elas é um campo de luta social.

Essa percepção fundamenta a proposta normativa de Feenberg: a democratização técnica. Se a tecnologia é, também, um palco de lutas sociais, então os grupos subalternos, trabalhadores, consumidores, cidadãos, comunidades locais, podem intervir em seu desenvolvimento, contestando os códigos técnicos dominantes e demandando designs que incorporem uma gama mais ampla de valores e interesses. Como observa Rocha (2021), a tecnologia, longe de ser neutra ou inevitável, "torna-se prática social que elege como meta a construção de uma democracia tecnológica" (Rocha, 2021, p. 4). Esse processo, que Feenberg (2010) chama de "racionalização democrática", não visa rejeitar a tecnologia, mas assumi-la de dentro para fora, tornando-a mais compatível com os valores humanos e ecológicos.

¹ Through mechanization, some of the control functions are eventually transferred from human overseers and parcelized work practices to machines. Machine design is thus socially relative in a way that Weber never recognized, and the 'technological rationality' it embodies is not universal but particular to capitalism.(Feenberg, 2010, p. 17).

² The assembly line offers a particularly clear instance because its design achieves traditional management goals, such as deskilling and pacing work. Its technologically enforced labor discipline increases productivity and profits by increasing control (Feenberg 2010, p. 17).

³ Thus critical theory of technology introduces the concept of 'formal bias' to understand how a rationally coherent, well designed, and properly operated technical device or system can nevertheless discriminate in a given social context (Feenberg, 2010, p. 69)

2.2 O dispositivo em Giorgio Agamben

Enquanto a teoria de Feenberg foca na estrutura interna e nas possibilidades de aculturação da tecnologia, o conceito de dispositivo de Giorgio Agamben oferece uma ferramenta para analisar como a tecnologia se articula com outras práticas de poder para governar a vida.

A genealogia do conceito remonta à obra de Michel Foucault, para quem dispositivos (*dispositifs*) são arranjos heterogêneos, práticas, discursos, instituições, leis, que organizam relações de saber e poder na sociedade (Foucault, 1995; 2014). Agamben radicaliza e atualiza o conceito, ampliando o escopo dos dispositivos para além das instituições disciplinares clássicas (prisão, hospital, escola), incluindo objetos, tecnologias e linguagens cotidianas. Em sua formulação mais ampla, Agamben (2005, p. 12) define dispositivo da seguinte forma:

chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., [...] mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma [...].

A função primária de um dispositivo é, portanto, criar um sujeito. Ele opera na relação corpo a corpo entre o "ser vivente" e o próprio dispositivo, produzindo processos de subjetivação (Agamben, 2005). O prisioneiro, por exemplo, é subjetivado pelo dispositivo prisional.

Contudo, Agamben faz uma distinção crucial para a análise do presente. Ele afirma que os aparatos do capitalismo contemporâneo operam de modo distinto. Para o filósofo, "o que define os dispositivos com os quais temos que lidar na fase atual do capitalismo é que eles não agem mais tanto pela produção de um sujeito, quanto pelos processos que podemos chamar de dessubjetivação" (Agamben, 2005, p. 14).

Nos dispositivos contemporâneos, a captura não resulta mais na constituição de uma subjetividade plena e identificável, mas em sua fragmentação e esvaziamento. O indivíduo capturado pelo dispositivo "telefone celular", por exemplo, não adquire uma nova identidade rica, mas "somente um número através do qual pode ser, eventualmente, controlado" (Agamben, 2005, p. 14). O sujeito é reduzido a um rastro de dados, um perfil de consumo, um índice de audiência, uma identidade espectral que serve apenas para fins de gestão e controle.

A união dessas duas teorias oferece um potente arsenal crítico. Enquanto Feenberg nos permite ver como uma rationalidade técnica específica (e não universal) é inscrita no design dos DTIs, Agamben nos ajuda a entender como esses sistemas tecnológicos, ao se conectarem com discursos de mercado e práticas de governança, funcionam como dispositivos que captam a vida e a experiência, não para criar sujeitos-cidadãos, mas para produzir perfis de consumidores dessubjetivados, cujos gestos e desejos podem ser previstos, gerenciados e controlados.

Adotar este duplo referencial teórico como nuclear deste pensamento é, portanto, mais do que um exercício acadêmico: é uma estratégia para evidenciar o quanto o debate sobre DTIs, frequentemente restrito ao campo da gestão, precisa ser deslocado para a cena das disputas políticas e ontológicas. Em outras palavras, pensar destinos turísticos inteligentes como dispositivos tecnopolíticos é pensar também em alternativas de resistência, apropriação e transformação dos próprios códigos e arranjos tecnológicos ou, de modo mais abrangente, pensar a tecnologia como cultura.

3 O DESTINO TURÍSTICO INTELIGENTE COMO DISPOSITIVO TECNO-POLÍTICO

A narrativa dominante sobre os Destinos Turísticos Inteligentes (DTIs) os apresenta como uma evolução natural e desejável da gestão turística, uma solução técnica para os complexos desafios dos territórios. Antes de prosseguir com a análise, é importante ressaltar que a crítica aqui desenvolvida não se volta contra o conceito de DTI em si, mas contra formas de implementação que reduzem o turismo a um problema de eficiência algorítmica, em uma abordagem técnica. A proposta original dos DTIs, em sua acepção mais ampla, visa promover qualidade de vida para residentes e visitantes, combinando inovação tecnológica com inclusão social, cultural e territorial. O que se questiona são os modelos tecnocráticos e despolitizados que, ao priorizarem a lógica do controle, se afastam do potencial emancipatório do turismo inteligente e da própria inteligência contemporânea, balizada pelo método científico.

É justamente essa versão tecnocrática que se manifesta na lógica funcionalista predominante na literatura e em muitos projetos práticos, que serão o foco da desconstrução a seguir.

3.1. A lógica funcionalista dos DTIs: eficiência e governança de dados

Na literatura especializada, o DTI é frequentemente enquadrado como um ecossistema que representa um salto qualitativo em relação ao *e-turismo*. A diferença fundamental reside na integração de tecnologias da informação e comunicação (TICs) com a infraestrutura física do destino, conectando o mundo digital ao físico por meio de sensores, dispositivos móveis e a Internet das Coisas (IoT) (Gretzel et al., 2015). O modelo se propõe a ser sistêmico e holístico. Ivars-Baidal, Cervera-Taulet e Perles-Ribes (2017) propõem um modelo de três níveis inter-relacionados: um nível estratégico-relacional, focado em governança, sustentabilidade e inovação; um nível instrumental, baseado em conectividade e sistemas de informação para a tomada de decisão; e um nível aplicado, onde se desenvolvem "soluções inteligentes" para o marketing e a gestão.

O pilar que sustenta toda essa estrutura é a coleta e análise de dados em larga escala. Conforme apontam Gretzel et al. (2015, p. 182, tradução nossa)¹,

o turismo inteligente também repousa claramente sobre a capacidade não apenas de coletar enormes quantidades de dados, mas de armazenar, processar, combinar, analisar e usar esses dados de forma inteligente para informar inovação, operações e serviços empresariais.

A lógica funcionalista dos DTIs promete otimizar recursos e personalizar a experiência do turista (Buhalis; Amaranggana, 2014). Contudo, o poder de coleta e processamento de dados subjacente, centralizado em grandes empresas de tecnologia, suscita crescentes preocupações sobre a transparência algorítmica e a governança dos destinos (Zuboff, 2015). Plataformas como Airbnb e Google Maps, por exemplo, tornaram-se infraestruturas críticas que, para além de intermediar serviços, definem o que é visível e valioso em um destino, influenciando desde as atrações sugeridas até o mercado imobiliário local. De acordo com Törnberg e Söderström (2025), esse fenômeno ilustra a consolidação de um “urbanismo de plataforma”, no qual os ecossistemas digitais se tornam elementos estruturantes do território. Nessa perspectiva, as plataformas não apenas organizam dados e fluxos, mas coproduzemativamente o espaço urbano e turístico, moldando suas dinâmicas econômicas, sociais e políticas.

¹ Smart tourism also clearly rests on the ability to not only collect enormous amounts of data but to intelligently store, process, combine, analyze and use big data to inform business innovation, operations and services.” (Gretzel et al., 2015, p. 182)

Curiosamente, até mesmo as análises mais refinadas dentro desse paradigma tendem a limitar sua crítica ao campo da gestão. Reconhece-se, por exemplo, que "o desafio do destino turístico inteligente reside mais na governança do que na tecnologia, destacando aspectos-chave para o redesenho das funções das organizações de gestão do destino" (Ivars-Baidal, Cervera-Taulet e Perles-Ribes, 2017, p. 14, tradução nossa).¹ Embora pertinente, essa perspectiva trata a governança como um problema de coordenação e estratégia, sem questionar a própria racionalidade técnica que informa o modelo e seus efeitos políticos e sociais mais profundos.

A partir de uma perspectiva de planejamento, no entanto, é preciso lembrar que as grandes plataformas voltadas para o turismo não implementam, de fato, DTIs. A visão de que tais plataformas se vinculam diretamente a destinos turísticos inteligentes é uma distorção, visto que elas operam serviços de deslocamentos, hospedagens e receptivos, dinamizando e facilitando tais ofertas, mas estão verdadeiramente distantes do conceito de DTIs, atuando somente na operacionalização comercial destes serviços. De outro modo, os projetos de DTIs se vinculam ao território, ativando três conceitos fundantes, a saber o uso tecnológico situado, a melhoria da experiência no destino turístico e o desenvolvimento local. Esses três eixos não são verificados nas plataformas voltadas aos serviços do segmento turístico, que se preocupam unicamente da comercialização dos serviços.

3.2. O DTI como dispositivo de coleta de dados e dessubjetivação

É precisamente neste ponto que a aplicação do referencial de Feenberg e Agamben se mostra fundamental. O modelo DTI, em suas versões mais tecnocráticas e orientadas ao mercado, com sua ênfase na coleta massiva de dados, na sensorização do espaço e na gestão algorítmica de fluxos e experiências, funciona como um potente dispositivo nos termos de Agamben (2005). Ele é uma rede heterogênea de tecnologias, discursos (de eficiência e inovação), práticas (de avaliação on-line, de geolocalização) e medidas administrativas cujo objetivo é capturar e governar os comportamentos dos turistas.

No entanto, diferentemente dos dispositivos disciplinares clássicos analisados por Foucault, que visavam produzir sujeitos (o prisioneiro, o estudante), os dispositivos do

¹ The challenge of the STD resides more in governance than technology, highlighting key aspects for the redesign of the functions of the DMOs, which are derived from the research carried out." (IVARS-BAIDAL et al., 2017, p. 14).

capitalismo contemporâneo operam de modo distinto. Como já apontado por Agamben (2005), a principal característica desses novos aparatos é que eles não agem tanto pela produção de um sujeito, mas sim por meio de processos que o autor chama de dessubjetivação.

O DTI exemplifica perfeitamente esse processo, quando operado incorretamente. O turista, ao ser integrado no ecossistema “inteligente”, é sistematicamente despojado de sua complexidade, imprevisibilidade e singularidade para ser transformado em um perfil de dados, um conjunto de preferências rastreáveis e comportamentos predizíveis. Sua experiência, em vez de ser um encontro aberto com o território, tende a se tornar um percurso mediado e otimizado por plataformas e/ou serviços que sugerem, direcionam e, em última análise, o controlam. O ser vivente que viaja é dessubjetivado em um usuário cujas interações geram valor econômico para os operadores do sistema.

Essa operação é legitimada por uma racionalidade técnica específica (Feenberg, 2010), que apresenta o controle como eficiência e a vigilância como personalização. Mesmo quando a intenção declarada é nobre, como o uso de sensores e dados para evitar a superlotação em um parque nacional e promover a sustentabilidade, por exemplo, a racionalidade técnica subjacente ainda pode ser problemática. A questão crítica, como aponta Feenberg, não é o que a tecnologia faz, mas como ela é usada: quem define os limites de lotação? Com base em quais valores? Os dados coletados dos visitantes são usados para outros fins? A solução, embora funcional, pode mascarar uma nova forma de controle e vigilância que restringe a autonomia em nome da eficiência.

A escolha por essa racionalidade, em detrimento de outras formas possíveis de organizar a tecnologia no turismo, não é uma fatalidade técnica, mas uma decisão política que reflete e reforça interesses comerciais e uma visão de mundo que privilegia a otimização em detrimento da autonomia e da diversidade cultural.

3.3. Geografias da desigualdade e *Enclosures* Digitais

As consequências dessa modelização e dessubjetivação não são apenas subjetivas; elas se inscrevem materialmente no espaço, produzindo novas geografias de desigualdade. A análise de Frenzel e Frisch (2020) sobre a valorização turística na era digital é esclarecedora. Os autores argumentam que as práticas digitais dos turistas, como avaliações em plataformas, postagens em redes sociais e *check-ins*, são formas de valorização que ativamente produzem

o valor dos lugares. Esse processo é inherentemente desigual: ao avaliar positivamente um local, o turista simultaneamente desvaloriza outros, criando hierarquias de visibilidade e atratividade (Frenzel; Frisch, 2020).

Crucialmente, o valor gerado por essas práticas, um tipo de "trabalho gratuito" realizado pelos turistas (Terranova, 2000), não é revertido para as comunidades locais. Em vez disso, ele é sistematicamente capturado por meio de *enclosures digitais* (Frenzel; Frisch, 2020)¹. As plataformas de reserva, avaliação e mídia social, quando compõem a espinha dorsal de um DTI, funcionam como cercamentos que controlam o fluxo de informações, monetizam a reputação e extraem renda da visibilidade que ajudam a criar, de forma semelhante aos mecanismos de monopólio e exclusão discutidos por Harvey (2012). Assim como Harvey analisa como o capital simbólico e a marca de uma cidade podem ser estratégias de acumulação de monopólio, essas plataformas operam como cercamentos informacionais que delimitam o acesso ao espaço de reputações e aprendizados, convertendo visibilidade e reconhecimento em fontes de renda e poder.

Isso resulta em pelo menos duas consequências espaciais diretas. Primeiro, a gentrificação turística, onde a valorização de certas áreas eleva os custos de vida e expulsa os moradores originais para dar lugar a acomodações de curta duração e serviços voltados para turistas (Cocola-Gant, 2018; Frenzel; Frisch, 2020). Segundo, a criação de zonas de opacidade, marginalizando territórios que não se alinham aos parâmetros técnicos ou às métricas de popularidade das plataformas digitais.

Pensemos, por exemplo, em um bairro histórico cujos restaurantes mais autênticos, geridos por famílias locais, não possuem sistema de reserva on-line ou conhecimento de marketing digital. Para o dispositivo turístico massivo, que opera na lógica de plataformas como TripAdvisor ou Google Maps, esses estabelecimentos são funcionalmente invisíveis. O turista guiado por essas ferramentas é direcionado apenas aos locais “datificados”, criando

¹ O termo 'digital enclosures' refere-se a processos nos quais espaços digitais, como plataformas on-line, são apropriados por empresas para captar e monetizar o valor gerado coletivamente pelos usuários, especialmente por meio de conteúdos e avaliações produzidos por eles. Originado do conceito clássico de '*enclosure*', que historicamente descreve a privatização e exclusão em espaços físicos comuns, o uso contemporâneo enfatiza como a economia digital promove formas de cerceamento e controle sobre ativos digitais compartilhados, frequentemente vinculados a trabalhos gratuitos ou pouco remunerados dos usuários. No contexto do turismo, como discutido por Frenzel e Frisch (2020), essas *enclosures digitais* condicionam a visibilidade e valorização de lugares turísticos, impactando as geográficas das desigualdades e limitando o potencial democratizador das plataformas digitais.

uma bolha turística que reforça certos negócios em detrimento de outros e empobrece a experiência do encontro genuíno com a cultura local

A lógica da conectividade e da datificação amplia a assimetria entre os centros de alta visibilidade e as áreas que permanecem invisíveis para o dispositivo turístico, suprimindo suas narrativas e potencialidades.

4. DISCUSSÃO: RUMO A UMA TECNOPOLÍTICA DO COMUM

Entre os desafios para a agenda de pesquisa, destaca-se a necessidade de mais investigações empíricas sobre experiências alternativas de DTI: cidades que conseguiram avançar em processos participativos, inovação social ou apropriação comunitária da tecnologia. Pesquisas sobre os impactos sociais de plataformas digitais, mecanismos de resistência local e estratégias de reapropriação tecnológica também são fundamentais para complexificar o debate.

As implicações práticas dessa crítica apontam para a urgência de se repensar as políticas públicas de inovação no turismo, em detrimento do uso das plataformas que se distanciam do conceito de DTI. Em vez da importação de soluções tecnológicas universais e descontextualizadas, que frequentemente aprofundam assimetrias (Frenzel; Frisch, 2020), defende-se a necessidade de uma inteligência territorial situada. A alternativa não reside na rejeição à tecnologia, mas na sua radical democratização. Trata-se de um projeto de racionalização democrática (Feenberg, 2010), que busca transformar a tecnologia de dentro para fora. Conforme aponta Rocha (2021), essa abordagem exige uma tecnologia socialmente comprometida, que transcendia os próprios dispositivos para se fundamentar em um modelo mais profundo do ser humano e de sua cultura performática no mundo contemporâneo.

Pensar uma tecnopolítica do comum significa, como sugere Pierre Lévy (2016), fomentar redes de inteligência coletiva que ampliem a capacidade das comunidades locais de produzir, gerir e transformar os destinos turísticos de modo colaborativo e plural. Negri e Hardt (2001) defendem que “o comum” não é apenas o que resta após a privatização, mas o horizonte político de uma nova cidadania, onde a criatividade, a memória e o território são compartilhados e cultivados. Para Raquel Rolnik (2015), experiências urbanas baseadas no comum possibilitam reverter tendências de segregação e alienação, tornando os espaços urbanos mais democráticos, inclusivos e sensíveis às singularidades culturais.

É nesse sentido que o conceito de profanação de Agamben (2005) emerge como uma potente estratégia política. Profanar um dispositivo significa neutralizar seu mecanismo de captação e restituir ao uso comum aquilo que ele havia separado e privatizado, representando no contexto dos DTIs, a resistência à lógica da extração de dados e da mercantilização da experiência. Significa fomentar a apropriação popular das tecnologias, permitindo que comunidades locais as utilizem para fortalecer suas próprias narrativas, proteger seu patrimônio e construir economias mais justas e colaborativas.

A materialização dessa ideia ocorreria, por exemplo, com a criação de uma plataforma de hospedagem cooperativa e de código aberto governada pelos próprios moradores, retirando o controle das mãos de uma corporação como o Airbnb, ou usá-la em atendimento dos valores e preceitos coletivos de um destino - e não isoladamente, sem a contextualização local. Seria desenvolver aplicativos de turismo que utilizem dados abertos e permitam que guias locais e pequenos comerciantes insiram suas próprias narrativas e rotas, quebrando a hierarquia dos algoritmos. Cada uma dessas ações restitui ao 'uso comum' da comunidade aquilo que o dispositivo havia captado e privatizado para fins de controle e lucro. Como afirma Agamben (2005, p. 16), "o problema da profanação dos dispositivos, isto é, da restituição ao uso comum daquilo que foi capturado e separado de si – é, por isso, tanto mais urgente".

Profanar, em Agamben, é devolver ao universo humano, dessacralizando os objetos. Neste sentido, profanar a tecnologia significa retirá-la de um contexto de neutralidade e autonomia, tornando-a operacional no contexto dos valores e controles situados, em conformidade com a Teoria Crítica da Tecnologia, de Feenberg. Em última instância, significa operar a tecnologia a partir de seu conceito genuíno, como conhecimento, e não em sua compreensão técnica, instrumental.

Para que os destinos inteligentes sejam efetivamente plurais e democráticos, é fundamental que políticas públicas, agentes privados e sociedade civil se empenhem em criar mecanismos de participação, transparência e governança aberta dos dados e das tecnologias implantadas. Plataformas de código aberto, laboratórios de inovação cidadã, conselhos participativos e avaliações de impacto social podem ser caminhos para consolidar essa virada. Portanto, um destino verdadeiramente inteligente não seria aquele mais tecnologicamente saturado, mas aquele que consegue fomentar uma tecnopolítica do comum, do coletivo. Um destino onde a tecnologia, em vez de ser meramente um instrumento de controle, torna-se uma arena para o exercício da cidadania e da criatividade coletiva.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho realizou uma crítica teórico-filosófica ao paradigma dos Destinos Turísticos Inteligentes, argumentando que, longe de serem uma evolução técnica neutra, as suas implementações hegemônicas funcionam como dispositivos tecnopolíticos. Ao mobilizar a Teoria Crítica da Tecnologia de Andrew Feenberg e o conceito de dispositivo, de Giorgio Agamben, foi possível demonstrar como os DTIs materializam uma racionalidade técnica específica, focada no controle, na eficiência e na otimização comercial, que capta a experiência turística, promove processos de dessubjetivação e engendra novas geografias de desigualdade através de *enclosures* digitais.

A análise desloca o debate para além de questões puramente gerenciais de implementação e governança, reposicionando-o como um problema fundamentalmente político sobre os valores que moldam nosso ambiente tecnológico e, consequentemente, nossas formas de vida. A articulação entre Feenberg e Agamben mostrou-se especialmente fértil para iluminar não apenas os mecanismos técnicos por trás dos DTIs, mas também os processos de subjetivação e dessubjetivação em curso, quando os modelos implementados se voltam para uma lógica técnica, baseada na causalidade verificada em métricas comerciais. Se para Feenberg a racionalidade técnica é campo de luta, para Agamben os dispositivos podem ser “profanados”, isto é, restituídos ao uso comum.

No plano teórico, a pesquisa reforça a pertinência da Filosofia da Tecnologia como ferramenta indispensável para a análise crítica dos modelos contemporâneos de gestão turística. A crítica, portanto, não é à ideia de um 'destino inteligente', mas ao seu sequestro por uma racionalidade puramente instrumental, elaboradas e acompanhadas com compreensão técnica (modelo que assume o conhecimento baseado em causalidade), em detrimento de uma compreensão tecnológica (modelos que assumem o conhecimento baseado no método científico). Para que os destinos inteligentes sejam efetivamente plurais e democráticos, eles precisam ser pensados para além dos dispositivos, com base em um modelo ontológico do humano e sua cultura no contemporâneo (Rocha, 2021), observando os três eixos fundantes dos DTIs, como apontado. Problematizar o imaginário tecnocrático que sustenta o atual paradigma dos DTIs é o primeiro passo para abrir espaço a alternativas que sejam, de fato, mais inteligentes, justas e humanas, portanto, mais aderentes ao conceito mesmo de DTIs e, objetivamente, ao conceito de tecnologia.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? Tradução de Rafael Alonso. **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2023–2027**: turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social do Brasil. [Brasília, DF]: Ministério do Turismo, 2023. 164 p. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/PLANONACIONALDETURISMOV431.10PORTAL.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- BUHALIS, D; AMARANGGANA, A. Smart tourism destinations enhancing tourism experience through personalisation of services. In: TUSSYADIAH, Iis; INVERSINI, Alessandro (org.). **Information and communication technologies in tourism 2015**. Cham: Springer International Publishing, 2015. p. 377–389. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-14343-9_28. Acesso em: 30 jul. 2025.
- COCOLA-GANT, A. Tourism gentrification. In: LEES, Loretta; PHILLIPS, Martin (org.). **Handbook of gentrification studies**. Cheltenham: Edward Elgar, 2019. p. 281-293
- FEENBERG, A. **Between reason and experience: essays in technology and modernity**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2010. 256 p
- FEENBERG, A. **O que é a filosofia da tecnologia?** Tradução de Agustín Apaza; revisão de Newton Ramos-de-Oliveira. Conferência apresentada na Universidade de Komaba, Japão, junho de 2003. [s.l.], [s.n.], [202–?]. 11 p.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (orgs.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. 1. ed. brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-239.
- FOUCAULT, M. **Vigar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 302 p.
- FRENZEL, F.; FRISCH, T. Tourism valorisation: digitally enhanced tourist value practices and the geographies of inequality. **Tourism Geographies**, [S.I.], p. 1–22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1857428>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- GRETZEL, U. et al. e-Tourism beyond COVID-19: a call for transformative research. **Information Technology & Tourism**, v. 22, p. 187–203, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40558-020-00181-3>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- GRETZEL, U. et al. Smart tourism: foundations and developments. **Electronic Markets**, [S.I.], v. 25, p. 179–188, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12525-015-0196-8>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- HEIDEGGER, M. A questão da técnica. **Scientiae Studia**. São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375–398, 2007.

HARVEY, D. **Rebel cities**: from the right to the city to the urban revolution. London: Verso, 2012. 187 p.

IVARS-BAIDAL, J.A.; CERVERA-TAULET, A; PERLES-RIBES, J.F. Smart destinations and the evolution of ICT: a new scenario for destination management. **Current Issues in Tourism**, [S.I.], v. 24, n. 3, p. 337–357, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13683500.2017.1388771>. Acesso em: 30 jul. 2022.

LATOUR, B. **Reagregando o social**. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012. 399 p.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 212 p.

MARCUSE, H. **One-dimensional man**: studies in the ideology of advanced industrial society. Boston: Beacon Press, 1964. 257 p.

NEGRI, T.; HARDT, M. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001. 501 p

ROCHA, Cleomar de Sousa. Cidades inteligentes e a filosofia da tecnologia: implicações. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA: CONVERGÊNCIAS ENTRE ARTE, CIÊNCIA, TECNOLOGIAS & REALIDADES MISTAS, 10., 2021, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: UNESP, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/10encontrointernacionaldegrupos/411520-CIDADES-INTELIGENTES-E-A-FILOSOFIA-DA-TECNOLOGIA--IMPLICACOES>. Acesso em: 1 set. 2025.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015. 432 p.

SEGITTUR. **Destinos turísticos inteligentes**. Disponível em: <https://www.segittur.es/destinos-turisticos-inteligentes/proyectos-destinos/destinos-turisticos-inteligentes/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

TERRANOVA, T. Free labor: Producing culture for the digital economy. **Social Text**, v. 18, n. 2, p. 33-58, 2000.

TÖRNBERG, P.; SÖDERSTRÖM, O. Comparative platform urbanism: cities in a world of platforms. **Digital Geography and Society**, [S.I.], v. 8, art. 100119, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.diggeo.2025.100119>. Acesso em 30 jul. 2025.

WINNER, L. Do artifacts have politics? **Daedalus**, [s.l.], v. 109, n. 1, p. 121–136, 1980.

ZUBOFF, S. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. **Journal of Information Technology**, v. 30, n. 1, p. 75–89, 2015.

A IMPLEMENTAÇÃO DE UM MUSEU DE TERRITÓRIO NO BAIRRO DOM BOSCO, JUIZ DE FORA/MG: REFLEXÕES EM TORNO DAS PRIMEIRAS AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU

Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior

Universidade Federal de Juiz de Fora
edwaldo.anjos@ufjf.br

Luciana Bittencourt Villela

Universidade Federal de Juiz de Fora
luciana.bitencourt@ufjf.br

Arthur Nazario Moreira

Universidade Federal de Juiz de Fora
contatoarthurnazario@gmail.com

Célia Furtado Henriques

Universidade Federal de Juiz de Fora
celia.henriques@estudante.ufjf.br

RESUMO

O presente trabalho analisa as primeiras ações do projeto de extensão universitária “Implementação de um Museu de Território no Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora/MG”, aprovado em 2025 pela Pró-Reitoria de Extensão da UFJF. O principal objetivo da proposta é valorizar o patrimônio territorial do bairro Dom Bosco, predominantemente negro e historicamente marginalizado, por meio da construção participativa de um museu que articule memória coletiva, a identidade e a resistência dos moradores. A justificativa do projeto reside na constatação de que o bairro, embora geograficamente próximo a áreas valorizadas da cidade, enfrenta um histórico de exclusão urbana, racismo estrutural e ambiental, gentrificação e invisibilização de sua cultura local. Frente a esse contexto, o museu de território se configura como uma ferramenta de reapropriação simbólica e política do espaço, valorizando saberes e práticas locais a partir da perspectiva dos próprios moradores. A metodologia adotada fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, bem como rodas de conversa e aspectos da observação participante. Foram realizadas rodas de conversa com adultos e idosos em duas instituições comunitárias, a ABAN e o Centro de Convivência ligado ao Centro Espírita Semente, entre março e julho de 2025. Esses encontros, mediados por professores, pesquisadores e alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora, possibilitaram o registro de memórias, denúncias e afetos, com destaque para a perda de espaços simbólicos do bairro e o reconhecimento de práticas culturais de resistência. Além disso, houve a aproximação com conceitos-chave, como patrimônio territorial, museu de território, racismo ambiental e memória coletiva. Como considerações preliminares, o projeto demonstra potencial para fortalecer vínculos comunitários, estimular o protagonismo local e criar condições para a produção de narrativas contra-hegemônicas sobre o bairro. A escuta ativa e o respeito aos saberes populares mostraram-se importantes para o aprendizado da equipe proponente e para a mobilização de sujeitos para a consolidação do museu.

Palavras-chave: Museu de Território; Patrimônio Cultural; Racismo Estrutural; Dom Bosco/JF; Projeto de Extensão.

1 INTRODUÇÃO

O Povoado de Santo Antônio do Paraibuna, formado às margens da estrada Caminho Novo — uma rota criada que visava garantir o escoamento seguro dos metais preciosos retirados das regiões mineradoras para a Corte no Rio de Janeiro — marcou o início do setecentos para a região da Zona da Mata, que, a partir deste instante, passou participar da economia mineradora colonial. Posteriormente, por meio de distintas leis provinciais, o povoado é elevado à condição de Vila após desmembrar-se de Barbacena com a criação da Paróquia de Santo Antônio do Paraibuna, recebendo a distinção de cidade do Paraybuna. Anos mais tarde, ganharia a nomeação de Juiz de Fora, denominação que se mantém até os dias atuais (Batista, 2006, p. 42; Guimarães; Guimarães, 2001).

O esgotamento da mineração no Estado de Minas Gerais, contudo, conduzirá ao investimento de capital na produção agro-exportadora cafeeira, sobretudo entre os anos de 1850 a 1870 (Guimarães; Guimarães, 2001, p. 17). Segundo revela Batista (2006, p. 44), a região sustentará o *status* de maior produtora de café até os princípios da Primeira República.

A mão de obra que sustentou este sistema foi escravizada negra, cuja porcentagem originalmente exposta por Rômulo Andrade e descortinada pela obra de Guimarães e Guimarães (2001) seria, na Zona da Mata, da ordem de 26% dos escravizados de toda província. Batista (2006) assinala, por sua vez, que Juiz de Fora foi responsável por comportar o maior número de indivíduos sobre esta condição laboral após 1883 em toda Minas Gerais. A abolição da escravidão no Brasil, por outro lado, diferente de ser linear, mostrou-se como um processo que ocorreu de maneira lenta e problemática.

Apontamentos realizados por Barreto (2010) por intermédio de Mônica Oliveira (2000) revelam que a segunda década do novecentos esteve marcada pelo declínio da produção de café, decorrendo disso, a movimentação de populações que buscavam morar em espaços urbanos. Assim, enquanto o centro da cidade encontrava-se ocupado por trabalhadores livres e imigrantes, restou aos indivíduos libertos ocupar regiões não urbanizadas e carentes de infraestrutura, constituindo “ilhas em torno da área central. Como foi o caso de alguns bairros como *Dom Bosco*, *Santa Rita* e *São Benedito*” (Barreto, 2010, p. 24-25, grifo nosso).

Feitas essas considerações, insta salientar que um dos bairros de Juiz de Fora que surgiu no início do século XX decorrente da ocupação de ex-escravizados e seus descendentes é o bairro Dom Bosco, primeiramente denominado como “Serrinha”, cujo surgimento data a década de 1920 (Menezes, Monteiro, 2010). Ainda hoje constituído por habitantes em sua

maioria negros, o Dom Bosco vem sofrendo uma série de intervenções urbanas ao longo do século XX e XXI que tem alterado robustamente espaços de lazer, práticas de sociabilidade e causando profundas transformações na paisagem urbana (Saar; Sancho-Pivoto, 2020).

Ora, ao considerar essa trajetória urbana permeada pela desigualdade social e urbana (Barreto, 2017); ao se considerar um permanente processo de gentrificação do entorno do território do Dom Bosco (Monteiro, 2014; Saar; Sancho-Pivoto, 2020); ao levar em consideração a existência ali de um conjunto de tradições, saberes, lugares de memória profundamente enraizados junto à população negra (Mariosa, 2009); ao se constatar um processo de exclusão do território de uma cartografia turística centrada no patrimônio (Tostes, 2024), na medida em que o patrimônio cultural presente sequer é mencionado no Guia Atrativos Turísticos - Edição Patrimônio JF, publicação de 2022, da Secretaria Municipal de Turismo, vislumbram-se no bairro as características elencadas por Costa (2017) como territórios de exceção.

Entende-se territórios de exceção, a partir dos dizeres de Everaldo Costa, aqueles espaços urbanos perpassados por modos particulares de gestão, capazes de, em maior ou menor dimensão, sustar, parcial ou totalmente, os direitos dos cidadãos, além de serem perpassados por práticas de violência institucional. Nessas áreas, geralmente associadas às periferias urbanas latino-americanas, há não só uma imposição de governamentalidade seletiva capaz de estigmatizar os seus moradores (Costa, 2017), como também não há ações efetivas de valorização do patrimônio cultural ali vigente.

E é nesse lócus que o presente projeto de extensão se configura, ao articular duas categorias centrais. Primeiramente, mobiliza a noção de patrimônio territorial proposto por Everaldo Costa, na medida em que considera o patrimônio como algo além da ideia de patrimônio como algo fixo ou monumental, algo, aliás, criticado por Meneses (1996). Antes, o patrimônio territorial seria o resultante de um conjunto de valores, saberes, práticas e sentidos construídos historicamente pelas populações sobre os lugares que habitam, isto é, articulados com uma base espacial. Nesse sentido, o patrimônio-territorial está intimamente ligado à vivência cotidiana, à memória coletiva e à relação afetiva com o território. Trata-se de uma noção ativada pelas próprias comunidades como forma de resistência e afirmação identitária, sendo uma ferramenta política para reivindicar o direito à cidade e contrapor projetos urbanos excludentes que ameaçam seus modos de vida. (Costa, 2017).

O segundo conceito mobilizado seria a noção de museu de território, ao considerar o foco do objeto físico para o espaço vivido, considerando o território como suporte, conteúdo e protagonista da memória coletiva. Nesse modelo, o museu não se limita a um edifício, mas se espalha por paisagens, práticas culturais, saberes e modos de vida presentes em uma comunidade, mediante uma articulação contemporânea em que o museu pode ser também compreendido como um somatório de território + patrimônio + população (Chagas; Pires, 2020). Logo, um museu de território, intimamente associado ao cotidiano das populações no território, valoriza não só os vínculos entre pessoas e lugares, evidenciando o patrimônio material e imaterial construído historicamente, como também se torna importante ferramenta de reconhecimento e ativação social, permitindo que os próprios moradores se tornem curadores de suas memórias, histórias e lutas, reivindicando o direito de narrar e preservar seus espaços a partir de suas próprias perspectivas por meio de um museu, instituição essa intimamente ligada à memória e ao poder (Chagas, 2002).

Porto que este trabalho visa problematizar o processo de implementação de um Museu de Território do Bairro Dom Bosco, ele pretende discutir os desafios e ações levadas a efeito pelos integrantes do Projeto de Extensão homônimo, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFJF no início de 2025. Para isto, o trabalho está dividido em outras quatro seções. No próximo item, realizar-se-á uma contextualização teórica e empírica mais pormenorizada do bairro Dom Bosco justificando a o local como *lócus* do projeto de extensão. Na terceira seção, abordar-se-á aspectos metodológicos do projeto de extensão. Na sequência, apresentar-se-á as ações do projeto, refletindo sobre alguns resultados e desafios encontrados, iluminando o debate com o marco teórico utilizado neste artigo. Por fim, apresenta-se as considerações finais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

Acrescido dos efeitos revezes de uma liberdade precária após 1888, que relegou aos indivíduos recém-libertos à informalidade no emprego e o acesso incompleto de direitos civis e benefícios públicos. O silenciamento racial que arraigou-se sobre a sociedade e as instituições, somada à implementação de políticas eugenistas de branqueamento da população, aprofundou o racismo e arrastou a problemática racial brasileira. Nesse sentido, Aníbal Quijano (2005, p. 117-118) explica que a ideia de raça foi instituída e naturalizada pelo colonialismo europeu.

O processo de conquista estabelece, portanto, que as relações de poder, entre conquistador e dominados, está baseada na hierarquização racial da sociedade, dividindo os indivíduos entre grupos identitários novos – índios, negros e mestiços – e que organizará o trabalho, as relações sociais, as instituições e as políticas (Quijano, 2005). Lélia Gonzalez (2020, p.129), aponta de maneira similar para a internalização da crença em uma sociedade “eurocristã (branca e patriarcal)”, fator constitutivo fulcral das relações colonialistas europeias desenvolvidas no Novo Mundo.

Assim, Laurejane Smith (2011) define que “uma das funções do patrimônio é validar e defender certas identidades e narrativas, enquanto outras memórias ficam de lado” (Smith, 2011, p. 41). Neste processo, a constituição da memória coletiva – isto é, a lembrança do passado socialmente construída por diferentes agentes sensíveis a partir do tempo presente – (Halbwachs, 1990) está colocada em conflito entre distintas potências sociais pelo poder (Le Goff, 1924, p. 368). Michael Pollak (1989, p. 4), nessa vertente, para se referir à esta disputa de memória elucida que as “memórias subterrâneas [...] prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise”.

É em meio ao contexto de crise da modernidade que ocorre a “a expansão dos processos de patrimonialização (que) permitiu, por isso, incorporar uma multiplicidade de passados democráticos, domésticos, nalguns casos traumáticos, que remetem para uma visão mais inclusa da história, da memória e da cultura” (Anico, 2005, p. 77). Marta Anico (p. 80) continua a refletir que a pós-modernização da cultura – isso inclui os museus – reformula o encargo social destas instituições que passam a atender por demandas de representatividade locais. Ulpiano Menezes (2002, p.23 *apud* De Bernardi et al, 2024, p. 36) elabora que o museu é uma interpretação do mundo, todavia o que se observa é uma relação “engessada do museu como espaço para guardar objetos que contam histórias extraordinárias”.

Ao refletirmos sobre a noção de racismo estrutural no Brasil, torna-se fundamental compreender que ele está profundamente enraizado nas relações sociais e se manifesta de forma evidente no território. Segundo Barreto (2018), o racismo brasileiro se expressa de maneira invisível e velada, sem respaldo explícito na legislação, mas com efeitos tangíveis, percebidos cotidianamente pela população negra, que é sistematicamente marginalizada, especialmente em cidades de médio e grande porte, como é o caso de Juiz de Fora.

Como reflexo direto do racismo estrutural, o racismo ambiental manifesta-se nas injustiças socioambientais enfrentadas pela população negra e pobre. Segundo dados da

Defesa Civil do município de Juiz de Fora, 70,5% das pessoas que vivem em áreas de risco na cidade de Juiz de Fora são negras (Barreto, 2018), indicando que essas populações estão expostas a situações de vulnerabilidade socioambiental, uma vez que se encontram à margem do acesso a serviços básicos de infraestrutura, como saneamento, coleta de resíduos e abastecimento de água (Gomes et al., 2022)

Recentemente, a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora anunciou a aprovação do projeto de urbanização do Alto Dom Bosco, contemplado pelo programa federal PAC Periferia Viva, com investimento inicial estimado em aproximadamente R\$ 40 milhões. De acordo com informações divulgadas nos canais oficiais da administração municipal, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular (SEDUPP) será responsável por apresentar à comunidade local os principais componentes da proposta (G1, 2025). A escolha do Alto Dom Bosco como área prioritária justifica-se pelo fato de o território estar classificado como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Esse instrumento urbanístico, previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), tem como finalidade garantir o direito à moradia digna para populações de baixa renda residentes em áreas de ocupação informal e marcadas por situações de vulnerabilidade socioespacial. Subside, ainda, a dúvida acerca dessa medida, visto que não houve um processo de participação popular na construção da proposta.

2.1 Reflexões em torno do *lócus* da ação e a opção pelo projeto de extensão

A partir de dados sobre o processo de ocupação do bairro do Dom Bosco, situado na zona oeste da cidade, há indícios de que a ocupação se deu no primeiro quarto do século XX como área de assentamento dos remanescentes da mão de obra escrava empregada nas fazendas de café da região. Há ainda presente no imaginário social que a comunidade seria uma área de refúgio dos escravizados, formando, assim, um território quilombola, tal como assinalado por Mariosa (2009). Tanto é que a expressão “Pequeno Quilombo”, utilizada por um morador, o senhor Isaías (87 anos), habitante do bairro Dom Bosco desde 1932, tal como registrado por Barreto (2017), ilustra essa perspectiva. Se o morador reporta que, ao chegar ao bairro, notava um expressivo contingente de ex-escravos e descendentes advindos das fazendas de café São Mateus e Salvaterra, nota-se, todavia, outras leituras sobre a origem do bairro.

Segundo essas versões, atores estratégicos que “promoviam” o seu surgimento seriam Vicente Beghelli, então proprietário das terras adquiridas em 1927, onde foi edificada a capela em homenagem a Dom Bosco e um campo de futebol, bem como a atuação da Obra Social São Vicente de Paula, ligada à Paróquia de São Mateus. Fato é que a maioria dos moradores da comunidade, então denominada Serrinha, era formada por uma população afrodescendente, de origem rural, muito pobre e que, posteriormente, foi sendo ocupada por trabalhadores operários forjando uma tessitura sociocultural singular (Menezes e Monteiro, 2010). Tanto é que, ainda hoje, é possível afirmar que a maioria da população do bairro é constituída por negros (Barreto, 2017).

A partir de 1960, há um conjunto de intervenções urbanísticas expressivas no município de Juiz de Fora, intimamente ligadas ao território. Primeiramente, a construção do campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1960, que apresentava limites claros na franja oeste entre o bairro e o campus, demarcando, assim, uma barreira para o território. Em seguida, se tem a criação da avenida Presidente Itamar Franco, promovida no primeiro mandato do homônimo prefeito Itamar Franco, entre 1967 – 1970, via essa que liga o hipercentro da cidade ao campus e à Cidade Alta e à BR 040, e que acabou por seccionar a porção sudeste da área, separando, por exemplo, as residências do bairro de uma antiga mina d’água usada para lavagem de roupas e socialização entre mulheres.

Deste modo, ao ampliar as vias de passagem de acesso e, consequentemente, de ocupação do território (Menezes e Monteiro, 2010), percebe-se uma importante modificação quanto às práticas sociais vigentes no território, e que seriam, *a posteriori*, continuamente alteradas. Isso porque o processo de urbanização forçada existente junto ao bairro Dom Bosco ganhou novos e recentes capítulos mediante a chegada de novos e grandes empreendimentos alheios à comunidade.

Em 1994, se dá a inauguração do conjunto hospitalar Monte Sinai, um complexo hospitalar composto por hospitais, clínicas e laboratórios numa área construída de 70 mil m², suscitando mais uma alteração no bairro, até porque foi edificado sobre um Cruzeiro existente, local de afeto e peregrinação para muitos moradores. Já entre 2006 e 2007, com a construção Shopping Independência, a comunidade do bairro perdeu um de seus espaços de lazer mais simbólicos, visto na figura abaixo, que se localizava em frente ao empreendimento: o campo de futebol da Curva do Lacet, que viria, mediante requalificação urbana, a ser

transformada num vazio urbano gramado, cuja função atual é ser meramente uma passagem de pedestres (Saar; Sancho-Pivoto, 2020).

Imagen 1 – Curva do Lacet antes da construção do shopping



Fonte: Pereira, Sancho-Pivoto (2019) *apud* <http://mapio.net/pic/p-54242911/> (s.d.)

Isso colocado, é possível afirmar, como Barreto (2017), que o Dom Bosco carreia consigo um híbrido de pobreza, diferentes formas de segregação social e racial, ao passo que o seu entorno tem recebido, de maneira contínua, expressivos investimentos imobiliários, pressão essa que tem impactado os moradores, sobretudo aqueles mais ligados às extremidades do bairro, preocupados, por exemplo, com a sua remoção. Ao se corroborar com a autora supracitada que a condição do/a negro/a no espaço urbano, isto é, a sua própria localização geográfica, estaria intimamente conectada à sua trajetória histórico-escravocrata, nota-se que, no Dom Bosco, corrobora-se a tese de que a fragilidade ambiental e social ali presentes está intimamente ligada a um processo histórico de racismo estrutural (Almeida, 2019), vivenciado em diferentes camadas pelos moradores.

Imagen 2 - Vista do Bairro Dom Bosco



Fonte: Barreto (2010)

A partir desse cenário, pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora, juntamente a professores do Departamento de Turismo, ao participarem de trabalhos de campo no Rio de Janeiro, quando da disciplina de Patrimônios Culturais & Turismo, verificam, *in loco*, como o museu enquanto instituição poderia empoderar moradores de áreas urbanas perpassadas por violências levadas a efeito pelo Estado. Durante os trabalhos de campo realizados junto ao Museu da Maré/RJ e junto ao Museu da Remoções entre os anos de 2023 e 2024, verificava-se como as diferentes formas de organização comunitária em torno desses museus eram um importante instrumento de posicionamento político e existencial, pois que, mediante ações de mediação, os moradores apresentavam versões contrahegemônicas da história, intimamente relacionadas a valorização de grupos e espaços historicamente negligenciados no contexto latino-americano (Costa, 2017).

E, no retorno à Juiz de Fora, após debates internos, o grupo decide submeter, em 2024, junto ao edital anual de extensão universitária da UFJF um projeto de extensão denominado “Implementação de um Museu de Território no Dom Bosco, JF/MG”, juntamente a representantes de uma entidade da sociedade civil, a ABAN, *Associação Amigos do Noivo, e o Coletivo Pretxs em Movimento*. Como já manifesto, ao se reconhecer a função social e política de Museu, o grupo entendeu que, dadas as características do bairro, a implementação de um Museu de Território poderia contribuir para uma valorização da territorialidade, isto é, o conteúdo do próprio território, bem como suas relações sociais ordinárias que, no fundo, dão valor, sentido e funções aos objetos presentes no espaço. (Fuini, 2025)

A Prefeitura Municipal de Juiz de Fora anunciou a aprovação do projeto de urbanização do Alto Dom Bosco, contemplado pelo programa federal PAC Periferia Viva, com investimento inicial estimado em R\$ 40 milhões. Segundo os canais oficiais da administração municipal, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular (SEDUPP) será responsável por apresentar à comunidade os principais componentes da proposta (G1, 2025). A escolha do Alto Dom Bosco como área prioritária deve-se à sua classificação como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), instrumento previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), que visa garantir o direito à moradia digna para populações de baixa renda em áreas informais e vulneráveis. No entanto, causa preocupação a ausência de participação popular na elaboração da proposta.

A Implementação do Museu de Território do Dom Bosco, neste viés, fita a reapropriação da instituição museal, possibilitando que, pela participação da comunidade, venham à tona suas memórias, bem como a celebração de sua identidade.

3 METODOLOGIA

Um dos fundamentos metodológicos estruturantes deste projeto está na aplicabilidade dos princípios da extensão universitária como diretriz para as ações que compõem a proposta do Museu de Território do Dom Bosco. Já o princípio da interação dialógica fundamenta a construção da proposta, uma vez que o diálogo permanente e sistemático com a comunidade garante que as ações sejam, de fato, propostas e refletidas conjuntamente com os envolvidos. A partir da realização de rodas de conversas com diferentes grupos, basicamente constituídos por adultos e idosos, o projeto promove uma escuta atenta e sensível às memórias, percepções e demandas desses sujeitos. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está vinculada às atividades diretamente desenvolvidas na disciplina extensionista associada ao projeto, bem como às disciplinas de graduação do Curso de Turismo, a saber: Patrimônios Culturais e Turismo e Ambiente e Sociedade. Além disso, diferentes trabalhos de campo são realizados como forma de aprofundamento e vivência prática de contextos semelhantes ao proposto, como foi o caso das visitas ao Museu da Maré (RJ) e ao Museu das Remoções (RJ). Associado diretamente ao princípio anterior, salienta-se o impacto na formação do estudante, promovido por meio da participação nas rodas de conversas, levantamentos de campo, grupos de estudo com base em bibliografia atualizada sobre os temas relacionados à concepção de um museu de

território, visitas técnicas e, sobretudo, pelo diálogo direto com a comunidade. Esses elementos constituem uma contribuição significativa para a formação técnica, ética e cidadã dos estudantes envolvidos. Quanto ao impacto e transformação social, o projeto busca promover mudanças concretas para os diferentes públicos envolvidos, tanto os vinculados à universidade quanto os pertencentes à comunidade do Dom Bosco. A implantação do Museu de Território configura-se como um instrumento potente de valorização e afirmação identitária, além de possibilitar a conquista de visibilidade social por meio da reivindicação de direitos sociais e do enfrentamento ao racismo estrutural e ambiental. O registro das memórias manifesta-se, assim, como forma de resistência à invisibilização e ao processo de gentrificação que incide sobre o bairro. Por fim, o princípio da interdisciplinaridade manifesta-se na incorporação de saberes oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os saberes tradicionais compartilhados pelos moradores do bairro, especialmente pelos mais idosos, por meio de registros orais. Embora o projeto esteja vinculado ao Departamento de Turismo, ele abrange outras áreas do saber, como História, Geografia, Arqueologia, Saúde, Agroecologia, entre outras (FORPROEX, 2012).

Conforme relatado anteriormente, este trabalho visa problematizar as experiências desenvolvidas por extensionistas e, por esse motivo, considera-se oportuno detalhar as metodologias usualmente empregadas no projeto de extensão para além dos princípios norteadores da ação.

Primeiramente, os participantes do projeto realizaram uma pesquisa bibliográfica sobre o Dom Bosco, museus de território e obras capazes de contribuir para ações de campo pautadas na observação participante em contextos urbanos, como *Festa do Pedaço*, de Magnani (2000), que problematiza as experiências de lazer da população do bairro de Tiradentes, em São Paulo. Essa referência é particularmente útil pois chama a atenção dos pesquisadores para o detalhamento dos registros, a sistematização dos dados e uma coleta de dados que contempla acesso a fotografias, consulta a arquivos, entrevistas e registros de ocorrências do cotidiano. Inclusive, é mediante o trabalho supracitado que registros serão problematizados no próximo item.

Na sequência, foram realizadas rodas de conversa com moradores, sobretudo adultos e idosos, visando compreender sentidos atribuídos pelos grupos ao território do Dom Bosco¹

¹O bairro Dom Bosco usualmente é dividido em três porções territoriais: o Chapadão, situado na parte alta do bairro e a sudoeste do bairro, cuja população é majoritariamente negra; Morro dos Cabritos, situado à Noroeste

e suas práticas culturais, na medida em que se entende a roda como “um espaço de formação, de troca de experiências, de confraternização, de desabafo” (Moura, Lima, 2014), além de fomentar mudanças de caminhos e construção de opiniões. Esses encontros foram realizados nas dependências de duas entidades parceiras: O centro de convivência ligado ao Centro Espírita Semente, situado na parte baixa do bairro, e aquelas levadas a efeito nas dependências da ABAN (Associação Amigos do Noivo).

As rodas de conversa realizadas na ABAN com adultos e idosos acontecem desde março de 2025, sempre na quarta segunda-feira do mês, com aproximadamente 30 mulheres, algumas já bastante idosas. Os eventos aconteceram nos dias 24/03, 28/04, 26/05, 30/06 e 28/07, entre 19h e 20:30h, na sede da Associação. Já os encontros no Semente aconteceram nos dias 17/06, 24/06 e 01/07, entre 14h e 15:30h. Em ambos esses encontros a mediação ficava a cargo dos membros do projeto de extensão que, após os cumprimentos, geralmente no primeiro encontro, suscitaram questões, como “o que há de interessante no bairro”, “qual é a história do bairro?”. A partir daí, a discussão flutuava de acordo com os depoimentos dos presentes, podendo ser sintetizados, no item a seguir, em alguns temas-chave que acabaram se destacando. Destaca-se que, a partir do segundo encontro, mediante pedido da equipe, os participantes levavam objetos importantes, permeados de afeto, e os mediadores pediam para eles falarem um pouco sobre cada bem e sua relação com a história da pessoa e com o bairro.

4 DISCUSSÃO: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS/PRÁTICAS

4.1 Rodas de conversa na ABAN

O início do processo em torno das rodas de conversas junto ao grupo de mulheres que reúne na Associação Amigos do Noivo, num projeto chamado “Vida Plena”, que visa suscitar reflexões com o grupo por intermédio da arte e da espiritualidade, se deu no dia 24 de março. Na ocasião, a equipe extensionista não só apresentou a ideia do projeto de extensão às mulheres do Chapadão, como também esteve aberta a questionamentos. Dentre as dúvidas levantadas, destaca-se o receio do grupo para com o retorno da Universidade na sequência.

do bairro, também numa porção elevada do bairro e de população também com condições econômicas mais sensíveis; por fim, o 511, em alusão a um antigo ponto de ônibus homônimo, que engloba a parte baixa, região mais próxima ao centro da cidade de Juiz de Fora e de bairros de classe média, cuja população é, do ponto de vista étnico-racial e, em termos de renda, mais diversificada.

A pergunta feita por uma das mulheres foi assertiva: “o que garante que vocês irão voltar?”. A questão retoma um debate recorrente na região, circunvizinha ao campus universitário. Dada a proximidade, pessoas, organizações, templos religiosos, profissionais de saúde e projetos comunitários no bairro são recorrentemente alvo de investigações por parte de acadêmicos. Aliás, o próprio representante da ABAN, quando do contato inicial para estabelecimento da parceria, antes da submissão do projeto, já tinha manifestado esse histórico negativo em torno da conduta de pesquisadores e extensionistas da instituição.

A equipe enumerou que os garantia ali era o compromisso coletivo, afinal de contas, não estavam ali em um só sujeito, mas num grupo composto por 2 professores do Departamento de Turismo, 2 pesquisadoras do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana, 3 estudantes de graduação e 1 estudante de pós-graduação em Geografia. Ponderou-se também que os professores e as pesquisadoras tinham um histórico longínquo com a extensão universitária, sendo, inclusive críticos desse modelo de pesquisa que “usaria” as pessoas para fins acadêmicos, lembrando inclusive aquilo que é denunciado por Santos e Meneses (2009) como um conjunto de ações de pesquisa que corroboram com a desigualdade e hierarquizam os saberes dentre os sujeitos.

Após essa digressão, por fim, sinalizou-se ao grupo que havia, inclusive, a oferta de uma disciplina extensionista homônima ao projeto a ser ofertada entre maio e agosto, ratificando assim o compromisso com elas. Por fim, a partir da demanda delas próprias, foi sinalizado o compromisso do grupo de extensionistas de permitir que elas conhecessem, em trabalho de campo com estudantes de graduação, o Museu da Maré e o Museu das Remoções, no Rio de Janeiro.

Esse momento inicial foi encarado pelo grupo extensionista, como natural e positivo, haja vista que Moura e Lima (2014) já haviam sinalizado a importância dessa relação entre sujeitos para a construção de pontos de vista e ganho de familiaridade. Além disso, o próprio grupo já tinha ciência do princípio da dialogicidade emanado no FORPROEX (2012), portanto não só aquele momento inicial, mas também as proposições de abordagens junto aos encontros seguintes sempre eram acompanhados de questões sobre a percepção delas, isto é, se estariam de acordo.

Ao realizar desse acerto inicial, parece ter havido a criação de um ambiente de confiança mútua, rememorando os dizeres de Magnani (2000) quanto aos desafios dos pesquisadores sociais em adentrar territórios. Assim, como o antropólogo destaca em sua

obra, foi possível considerar um conjunto de etapas para que a equipe pudesse ser, finalmente, vista com maior confiança por essas mulheres e esse momento de abertura a críticas e diálogos parece ter sido fundamental para lograr esse êxito. Logo, a decisão da equipe de adiar o início do inventário de referências culturais em detrimento da criação de vínculo com as pessoas parece ter sido acertada.

Ainda no primeiro encontro, foi possível apreender um conjunto de denúncias das mulheres em relação a ações arbitrárias no Dom Bosco, seja por parte do poder público, seja por parte do setor da iniciativa privada. No encontro, foi rememorado a transformação da mina que as lavadeiras utilizavam, a perda do campo de futebol, espaço de sociabilidade e lazer da comunidade, e um conjunto de empreendimentos imobiliários que invisibilizam o bairro, retomando assim aquilo que é destacado por Barreto (2017, 2018) e Saar e Pivoto-Sancho (2020). No entanto, em contrapartida, destacaram um senso de unidade decorrente das famílias se conhecerem a muito tempo, manifestações culturais ricas, como eventos e festas, e o fato de ali ser um quilombo, depoimento esse manifesto por duas mulheres, o que vai ao encontro do disposto por Mariosa (2009).

Também foi relatado por alguns presentes que o bairro era denominado, ora como “Serrinha”, ora como “Serra de Baixo” e “Serra de Cima”. Provavelmente, o nome designava a edificação de residências na parte de baixo e outras na parte de cima. Todavia, na gestão do Prefeito Dilermando da Costa Cruz Filho, o bairro passou a ser chamado de Dom Bosco através da Lei no 37 de 29/05/1948. Curiosamente, o bairro deixa de ter um topônimo associado ao relevo, e passa a assumir uma denominação alinhavada ao Catolicismo, num projeto que, se de um turno oblitera a dimensão rural do espaço, de outro afirma um projeto relativo à fé católica.

Abaixo, observa-se um resumo dos encontros.

Tabela 1 – Rodas de conversa na ABAN (março a junho de 2025)

Data	Tema Central	Participantes	Síntese
24/03	Trabalho precoce	23	Lavadeiras e domésticas na infância; solidariedade comunitária.
28/04	Educação e saberes informais	19	Barreiras ao acesso escolar e aprendizagem através do fazer.
26/05	Festas como resistência	26	Quermesses, objetos afetivos e bailes como espaços políticos.
30/06	Lugares simbólicos	22	"Bicão" e poços como territórios de vida.
28/07	Nosso Museu	26	Reflexões sobre o Museu da Maré e o que podemos construir com a nossa comunidade.

Fonte: Autoral (2025)

A partir da tabela 1, nota-se que os dois primeiros encontros assumiram um significativo caráter de denúncia, com diferentes críticas ao processo ao qual o bairro foi sujeito historicamente. Há uma evidente guinada nos debates nos encontros 3 e 4, quando, suscitadas a levarem objetos importantes para cada uma, elas passam, a partir da apresentação do objeto, rememorar o contexto do bem cultural e o que significa para a proprietária. É nesse cenário que quadros, joias, fotografias e objetos ligados à água, como panelas e tinas, derivaram o debate para festividades e lugares de memória, permitindo observar que a presença da água sintetizada pelo "Bicão" é algo recorrente no imaginário senão dos moradores do bairro, pelo menos das mulheres negras do Chapadão.

Já sobre o último encontro, decorrente do trabalho de campo ao Museu da Maré, notou-se maior engajamento com a proposta do projeto, inclusive com as mulheres se articulando durante o período entre o campo e o encontro para "definirem" onde seria a sede do futuro museu. A esse ponto, uma nota de destaque: uma delas articulou uma reunião com a Pró-Reitora de Extensão, de forma alheia à equipe do projeto, e apresentou o pedido para que a UFJF cedesse uma área, e que foi invadida há alguns meses, entre o campus e a parte alta do Dom Bosco. Recebida, a representante do bairro trouxe na sequência à equipe um

pleito para ajudá-la a fazer um abaixo assinado solicitando a cessão do terreno. Decidiu-se ali pela criação de um coletivo para viabilizar a proposta do abaixo-assinado. Tal aspecto salienta como é importante valorizar os saberes e práticas dos sujeitos envolvidos, e não apenas os saberes acadêmicos (Quijano, 2005; Santos; Meneses, 2009).

4.2 Rodas de conversa com no Centro de Convivência do C.E Semente

Face à preocupação da equipe do projeto em alcançar outras partes do bairro, realizou-se também um conjunto de rodas de conversa junto ao Centro de Convivência do Centro Espírita Semente, situado numa porção territorial abaixo do Chapadão. O primeiro encontro ocorreu no dia 17/06 e, logo no começo, uma das 19 senhoras presentes, questionou o membro da equipe, que fez a abertura da roda de conversa aludindo à ocupação do bairro no início do século XX. Precisa, a senhora, vinculada à família Beghelli, fez questão de frisar aquilo que é recorrente na maior parte da bibliografia disponível sobre o bairro, que alude ao ano de 1927 o momento em que Vicente Beghelli parcela suas terras e começa a vender os lotes a baixo preço (Barreto, 2010). Em que pese o aspecto dialógico do momento, em consonância com o disposto no (FORPROEX, 2012), vislumbra-se um discurso que tende a permitir pouco espaço para outras leituras do processo histórico no bairro, sobretudo uma leitura como a de Mariosa (2009) que realça o aspecto negro, quilombola, deste início do bairro e de outras formas e tempos de ocupação na região.

Assim como as reuniões da ABAN, os encontros no Semente também assumiram caráter de denúncia, sendo que a supressão do campo de futebol da Curva do Lacet e das minas de água foram recorrentes. O tema da espiritualidade se fez presente mediante rememoração da importância da Igreja Católica do bairro e do Centro Espírita Santo Antônio de Umbanda. A título de hipótese, entende-se que a menção e o debate de um terreiro no Semente se deu não só pela proximidade territorial, mas também porque uma das responsáveis pelo terreiro lá se encontrava.

Ademais, muito orientados pela presença de uma geógrafa entre o grupo, vários lugares eram arrolados, com destaque para o Cruzeiro, que deu lugar a um Hospital, e a diferentes minas que foram aterradas por condomínios residenciais. Nesse bojo, a discussão em torno do racismo ambiental, salientado por Barreto (2018) junto a moradores do bairro, também veio à tona, salientando a percepção de que o espaço em que vivem se encontra sob profunda gentrificação e pressão imobiliária.

Diferentemente das mulheres da ABAN, o vínculo do grupo com o projeto parece ser mais tênue. As hipóteses levantadas são o perfil etário das participantes, que é elevado; outra possibilidade é que a dinâmica do Centro de Convivência oferece a elas muitas atividades, o que inibe o engajamento em algum projeto específico. Por fim, a suspeita de que ao habitarem o entorno do Semente, portanto, uma área mais próxima a bairros de classe média, os interesses sejam outros. Na sequência, uma síntese do encontro.

Tabela 2 – Rodas de conversa com idosas

Data	Tema	Participantes	Síntese
17/06	Origens do bairro	21	“Fazenda-refúgio de escravizados ou ocupação urbana?”; “Chapadão”.
24/06	Espiritualidade e cura	20	Terreiros e benzedeiras como cuidado coletivo.
01/07	Racismo ambiental	17	Invisibilidade e remoções silenciosas do espaço coletivo.

Fonte: Autoral (2025)

Como se observa, as pessoas que participaram das rodas de conversa, em geral, percebem as transformações do espaço urbano do bairro e, via de regra, de forma negativa. Denúncias, como descaso, baixa oferta de serviços públicos, pressão imobiliária e racismo foram recorrentes, ao passo que também se percebeu uma valorização de blocos de carnaval, eventos religiosos e a culinária.

Do ponto de vista do projeto, essas incursões iniciais foram relevantes para se conhecer referências, isto é, pessoas detentoras de muitos saberes e que serão, futuramente, importantes para o processo de realização do inventário de referências culturais do bairro, cuja previsão é ter início em setembro de 2025, com base na metodologia fornecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). Além disso, a equipe irá realizar uma ação de abordagem via panfletos e conversas com moradores do Morro dos Cabritos, com vistas a difundir informações elementares do projeto antes do início do processo de inventariação, para que outros sujeitos detentores de saberes se aglutinem à proposta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações iniciais do projeto de extensão “Implementação de um Museu de Território no Bairro Dom Bosco” revelam a potência de se articular memória, território e identidade

como formas de enfrentamento às múltiplas camadas de exclusão vividas pela população local. Ao dar centralidade às narrativas dos moradores, especialmente de mulheres negras e idosas participantes das rodas de conversa, o projeto resgata histórias silenciadas e reconfigura espaços anteriormente invisibilizados como campos legítimos de produção de memória. O reconhecimento da água, da religiosidade, das festas populares e dos objetos afetivos como elementos de forte vínculo com o território evidencia o modo como o patrimônio cultural é vivido e construído cotidianamente, para além dos registros oficiais.

As rodas de conversa revelaram não apenas memórias afetivas, mas também denúncias contundentes sobre a transformação forçada do bairro, a supressão de espaços comunitários e o avanço de empreendimentos que desconsideram a presença e os direitos históricos de seus moradores. A discussão em torno do racismo ambiental e da especulação imobiliária demonstrou que o projeto precisa continuar sensível aos impactos materiais e simbólicos das dinâmicas urbanas sobre o Dom Bosco. A desconfiança inicial de alguns moradores quanto à presença da universidade aponta para um histórico de relações desiguais entre instituições e comunidades populares, o que reforça a importância de práticas comprometidas com a escuta e a continuidade.

Ao promover o deslocamento da ideia tradicional de museu – fechado, expositivo, eurocentrado – para um modelo participativo e territorializado, o projeto lança bases para a construção de um equipamento cultural ancorado na luta por dignidade, visibilidade e direito à cidade. O envolvimento crescente das moradoras do Chapadão, inclusive com articulações autônomas junto à Universidade, demonstra como a memória pode ser mobilizada como prática política e instrumento de resistência coletiva frente às desigualdades históricas que moldaram o Dom Bosco.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANICO, M. A pós-modernidade da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 71-86, 2005.
- ÁVILA, A. L. de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, v. 41, n. 87, ago. 2021.

BARRETO, A. C. de J.; BARCELLOS, W. de S.. A racialização do espaço urbano em Juiz de Fora-MG: uma experiência no bairro Dom Bosco. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 28, p. 299-318, 2019.

BARRETO, A. C. de J. **O lugar dos negros pobres na cidade:** estudo na área de risco do bairro dom bosco. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

BARRETO, A. C. de J.; BARCELLOS, W. de S. O negro e a cidade: um estudo no bairro Dom Bosco em Juiz de Fora (MG). **CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 28, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17422>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BARRETO, A. C. de J. A construção do negro e a reprodução da lógica eurocêntrica no Brasil: a segregação socioambiental de base racial em Juiz de Fora. **Ser Social**, v. 20, n. 43, p. 411-431, 2018.

BATISTA, R. de C. S. F. **O negro:** trabalho, sobrevivências e conquistas. Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

CHAGAS, M. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, 2002, v. 19, n. 19, 11.

CHAGAS, M. de S.; PIRES, V. S. (orgs.). **Território, museus e sociedade:** reflexões para a construção de políticas públicas de base territorial. Brasília: Ibermuseus, 2020. Disponível em: <https://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2020/05/livro-territorio-museus-e-sociedade-bra.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

DE BERNARDI, A. et al. **Educação patrimonial – Juiz de Fora: caderno do professor do programa educativo Iphan+80.** Minas Gerais: Akala, 2024.

DE SÁ, M. H.. Juiz de Fora, uma cidade negra: análise sobre a dimensão racial do espaço. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 13, n. 1, p. e1312411-e1312411, 2024.

FORPROEX – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária – FORPROEX.** 2012. Disponível em: <http://www.proexc.ufu.br/legislacoes/2012-politica-nacional-de-extensoao-universitaria-forp-roex-2012>. Acesso em: 1 ago. 2025.

FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@ Plural**, v. 8, n. 1, p. 225–249, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155>. Acesso em: 1 jun. 2025.

GOMES, L. R. et al. Assentamentos precários em áreas de preservação permanente na cidade de Juiz de Fora-MG sob a ótica do contexto social e ambiental. **Anais dos Encontros Nacionais de Engenharia e Desenvolvimento Social**, v. 17, n. 1, p. 24-24, 2022.

GUIMARÃES, E. S.; GUIMARÃES, V. A. **Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Funalfa, 2001.

GLOBOPLAY. **Bairro Dom Bosco, em Juiz de Fora, receberá obras do PAC Periferia Viva; recurso é de R\$ 40 milhões.** G1 – Zona da Mata, 25 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2025/07/25/bairro-dom-bosco-em-juiz-de-fora-recebera-obras-do-pac-periferia-viva-recurso-e-de-r-40-milhoes.ghtml>. Acesso em: 1 ago. 2025.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARIOSA, G. S. **Negras memórias da Princesa de Minas.** Juiz de Fora: Funalfa, 2009.

MENESES, U. T. B. de. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MENEZES, M. L. P.; MONTEIRO, G. L. Reestruturação dos sistemas de movimento e da logística e seus impactos regionais e urbanos no território paulista. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XIV, n. 331 (97), 1 ago. 2010. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-97.htm>.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação,** João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98–106, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 1 ago. 2025.

PEREIRA, L. S.; SANCHO-PIVOTO, A. Planejamento urbano, turismo e segregação socioespacial: o caso da Curva do Lacet em Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. **Turismo: Visão e Ação,** v. 22, n. 1, p. 141-161, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261063228007>. Acesso em: 1 jun. 2025.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista de Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista de Estudos Históricos,** v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 1 jun. 2025.

QUIJANO, A. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009 (ed. brasileira: São Paulo: Cortez, 2010).

SILVA, F. S. da. **Paisagens desafetivas: interpretações sobre as regiões Oeste e Sul de Juiz de Fora, MG – bairros São Pedro e Dom Bosco**. Artigo apresentado na Sessão Temática "Direito à Paisagem". [S.I.]: [s.n.], [2023].

SMITH, L. El "espejo patrimonial". ¿Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? **Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología**, n. 12, p. 39-63, jan. 2011. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/antipoda/article/view/1850>. Acesso em: 9 jul. 2024.

TOSTES, B. L. Turismo e silenciamento de memórias em Juiz de Fora/MG: um olhar sobre o guia Atrativos Turísticos - Edição Patrimônio? 2024. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo)** – Universidade Federal de Juiz de Fora.

PAISAGEM, MEMÓRIA E SUSTENTABILIDADE: A SERRA DO PERIPERI COMO PATRIMÔNIO CULTURAL-NATURAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

Gabriel Silva Santos

Graduando em Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
(UESB)
gabriel.geo.santos@gmail.com

Washington Ramos dos Santos Junior

Dr. em Psicologia Social e Dr. em Geografia Humana, professor efetivo da Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
washingtonramos.geopsique@gmail.com

RESUMO

A Serra do Periperi, situada em Vitória da Conquista (BA), constitui um dos marcos mais expressivos da paisagem urbana local, por combinar atributos ecológicos, simbólicos e históricos. Apesar de seu reconhecimento oficial como Área de Proteção Ambiental (APA), o espaço segue desconsiderado pelas políticas públicas de patrimônio cultural, o que contribui para sua invisibilidade institucional e fragiliza as ações de conservação. Este artigo propõe analisar a Serra do Periperi como patrimônio cultural-natural, articulando os seus usos sociais, a memória coletiva e os desafios de sua valorização no contexto urbano. Parte-se da compreensão de que o patrimônio não é um legado estático, mas uma construção social, histórica e política, ancorada nos vínculos afetivos que as populações estabelecem com os lugares. A pesquisa adota abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica crítica, análise de documentos técnicos e observações de campo realizadas em 2025 em áreas como o Poço Escuro e o monumento do Cristo de Mário Cravo. O referencial teórico baseia-se em autores como Fonseca (2005), Diegues (2004) e Choay (2001), que tratam das transformações do conceito de patrimônio, da relação entre natureza e cultura e da importância do valor simbólico dos espaços vividos. O trabalho também se apoia em dados do Diagnóstico Físico-Ambiental da PMVC (2019), da dissertação de Maia (2005) e em estudos geoambientais recentes (Andrade-Oliveira et al., 2018), que apontam fragilidades na gestão da serra e destacam sua relevância ecológica e geográfica. Os resultados revelam que, embora a serra seja apropriada cotidianamente pela população como espaço de lazer, espiritualidade e pertencimento, sua gestão permanece fragmentada, sem considerar sua dimensão cultural. A ausência de políticas integradas entre setores ambientais, culturais e urbanos agrava o abandono de áreas estratégicas e amplia o risco de descaracterização do território. Conclui-se que a Serra do Periperi deve ser compreendida como patrimônio cultural-natural, cuja conservação exige uma abordagem integrada e sensível às práticas sociais locais. A valorização da serra implica reconhecer os saberes cotidianos, as experiências históricas e os significados atribuídos pela população, a fim de romper com lógicas tecnocráticas e fragmentadas de gestão territorial. O artigo reforça a necessidade de políticas públicas que articulem memória, sustentabilidade e planejamento urbano, promovendo justiça territorial e reconhecimento cultural em contextos urbanos de médio porte.

Palavras-chave: Patrimônio cultural-natural; Serra do Periperi; Paisagem Simbólica; memória territorial.

1. INTRODUÇÃO

A paisagem da Serra do Periperi constitui um dos marcos mais significativos da cidade de Vitória da Conquista, tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural. Localizada no norte do município, essa elevação se destaca como uma referência visual, ecológica e simbólica, compondo o imaginário territorial dos habitantes. Sua conformação física, sua vegetação remanescente da Mata Atlântica e os usos cotidianos a ela associados como lazer, espiritualidade, práticas esportivas e educação ambiental a elevam à condição de um espaço de memória e pertencimento. No entanto, apesar de sua centralidade na vida urbana e de sua designação como Área de Proteção Ambiental (APA), a Serra do Periperi segue à margem das políticas públicas de patrimônio cultural, sendo reconhecida apenas em termos ecológicos e não em sua dimensão simbólica e social.

A ausência de políticas integradas que articulem a conservação ambiental à valorização patrimonial torna evidente um descompasso entre o reconhecimento social e o institucional. Embora documentos oficiais, como o Plano de Manejo do Parque da Serra do Periperi (PMVC, 2020), estabeleçam zonas de uso e orientações técnicas de conservação ambiental, esses instrumentos não incorporam de forma efetiva os valores culturais atribuídos pela população à serra, tampouco reconhecem seus usos sociais e simbólicos como parte integrante da gestão territorial. Problemas recorrentes são o descarte irregular de lixo, abandono de trilhas e ausência de fiscalização, especialmente em áreas como a Reserva do Poço Escuro, um dos núcleos mais frequentados da serra (PMVC, 2019; Conquista Repórter, 2024). A persistência desses problemas revela não apenas falhas de gestão, mas também a invisibilização das paisagens como patrimônios híbridos naturais e culturais.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a Serra do Periperi como patrimônio cultural-natural, por considerar sua centralidade simbólica, seus usos sociais e os desafios de sua valorização no contexto urbano de Vitória da Conquista. A proposta parte da compreensão de patrimônio como uma construção histórica, coletiva e política, que ultrapassa a materialidade dos bens e se ancora nos vínculos estabelecidos pelas comunidades com o território (Fonseca, 2005; Choay, 2001). A intenção é contribuir para o reconhecimento da serra como uma paisagem que possui memória, afetividade e resistência ambiental, ao mesmo tempo em que se afirma seu potencial para integrar políticas públicas de turismo cultural sustentável, planejamento ambiental e salvaguarda do patrimônio.

A abordagem adotada é qualitativa e interpretativa, fundamentada na literatura crítica sobre patrimônio, paisagem e memória. A metodologia combina revisão documental, análise de reportagens locais e observações de campo, com foco em áreas de uso frequente pela população, como o Poço Escuro e o monumento do Cristo de Mário Cravo. Referências técnico-científicas, como o Diagnóstico Físico-Ambiental da PMVC (2019), a dissertação de Maia (2005) e o estudo de Andrade-Oliveira et al. (2018), ofereceram subsídios para compreender os aspectos geomorfológicos, ecológicos e de uso do solo na paisagem urbana. Esse conjunto de fontes permitiu problematizar o descompasso entre o valor social atribuído à serra e sua invisibilidade institucional enquanto patrimônio cultural-natural.

A noção de paisagem como patrimônio cultural-natural é amplamente reconhecida por organismos internacionais. A UNESCO (2008, p. 14) define as paisagens culturais como “obras conjuntas do homem e da natureza”, ao reconhecer territórios que expressam vínculos históricos, simbólicos e espirituais entre populações e seu ambiente. Essa definição ultrapassa os critérios estéticos e ecológicos tradicionais e destaca também a memória coletiva e os usos sociais. No entanto, essa perspectiva ainda é pouco incorporada às práticas de gestão em cidades médias brasileiras, onde prevalece uma visão setorializada entre o que é “natural” e o que é “cultural”.

No contexto brasileiro, o IPHAN (2013) reconhece que há lacunas normativas na proteção de paisagens híbridas e alerta para a necessidade de integrar dimensões culturais e naturais nas políticas de salvaguarda. Mesmo diante de instrumentos como o Decreto nº 3.551/2000 e a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), a Serra do Periperi permanece sem um reconhecimento que abarque sua complexidade simbólica, ecológica e social. Essa ausência de reconhecimento revela não apenas uma omissão técnica, mas uma escolha política sobre o que é ou não digno de preservação.

Autores como Lowenthal (1998) chamam atenção para o caráter seletivo do patrimônio, e alertam que “nem tudo o que é lembrado é conservado, e nem tudo o que é conservado é lembrado”. Essa lógica se aplica à Serra do Periperi, cuja presença na vida cotidiana dos moradores não se reflete nas políticas públicas de patrimônio. De forma semelhante, Porto-Gonçalves (2006) afirma que os territórios são também construções simbólicas e políticas, onde as relações de poder se materializam em decisões sobre o uso, o acesso e o valor dos espaços. A serra, nesse sentido, representa um campo de disputa entre a memória social e a negligência institucional.

Por fim, este artigo propõe uma leitura da Serra do Periperi como paisagem viva e plural, nos moldes sugeridos por Marcel Roncayolo (1999), para quem as paisagens urbanas são “espaços de sedimentação de práticas, valores e memórias coletivas”. Ao articular dados empíricos e contribuições teóricas, o trabalho reafirma a importância de ampliar o conceito de patrimônio, de modo a incluir paisagens que, como a Serra do Periperi, condensam biodiversidade, identidade cultural e possibilidades de um futuro urbano mais justo e sustentável.

2. PAISAGEM, PATRIMÔNIO E CONSERVAÇÃO

A paisagem é mais do que um recorte visual ou físico do espaço; ela carrega em si valores simbólicos, experiências acumuladas e afetos partilhados. Yi-Fu Tuan (2012) enfatiza que a paisagem é vivida e interpretada a partir da experiência sensível dos sujeitos, constituindo-se como síntese entre o natural e o cultural. O que se vê, o que se sente e o que se lembra formam uma malha de significados que transforma o espaço em lugar. Assim, a paisagem só se realiza plenamente quando internalizada pela memória e pela vivência coletiva.

“A experiência da paisagem envolve emoção, memória e imaginação. Lugares não são apenas locais físicos, mas repositórios de significados para aqueles que os habitam ou frequentam. O espaço adquire valor quando se torna lugar vivido, nomeado, lembrado.” (Tuan, 2012, p. 18).

Ao ser reconhecida como paisagem significativa, a serra também pode ser compreendida como patrimônio. No entanto, essa noção exige problematização. Como afirma Françoise Choay (2001), o patrimônio não é uma herança natural, mas uma categoria cultural e política, resultante de disputas sobre o que deve ser preservado ou esquecido. No Brasil, essa construção patrimonial tende a ser seletiva, voltada ao monumental, ao estético e ao excepcional, como analisa Fonseca (2005). A Serra do Periperi escapa desses critérios tradicionais, seu valor está menos na materialidade e mais na relação afetiva que estabelece com os moradores, na sua presença cotidiana e na sua função como espaço de resistência ambiental e simbólica.

Essa articulação entre paisagem e patrimônio conduz à noção de conservação ampliada. Mais do que um conjunto de técnicas voltadas à proteção ambiental, a conservação, quando integrada à dimensão cultural, envolve o cuidado, o reconhecimento e a permanência

dos vínculos entre as pessoas e o ambiente. Odum (1971) aponta que os sistemas naturais são mais resilientes quando suas dinâmicas ecológicas estão inseridas em contextos sociais que as respeitam e compreendem. Em consonância, Berardi (2016) afirma que a conservação de paisagens simbólicas exige um engajamento afetivo e comunitário, pois “sem desejo e memória coletiva não há sustentabilidade possível”.

Essa perspectiva se contrapõe à lógica fragmentada entre “natureza” e “cultura” que ainda estrutura muitas políticas públicas urbanas. A Serra do Periperi, por exemplo, é reconhecida como Área de Proteção Ambiental, mas não como patrimônio cultural-natural, o que restringe sua gestão a critérios ecológicos e ignora os usos simbólicos e comunitários do espaço. Como adverte Santos (2006, p. 112), “a técnica sem o homem resulta em degradação, pois o espaço não é neutro, mas impregnado de história e vida”. A separação entre áreas do conhecimento e entre pastas administrativas impede uma abordagem integrada.

Essa fragmentação institucional é duramente criticada por Diegues (2004), que propõe a noção de “patrimônio ambiental” como articulação entre valores ecológicos e culturais. Para o autor, é preciso entender a paisagem natural como espaço de relações sociais, onde o valor simbólico se sobrepõe à visão exclusivamente técnica. Em sua perspectiva, os ecossistemas não devem ser reduzidos a meros objetos de regulação normativa ou de conservação biológica, mas reconhecidos como territórios vividos, atravessados por memórias, práticas cotidianas e vínculos identitários.

“O patrimônio ambiental deve ser compreendido não apenas como um conjunto de elementos naturais a serem preservados por sua relevância ecológica, mas também como espaços de valor simbólico e cultural, cuja conservação exige o envolvimento das populações que historicamente se relacionam com esses territórios.” (Diegues, 2004, p. 115).

A superação dessa compartmentalização entre o natural e o cultural exige políticas públicas integradas, que levem em consideração os saberes locais e o protagonismo das comunidades na preservação do que lhes é significativo. Ao deslocar o foco da tutela técnica para o reconhecimento de experiências coletivas, Diegues insere o debate do patrimônio ambiental em um campo de disputa simbólica, onde se entrelaçam múltiplas camadas de sentido, uso e pertencimento.

Conectar memória, conservação e pertencimento é também o que propõe Haesbaert (2007), ao defender o conceito de "multiterritorialidade", segundo o qual o território é tecido por diferentes formas de apropriação e sentido. No caso da Serra do Periperi, esse território

não é apenas o da proteção ambiental oficial, mas também o das caminhadas, das orações silenciosas, das vivências escolares e dos encontros cotidianos. Esses usos constroem uma paisagem habitada, múltipla e viva condição essencial para que a conservação se transforme em política pública efetiva e culturalmente sensível.

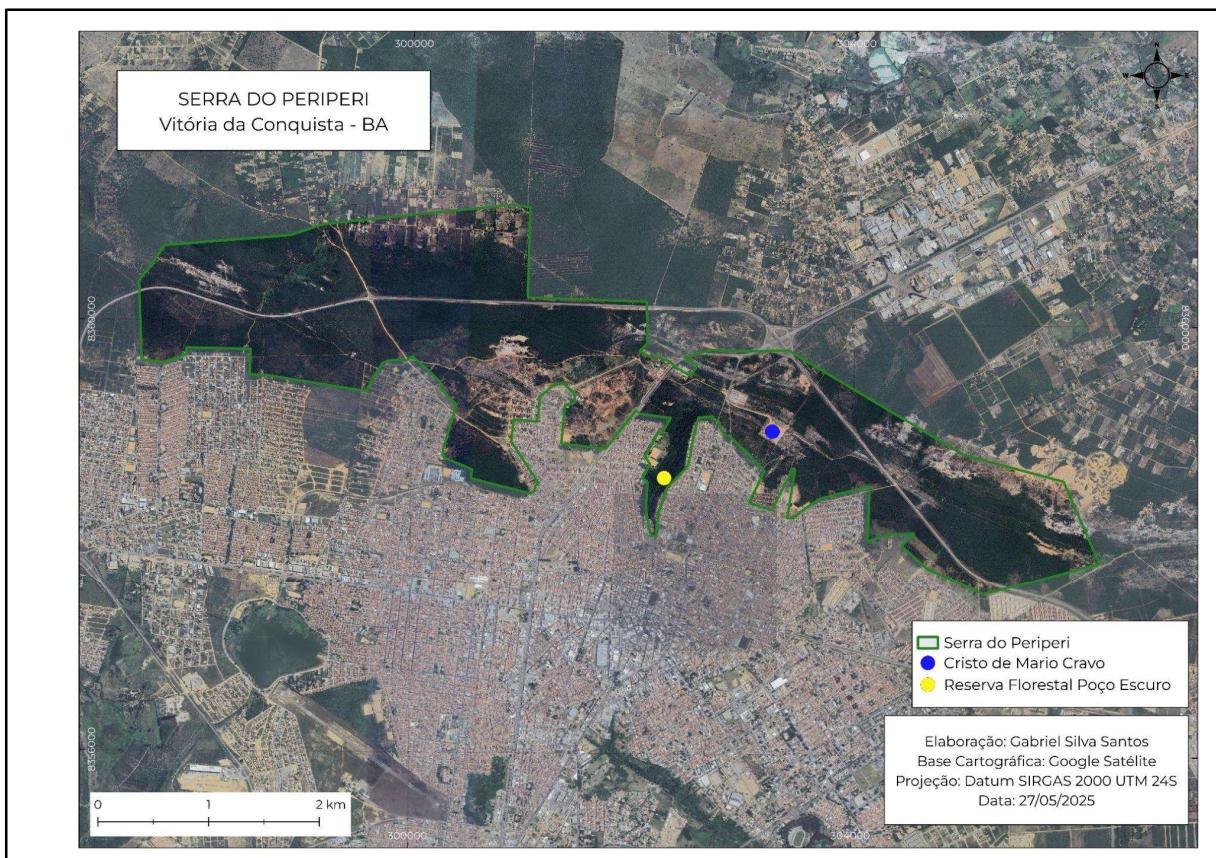
Por fim, pensar a paisagem como categoria central para a conservação ecológica e simbólica implica reconhecer a importância dos saberes locais, das práticas culturais e das experiências históricas. A valorização da Serra do Periperi como patrimônio cultural-natural exige uma abordagem que vá além dos instrumentos legais ou diagnósticos técnicos. É preciso ouvir os moradores, registrar suas histórias, respeitar os usos tradicionais e fortalecer o sentimento de pertencimento.

3. ANÁLISE DA SERRA DO PERIPERI

A Serra do Periperi, localizada ao norte da área urbana de Vitória da Conquista (BA), constitui um marco paisagístico de grande relevância, tanto pela sua função ecológica quanto por sua centralidade simbólica para a população. A serra compõe um conjunto de elevações remanescentes de Mata Atlântica, com presença de nascentes, trilhas, áreas de lazer e mirantes naturais, que oferecem um panorama singular da cidade. Desde a criação da Área de Proteção Ambiental Municipal em 1997, o local vem sendo alvo de práticas de conservação, ainda que limitadas em escopo e execução.

Durante os levantamentos de campo realizados em 2025, foi possível identificar diferentes formas de apropriação do espaço da serra, especialmente em suas trilhas mais acessíveis, como a do Poço Escuro, e nos entornos do monumento ao Cristo de Mário Cravo. O uso do espaço vai além da contemplação paisagística: há caminhadas, piqueniques, práticas religiosas, esportes e encontros educativos espontâneos. Tais atividades reforçam a importância da serra como espaço de convivência, expressão de afetividade e resistência simbólica, ampliando sua relevância como patrimônio cultural-natural.

Mapa 1 – Delimitação da Serra do Periperi em Vitória da Conquista (BA), com destaque para o Poço Escuro e o monumento de Mário Cravo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar disso, observa-se um descompasso evidente entre o valor atribuído socialmente à serra e o reconhecimento institucional de seu status como patrimônio. Os documentos oficiais, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e o Diagnóstico Físico-Ambiental da PMVC (2019), reconhecem sua importância ambiental, mas não a qualificam como patrimônio cultural-natural. Esse vácuo normativo tem implicações práticas: a serra permanece vulnerável à degradação, ao avanço imobiliário e à fragmentação das políticas públicas.

A situação da Reserva do Poço Escuro é emblemática. Local amplamente utilizado para lazer, caminhadas e observação da fauna e flora, encontra-se em estado de abandono, com trilhas desestruturadas, lixo acumulado e carência de manutenção básica, conforme denunciado em reportagens recentes (Conquista Repórter, 2024). A despeito de sua popularidade e da sua função ambiental, o espaço permanece fora das agendas estruturantes

de valorização patrimonial e carece de ações integradas entre cultura, meio ambiente e urbanismo.

Essa negligência revela uma limitação estrutural das políticas públicas locais, que ainda operam sob lógicas setoriais, sem transversalidade entre as áreas culturais, ambientais e de planejamento urbano. Embora o Diagnóstico da PMVC (2019) e o Plano de Manejo da Serra do Periperi (PMVC, 2020) proponham diretrizes ambientais, esses instrumentos não incorporam a dimensão simbólica e afetiva da paisagem. Como reforça Fonseca (2005, p. 78), "o patrimônio não é aquilo que se vê, mas aquilo que se reconhece, que se sente, que se vive".

A invisibilidade institucional da Serra do Periperi, apesar de sua relevância ambiental e simbólica, revela um padrão recorrente na gestão urbana brasileira, em que áreas naturais inseridas em contextos metropolitanos são tratadas como espaços residuais, desprovidos de densidade social. Essa percepção equivocada desconsidera os significados atribuídos pelas populações locais, ignorando que, nas palavras de Carlos (2007, p. 119), "o espaço é a condição da existência das relações sociais". Ao não reconhecer esses vínculos, a gestão pública contribui para o esvaziamento da memória coletiva e da identidade territorial.

A Serra do Periperi enfrenta processos recorrentes de ocupações irregulares em suas bordas, especialmente nas áreas que fazem limite com bairros como Alto Maron, Cruzeiro e Guarani. Essas ocupações, em muitos casos precárias, resultam da falta de alternativas habitacionais e da ausência de políticas urbanas que articulem habitação e proteção ambiental. As construções avançam sobre áreas de vegetação nativa e alteram a dinâmica ecológica da serra, contribuindo para o aumento da pressão antrópica e da degradação ambiental. A omissão do poder público em regular o uso do solo nessa zona de transição entre o urbano e o natural evidencia o descaso com um território que deveria ser preservado por sua relevância simbólica e ecológica.

Além das moradias e do descarte de lixo na serra é possível observar a retirada desordenada de solo e areia em trechos vulneráveis da serra (figura 1), o que tem provocado rebaixamento do relevo, exposição de horizontes do solo e aumento de processos erosivos. Tais práticas, realizadas sem controle técnico ou licenciamento, fragilizam ainda mais os ecossistemas locais. Christofoletti (1980) enfatiza que a alteração do relevo interfere diretamente nos processos geomorfológicos e pode comprometer a estabilidade das encostas. Nesse contexto, a retirada de material da serra não é apenas uma infração ambiental, mas uma forma de apagamento das características naturais que sustentam o valor

paisagístico do local. Conforme Diegues (2004, p. 117), a conservação depende do reconhecimento do valor simbólico dos territórios e do envolvimento das comunidades que neles vivem, sem o que as ações de preservação tornam-se inócuas.

Figura 1 - Descarte de lixo e residências na Serra do Periperi.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

O distanciamento entre as normativas técnicas e os usos cotidianos também pode ser interpretado como uma falha de escala institucional. Como destaca Marandola Jr. (2007), a escala vivida e experienciada pelas populações raramente é contemplada nos planos de gestão territorial, que se apoiam em modelos de planejamento excessivamente abstratos. A serra, ao contrário, constitui uma paisagem vivida, em que memória, corporeidade e pertencimento se entrelaçam nas práticas ordinárias. Essa dissociação entre planejamento técnico e vivência popular compromete a eficácia das ações de conservação e valor simbólico.

Esse cenário é agravado pela ausência de articulação interinstitucional. Apesar de o Diagnóstico Físico-Ambiental da PMVC (2019) identificar a Serra do Periperi como elemento estruturante da paisagem urbana e reconhecer problemas como degradação das trilhas, descarte de resíduos e crescimento desordenado do entorno, tais informações não resultaram em medidas concretas de valorização patrimonial. A gestão ambiental permanece restrita à pasta do meio ambiente, enquanto a esfera cultural e a educação patrimonial seguem marginalizadas das decisões sobre o território.

Dessa forma, o estudo da Serra do Periperi evidencia a urgência de reformular as abordagens de conservação, substituindo o paradigma da tutela técnica por uma gestão compartilhada e sensível às múltiplas camadas de significado atribuídas ao espaço. O patrimônio, especialmente quando se trata de paisagens naturais inseridas em áreas urbanas,

não pode ser reduzido à sua função ecológica. Ele deve ser compreendido como um processo social, político e simbólico, conforme propõe Lowenthal (1998), que só adquire sentido quando ancorado nos vínculos cotidianos da população.

4. TURISMO, EDUCAÇÃO E PERTENCIMENTO: POTENCIALIDADES E LIMITES DA VALORIZAÇÃO DA SERRA DO PERIPERI

A paisagem da Serra do Periperi, ao articular valor ambiental e significado cultural, configura-se como um espaço propício ao desenvolvimento de práticas sustentáveis de turismo e de educação patrimonial. No entanto, o potencial turístico da serra ainda permanece subutilizado pelas políticas públicas municipais. Apesar da sua localização estratégica e dos atributos naturais e simbólicos que possui, como mirantes, trilhas, vegetação nativa e o monumento do Cristo de Mário Cravo, não há estrutura institucional consolidada que articule a Serra a roteiros turísticos, projetos pedagógicos ou ações educativas continuadas. Essa lacuna revela uma desarticulação entre o discurso da conservação e as práticas efetivas de valorização do território.

Conforme destaca Callai (2000, p. 59), a educação geográfica deve “permitir ao aluno situar-se no espaço vivido, compreendendo o mundo a partir de seu lugar”, o que evidencia o papel formativo dos territórios simbólicos como a Serra do Periperi. No contexto de Vitória da Conquista, as visitas escolares esporádicas à serra, muitas vezes promovidas por professores da rede pública, revelam esforços isolados de valorização da paisagem como recurso didático. No entanto, a ausência de sinalização interpretativa, de trilhas bem demarcadas e de materiais educativos limita a efetividade dessas ações. A paisagem, nesse caso, não é integrada a um projeto educacional sistemático que fortaleça o pertencimento e a consciência ambiental entre os jovens.

Para além do ambiente escolar, o turismo cultural poderia desempenhar papel relevante na revalorização da Serra como patrimônio. Segundo Cavalcanti (2011), o território é vivido e apropriado de forma pedagógica quando há experiências sensíveis que possibilitam reconhecer-se como parte integrante do espaço. Atividades como caminhadas guiadas, oficinas de fotografia, festivais culturais e percursos interpretativos poderiam potencializar esse reconhecimento, promovendo um turismo de base comunitária, sensível à biodiversidade local e às histórias que permeiam o lugar. A experiência da paisagem, nesse sentido, extrapola o lazer e passa a ser um canal para a formação cidadã.

No entanto, o levantamento de campo identificou que os acessos à Serra do Periperi carecem de infraestrutura básica. Não há placas de orientação, pontos de apoio, nem rotas turísticas institucionais sinalizadas. A falta de investimento se soma ao abandono de espaços icônicos como o próprio Cristo, cujos arredores encontram-se degradados. Essa situação revela o que Porto-Gonçalves (2001, p. 25) chama de “desvalorização simbólica dos espaços periféricos”, nos quais as populações locais são historicamente excluídas das decisões sobre o uso e a preservação do território. O turismo, quando praticado de forma excludente e desestruturada, pode acentuar essas desigualdades, ao invés de revertê-las.

Apesar dessas limitações, a Serra do Periperi segue presente no imaginário coletivo da população conquistense. A presença recorrente da serra em fotografias urbanas, produções culturais locais e relatos em reportagens evidencia sua importância simbólica como marco da cidade. Essa dimensão vivida e sensível da paisagem, como aponta Tuan (2012), transforma o espaço em lugar por meio da memória, da experiência e da afetividade. Tais práticas formam a base de um turismo cultural possível, articulado aos sentidos atribuídos pela coletividade. Para tanto, é essencial que qualquer proposta de valorização turística seja construída com escuta pública, participação social e respeito aos vínculos históricos da população com o lugar.

Por fim, a valorização da Serra do Periperi como patrimônio cultural-natural passa pela sua ressignificação como espaço educativo e turístico. Inserir a paisagem nos projetos pedagógicos das escolas, elaborar roteiros interpretativos com apoio técnico e promover ações culturais que envolvam a comunidade são caminhos para que a serra não apenas seja protegida, mas vivenciada. Conforme enfatiza Cavalcanti (2011, p. 109), a educação geográfica crítica “tem a função de estimular o pensamento territorial, o enraizamento e a ação transformadora”. Nesse sentido, o turismo e a educação não devem ser tratados como fins em si mesmos, mas como instrumentos para fortalecer o pertencimento, a sustentabilidade e a justiça espacial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou reconhecer a Serra do Periperi como uma paisagem híbrida, marcada por entrelaçamentos simbólicos, ambientais e históricos. A partir de uma abordagem crítica e fundamentada em autores como Diegues (2004) e Fonseca (2005), foi possível compreender que os vínculos da população conquistense com a serra ultrapassam os critérios estritamente ecológicos, configurando-se como

expressões de pertencimento, memória e identidade territorial. Essa condição evidencia a necessidade de um novo olhar sobre o patrimônio, capaz de integrar as dimensões naturais e culturais como partes indissociáveis da paisagem vivida.

O levantamento de campo revelou uma realidade contrastante entre o valor simbólico atribuído à serra pela população e a ausência de políticas públicas eficazes para sua preservação integral. A negligência institucional se materializa em práticas como o descarte irregular de resíduos, a fragmentação da vegetação e a pressão constante do avanço urbano. Esses fatores comprometem tanto a biodiversidade quanto os usos sociais e afetivos do território, o que revela uma lacuna entre o discurso da sustentabilidade e as ações efetivas de proteção e valorização desse espaço.

Diante desse cenário, reafirma-se a importância de reconhecer a Serra do Periperi como um bem cultural-natural, conforme propõe a ampliação contemporânea do conceito de patrimônio. Tal reconhecimento deve ser acompanhado de ações interdisciplinares que envolvam educação patrimonial, planejamento urbano sensível às paisagens culturais e fortalecimento das instâncias comunitárias de decisão. Mais do que um espaço a ser preservado por sua flora ou sua altitude, a serra é um lugar de memória, resistência e horizonte de possibilidades para uma cidade mais justa e consciente de sua própria história geográfica.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para instigar reflexões mais profundas sobre o papel das paisagens naturais nos processos de patrimonialização em cidades médias como Vitória da Conquista. Ao propor uma leitura que une ciência, território e cultura, reafirma-se o valor da Serra do Periperi não apenas como um recurso ambiental, mas como uma reserva de sentidos, afetos e lutas cotidianas por reconhecimento e permanência. O desafio futuro está em construir políticas públicas que estejam à altura da complexidade simbólica e ecológica que essa serra representa para a cidade.

6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE-OLIVEIRA, Débora Paula de et al. Geoprocessamento aplicado à análise geoambiental no município de Vitória da Conquista – BA. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 323–344, 2018. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/bgeo/article/view/13063>. Acesso em: 07 jul. 2025.
- BERARDI, Bianca. **Geoconservação e áreas naturais protegidas no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

- CALLAI, Heloisa Costa. **Educação geográfica: reflexão e prática.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo: espaço e globalização.** São Paulo: Contexto, 2007.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e ensino: a condição do sujeito e a formação do pensamento geográfico.** Goiânia: Cânone Editorial, 2011.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Trad. L. C. F. Leite. São Paulo: UNESP, 2001.
- CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Geomorfologia.** 7. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.
- CONQUISTA REPÓRTER. “O pulmão de Conquista está doente”: moradores relatam abandono da Reserva do Poço Escuro. **Conquista Repórter**, Vitória da Conquista, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://conquistareporter.com.br/moradores-denunciam-abandono-da-reserva-do-poco-escuro/>. Acesso em: 07 jul. 2025.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** 4. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2004.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas patrimoniais.** Brasília: IPHAN, 2013.
- LOWENTHAL, David. **O passado é um país estrangeiro.** São Paulo: UNESP, 1998.
- MAIA, Meirilane Rodrigues. **Zoneamento geoambiental do município de Vitória da Conquista - BA: um subsídio ao planejamento.** 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2005.
- MARANDOLA JR., Eduardo. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana.** Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- ODUM, Eugene P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1971.
- PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – Produto 06: Diagnóstico Físico-Ambiental do Município de Vitória da Conquista.** Tomo II – Volume II. Vitória da Conquista: PMVC, 2019.
- PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. **Plano de Manejo da Serra do Periperi.** Vitória da Conquista: PMVC, 2020.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- RONCAYOLO, Marcel. **A cidade e seus territórios.** Campinas: Papirus, 1999.

- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2006.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Trad. Lúcia Nascimento. São Paulo: Difel, 2012.
- UNESCO. **Orientações relativas à inscrição de paisagens culturais na Lista do Patrimônio Mundial.** Paris: UNESCO, 2008.

AS COMPETÊNCIAS DE REDE EM CIDADES CRIATIVAS: INTERAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Franciele de Carvalho Briedis

Universidade Federal de Viçosa

franciele.cbriedis@ufv.br

Thalita Stephanie Teixeira

Universidade Federal de Viçosa

thalita.teixeira@ufv.br

Magnus Luiz Emmendoerfer

Universidade Federal de Viçosa

magnus@ufv.br

RESUMO

Frente aos desafios contemporâneos do desenvolvimento urbano sustentável, especialmente em contextos globalmente conectados, a articulação em redes colaborativas tem se consolidado como uma estratégia fundamental para a construção de políticas públicas mais integradas e eficazes. Nesse cenário, destaca-se a importância da competência de rede como um conjunto de capacidades relacionais e institucionais que permitem aos atores públicos e privados atuar de forma estratégica em ambientes colaborativos. Este estudo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva teórico-conceitual, os marcadores que estruturam o campo da competência de rede em suas relações nacionais e internacionais para a sustentabilidade urbana, e a governança colaborativa dentro do contexto da Rede de Cidades Criativas da UNESCO (RCCU). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-conceitual, baseada em revisão integrativa da literatura. O levantamento bibliográfico considerou autores clássicos e contemporâneos nas áreas de administração pública, sociologia das organizações, ciência política e estudos urbanos, como Granovetter, Bourdieu, Giddens, Provan e Kenis, Ritter, Emerson, Ansell e Gash. A análise foi orientada por quatro eixos temáticos: (1) definição e dimensões da competência de rede; (2) redes, relações sociais e governança colaborativa para o desenvolvimento sustentável; (3) atuação em rede da RCCU; e (4) capital social e simbólico na RCCU. Os resultados evidenciam que, mais do que uma habilidade individual, a competência de rede se configura como um dispositivo institucional estratégico, especialmente em redes transnacionais como a RCCU. A atuação dos Pontos Focais, pessoas responsáveis por representar as cidades na rede, ilustra a responsabilidades para utilizar atributos relacionais, com o potencial de se aliar a mecanismos de estruturas institucionais bem definidas para possibilitar a mediação de interesses diversos, a criação de vínculos de confiança e a implementação de práticas colaborativas voltadas à inovação cultural e à sustentabilidade. A governança colaborativa aparece como condição essencial para que essas competências se manifestem de forma equitativa e eficaz, promovendo interações qualificadas entre os atores locais e internacionais. Conclui-se que a competência de rede, articulada a estruturas de governança colaborativa, tem potencial transformador nas políticas públicas urbanas baseadas na criatividade, fortalecendo a capacidade das cidades de inovar, compartilhar recursos e construir soluções conjuntas para desafios sociais complexos. A pesquisa contribui, assim, para o avanço teórico do campo e oferece subsídios práticos para gestores e formuladores de políticas em contextos de redes internacionais.

Palavras-chave: Governança colaborativa; rede internacional; desenvolvimento sustentável; capital social.

1 INTRODUÇÃO

A palavra networking refere-se a um conjunto de comportamentos estrategicamente direcionados para construir e manter relações informais que favoreçam as atividades laborais e beneficiem os negócios, proporcionando vantagens mútuas (Pesce, 2020; Tehseen, 2019). Nesse sentido, as relações são essenciais para as organizações, não apenas em sua formação, mas também em seu gerenciamento. Identificar as competências que geram redes de relacionamentos mais assertivas é fundamental para o sucesso organizacional (Tehseen; Sajilan, 2016; Ritter, Wilkinson, Johnston, 2002).

Cidades turísticas que buscam promover o desenvolvimento sustentável por meio de sua imagem, de sua cultura e criatividade, elevando sua essência social a um capital simbólico (Bourdieu, 1989), enfrentam desafios comuns e crescentes no que envolve a articulação entre seus indivíduos, seus grupos e seus saberes, já que a colaboração em redes sociais envolve a integração de múltiplos atores com diferentes graus de poder, diferentes condições, perspectivas e interesses que dificultam a coordenação das ações (Abulatif, Silva & Colusso, 2021; Nogueira; Forte, 2019).

Apesar dos desafios e dificuldades, as redes colaborativas tem sido cada vez mais apontada como condição necessária para lidar com a complexidade da vida urbana contemporânea, sobretudo em contextos marcados por diversidade sociocultural, escassez de recursos e demandas por inovação social (Calmon; Costa, 2013). As redes permitem que organizações alcancem metas que seriam difíceis de atingir de forma independente. No entanto, para que as redes sejam eficazes, é essencial o desenvolvimento de competências específicas aos atores que a compõem, adaptando-se às demandas que surgem das diferentes formas de governança (Provan; Kenis, 2008).

Nesse cenário, o conceito de competência de rede ganha centralidade. Ele remete à capacidade de indivíduos e organizações de atuarem de forma eficaz em ambientes colaborativos. Diferente de habilidades individuais isoladas, a competência de rede envolve atributos relacionais, cognitivos e contextuais que possibilitam a coordenação de esforços, a geração de confiança e a construção de valor coletivo (Ritter, Wilkinson, Johnston, 2002).

Essas competências estão relacionadas às qualificações necessárias para realizar as próprias tarefas, bem como, à gestão da rede (Ritter; Gemünden, 2003).

Aqueles que reconhecem suas redes relacionais, agem com maior coerência no fortalecimento de suas decisões, de autodeterminação e na preservação de valores culturais (Furtado, 2000), criando um ambiente cooperativo, tanto em redes locais, quanto internacionais (Abulatif, Silva & Colusso, 2021). Estes valores se fazem essenciais a quaisquer cidades que preze por maior abertura à participação social, que reconheça a importância dos laços e conexões, como a exemplo, ao que se propõe na Rede de Cidades Criativas da Unesco (RCCU). Estas redes permitem à organização social o acesso ao poder e à capacidade de intervir em fenômenos para a alteração de seu curso, mediando vontades para a efetivação de resultados (Giddens, 2003).

As cidades que compõem a RCCU, privilegiam os setores cuja a produção de bens e serviços tem um viés estético-cultural, social e econômico, que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo (Guilherme, 2020). Estas cidades, representam um ambiente fértil de interações que envolvem competências de redes. A inserção em redes, tanto locais quanto transnacionais, é uma característica chave desses contextos, favorecendo a emergência de arranjos intersetoriais voltados à promoção do desenvolvimento territorial.

Neste contexto, este estudo se propõe a investigar, sob uma perspectiva teórico-conceitual e exploratória, as competências de rede pertinentes as cidades que estão formalmente inseridas em um contexto de rede a nível mundial, e que se comprometeram a manter articulações colaborativas e sustentáveis com seus pares, como o caso das cidades designadas como “Criativas” pela Unesco.

Para atingir este objetivo, foi adotado uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-conceitual, com foco na análise de contribuições clássicas e contemporâneas sobre redes, competências relacionais e governança colaborativa. O estudo configura-se como uma revisão integrativa de literatura, cuja finalidade é sistematizar os principais marcadores conceituais que estruturam o campo da competência de rede, redes e governança colaborativa, pensada para o desenvolvimento sustentável na RCCU.

O levantamento bibliográfico foi realizado com base em obras e artigos reconhecidos nas áreas de administração pública, sociologia das organizações, ciência política e estudos urbanos, priorizando autores com alta recorrência nas produções científicas nacionais e internacionais sobre os temas abordados (como Granovetter; Bourdieu; Giddens; Ritter,

Provan e Kenis; Emerson; Ansell e Gash; Calmon e Costa). Também foram considerados documentos institucionais e relatórios de organismos internacionais, como a UNESCO, UNCTAD e Creative Cities Network.

A análise da literatura seguiu um procedimento temático, organizado a partir de quatro eixos analíticos: (1) definição e dimensões da competência de rede; (2) redes, relações sociais e governança colaborativa para o desenvolvimento sustentável; (3) atuação em rede da RCCU; e (4) capital social e simbólico na RCCU. Esses eixos serviram de base para a seleção, leitura e interpretação dos textos, permitindo a articulação entre categorias conceituais e seus desdobramentos práticos no contexto da sustentabilidade da RCCU.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Competência de rede

A palavra networking refere-se a um conjunto de comportamentos estrategicamente direcionados para construir e manter relações informais que favoreçam as atividades laborais e beneficiem os negócios, proporcionando vantagens mútuas (Pesce, 2020; Tehseen, 2019). Nesse sentido, as relações são essenciais para as organizações, não apenas em sua formação, mas também em seu gerenciamento. Identificar as competências que geram redes de relacionamentos mais assertivas é fundamental para o sucesso organizacional (Tehseen; Sajilan, 2016; Ritter, Wilkinson, Johnston, 2002).

Considerando que as interações relacionais são necessárias para a existência das organizações, sejam elas de caráter público ou privado, cabe a esta desenvolver competências de rede para transformar essas relações em uma vantagem competitiva (Ritter; Gemünden, 2003). Assim, a competência de rede é abordada amplamente, como a capacidade da instituição em usar suas habilidades para desenvolver e gerenciar relacionamentos com clientes, parceiros e stakeholders, enfatizando relações interorganizacionais e cooperativas (Ritter; Wilkinson; Johnston, 2002).

Enquanto no setor privado o desempenho financeiro é a principal medida de eficácia, nas organizações públicas o resultado é medido pela entrega de serviços à comunidade. Neste contexto, as redes são planejadas para buscar resolver os problemas decorrentes das carências e necessidade de serviços, ou mesmo, das disfunções desses (Provan; Milward, 2001). As redes estratégicas permitem a criação de alianças para solucionar problemas e

explorar oportunidades de colaboração, destacando a importância da competência de rede em gerenciá-las (Pesce, 2020).

A ação estratégica da competência de rede pode ser expressa em tarefas específicas, isto é, focada em relacionamentos individuais, e em tarefas inter-relacionais, das quais são voltadas para a manutenção da rede como um todo. Deste modo, as alianças exerçam o papel de influenciar o desempenho tanto das organizações, quanto o desempenho da própria aliança (Ritter; Gemünden, 2003).

Ritter e Gemünden (2003) definem competência de rede como um constructo bidimensional, composto pela execução de tarefas e qualificações das pessoas que fazem a gestão de rede. Enquanto a execução de tarefas estão associadas às habilidades técnicas e especializadas, as qualificações estão associadas às habilidades do aspecto social como, comunicação, empatia, auto-reflexividade e gestão de conflitos (Ritter; Gemünden, 2003; Pesce, 2020). Quando a competência para se executar as tarefas é somada ao discernimento de como utilizar esse conhecimento, é aí que se instaura a competência de rede.

Para organizações públicas e privadas, a identificação da competência de rede contribui para estabelecer e nutrir conexões que forneçam benefícios mútuos através de uma comunicação mediadora e na construção de laços de confiança entre os parceiros, maximizando as oportunidades de inovação e crescimento que surgem dessas interações (Tehseen, 2019; Ritter; Gemünden, 2003). Mas, especificamente tratando das organizações públicas, a competência de rede possibilita que a soma de forças gere impacto no atendimento dos objetivos sociais, do qual é determinante para a eficiência da máquina pública (Provan; Milward, 2001). São estratégias integrativas que criam laços entre grupos específicos, para mobilizar sujeitos sociais e políticos em prol de uma vontade coletiva (Giddens, 2003).

2.2 Redes e Relações Sociais para o Desenvolvimento Sustentável

Organizações que fazem parte de redes colaborativas conseguem alcançar maior legitimidade, atingir um público mais amplo e atuar de maneira mais eficaz, além de atrair recursos e subsídios para enfrentar problemas complexos (Calmon; Costa, 2013). As redes permitem que organizações alcancem metas que seriam difíceis de atingir de forma independente. No entanto, para que estas sejam eficazes, é essencial o desenvolvimento de

competências específicas em seus membros, adaptando-se às demandas que surgem das diferentes formas de governança (Provan; Kenis, 2008).

As organizações que reconhecem suas redes relacionais, fortalecem suas decisões, autodeterminação e a preservação de valores culturais, criando um ambiente cooperativo tanto em redes locais quanto internacionais (Abulatif, Silva & Colusso, 2021).

Para Granovetter (1983), as redes são responsáveis pelo agrupamento de indivíduos, promovendo a convivência e formação de vínculos significativos por meio de laços de amizade, relações interfamiliares, parcerias comerciais e arranjos produtivos. O autor destacou a importância dos laços fracos, ou seja, aqueles formados por pessoas das quais não se tem uma relação próxima ou intensa, mas que são importantes para a construção de redes amplas e diversificadas, porque podem servir como "pontes" para novos grupos, oportunidades e informações que não estariam acessíveis por meio dos laços fortes, que são os relacionamentos mais próximos, como amigos e familiares.

Granovetter (1985), ainda trouxe o conceito de "embeddedness", argumentando que o contexto social com suas normas e redes de relações, influenciam diretamente as ações econômicas, em contraste às perspectivas da economia neoclássica que considerava a interação entre compradores e vendedores como um ato mecânico, impessoal, e de equilíbrio entre as forças de oferta e demanda. Sendo assim, as relações estabelecidas em um contexto social, são determinantes para maiores ou menores níveis de sucesso.

De acordo com Castells (1999), o conceito de redes sociais resulta da interação entre estruturas sociais e práticas sociais, organizadas em redes de informação que atuam como facilitadoras de comunicação e ação instantâneas, permitindo a cooperação e a coordenação das ações de maneira rápida e eficiente. Contudo, o autor também apontou que as redes sociais podem intensificar desigualdades e conflitos, especialmente quando diferentes atores têm graus variados de poder. Assim, essas estruturas relacionais, influenciam o fluxo de informação em função da posição do indivíduo (Calmon; Costa, 2013), favorecendo aqueles que já estão em condições de privilégios. A integração desses atores e suas variadas perspectivas, hierarquias e interesses, dificultam a coordenação das ações (Abulatif; Silva; Colusso, 2021; Nogueira; Forte, 2019), bem como, influencia na equidade dos resultados.

Os desafios enfrentados pelas relações sociais em redes, requerem ajustes constantes e medidas incrementais para garantir o desenvolvimento sustentável, uma vez que conflitos de posicionamento, dificuldades financeiras e problemas na assunção de responsabilidades

são barreiras comuns para a execução dos compromissos firmados (Junqueira; Anjos; Gonzalez, 2019). Estes desafios não podem ser negligenciados, especialmente em projetos de agências governamentais, associações e organizações sem fins lucrativos onde o objetivo final envolva a construção de projetos de interesse comum para uma localidade.

Calmon; Costa, (2013) ressaltam a necessidade de as redes abordarem problemas de ação coletiva entre atores heterogêneos e interdependentes, um aspecto central para a gestão de qualquer iniciativa complexa de sustentabilidade. As interações recorrentes entre esses atores levam à institucionalização de regras formais e informais, formando a estrutura de governança da rede (Calmon; Costa, 2013).

É importante que a atuação em rede promova reflexões estratégicas para o desenvolvimento sustentável, se adequando e adaptando às realidades locais e potencialidades culturais, capacitando indivíduos a provocar mudança em relação a aquilo que se tem, de modo que desenvolvam os próprios meios que lhes trarão realizações (Giddens, 2003).

2.2.1 Governança colaborativa e redes para o desenvolvimento sustentável

As redes colaborativas e governança emergem como abordagens essenciais para enfrentar os desafios complexos, superando modelos hierárquicos e adversariais tradicionais para o alcance de resultados duradouros, inclusive voltado para o desenvolvimento sustentável (Ansell; Gash, 2008; Calmon; Costa, 2013). Isso reforça a importância da continuidade das ações colaborativas para superar contextos desfavoráveis como mudanças políticas ou interrupções de recursos, para que as iniciativas de desenvolvimento sustentável sejam eficazes (Calmon; Costa, 2013).

A governança colaborativa foi definida por Ansell e Gash (2008) como um arranjo onde agências públicas engajam diretamente partes interessadas não-estatais em um processo coletivo de tomada de decisão que é formal, orientado ao consenso e deliberativo, visando criar ou implementar políticas públicas ou gerenciar programas e ativos públicos.

Essa abordagem é apresentada como uma resposta aos fracassos da implementação de decisões políticas vindas de "cima para baixo" e se mostra como um fator importante em disputas de gestão de recursos locais. Para o sucesso da colaboração, fatores como a história prévia de cooperação ou conflito, os incentivos à participação, a liderança, o desenho

institucional, o diálogo face-a-face, a construção de confiança, o desenvolvimento de comprometimento e entendimento compartilhado são críticos (Ansell; Gash, 2008).

A discussão sobre governança colaborativa, que propõe arranjos institucionais nos quais atores estatais e não estatais interagem de forma deliberada, igualitária e construtiva em processos decisórios compartilhados, buscando soluções consensuais para problemas públicos complexos (Ansell; Gash, 2008), encontra fundamento conceitual que pode ser aplicado no contexto das Cidades Criativas da RCCU.

Em oposição a modelos hierárquicos de governo, a governança colaborativa reconhece a interdependência entre os diferentes agentes e a importância da construção de confiança, da deliberação estruturada e da liderança facilitadora. Tais elementos se articulam diretamente com as dimensões estruturais, relacionais e cognitivas da competência de rede, uma vez que a mediação entre interesses diversos exige habilidades de negociação, escuta ativa, gestão de conflitos e mobilização de capital social (Emerson et al., 2012).

Nas Cidades Criativas, a governança colaborativa manifesta-se tanto nas articulações internacionais promovidas pela Rede quanto na atuação dos Pontos Focais, atores estratégicos que representam a Cidade Criativa e são responsáveis por conectar, mediar e coordenar múltiplos setores, governo, sociedade civil, setor cultural e comunidade local, em torno de objetivos comuns para a cidade e para a rede, em prol da sua identidade cultural e sustentabilidade. Essas ações envolvem um profundo compromisso político e simbólico com a coprodução de soluções e a institucionalização de práticas colaborativas.

Dessa forma, investigar a competência de redes e governança colaborativa que podem estar envolvidas nas Cidades Criativas, implica compreender as dinâmicas específicas dessa governança em âmbito transnacional. Isso permite uma análise mais refinada sobre os fatores que favorecem ou dificultam a efetivação dos compromissos assumidos pelas cidades perante a UNESCO, bem como a identificação de práticas institucionais exitosas de articulação das redes.

Vale destacar que, no contexto da governança colaborativa, os processos estruturados de deliberação, negociação e tomada de decisão, também ampliam as possibilidades de participação efetiva de atores com diferentes perfis. Em redes bem estruturadas, a presença de regras claras, rituais institucionais e espaços de fala regulados permite que mesmo agentes com menor capital simbólico, ou com habilidades interpessoais mais discretas, possam exercer papéis relevantes na mediação de interesses e na construção de consensos. A

imparcialidade percebida de perfis mais neutros ou técnicos pode, inclusive, reforçar a confiança no processo decisório, contribuindo para uma governança mais equitativa e legítima, que leva a resultados socialmente mais efetivos e sustentáveis.

2.3 A atuação em Rede das Cidades Criativas da Unesco

As conexões relacionais, formada pela afinidade criativa, vem recebendo atenção crescente no cenário econômico internacional. A criatividade contribui para uma perspectiva de desenvolvimento centrado nas pessoas, sendo um insumo essencial para a criação de empregos, para a inovação, favorecendo a inclusão social, a diversidade cultural e a sustentabilidade (UNCTAD, 2010).

Nesse contexto, instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) promovem agendas com planos globais que demonstram preocupação com mecanismos de governança integradores e com objetivos a serem pactuados coletivamente (Gallo; Setti, 2014). Como exemplo, a Agenda 2030 que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dos quais podem ser integrados às políticas locais para ultrapassar a dinâmica partidária, se alinhando a um propósito de continuidade para perdurar além dos mandatos políticos (Bronzo, 2010; Cohn, 2004; Nogueira; Forte, 2019)

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), comprometida com a promoção da paz e do desenvolvimento sustentável, desenvolve projetos integradores e de longo prazo que vem sendo utilizados como ferramentas de gestão pública. Um exemplo notável a ser citado, é a Rede de Cidades Criativas.

Lançada em 2004, a RCCU foi planejada com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano sustentável por meio da cooperação entre cidades que identificam a criatividade como um fator estratégico em sua gestão (Creative Cities Network, 2007; Nižić; Rudan; Trinajstić, 2018). Alguns dos compromissos expressos na missão das Cidades Criativas, estão o compartilhamento de suas melhores práticas, o fortalecimento da cooperação entre cidades, o desenvolvimento de parcerias que promovam a criatividade e a indústria cultural (UNESCO, 2025).

A RCCU, segundo a sua plataforma oficial¹, conta com 350 cidades credenciadas e atua em sete áreas criativas, sendo estas a categoria do Artesanato e Arte Popular (66 cidades), Artes Multimídia (25 cidades), Cinema (26), Design (49 cidades), Gastronomia (56 cidades), Literatura (53 cidades) e Música (75 cidades). Cada uma dessas áreas de atuação representa um elemento chave dos planos de desenvolvimento em seu contexto urbano e das indústrias culturais (Creative Cities Network, 2007), agregando reconhecimento nacional e internacional, atraindo visitantes e investidores, reforçando uma identidade de marca, engajando a mídia e elevando o orgulho dos cidadãos (Gathen; Skoglund; Laven, 2021; Nižić; Rudan; Trinajstić, 2018).

Contudo, não apenas os ativos culturais e criativos são suficientes para que uma cidade receba essa designação Criativa pela UNESCO. Para que uma cidade se insira na Rede, ela deve apresentar um plano de desenvolvimento sustentável alinhado aos objetivos da RCCU, que inclui a implementação da Agenda 2030 (Creative Cities Network, 2007; Mediotte et al., 2022), e a submissão de sua candidatura apresentando um Dossiê que aponte a ligação da cidade com uma de suas sete categorias criativas. A candidatura deve mostrar o comprometimento da cidade dentro de uma rede intersetorial, indicando uma pessoa de contato para exercer a função de “Ponto Focal”, bem como, uma equipe de gestão com até quatro pessoas que representam os setores público, privado, e da sociedade civil (Creative Cities Network, 2007; Santos; Forte, 2019). A candidatura também deve ser acompanhada por uma carta de apoio do prefeito, e da Comissão Nacional da Unesco do respectivo país.

A Unesco designa uma equipe especializada para analisar a qualidade e efetividade do plano, bem como a capacidade exequível de realização das atividades e objetivos propostos (Mediotte et al., 2022). A Cidade ingressante à rede, além do compromisso de compartilhar as práticas que repercutiram em melhores resultados com as cidades pertencentes ao seu eixo, ela deverá também participar de encontros anuais, desenvolver programas e parcerias em prol do desenvolvimento sustentável baseado na criatividade e cultura, e apresentar à Unesco um relatório de monitoramento quadrienal (Creative Cities Network, 2007).

Nas Cidades Criativas, a formação de conexões por redes é crucial, pois possibilita a discussão sobre dificuldades enfrentadas e a busca por cooperações em uma parceria ganha-

¹Plataforma de busca das Cidades Criativas da Unesco: https://www.unesco.org/en/creative-cities/grid?fq%5Bsm_unsc_hierarchical_field_ref_datasets_filters_label%5D%5BCreative+field%5D%5B%5D=Creative+field%7C-%3E+Gastronomy&date_from=&date_to=&query=&op=Search#toggle-facets.

ganha. Esta cooperação estendida à comunidade local, gera maior engajamento, proatividade e senso de pertencimento ao povo, tornando os projetos públicos mais exequíveis. Assim, o povo se organiza e mostra seu poder e capacidade de intervir em fenômenos para a alteração de seu curso, mediando vontades para a efetivação de resultados (Giddens, 2003).

2.4 Capital Social na Rede de Cidades Criativas da Unesco

O capital social é um dos elementos centrais para compreender a atuação da RCCU, com forte apelo à pessoa representante de cada cidade, reconhecida como Ponto Focal. Por meio do ponto focal, é esperada a mediação e a mobilização social, em indivíduo ou em grupo, constituindo-se pelas redes de contatos, para a formação de alianças e vínculos interpessoais e institucionais que possibilitam cooperação, troca de recursos e articulação política. Em um campo caracterizado por articulações colaborativas e reconhecimento institucional, como é o caso da RCCU, o capital social se revela como uma das formas mais relevantes de poder e um grande aliado da competência de rede.

Segundo Pierre Bourdieu (2018), o capital social é constituído por obrigações sociais, ou seja, pelas conexões que conferem apoio e prestígio aos indivíduos em função de sua inserção em um grupo. Trata-se de um capital relacional que não surge espontaneamente, mas que depende de estratégias permanentes de construção e manutenção de vínculos. É, portanto, produto de um esforço incessante de instituição, alimentado por práticas simbólicas, trocas sociais e investimentos em sociabilidade. O capital social disponível a um Ponto Focal depende do volume e da qualidade dos capitais (econômico, cultural, simbólico) detidos pelos demais integrantes dessa rede.

A capacidade dos Pontos Focais da RCCU de construir, desenvolver e gerenciar relacionamentos eficazes em contextos colaborativos e complexos, constitui a expressão mais prática e visível de seu capital social. Essa competência é essencial para articular atores diversos, como governos, instituições culturais, setor privado e sociedade civil, para construir vínculos que sustentem projetos, decisões e estratégias coletivas. Assim, o capital social torna-se um recurso fundamental para a eficácia política e a legitimidade da atuação desses agentes (Ansell; Gash, 2008; Emerson et al., 2012; Calmon; Costa, 2013).

Nesse processo, o contexto social em que os Pontos Focais estão inseridos exerce papel determinante. Como apontado por Mark Granovetter (1983; 1985), no seu conceito de “embeddedness” e “laços fracos”, as conexões menos intensas, porém mais amplas, podem

ser decisivas na circulação de informações e na abertura de oportunidades. Esses laços funcionam como pontes estratégicas que ampliam o campo de atuação dos Pontos Focais e permitem sua inserção em círculos mais diversificados e influentes, favorecendo o ganho de capital social.

A ideia de “poder posicional”, em estudo realizado por Eduardo Marques (2012), complementa esse raciocínio ao destacar que o poder de um agente em uma rede deriva não apenas de suas competências pessoais, mas da posição que ocupa em relação aos outros. No caso dos Pontos Focais da RCCU, sua centralidade na rede, tanto local quanto internacional, os tornam nós estratégicos de circulação de capitais, ideias e decisões. Essa posição é construída por meio do capital social acumulado e explorado ao longo de suas trajetórias, e reforçada pelo reconhecimento simbólico conferido pela própria rede.

Por fim, a delegação de poder a um Ponto Focal pela sua cidade ou pela própria Unesco pode ser vista como um mecanismo coletivo de concentração de capital social. A cidade investe nesse agente a responsabilidade de representá-la, dialogar em seu nome e exercer influência nos espaços decisórios da rede. Esse ato de delegação legitima a importância do capital social na estruturação do campo da RCCU e também revela a confiança depositada nesse agente enquanto catalisador institucional.

Assim, o capital social na RCCU se revela-se como um poder estruturante e estruturado, que conecta trajetórias individuais a lógicas institucionais, práticas locais e trocas globais por reconhecimento, recursos e prestígio, tanto para o Ponto Focal, através de sua competência de rede, quanto, e mais especialmente, a Cidade Criativa do qual este representa.

2.4.1 Capital Simbólico na Rede de Cidades Criativas da Unesco

Ainda dentro da teoria de capital de Pierre Bourdieu, no contexto da RCCU, o capital simbólico, também se faz de relevância inestimável. O capital simbólico representa a forma de capital que depende do reconhecimento social (Bourdieu, 1989). Ele não está apenas nas posses materiais ou nas redes de contatos, mas na capacidade de um agente ou instituição ser percebido como legítimo, confiável e admirado dentro de um campo. Trata-se de prestígio, honra, reputação e status.

Na RCCU, o capital simbólico é fortemente representado pelo próprio título de "Cidade Criativa". Esse selo confere prestígio internacional, produz orgulho local e projeta uma

imagem positiva no cenário global. Ele atua como um marcador de distinção, que eleva o status simbólico da cidade em reconhecimento nacional e internacional, dando visibilidade à produção cultural local como estratégias de mobilização e acumulação de capital simbólico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na literatura analisada, a competência de rede ultrapassa a mera capacidade de cooperação entre agentes, mostrando-se como um conjunto dinâmico de atributos que incluem a capacidade de articulação intersetorial necessária para conectar governo, sociedade civil em torno de objetivos compartilhados.

No caso da RCCU, é utilizada para a gestão de relações, da diversidade cultural, habilidade de reconhecer, respeitar e integrar a diversidade de saberes e práticas nos processos decisórios e de criação coletiva; atenção às dinâmicas informais e articulações que operam dentro e fora dos canais institucionais tradicionais.

A competência de rede utiliza da capacidade de autorreflexão permitindo ajustes contínuos e aprendizado organizacional. Inclui também diversas dimensões, como capacidade de comunicação, extroversão, habilidades de gerenciamento de conflitos, empatia, estabilidade emocional, senso de justiça e cooperação (Ritter; Gemünden, 2003). Fatores essenciais em ambientes colaborativos com múltiplos interesses e rationalidades em jogo.

Essas observações permitem inferir que o sucesso das estratégias de desenvolvimento sustentável baseadas na criatividade depende, em grande parte, da existência e do fortalecimento das competências de rede entre os atores locais. A consciência e engajamento desses atores sobre as competências de redes, favorece o trabalho com aptidões e habilidades que os levam a laços de maior cooperação e confiança (Granovetter, 1985), para responder aos desafios cotidianos, como coordenação, comunicação, negociação e adaptação às mudanças nas demandas externas e internas (Provan; Kenis, 2008).

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o avanço das discussões sobre governança colaborativa no campo das políticas urbanas para a criatividade e turismo, articulando dimensões organizacionais, sociológicas e territoriais. A articulação entre competência de rede e cidades criativas propõe um novo olhar sobre os desafios contemporâneos da gestão pública sustentável alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável e Agenda 2030, em prol da inovação cultural.

Na perspectiva prática, os achados podem subsidiar gestores públicos, lideranças culturais e planejadores urbanos na construção de estratégias colaborativas mais eficazes, baseadas em competências relacionais e adaptativas. A pesquisa também pode orientar diagnósticos institucionais e processos formativos voltados à atuação em redes complexas.

No contexto das Cidades Criativas da Unesco, a competência de rede não deve ser compreendida apenas como uma habilidade relacional individual, mas como um dispositivo estratégico de governança colaborativa para articulação de múltiplos atores em torno de propósitos coletivos. Quando essa competência é exercida em ambientes institucionais bem estruturados, com regras claras de participação, liderança facilitadora e espaços de deliberação, ela favorece a criação de interações horizontais e produtivas entre setores diversos, inclusive entre cidades globalmente conectadas.

REFERÊNCIAS

- ABULATIF, L.; SILVA, A. de S.; COLUSSO, I. Modelo de engajamento intersetorial para o desenvolvimento urbano sustentável. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, p. e20200077, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/bV6vNvv3JVdswrHT5HVc6HG/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative governance in theory and practice. **Journal of public administration research and theory**, v. 18, n. 4, p. 543-571, 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article/18/4/543/1090370?login=true>. Acesso em: 20 out. 2024.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/BertrandBrasil, 1989.
- BRONZO, C. Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 35, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/200/194>. Acesso em: 5 nov. 2023.
- CALMON, P.; COSTA, A. T. M. Redes e governança das políticas públicas. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 1-29, 2013. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/62296719/Calmon_e_Arthur_Maranhao_-_Redes_de_Politicas_Publicas_e_Governanca_-_RP3-libre.pdf?1583588752=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DRedes_e_Governanca_Das_Politicas_Publica.pdf&Expires=1757537601&Signature=eCQdsLduUtJBkFZyNasQEeq7HI7YT3EbNNaBmBdFjaOrzYqmywmVCX5Dtif7lwBRamT1S2uJkH2qBYATl~I0oCRW7BUsM4r51B-dxgKd41kU7ulpZ7IbutKNE5riYcf~pH9ejogcpqzskv3Ye9K7zhhNC9QQQOL9vFGmOnn59Mm3KPULJXJqGuGOGX3mdfedv-i0ixmWWr4T3ga5Q3wbpNqJ~qVoRphnkuVUCyeq6pUNA~ZZg8R~KE7tXVnf9VG-

NqQkmgXTr6g6AT1-
ig2nvxOZEHUflqMr~OKr4L5CdoDMShU7rCx2CMJ5hPdXIzN7xS~sbZo~WTSprY2wAZvuw__ &
Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 10 out. 2023.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. A Sociedade em Rede.** Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHN, A. Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil. **Estudos e Pesquisa**, Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), n. 85, set. de 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/acohn.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

CREATIVE CITIES NETWORK. **Programme and meeting document**, 2007. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000156026>. Acesso em: 11 jul. 2025.

EMERSON, K.; NABATCHI, T.; BALOGH, S. An integrative framework for collaborative governance. **Journal of public administration research and theory**, v. 22, n. 1, p. 1-29, 2012. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article/22/1/1/944908?login=true>. Acesso em: 03 mar. 2025.

FURTADO, C. Reflexões sobre a crise brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 20, n. 4, 2000. Disponível em: <https://centrodeeconomapolitica.org/repojs/index.php/journal/article/view/1033/1018>. Acesso em 03 mai. 2025.

GATHEN, C.; SKOGLUND, W.; LAVEN, D. The UNESCO creative cities network: A case study of city branding. In: **New Metropolitan Perspectives: Knowledge Dynamics and Innovation-driven Policies Towards Urban and Regional Transition Volume 2**. Springer International Publishing, 2021. p. 727-737. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-48279-4_68. Acesso em: 01 fev. 2025.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F. Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4383-4396, 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2014.v19n11/4383-4396/>. Acesso em: 28 out. 2023.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**, SP: Martins Fontes, 2003.

GRANOVETTER M. The strength of weak ties: A network theory revisited. *Sociological theory*, p.201-33, 1983. GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. **American journal of sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/202051>. Acesso em 13 abr. 2024.

GUILHERME, L. L. **Cidades criativas**. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32558/1/ebook_cidades_criativas.pdf. Acesso em: jan. 2025.

JUNQUEIRA, L. D.; ANJOS, F. A. dos; GONZALEZ, M. V. Análise da percepção acerca das relações político-institucionais do grupo gestor de Florianópolis/SC: Cidade criativa UNESCO da Gastronomia. **Turismo: Visão e Ação**, v. 21, n. 2, p. 22-45, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/RZryjwxGGTgy6MJZrWC7Nmz/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2023.

- MARQUES, E. C. L. Notas sobre redes, Estado e políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00002318, 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2019.v35suppl2/e00002318/>. Acesso em: 8 ago. 2024.
- MEDIOTTE, E. J. et al. Evidências da Governança na Gestão de Cidades Criativas da Gastronomia: análise de Ações Coletivas em Instâncias municipais no contexto brasileiro. **Revista Inclusiones**, p. 24-57, 2022. Disponível em: <http://revistainclusiones.com/carga/wp-content/uploads/2022/01/2-Elias-et-al-BrasilGobernanza-VOL-9-NUMESPC-ENEMAR2022INCL.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- NIŽIĆ, M. K.; RUDAN, E.; TRINAJSTIĆ, M. The role of creative cities in regional development. **Business Excellence**, v. 12, n. 3, p. 35-55, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Masa-Trinajstic-2/publication/334176770_THE_ROLE_OF_CREATIVELY_CITIES_IN_REGIONAL_DEVELOPMENT/links/5d24867f458515c11c1f79e2/THE-ROLE-OF-CREATIVELY-CITIES-IN-REGIONAL-DEVELOPMENT.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.
- NOGUEIRA, C. A. G.; FORTE, S. H. A. C. Efeitos intersetoriais e transversais e seus impactos sobre a efetividade das políticas públicas nos municípios do Ceará. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 64-83, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/RGv9GJ6Wnb5CdKGsbpn3PcM/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2023
- PESCE, R. O. **Competência de Redes para o estabelecimento de acordos de cooperação: uma validação de escala para o contexto brasileiro**, 2020. 84f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020. Disponível em: https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9343/Ricardo%20Pesce_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 mar. 2024.
- PROVAN, K. G.; KENIS, Patrick. Modes of network governance: Structure, management, and effectiveness. **Journal of public administration research and theory**, v. 18, n. 2, p. 229-252, 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article/18/2/229/935895?login=true>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- PROVAN, K. G.; MILWARD, H. B. Do networks really work? A framework for evaluating public-sector organizational networks. **Public administration review**, v. 61, n. 4, p. 414-423, 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/0033-3352.00045>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- RITTER, T.; GEMÜNDEN, Hans Georg. Network competence: its impact on innovation success and its antecedents. **Journal of business research**, v.56, n.9, p.745-755, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296301002594>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- RITTER, T; WILKINSON, I. F.; JOHNSTON, W. J. Measuring network competence: some international evidence. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v. 17, n. 2/3, p. 119-138, 2002. Disponível em: <https://www.emerald.com/jbim/article-abstract/17/2-3/119/192064/Measuring-network-competence-some-international?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 18 jul. 2024.

- SANTOS, N. de A.; FORTE, S. Diplomacia da cidade e política pública externa municipal: as cidades criativas brasileiras na UNESCO. **Cadernos do Observatório**, v. 7, p. 14-19, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/30360/1/DIPLOMACIA%20DA%20CIDADE%20E%20POL%C3%88TICA%20PUBLICA%20EXTERNA%20MUNICIPAL.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- TEHSEEN, S; SAJILAN, S. Network competence based on resource-based view and resource dependence theory. **International Journal of Trade and Global Markets**, v. 9, n. 1, p. 60-82, 2016. Disponível em:
<https://www.inderscienceonline.com/doi/epdf/10.1504/IJGM.2016.074138>. Acesso em: 30 jan. 2024.
- TEHSEEN, S. et al. Entrepreneurial competencies and SMEs' growth: the mediating role of network competence. **Asia-Pacific Journal of Business Administration**, v. 11, n. 1, p. 2-29, 2019. Disponível em: <https://www.emerald.com/apjba/article-abstract/11/1/2/61524/Entrepreneurial-competencies-and-SMEs-growth-the?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. **Creative Economy Report 2010: Creative Economy – A Feasible Development Option**. Geneva: UNCTAD, 2010. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_en.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.
- UNESCO, UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Mission of the Creative Cities Network*. [S.I.]: UNESCO, 2025. Disponível em:
<https://www.unesco.org/en/creative-cities/mission>. Acesso em: 9 jul. 2025.



@ppgturpatri



PPGTURPATRI

Programa de Pós-Graduação

em Turismo e Patrimônio
UFOP